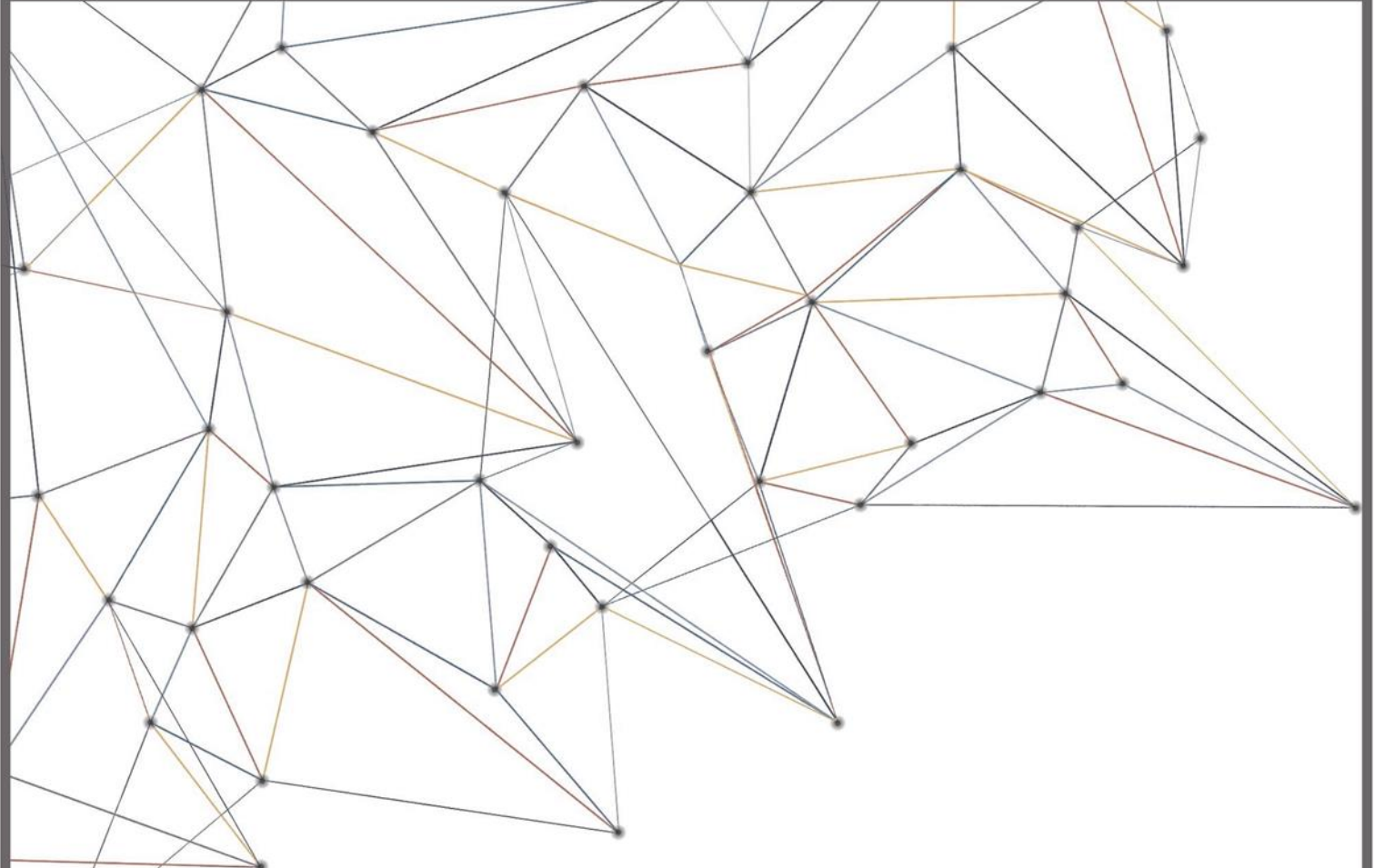
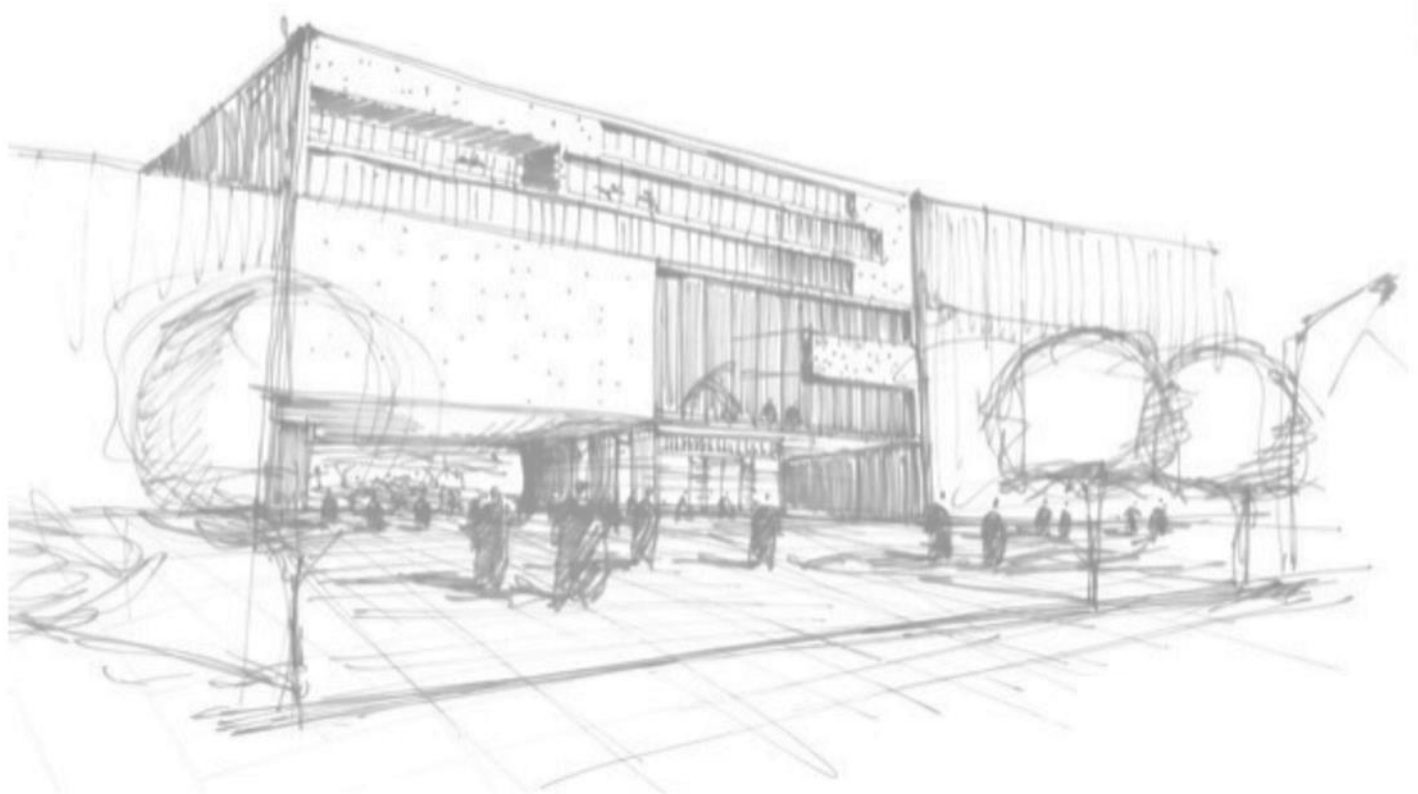


An abstract geometric diagram consisting of a network of interconnected points (nodes) and lines (edges). The lines are primarily black, with some highlighted in yellow and red. The network forms a complex, non-uniform mesh that fills the upper half of the page.

Complexo Cultural Recreativo

em Rolim de Moura/RO





CAROLINE MARQUES DA SILVA

**ARQUITETURA CULTURAL:
COMPLEXO CULTURAL RECREATIVO EM ROLIM DE MOURA/RO**

**JI-PARANÁ
2019**

CAROLINE MARQUES DA SILVA

**ARQUITETURA CULTURAL:
COMPLEXO CULTURAL RECREATIVO EM ROLIM DE MOURA/RO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Centro Universitário São Lucas – Ji-Paraná,
para o título de bacharel em Arquitetura e
Urbanismo, sob orientação do Professor
Especialista Edison Carlos da Costa.

Ji-PARANÁ
2019

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DOCENTE EM BANCA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Declaro a quem possa interessar que o(a) professor(a) EDISSON CARLOS DA COSTA participou como orientador da Banca Examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de ARQUITETURA E URBANISMO do Centro Universitário São Lucas, do(a) acadêmico(a): CAROLINE MARQUES DA SILVA com as especificações abaixo: Título do Trabalho: "ARQUITETURA CULTURAL: COMPLEXO CULTURAL RECREATIVO EM ROLIM DE MOURA/RO."

Banca Examinadora:

MSC DJALMA JOSÉ ARANTES

Arquiteto e Urbanista pela Universidade "Braz Cubas" de Mogi das Cruzes - SP
Bacharel em Direito pelo Instituto Luterano de Ensino Superior de Ji-Paraná - RO
Mestre em Direito das relações internacionais pela Universidad Autónoma de Asunción - PY
Especialista em engenharia e segurança do trabalho pela Universidade Federal da Paraíba - PB
Especialista em Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade Panamericana de Ji-Paraná - RO

MSC HARIANE HELENA FERREIRA DA ROCHA TELES

Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Ciências Humanas ESUDA
Especializada em Engenharia de Segurança do trabalho pela UPE Universidade de Pernambuco
Mestra em Ensino de Ciências e Matemática pela Ulbra/Canoas-RS

Ji-Paraná, 21 de NOVEMBRO de 2019.



EDISSON CARLOS DA COSTA

Arquiteto e Urbanista pela Universidade Positivo
Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho pela FASA - Faculdade Santo André
Coordenador do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário São Lucas Educacional Ji-Paraná

S586a

Silva, Caroline Marques da

Arquitetura cultural: complexo cultural recreativo em Rolim de Moura/RO / Caroline Marques da Silva. Ji-Paraná: Centro Universitário São Lucas, 2019.

229 p. il.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Centro Universitário São Lucas, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Ji-Paraná, 2019.

Orientador: Prof. Esp. Edisson Carlos da Costa

1. Arquitetura cultural. 2. Complexo cultural. 3. Interação social. 4. Lazer. 5. Acessibilidade. I. Costa, Edisson Carlos da. II. Arquitetura cultural: complexo cultural recreativo em Rolim de Moura/RO. III. Centro Universitário São Lucas.

CDU 712. 254

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário José Fernando S Magalhães
CRB 11/1091

DEDICATÓRIA

Inicialmente dedico o trabalho aqui dissertado a Deus, a N. Sra. da Aparecida, e meus guias intercessores espirituais, que me serviram de apoio quando madrugadas a dentro o cansaço me consumia, assim pelo amor e zelo celestial fui protegida e hoje posso dizer que estou mais próximo do pódio intelectual, quando comparado à ontem. Dedico também a minha família, fonte da minha mais intensa inspiração, dedicação, e do meu amor mais profundo e genuíno, o qual sem eles eu não seria nem um terço do que sou e de quem pretendo me tornar. In memoriam, de Francisco Serafim de Souza, grande amigo e avô, que sempre me acompanha e me serve de proteção, mesmo que espiritualmente, a ele dedico este trabalho e todo meu amor e eterna gratidão, sei que ele continua torcendo a meu favor, aonde quer ele que esteja.

AGRADECIMENTO

Minha gratidão eterna se dá a, minha família consanguínea (meu norte, e motivo da minha constante busca por aprimoramento), a segunda família o qual tive a sorte de ser privilegiada, sendo esta composta pelos amigos (de Rolim de Moura e Ji-Paraná), minhas queridas amigas Stephane Rejane Osório (que por inúmeras vezes se sentou comigo à sarjeta da faculdade, ~~literalmente~~ ~~‘risos’~~, sempre me orientando), Gabriela Maciel Chiullo (a parte louca e feliz de minha vida), Cidleni Masson (minha pequena grande amiguinha, e tradução de lealdade em uma amizade), Karen Tamara Santos (que me aturou por longos três anos, sempre falando por horas e horas, ~~risos~~), minha querida Dona Aninha (que hoje não tenho mais contato, mas que me é de fundamental importância, e que tenho como minha segunda mãe). Aos meus mestres que me passaram uma gama de conhecimentos imensurável, destacando em especial ao meu orientador Edisson Carlos da Costa (meu grande amigo, incentivador e fomentador do meu lado como Arquiteta, dando-me todo “gás” possível quanto a criatividade e liberdade como profissional), aos professores Edisio Barroso, e Vladimir José Chagas (meus grandes incentivadores quando caloura, e motivo o qual hoje encontro-me em banca avaliatória à título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo, ps. Vlad a dedicatória não é por você compor minha banca não viu, ~~risos~~, você de fato é meu grande amigo e mestre), e todos os professores que por ventura não citei, porem também foram de fundamental importância em minha formação pessoa e profissional, a todos eles minha eterna gratidão. Finalizando com a gratidão a todos aqueles que se opuseram a mim, por quaisquer sejam os motivos, vocês são um dos principais motivos da minha constante procura por superação profissional e pessoal, como diz Mario Sergio Cortella, devemos prestar atenção em quem discorda e nos critica (desde que respeitadamente), pois através destes nos submetemos a saída da zona de conforto, afim da busca por melhorias e superação a outrem, sob o que nos foi criticado, e assim consequentemente evoluímos / transformamos / inovamos, ao contrário da acomodação advinda do constante elogio por aquilo que diante a qualidade já nos fora conquistado. E mais uma vez, meu agradecimento assim como dedicatória, a Deus e seus intercessores, que me foram de sustento e que permitiram que minha vitória fosse apresentada a público.

*“[...]E tudo que eu conquistei, foi com o suor
do meu trabalho*

*Eu nunca desisti, não me curvei, não me
entreguei, não me deixei levar*

*Por essa corrente que prende pelos pés,
Ahhh, eu arrebentei com os dentes*

Não me entreguei

Eu vim lutar

Não vou deixar que alguém

*Conquiste o impossível por mim, ah eu não
vou deixar*

*Que alguém conquiste o impossível por mim,
eu não vou deixar [...]”.*

(Trecho da letra “Um cara de sorte” - Detonautas)

*“O êxito na vida não se mede pelo o que
você conquistou, mas sim pelas
dificuldades que você superou
caminho.”*

(Autor desconhecido)

RESUMO

O trabalho apresentado consiste no desenvolvimento sob base teórica e estudo de campo, afim de contribuir na elaboração projetual arquitetônica de um Complexo Cultural Recreativo em Rolim de Moura/RO. Projeto este que surge a partir da constatação empírica da ausência de um espaço com objetivo de proporcionar aos munícipes questões culturais e educacionais, atendendo às necessidades culturais da sociedade como um todo. Onde problemática abordada se dá através do questionamento de como propor um projeto arquitetônico de Complexo Cultural Recreativo, que atenda às necessidades culturais de Rolim de Moura, no estado de Rondônia. Desta forma a metodologia aplicada ao estudo se dá através da pesquisa qualitativa, sob o método dedutivo, paralelo ao procedimento em estudo de caso. Contribuindo posteriormente para a produção de um programa de necessidades que atenda ao tema proposto, estando direcionado sobre questões legais envolvendo legislação (municipal, estadual, federal e normativas), além de se basear às referencias arquitetônicas utilizadas como base, e os princípios conceituais advindos da opinião de autores nacionais e internacionais. Em linhas gerais e especificamente, o estudo objetiva-se em propor um projeto arquitetônico, com temática supracitada, que promova a identidade cultural através do compartilhamento de patrimônios públicos locais, desenvolvimento do giro monetário local através de espaços artesanais com produtos produzidos no ambiente e município, adoção de técnicas sustentáveis reduzindo o uso de condicionantes artificiais, criação de espaços sociais de interesse pedagógico e conscientizador, além do mesmo ser democrático e acessível à toda comunidade. Localizando-se este na porção oeste do município, área com relevo acentuado, que permite grandes possibilidades de uso estratégico visando conforto ambiental, sob os condicionantes naturais do terreno. Utilizando sobre este o estilo característico da arquitetura contemporânea, apresentado linhas retas e tons sóbrios, tonalidade esta que faz contrastes aos pontos de interação que apresentarão coloração viva (instigante principalmente às crianças e jovens, e materiais que permitem grandes volumetrias (concreto de alto desempenho, e estruturas metálicas), materiais esteticamente agradáveis (vidro, madeira, etc.) e com grande potencial de conforto (brises, sistema de ventilação cruzada, etc.), além dos elementos que garantem à edificação o sistema de acessibilidade (pisos táteis, rampas, elevadores, escadas acessíveis, etc.).

Palavras-chave: Arquitetura Cultural. Complexo Cultural. Interação Social. Lazer. Acessibilidade.

ABSTRACT

The present work consists of the development under theoretical basis and field study, in order to contribute to the architectural design of a Recreative Cultural Complex in Rolim de Moura / RO. This project arises from the empirical observation of the absence of a space with the objective of providing citizens with cultural and educational issues, meeting the cultural needs of society as a whole. Where problematic approach is given through the questioning of how to propose an architectural project of Recreativo Cultural Complex, which meets the cultural needs of Rolim de Moura, in the state of Rondônia. In this way the methodology applied to the study is based on the qualitative research, under the deductive method, parallel to the procedure in the case study. Later contributing to the production of a program of needs that meets the proposed theme, being directed on legal issues involving legislation (municipal, state, federal and normative), besides being based on the architectural references used as basis, and the conceptual principles derived from opinion of national and international authors. In general and specifically, the objective of this study is to propose an architectural project with a theme mentioned above that promotes cultural identity through the sharing of local public assets, the development of the local money market through artisan spaces with products produced in the environment and in the municipality, adoption of sustainable techniques reducing the use of artificial factors, creation of social spaces of pedagogical and conscientious interest, besides being democratic and accessible to the whole community. Located in the western portion of the municipality, an area with marked relief, which allows great possibilities of strategic use for environmental comfort, under the natural conditions of the land. Using this characteristic style of contemporary architecture, presented with straight lines and sober tones, this tone makes contracting points of interaction that will present a vivid coloring (mainly instigating children and young people, and materials that allow large volumetries (high performance concrete, and metal structures), aesthetically pleasing materials (glass, wood, etc.) and with great potential for comfort (brises, cross ventilation system, etc.), as well as the elements that guarantee the construction of the accessibility system (tactile floors, ramps, elevators, accessible stairs, etc.).

Keywords: Cultural Architecture. Cultural Complex. Social interaction. Recreation. Accessibility.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Vista Fórum Romano	25
Figura 02 - Esboço da provável Alexandria.....	26
Figura 03 - Ruínas da biblioteca de Alexandria.....	27
Figura 04 – Vista interna, Teatro Olímpico	28
Figura 05 – Vista palco, Teatro Olímpico	28
Figura 06 – Desenho da disposição de edificações de um Aldeamento das Missões Jesuíticas de indígenas Guaranis	30
Figura 07 – Fachada Biblioteca Municipal, Biblioteca Mário de Andrade	31
Figura 08 – Fachada Museu Lasar Segall.....	32
Figura 09 – Fachada, primeiro Centro Cultural do Jabaquara.....	32
Figura 10 – Fachada, complexo cultural SESC Pompeia.....	33
Figura 11 – Vista aérea, Centro Cultural São Paulo.....	33
Figura 12 – Fachada, Centro Cultural Banco do Brasil (RJ).....	34
Figura 13 - Quadro de Lei N° 051 – Plano Diretor (ROLIM DE MOURA, 2008).....	35
Figura 14 - Quadro de Lei Complementar N° 64 – Código de Obras (ROLIM DE MOURA, 2009) – PARTE A.....	36
Figura 15 - Quadro de Lei Complementar N° 64 – Código de Obras (ROLIM DE MOURA, 2009) – PARTE B.....	37
Figura 16 – Quadro De Lei N° 2.746 – DOE (RONDÔNIA, 2016).....	38
Figura 17 - Quadro de Lei N° 3.924 - Corpo De Bombeiros (RONDÔNIA, 2016)	39
Figura 18 – Quadro De Instrução Técnica N.01/2017 – Procedimentos Administrativos – Anexo – A (RONDONIA, 2017) – PARTE A.....	39
Figura 19 – Quadro De Instrução Técnica N.01/2017 – Procedimentos Administrativos – Anexo – A (RONDONIA, 2017) – PARTE B.....	40
Figura 20 – Quadro De Instrução Técnica N.06/2017 – Acesso De Viatura Nas Edificações E Áreas De Risco (RONDONIA, 2017)	40
Figura 21- Quadro De Instrução Técnica N.09/2017 – Compartimentação Horizontal E Compartimentação Vertical (RONDONIA, 2017) – PARTE A.....	41
Figura 22 - Quadro De Instrução Técnica N.09/2017 – Compartimentação Horizontal E Compartimentação Vertical (RONDONIA, 2017) – PARTE B.....	42

Figura 23 – Quadro De Instrução Técnica N.11/2017 – Saídas De Emergência (RONDONIA, 2017) – PARTE A	43
Figura 24 – Quadro De Instrução Técnica N.11/2017 – Saídas De Emergência (RONDONIA, 2017) – PARTE B	44
Figura 25 – Quadro De Instrução Técnica N.11/2017 – Saídas De Emergência (RONDONIA, 2017) – PARTE C	45
Figura 26 – Quadro De Instrução Técnica N.11/2017 – Saídas De Emergência (RONDONIA, 2017) – PARTE D	46
Figura 27 – Quadro De Instrução Técnica N.11/2017 – Saídas De Emergência (RONDONIA, 2017) – PARTE E	47
Figura 28 – Quadro De Instrução Técnica N.11/2017 – Saídas De Emergência (RONDONIA, 2017) – PARTE F.....	48
Figura 29 – Quadro De Instrução Técnica N.18/2017 – Iluminação De Emergência (RONDONIA, 2017).....	49
Figura 30 – Quadro De Instrução Técnica N.20/2017 – Sinalização De Emergência (RONDONIA, 2017) – PARTE A	50
Figura 31 – Quadro De Instrução Técnica N.20/2017 – Sinalização De Emergência (RONDONIA, 2017) – PARTE B	51
Figura 32 – Quadro De Instrução Técnica N.20/2017 – Sinalização De Emergência (RONDONIA, 2017) – PARTE C	52
Figura 33 – Quadro De Instrução Técnica N.20/2017 – Sinalização De Emergência (RONDONIA, 2017) – PARTE D	53
Figura 34 – Quadro De Instrução Técnica N.20/2017 – Sinalização De Emergência (RONDONIA, 2017) – PARTE E	54
Figura 35 – Quadro De Instrução Técnica N.20/2017 – Sinalização De Emergência (RONDONIA, 2017) – PARTE F.....	55
Figura 36 – Quadro De Instrução Técnica N.27/2017 – Edificações Históricas, Museus E Instituições Culturais (RONDONIA, 2017).....	56
Figura 37 – Quadro Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 Presidência Da República, Casa Civil (BRASIL, 1988)	57
Figura 38 – Quadro de Lei Nº 369/2006 – CONAMA (BRASIL, 2006)	57
Figura 39 – Quadro de Lei Nº 10.098 - Presidência da República, Casa Civil (BRASIL, 2000) – PARTE A.....	58

Figura 40 – Quadro de Lei N° 10.098 - Presidência da República, Casa Civil (BRASIL, 2000) – PARTE B.....	59
Figura 41- Quadro NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (ABNT, 2015) – PARTE A.....	60
Figura 42 - Quadro NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (ABNT, 2015) - PARTE B.....	61
Figura 43 – Quadro NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (ABNT, 2015) – PARTE C.....	62
Figura 44 – Quadro NBR 15599 - Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços (ABNT, 2008)	62
Figura 45 – Quadro NBR 13532 - Elaboração de projetos de edificações arquitetura (ABNT, 1995)	63
Figura 46 - Quadro NBR 6023 - Informação e documentação - Referências – Elaboração (ABNT, 2002) – PARTE A.....	63
Figura 47 – Quadro 6023 - Informação e documentação - Referências – Elaboração (ABNT, 2002) – PARTE B	64
Figura 48 - Quadro NBR 10520 - Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação (ABNT, 2002) – PARTE A.....	64
Figura 49 - Quadro NBR 10520 - Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação (ABNT, 2002) – PARTE B.....	65
Figura 50 – Vista lateral da Ópera de Sydney.....	79
Figura 51 - Planta Baixa da Ópera de Sydney	79
Figura 52 - Vista aérea da Ópera de Sydney	80
Figura 53 - Perspectiva, Ópera de Sydney.....	80
Figura 54 - Setorização, Centro Cultural Les Quinconces.....	81
Figura 55 – Planta Baixa, Centro Cultural Les Quinconces.....	82
Figura 56 - Vista do hall de acesso aos blocos, Centro Cultural Les Quinconces.....	83
Figura 57 - Vista aérea do Centro Cultural Les Quinconces	83
Figura 58 - Vista lateral do Centro Cultural Les Quinconces.....	84
Figura 59 – Elevação, Centro Pompidou.....	85
Figura 60 – Fachada, Centro Pompidou.....	86
Figura 61 – Vista aérea, Centro Pompidou	86
Figura 62 - Vista frontal, Centro de Serviços Criativos Zeimuls	87
Figura 63 - Vista aérea, Centro de Serviços Criativos Zeimuls	88

Figura 64 - Fachada, Centro de Serviços Criativos Zeimuls	89
Figura 65 - Planta Baixa - Térreo, Bunjil Place.....	89
Figura 66 - Planta Baixa – Primeiro Pavimento, Bunjil Place	90
Figura 67 - Vista frontal - Foyer, Bunjil Place	90
Figura 68 - Vista interna - salão de exposições, Bunjil Place	91
Figura 69 - Fachada, Bunjil Place	92
Figura 70 - Planta baixa, Museu do Amanhã (RJ).....	93
Figura 71 - Vista aérea, Museu do Amanhã (RJ)	94
Figura 72 - Perspectiva, Museu do Amanhã (RJ).....	95
Figura 73 - Planta baixa, Galpão VB	96
Figura 74 – Vista Interna, Galpão VB	96
Figura 75 - Vista lateral da fachada, Galpão VB	97
Figura 76 - Setorização, Parque Ibirapuera.....	98
Figura 77 - Vista aérea, Parque Ibirapuera	101
Figura 78 - Vista aérea, Centro Cultural Oscar Niemeyer	102
Figura 79 - Vista teatro, Centro Cultural Oscar Niemeyer	102
Figura 80 - Vista lateral monumento, museu, biblioteca.....	103
Figura 81 - Vista lateral, Museu de Arte Contemporânea de Niterói	104
Figura 82 - Vista fachada, Museu de Arte Contemporânea de Niterói	105
Figura 83 - Vista Interna, Museu de Arte Contemporânea de Niterói.....	105
Figura 84 – Corte esquemático, Museu de Arte Contemporânea de Niterói	106
Figura 85 – Quadro comparativo de referências Internacionais	107
Figura 86 – Quadro comparativo de referências Nacionais.....	108
Figura 87 – Quadro resumo Programa de Necessidades de Obras Internacionais – PARTE A	109
Figura 88 – Quadro resumo Programa de Necessidades de Obras Internacionais – PARTE B	110
Figura 89 – Quadro resumo Programa de Necessidades de Obras Nacionais – PARTE A	111
Figura 90 – Quadro resumo Programa de Necessidades de Obras Nacionais – PARTE B	112
Figura 91 – Quadro Programa de Necessidades Proposto – PARTE A.....	113
Figura 92 – Quadro Programa de Necessidades Proposto – PARTE B.....	114
Figura 93 – Quadro Programa de Necessidades Proposto – PARTE C	115

Figura 94 – Quadro Programa de Necessidades Proposto – PARTE D	116
Figura 95 – Estudo de massas	117
Figura 95 – Fluxograma	119
Figura 96 – Vista Superior do Estado de Rondônia (GOOGLE EARTH, 2019).....	120
Figura 97 – Vista Superior Cidade de Rolim de Moura (GOOGLE.....	121
EARTH, 2019)	121
Figura 98 – Vista Superior delimitação bairros (GOOGLE EARTH, 2019)	121
Figura 99 – Vista Superior delimitação Quadra (GOOGLE EARTH, 2019).....	122
Figura 100 – Vista Superior delimitação Lote (GOOGLE EARTH, 2019)	122
Figura 101 – Vias de acesso ao terreno (GOOGLE EARTH, 2019).....	123
Figura 102 –Equipamentos Urbanos (GOOGLE EARTH, 2019)	123
Figura 103 – Localização Equipamentos Urbanos (GOOGLE EARTH, 2019)	124
Figura 104 – Quadro de Parâmetros Urbanísticos (ROLIM DE MOURA, 2012)	125
Figura 105 – Indicação vistas do terreno (GOOGLE EARTH, 2019).....	126
Figura 106 – Vista panorâmica 01.....	127
Figura 107 – Vista panorâmica 02.....	127
Figura 108 – Vista 03	127
Figura 109 – Vista 04	127
Figura 110 – Esquematização de inclinação do terreno (GOOGLE EARTH, 2019)	127
Figura 111 – Polígonos em Geometria Abstrata - 1	130
Figura 112 – Polígonos em Geometria Abstrata - 2	130
Figura 113 – Quatro Substâncias Químicas da Felicidade (DATTOLI, 2018)	131
Figura 114 – Esquema drenagem	133
Figura 115 – Sistema Fotovoltaico	133
Figura 116 – Coleta e Reaproveitamento.....	133
Figura 117 – Torneira Sensorial	134
Figura 118 – Sistema de ventilação	134
Figura 119 – Modelos de Brises.....	135
Figura 120 – Iluminação por Átrios.....	135
Figura 121 – Concreto em alto desempenho	136
Figura 122 – Laminação com PVB.....	136
Figura 123 – Estrutura Metalica	136
Figura 124 – Piso Tátil Sintético.....	137
Figura 125 – Rampa Acessível.....	137

Figura 126 – Elevador Acessível.....	137
Figura 127 – Dimensionamento PNE	138
Figura 128 – Street Art (Etnias).....	138
Figura 129 – Painei Madeira	139

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

% – Porcentagem

a.C. – Antes de Cristo

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

APP – Área de Preservação Permanente

ART – Artigo

BR 153 – Rodovia Transbrasiliana

BR 364 – Rodovia

C.C. Les Quinconces – Centro Cultural Les Quinconces

C.C. Oscar Niemeyer – Centro Cultural Oscar Niemeyer

C° – Grau Celsius

CA – Coeficiente de Aproveitamento

CBMRO – Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia

CCBB-RJ – Centro Cultural Banco do Brasil – Rio de Janeiro

CIRETRAN – Circunscrição Regional de Trânsito

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

DE – Duto de entrada de ar

DIR. ADM. – Diretoria Administrativa

DIR. FINAN. – Diretoria Financeira

DML – Depósito de Materiais de Limpeza

DO – Duto de saída de ar

DOE – Diário Oficial do Estado

ECSA – Eixos de Comercio e Serviços de Apoio

ECSB – Eixos Comerciais e de Serviços de Bairro

EV-ARQ – Estudo de viabilidade de Arquitetura

Fem. – Feminino

GO – Goiás

Hab./km² – Habitantes por Quilômetro quadrado

IT – Instrução Técnica

Kg/m – Quilogramas por metro

Km/h – Quilômetros por hora

LV-ARQ – Levantamento de dados para Arquitetura

M – Metros

M² – Metros quadrados

MAC – Museu de Arte Contemporânea de Niterói

MASC. – Masculino

MEC – Ministério da Educação

NBR – Norma Brasileira de Regulamentação

Ø – Diâmetro

PCF – Porta corta-fogo

PN-ARQ – Programa de necessidades para Arquitetura

PNE – Portador de Necessidades Especiais

PVB – Polivinil butiral

PVTO – Pavimentos

QTD. – Quantidade

RJ – Rio de Janeiro

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEC – Sistema Estadual de Cultura

SESC – Serviço Social de Comércio

SP – São Paulo

TO – Taxa de Ocupação

UNCTAD – The United Nations Conference on Trade and Development

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

VB – Videobrasil

WC's – Banheiros

ZV – Zona Verde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
1. REFERENCIAL TEÓRICO	24
1.1 Histórico e evolução	24
1.1.1 Internacional	25
1.1.2 Nacional	29
1.2 Legislação	34
1.2.1. Municipal	34
1.2.2. Estadual	38
1.2.3. Federal	56
1.2.4. Normas Técnicas.....	59
1.3 Aspectos Teóricos	66
1.3.1 Opiniões de autores Internacionais	66
1.3.2 Opiniões de autores Nacionais.....	69
2. TIPOLOGIA	72
2.1 Família	72
2.2 Tipo.....	73
2.2.1 Teatro	73
2.2.2 Biblioteca.....	73
2.2.3 Museu.....	73
2.2.4 Centro de Eventos.....	74
2.2.5 Centro Cultural	74
2.3 Tipo Escolhido.....	74
3. METODOLOGIA.....	75
3.1 Pesquisa.....	75
3.2 Método.....	76
3.3 Procedimento	77
4. REFERENCIAL ARQUITETÔNICO	78
4.1 Obras Internacionais.....	78
4.1.1 Ópera de Sydney.....	78
4.1.2 Centro Cultural Les Quinconces.....	81
4.1.3 Centro Georges Pompidou.....	84

4.1.4 Centro de Serviços Criativos da Letônia Oriental - Zeimuls	87
4.2 Obras Nacionais	92
4.2.1 Museu do Amanhã	92
4.2.2 Galpão VB	95
4.2.3 Parque Ibirapuera.....	97
4.2.4 Centro Cultural Oscar Niemeyer.....	101
4.2.5 Museu de Arte Contemporânea de Niterói	104
4.3 Análise de Referências	106
5. PROGRAMA DE NECESSIDADES	109
5.1. Quadro de resumo.....	109
5.2. Programa de Necessidades Proposto	113
5.3. Estudo de Massas	117
5.3.1. Volumetria	118
6. ESTUDO DE CASO DE SÍTIO	120
6.1. Imagens de localização do terreno	120
6.2. Localização e acessos	123
6.3. Lote.....	124
6.3.1 Medidas do lote	124
6.3.2 Imagens do terreno	125
6.3.3 Justificativa de escolha do lote	128
7. CONCEITO E PARTIDO ARQUITETÔNICO	129
7.1. Conceito	129
7.2. Partido Arquitetônico.....	131
7.2.1. Diretrizes	132
7.2.2. Sustentabilidade	132
7.2.3. Conforto térmico	134
7.2.4. Materiais.....	135
7.2.5. Acessibilidade	137
7.2.6. Especificações.....	138
REFERÊNCIAS.....	141
APÊNDICE.....	159

INTRODUÇÃO

A dissertação apresentada a seguir aborda como temática o estudo e visando a viabilidade de inserção de um Complexo Cultural Recreativo em Rolim de Moura, composição teórica esta que se dá a partir da constatação da ausência de um espaço multi interativo que proporcione a fomentação de atividades culturais, e que visem questões sociais e de educação, contribuindo assim para um adensamento progressivo de científico e cultural à comunidade Rolim Mourense.

Diante à problemática apresentada fora colocada em questão, a necessidade da análise e composição teórica, compilada a um estudo de viabilidade, e se comprovada eficácia, a elaboração projetual, de um Complexo Cultural Recreativo, que atenda a tal necessidade cultural a qual os munícipes se encontram submissos, em decorrência da ausência deste.

Desta forma é dissertado pelo Capítulo 1, o referencial teórico utilizado para composição da base conceitual do instrumento proposto, que parte da busca por fontes que presumam e apontem as possíveis localizações (espaço-tempo) e que se relacionem ao surgimento dos ambientes de interação da população; apresentando posteriormente as legislações (municipal, estadual, federal e normas) que contribuem na elaboração e execução do equipamento; além de em um dado momento, apresentar subsequentemente os aspectos teóricos, opiniões de autores nacionais e internacionais, sobre os ambientes culturais e artísticos.

Adiante é exposto pelo Capítulo 2, a tipologia referente ao instrumento proposto, se classificando dentre a família da Arquitetura Cultural, e as possíveis vertentes da família supracitada, enfatizando o tipo escolhido.

O Capítulo 3 vem com o intuito de apresentar o embasamento teórico metodológico, dispondo a metodologia que melhor se adequa ao instrumento proposto, além de apresentar as subseções da metodologia de pesquisa escolhida (pesquisa, método e procedimento), fundamentando ainda no capítulo a alegação teórica através da opinião de autores internacionais e nacionais, e a conceituação apresentada diante argumentação por parte da autora, advinda da análise de cada subitem correlacionado à fundamentação do tema proposto.

Dispõe-se dentre o Capítulo 4, a exposição de referenciais arquitetônicos internacionais e nacionais, apresentando sobre estes os critérios mais atraentes

projetualmente, e que de certa forma apresentem inspiração durante a elaboração do instrumento defendido. Expondo dentre o capítulo, o constante crescimento e evolução de espaços que visam a interatividade social, e o interesse em fomentar questões culturais locais ou a nível global. Evidenciando ainda que cada uma dessas obras possui finalidades totalmente distintas, podendo apresentar intuito de monumentalidade, diversidade funcional, ou que possam apresentar uma seleção em relação ao público alvo, limitando-se a demanda local, regional ou global (no caso de espaços históricos ou que possuam acervo histórico).

Com base nas informações coletadas na seção anterior relacionadas a análise das obras utilizadas como referência, fora possível no Capítulo 5 a produção de quadros comparativos, relacionados à setorização e ambientação de cada obra. Estabelecendo assim uma base informativa que posteriormente atuou como auxílio na produção do Programa de Necessidades do tema proposto, e seus devidos estudos, como estudo de massas (setorização/volumetria) e o fluxograma.

Conforme os dados coletados, e a elaboração do pré-dimensionamento dos setores, e escolha da possível área necessária para inserção do objeto em questão, é exposto no Capítulo 6, o terreno selecionado para instalação do tema proposto localizando-se no município de Rolim de Moura, estado de Rondônia. Onde para uma melhor análise da correlação terreno/projeto, fora composta uma base fotográfica de acervo autoral, além da captura de imagens via satélite para estudo territorial, evidenciando a partir de análise o mesmo se enquadra às necessidades territoriais do projeto posteriormente a ser produzido.

Após todas as devidas análises teóricas e de campo, é disposto no Capítulo 7, o conceito escolhido para elaboração do equipamento urbano proposto, tópico este que atua diretamente na escolha plausível do partido arquitetônico a ser adotado, abordando dentre estas subseções que apresentam as diretrizes a serem adotadas.

Por fim conclui-se que todo o embasamento teórico e estudo de caso supracitado pelos capítulos anteriores, serviram como embasamento para uma análise coerente acerca da possível inserção do equipamento em questão no município Rolim de Moura. Base teórica esta que atuara como agente direto na elaboração de todas diretrizes projetuais, bem como compilamento entre os índices urbanísticos e legais, e a devida escolha de localização adotada para este.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico utilizado para composição da base conceitual do instrumento proposto, parte da busca por fontes que presumam e apontem as possíveis localizações (espaço-tempo) que se relacionem ao surgimento dos ambientes de interação da população; apresentando posteriormente as legislações (municipal, estadual, federal e normas) que venham a contribuir na execução dos equipamentos; além de em um dado momento, apresentar subsequentemente os aspectos teóricos, opiniões de autores nacionais e internacionais, sobre os ambientes culturais e artísticos.

Destacando assim, que tais locais tinham como objetivo colocar em prática e evidenciar conceitos como cultura, lazer, e quaisquer atividades quem vinham a fim de oferecer conhecimento e diversão à população local.

1.1 Histórico e evolução

O histórico evolutivo dos espaços destinados a interação social, bem como proporção de questões envolvendo o lazer e a cultura tiveram início em territórios europeus, onde em si os ambientes não possuíam característica de centros culturais em si, mas de edificações em tipologias distintas, porém com o intuito generalizado de uso comum que destinassem a interação da sociedade que fosse para uso científico, questões políticas, ou até mesmo como ambiente de lazer.

Sendo visível o ápice da propagação e inserção no meio urbano, dos costumes culturais, somente após uma sucessiva onda revolutiva, por parte da comada proletária, como exemplo a Revolução Francesa, Revolução Industrial, e promulgação da Carta de Atenas, conjunto de eventualidades estas, que afluíram questões trabalhistas e seus direitos, dentre eles o direito de lazer dos trabalhadores nos períodos de ócio.

No território brasileiro, tal inserção, é caracterizada por ser bem recente, iniciando pelas regiões antes conhecidas como capitais brasileiras (em cronologia distinta), semelhante aos espaços de cunhos culturais europeus (como exemplo, bibliotecas, museus e afins), passando em um momento posterior a criação de centros culturais em edificações individuais.

1.1.1 Internacional

Conforme Cardoso e Castelnou (2007), as edificações que visavam atender questões sociais e culturais da sociedade contemporânea só iniciaram a multiplicação e disseminação sociocultural a partir da segunda metade do século XVIII e durante o século XIX, durante a Revolução Industrial na Europa.

Assim bibliotecas, os museus, os teatros, as salas de concertos, os auditórios e os cinemas, dentre outras edificações culturais, passaram a adquirir um novo significado e importância no ambiente urbano, e sua progressiva evolução se dava em diversas nacionalidades (CARDOSO e CASTELNOU, 2007).

No entanto vale mencionar que há relatos de que as primeiras estruturas que visavam a propagação da questão cultural e política surgiram desde as eras antigas e medievais, realizadas em praças, tendo como exemplo as *ágoras gregas* e os *fóruns romanos*, onde atividades como comércio, vida social, política e comercial eram expostas e conseqüentemente caracterizavam-se por desenvolver a cultura das *urbes* (FIGUEIREDO, 2014).

Figura 01 – Vista Fórum Romano



Fonte: Tudo Sobre Roma, 2019.

Segundo Figueiredo (2014),

As *ágoras gregas*, são um exemplo de praça, que davam suporte à estrutura moral e política das cidades, refletindo a concepção de democracia dos gregos, algumas vezes serviam de palco para as manifestações das ideias dos cidadãos. Já na Roma, os *fóruns* eram inspirados nas ágoras, entretanto, não abrigava atividade religiosa. Quando nos referimos à Baixa Idade Média, a praça acaba se tornando o “coração” da cidade, cercadas por casas e ruas de comércio.

De acordo com Ramos (2007), dentre os espaços culturais espalhados pelo mundo, vale mencionar as bibliotecas e museus, que também caracterizavam como disseminadores culturais na antiguidade.

Desta forma Ramos (2007) ainda menciona, que um edifício de suma importância e que também se caracterizou como modelo de complexo cultural presente na Antiguidade Clássica, é a Biblioteca de Alexandria ou “museion”.

A edificação era constituída por palácios reais onde se encontravam diversos tipos de objetos históricos tangíveis que preservavam e constataavam o saber existente na Grécia antiga, abordando vertentes religiosas, mitológicas, astronômicas, filosóficas, medicinais, zoológicas, etc (RAMOS, 2007).

Figura 02 - Esboço da provável Alexandria



Fonte: Biblioteca Em Foco, 2014.

Funcionava como um espaço destinado ao estudo paralelo à um ambiente destinado ao culto às divindades, e armazenamento de objetos científicos e artísticos. Além de apresentar um anfiteatro, salas para refeições e trabalho, um observatório, jardim e zoológico (SILVA, 1995, *apud* RAMOS, 2007).

Figura 03 - Ruínas da biblioteca de Alexandria



Fonte: Biblioteca Em Foco, 2014.

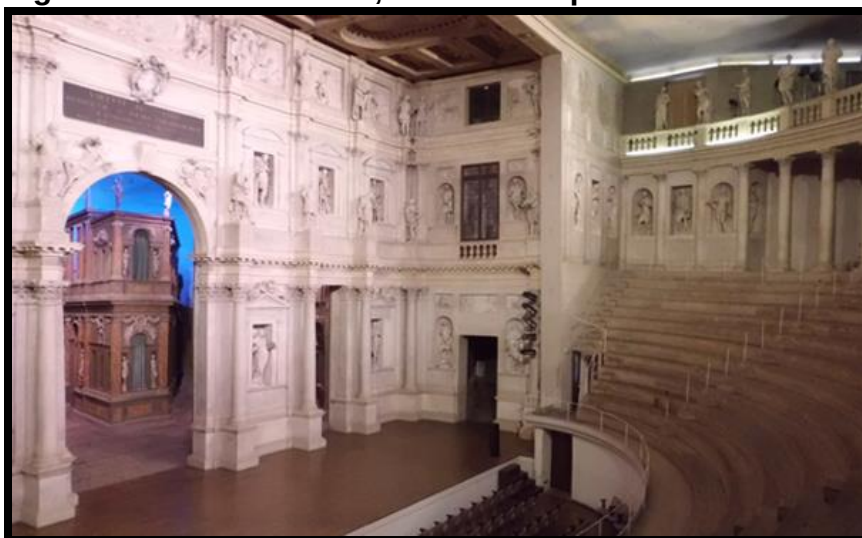
Conforme Danckwardt (2001) e Silva (2014, p. 29), os teatros, também propulsores do vértice cultural, surgiram no ocidente na Antiguidade, por volta do século V a.C, na Grécia, eram construídos em pedras, principalmente em forma de construções monumentais para que tanto sua imponência, como do governo, fosse devidamente demonstrada à sociedade.

O autor ainda menciona que tais teatros se regiam sob duas funções: a função antropológica, onde era representando por questões religiosas e mitológicas, envolvendo crenças e rituais da cultura grega; e etimológica, que funcionava como forma cultural voltada à conscientização da sociedade grega, com conteúdo voltados à questão social com caráter ideológico (DANCKWARDT, 2001).

Ao decorrer dos anos os teatros culturais foram arquitetonicamente evoluindo, e questões estruturais, como os primogênitos construídos em pedras ao ar livre, deram espaço às edificações permanentes (FIGUEIREDO, 2014).

Figueiredo (2014) ainda expõe que, os primeiros teatros permanentes começaram mesmo com o Teatro da Academia Olímpica de Vicenza idealizado por Andrea Palladio, em cerca de 1580, sendo o mais antigo teatro renascentista ainda existente.

Figura 04 – Vista interna, Teatro Olímpico



Fonte: Unirio, 2018.

O Teatro Olímpico, com Silla como secretário geral, foi uma instituição cultural de Vicenza fundada em 1555, por vários intelectuais, incluindo o próprio Andrea Palladio e Gian Giorgio Trissino (DURANTE, 2015).

A Academia Olímpica tinha por objetivo, através de publicações, e ministrando cursos, difundir as várias atividades artísticas, literárias, históricas, filosóficas, científicas, técnicas, jurídicas, econômicas, sociológicas, administrativas e artísticas, com especial atenção para a cultura, a vida artística e progresso da cidade de Vicenza e seu território histórico (DURANTE, 2015).

Figura 05 – Vista palco, Teatro Olímpico



Fonte: Durante, 2015.

Os primeiros centros culturais, anteriormente nomeados como Centros de Arte, só surgiram a partir do século XIX, período dado entre a Revolução Industrial, onde questões trabalhistas foram devidamente importadas pelos sindicatos trabalhistas, visando uma melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores, incluindo o lazer como um derivante das funções básicas de uma cidade (SEGAWA, 1982, *apud* CARDOSO e CASTELNOU, 2007).

Após a revolução industrial questões trabalhistas que envolviam diretrizes sobre direitos e seus devidos deveres, dentre os quais a garantia de lazer nos tempos de ócio dos trabalhadores. Fazendo assim com que o lazer passasse a caracterizar-se como uma das funções básicas da cidade, função atribuída através da promulgação da famosa Carta de Atenas, em 1933, necessitando-se de novos espaços para o lazer nas cidades (FIGUEIREDO, 2014).

Os primeiros centros culturais foram ingleses, onde surgia apenas no fim da década de 1950 na França, bases que padronizavam ações culturais, e lançava espaços culturais como alternativa de lazer visando a melhoria no relacionamento entre as pessoas no trabalho, através da criação de áreas de convivência, espaços esportivos e centros sociais, resultando posteriormente na inserção de casas de cultura (NEVES, 2013).

1.1.2 Nacional

As primeiras manifestações culturais no Brasil se dão desde as atividades religiosas jesuítas, no período de descoberta territorial, século XVI, onde tais atividades se baseavam na catequização indígena através de cantigas, teatros e livros, artigos estes que se limitavam aos mosteiros e igrejas, que se tornavam centros de leitura e discussão (MILANESI, 1997).

Com a chegada da corte portuguesa, fora uma diversidade de coletâneas de artefatos culturais (livros, e afins), além do investimento particular que passara a ser efetivado com a instalação da família real, porém devido à falta de apoio do governo, atividade perdera força (MILANESI, 1997).

Apenas em 1823, após a independência do Brasil, uma substituição das escolas jesuíticas e implantação das escolas públicas, garante a instrução primária à todo cidadão, dando suporte assim para que novos conhecimentos e inovações fossem adquiridos, atividade está inexistente anteriormente (MILANESI, 1997).

Figura 06 – Desenho da disposição de edificações de um Aldeamento das Missões Jesuíticas de indígenas Guaranis



Fonte: Silva, C.R., 2015.

Em 1889, na Proclamação da República, uma série de problemas se alastravam no território brasileiro, devido à falta de recursos, quer sejam relacionados à materiais de ensino como formas de se ter acesso ao ambiente escolar, conjunto de problemas esse que ocasionava a redução das escolas (MILANESI, 1997).

Incluindo ainda dentre o panorama caótico do período a separação das atividades instrutivas às de cunho cultural, ocasionando em uma grande parada, bem como retrocesso, da cultura no país, quando comparada aos países europeus que avançavam gradativamente (MILANESI, 1997).

. Porém é valido evidenciar que diante tal separação, a vertente cultural passa a ser evidenciada e propagada pelos meios de comunicação através da vinculação da cultura ao jornalismo, o qual a partir de 1930, uma série artistas de tal ramo passaram a atuar, sempre encaixados em cronogramas oficiais, departamentos culturais, e posteriormente nos específicos Centros de Cultura brasileiros (MILANESI, 1997).

Segundo Milanesi (1997), é criado o Departamento da Cultura em São Paulo, pelo prefeito Fábio Prado e sob direção de Mario de Andrade, criando uma série de premissas, dentre elas a de democratizar a arte, em espacial à população mais carente que era totalmente desprovida de lazer.

Em 1934, é criada a Universidade de São Paulo, principal centro educacional e disseminador de bibliotecas paulistas naquela época, destacando-se a Biblioteca Municipal, que dava acesso livre ao conhecimento no campo cultural, além de caracterizar-se mais tarde como principal centro cultural e propulsor econômico do estado (MILANESI, 1997).

Figura 07 – Fachada Biblioteca Municipal, Biblioteca Mário de Andrade



Fonte: Abravidro, 2016.

Com a entrada do Estado Novo, em 1937, o processo evolutivo cultural acaba sendo parado, em decorrência da necessidade de cortes destinado à cultura, dando estaticidade às bibliotecas, e restrição apenas a atividades escolares, permanecendo apenas o acervo literário até então existente (MILANESI, 1997).

É mencionado por Coelho (1986, *apud* Krenchinski, 2015), que a inserção dos centros culturais brasileiros é bem recente, porém o interesse por tal estrutura de lazer, já iniciara desde meados anos 60, e durante o governo de Médici através do Programa de Ação Cultural do MEC, principalmente em territórios paulistas.

No entanto, as atividades culturais já eram desenvolvidas, porém em espaços separados, como os teatros, cinemas, bibliotecas, museus e afins. Onde a partir da década de 70, ocorre a fusão de tais espaços individuais, para o que atualmente chamamos de Centros de Cultura (MILANESI, 1997).

Inaugurado em 21 de setembro de 1967, o Museu Lasar Segall, localizado no bairro Vila Mariana, antiga residência do artista. Com uma área coberta de 1.528 m², contando com salas de exposições, auditório, depósito de acervo, anexo do atelier e algumas instalações auxiliares que servem ao setor administrativo (CENNI, 1991).

Figura 08 – Fachada Museu Lasar Segall



Fonte: Imbroisi, 2016.

Segundo Neves (2013), o Brasil veio a se interessar por centro cultural a partir da década de 1960, mas só se efetivou por volta dos anos 80, com a criação do Centro Cultural do Jabaquara, em 1977 em São Paulo.

Figura 09 – Fachada, primeiro Centro Cultural do Jabaquara



Fonte: Filho, 2017.

Em 1982, O Serviço Social de Comércio (SESC), junto a arquiteta Lina Bo Bardi, através de um projeto de revitalização de galpões industriais antigos, criam o nacionalmente conhecido complexo cultural SESC Pompeia, que dá ao público paulista, um espaço que visa a pratica de atividades esportivas, artísticas e de

aprendizado, através de cursos, eventos e treinamento esportivo (OLIVEIRA, O., 2006).

Figura 10 – Fachada, complexo cultural SESC Pompeia



Fonte: Fracalossi, 2013.

Em 13 de Maio de 1982, surge o Centro Cultural São Paulo, é inaugurado incompleto, conforme Cenni (1991), idealizado inicialmente para se tornar um departamento autônomo da Secretaria Municipal da Cultura. O Centro Cultural São Paulo, característico por buscar unir de modo multidisciplinar informação, cultura e artes, além de um museu de artes.

Figura 11 – Vista aérea, Centro Cultural São Paulo



Fonte: Arquivo Arq, 2012.

A primeira atividade cultural realizada no CCBB-RJ, Centro Cultural Banco do Brasil – Rio de Janeiro, foi uma exposição com tema a vida e obra do escritor Machado de Assis em 1989, destacando que o apoio das leis de incentivo à cultura,

era inexistente uma vez que nesta época o tema ainda encontrava-se em fase de consolidação (CASTRO, 2008).

Figura 12 – Fachada, Centro Cultural Banco do Brasil (RJ)



Fonte: Agência Brasil, 2019.

Em Belo Horizonte, multiplicaram-se o número de espaços com este perfil a partir da década de 90. Hoje, são pelo menos 14 espaços, com perfis e públicos diferenciados, cada uma a seu perfil e sua relação com a cidade e estabelece uma política de ação (RAMOS, 2007).

1.2 Legislação

Para que uma análise coerente fosse devidamente realizada, diretrizes legislativas nos mais diversos níveis de abrangência (envolvendo legislação municipal, estadual, federal, e demais normas técnicas), foram utilizadas.

1.2.1. Municipal

Para a seleção das diretrizes legislativas municipais, utilizou-se o Plano Diretor, Lei nº 051/2008; e o Código de Obras, Lei Complementar nº 64/2009. Destacando ainda que os tais se referem à comarca de Rolim de Moura, do Estado de Rondônia. Assim critérios foram estabelecidos para tal seleção legal, como adequação ao tema proposto, atendimento às necessidades dos usuários, defesa da cultura e ênfase do patrimônio cultural local e regional.

Figura 13 - Quadro de Lei Nº 051 – Plano Diretor (ROLIM DE MOURA, 2008)

Institui o Plano Diretor Participativo, instrumento normativo e estratégico da política de desenvolvimento municipal que visa integrar e orientar as ações dos agentes públicos e privados na gestão urbanística sopesando a promoção da prosperidade e o bem-estar individual e coletivo.	
ART. 14	A política de produção e organização do espaço físico municipal será orientada pelos seguintes objetivos: II - Estimular a ocupação dos vazios urbanos; VI - Garantir a preservação do patrimônio histórico cultural representativo e significativo da memória urbana e rural;
ART. 68	O Programa social do Município de Rolim de Moura, norteará por um conjunto de diretrizes e ações, assim classificadas: II - AÇÕES: e) Criar espaços comunitários de convivência e para realização de programas e ações integradas, bem como para reuniões dos moradores;
ART. 79	A Política de Esportes e Lazer nortear-se-á pelas seguintes diretrizes: I – Dar ao esporte e ao lazer dimensão educativa, com implementação de pedagogia que promova nas pessoas o espírito comunitário e o sentimento de solidariedade, contribuindo para diminuir ou mesmo eliminar, a postura discriminatória da sociedade;
ART. 80	Os instrumentos básicos para a realização da Política Municipal específica de Esportes e de Lazer, além de outros previstos nas legislações Federal, Estadual e Municipal, são: VIII - Estabelecer programação de atividades e alocação de equipamentos para utilização das áreas de lazer (festas, jogos, brincadeiras, feiras, entre outros);
ART. 81	O cumprimento da Política Municipal de Cultura compete ao Poder Executivo, especialmente através de: I - A promoção, proteção e preservação do patrimônio histórico e cultural do Município como um todo; III - A informação, valorização e manutenção de arquivo cultural próprio para formação dos valores culturais da Cidade, da Região e do Estado, bem como dos nacionais e universais;
ART. 82	III - Promover e ampliar a utilização dos equipamentos municipais e espaços públicos com mecanismo de desconcentração e universalização da atividade cultural; VI - Incentivar e apoiar as manifestações Culturais e comerciais do município, que contribuam para elevação da qualidade de vida da população, levando em conta a diversidade cultural existente; VII — Assegurar o pleno funcionamento de equipamentos e serviços culturais do Município; VIII - Garantir o acesso de portadores de deficiência física aos equipamentos culturais;

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 14 - Quadro de Lei Complementar N° 64 – Código de Obras (ROLIM DE MOURA, 2009) – PARTE A

Dispõe sobre o Código de Obras e Edificações do Município de Rolim de Moura.	
ART. 77	As edificações destinadas a abrigar atividades educacionais deverão dispor de local de recreação, coberto e descoberto. Parágrafo Único. As áreas de recreação descobertas deverão ser arborizadas e orientadas de forma a garantir incidência solar, pelo menos, um período de duas horas diárias durante todo o ano.
ART. 79	O cálculo da capacidade das arquibancadas, gerais e outros setores de estádios, deverão considerar, para cada metro quadrado, duas pessoas sentadas ou três em pé, não se computando a áreas de circulação e acessos.
ART. 82	Os vãos úteis para iluminação e ventilação deverão observar as seguintes proporções mínimas para os casos de ventilação cruzada: I – 1/6 (um sexto) da área do piso para os compartimentos de permanência prolongada; II – 1/8 (um oitavo) da área do piso para os compartimentos de permanência transitória;
ART. 84	As salas de aula das edificações destinadas a atividades de educação deverão ter aberturas para ventilação equivalente a, pelo menos, um terço de sua área, de forma a garantir a renovação constante do ar e que permitam a iluminação natural mesmo quando fechadas.
ART. 89	As portas de acesso das edificações destinadas a abrigar atividades de educação deverão ter largura mínima de 3,00m.
ART. 91	As portas de acesso das edificações destinadas a locais de reunião deverão atender às seguintes disposições: III – para o público haverá sempre, no mínimo, uma porta de entrada e outra de saída do recinto, situadas de modo a não haver sobreposição de fluxo, com largura mínima de 2,00m, sendo que a soma das larguras de todas as portas equivalerá a uma largura total correspondente a 1,00m para cada 100 (cem) pessoas.
ART. 93	De acordo com a classificação do art. 46, as larguras mínimas permitidas para corredores serão: I – 0,80m para uso privativo; II – 1,50m para uso comum e coletivo.
ART. 94	Os corredores que servem às salas de aula das edificações destinadas a abrigar atividades de educação deverão apresentar largura mínima de 1,50 e acréscimo de 0,20m para cada sala.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 15 - Quadro de Lei Complementar N° 64 – Código de Obras (ROLIM DE MOURA, 2009) – PARTE B

Dispõe sobre o Código de Obras e Edificações do Município de Rolim de Moura.	
Art. 103	§ 2º A altura máxima dos degraus será de 0,18m (dezoito centímetros) e a largura mínima do mesmo será de 0,28m (vinte e oito centímetros), sendo que a relação entre estas duas dimensões deverá estar de acordo com a fórmula $2h + b = 63 \text{ cm a } 64 \text{ cm}$, onde “h” é a altura do degrau e “b”, a largura.
Art. 110	O hall de acesso aos elevadores deverá sempre ter ligação que possibilite a utilização da escada, em todos os andares. Parágrafo Único. O acesso à casa de máquinas dos elevadores deverá ser através de corredores, passagens ou espaços de uso comum do edifício.
Art. 126	As instalações hidrossanitárias deverão obedecer aos seguintes dispositivos específicos, além das disposições previstas em regulamento. I – toda edificação deverá dispor de instalações sanitárias que atendam ao número de usuários e à função que se destinam;
Art. 130	As edificações que abrigarem atividades de prestação de serviço e edificações classificadas como especiais, deverão dispor de instalações sanitárias separadas por sexo e localizadas de tal forma que permitam sua utilização pelo público.
Art. 137	São consideradas especiais as instalações de para-raios, preventiva contra incêndio, iluminação de emergência e espaços ou instalações que venham a atender às especificidades do projeto da edificação em questão.
Art. 143	As edificações não residências com área construída superior a 2.000,00m ² (dois mil metros quadrados) deverão possuir equipamentos gerenciador de energia.
Art. 151	As edificações terão instalações preventivas contra incêndio, de acordo com as Orientações técnicas do Corpo de Bombeiros.
Art. 155	Conforme o tipo de atividade a que se destinam, as edificações classificam-se em: Especiais: aquelas destinadas às atividades de educação, pesquisa e saúde e locais de reunião que desenvolvam atividades de cultura, religião, recreação e lazer: As edificações definidas neste inciso destinam-se a abrigar atividades onde normalmente ocorrem reuniões e frequência de grande número de pessoas. Apresentam-se subdivididas em diversas categorias e cada uma deverá seguir as orientações específicas relativas a categoria em que se enquadra: Incluem-se na definição desta alínea os seguintes exemplos, entre outros: c) ensino técnico e profissionalizante; e) cursos livres; l) cinemas auditórios, teatros ou salas de concertos; p) recintos para exposições ou leilões; q) museus;

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

1.2.2. Estadual

Como diretrizes legislativas a nível estadual, foram utilizados parâmetros legais propostos pelo Corpo de Bombeiros (através da Lei nº 3.924, de 2016) e IT's referentes à tal legislação, prevendo normas de segurança contra incêndio e evacuação de pessoas; E a Lei nº 2.746, de 18 De Maio De 2012, apresentada pelo DOE/RO, onde institui o SEC (Sistema Estadual de Cultura), e dispõe sobre sua composição.

Figura 16 – Quadro De Lei Nº 2.746 – DOE (RONDÔNIA, 2016)

Institui o Sistema Estadual de Cultura – SEC e dispõe sobre sua composição.	
ART. 8	São atribuições da Secretaria Estadual dos Esportes, da Cultura e do Lazer – SECEL: IV - valorizar todas as manifestações artísticas e culturais que expressam a diversidade étnica e social do Estado de Rondônia; V – catalogar, preservar e valorizar o patrimônio cultural material e imaterial do Estado; VI - pesquisar, registrar, classificar, organizar e expor ao público a documentação e os acervos artísticos, culturais e históricos de interesse do Estado; X - descentralizar os equipamentos, as ações e os eventos culturais, democratizando o acesso aos bens culturais; XIII - elaborar estudos das cadeias produtivas da cultura para implementar políticas específicas de fomento e incentivo;
ART. 33	É responsabilidade do Poder Público Estadual, com a participação da sociedade, planejar e fomentar políticas públicas de cultura, assegurar a preservação e promover a valorização do patrimônio cultural material e imaterial e estabelecer condições para o desenvolvimento da economia da cultura, considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural.
ART. 34	Cabe ao Poder Público do Estado planejar e implementar políticas para: I – assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação; II – universalizar ao acesso aos bens e serviços culturais; III – contribuir para a construção da cidadania cultural; IV – reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no Estado; IX – estruturar e regulamentar a economia da cultura, no âmbito local; X – consolidar a cultura como importante vetor do desenvolvimento sustentável; XI – intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais; XII – contribuir para a promoção da cultura da paz.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 17 - Quadro de Lei Nº 3.924 - Corpo De Bombeiros (RONDÔNIA, 2016)

Dispõe sobre normas de segurança contra incêndio e evacuação de pessoas e bens no Estado de Rondônia e dá outras providências.	
ART. 1	Compete ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia - CBMRO, o estudo, a análise, o planejamento, a normatização, a exigência, a fiscalização e a execução das normas que disciplinam a segurança contra incêndio e pânico, bem como a evacuação de pessoas e de seus bens, em todo o Estado de Rondônia, na forma do disposto nesta Lei e em sua regulamentação, tendo os seguintes objetos: I - proteger a vida dos ocupantes das edificações e áreas de risco, em caso de incêndio e pânico, possibilitando a desocupação segura e evitando perdas de vidas; II - restringir o surgimento e a propagação de incêndio, reduzindo danos ao meio ambiente e ao patrimônio;
ART. 4	§ 3º As especificações técnicas de segurança contra incêndio e evacuação de pessoas e seus bens nos locais considerados riscos especiais, complexos, de natureza especial ou incomum, serão doutrinadas através de IT's a serem definidas pelo CBMRO.
ART. 6	Os Códigos de Obras e Posturas dos municípios do Estado de Rondônia deverão, no que concerne à segurança e proteção contra incêndio e pânico, atender as disposições desta Lei e seu Regulamento. Parágrafo único. Os planos de urbanização dos municípios, que afetem as larguras livres e os acessos às ruas e avenidas, deverão dispor sobre a forma de facilitar o acesso das viaturas do Corpo de Bombeiros.
ART. 8	O autor do projeto de construção, reforma, alteração de área construída, mudança de ocupação ou de uso de imóvel é responsável pelo seu detalhamento técnico em relação aos sistemas e às medidas de segurança contra incêndio e pânico.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 18 – Quadro De Instrução Técnica N.01/2017 – Procedimentos Administrativos – Anexo – A (RONDONIA, 2017) – PARTE A

GRUPO	OCUPAÇÃO/USO	DIVISÃO	DESCRIÇÃO	TIPIFICAÇÃO
E	Educacional e cultura física	E-3	Espaço para cultura física	Locais de ensino e/ou práticas de artes marciais, ginásticas (artística, dança, musculação e outros) esportes coletivos, sauna, casas de fisioterapia e assemelhados.
F	Local de Reunião de Público	F-1	Local onde há objeto de valor inestimável	Museus, centro de documentos históricos, bibliotecas e assemelhados.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 19 – Quadro De Instrução Técnica N.01/2017 – Procedimentos Administrativos – Anexo – A (RONDONIA, 2017) – PARTE B

GRUPO	OCUPAÇÃO/USO	DIVISÃO	DESCRIÇÃO	TIPIFICAÇÃO
F	Local de Reunião de Público	F-5	Arte cênica e auditório	Teatros em geral, cinemas, óperas, auditórios de estúdios de rádio e televisão, auditórios em geral e assemelhados.
		F-7	Eventos Temporários	Eventos temporários com concentração de público.
		F-8	Local para refeição	Restaurantes, lanchonetes, bares, cafés, refeitórios, cantinas e assemelhados.
		F-9	Recreação pública	Jardim zoológico, parques recreativos e assemelhados, instalados em edificações permanentes.
		F-10	Exposição de objetos e animais	Salões e salas de exposição de objetos e animais, show-room, galerias de arte, aquários, planetários e assemelhados em edificações permanentes.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 20 – Quadro De Instrução Técnica N.06/2017 – Acesso De Viatura Nas Edificações E Áreas De Risco (RONDONIA, 2017)

5.1.1.1 Características da via de acesso	5.1.1.1.1	Largura: mínima de 6,00 m.
	5.1.1.1.3	Desobstrução em toda a largura e com altura livre mínima de 4,50 m.
	5.1.1.1.4	Quando o acesso for provido de portão, este deverá atender à largura mínima de 4,00 m e altura mínima de 4,50 m.
5.1.1.2 Características das faixas de estacionamento	5.1.1.2.1	Largura: mínima de 8,00 m.
	5.1.1.2.2	Comprimento: mínimo de 15,00 m.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 21- Quadro De Instrução Técnica N.09/2017 – Compartimentação Horizontal E Compartimentação Vertical (RONDONIA, 2017) – PARTE A

5. COMPARTIMENTAÇÃO HORIZONTAL			
5.2 Características de construção	5.2.4	As aberturas situadas na mesma fachada, em lados opostos da parede de compartimentação, devem ser afastadas horizontalmente entre si por trecho de parede com 2 m de extensão devidamente consolidada à parede de compartimentação e apresentando a mesma resistência ao fogo.	
	5.2.7	As aberturas situadas em fachadas paralelas, coincidentes ou não, pertencentes a áreas de compartimentação horizontal distintas dos edifícios situados no mesmo lote ou terreno, devem estar distanciadas de forma a evitar a propagação do incêndio por radiação térmica.	
	5.2.10	As paredes de compartimentação devem ser dimensionadas estruturalmente de forma a não entrarem em colapso caso ocorra a ruína da cobertura do edifício do lado afetado pelo incêndio.	
	5.2.12	A compartimentação horizontal deve ser compatibilizada com o atendimento da IT 11 – Saídas de emergência, quanto às distâncias máximas a serem percorridas, de forma que cada área compartimentada seja dotada de no mínimo uma saída para local de segurança.	
5.3 Proteção das aberturas nas paredes de compartimentação	5.3.1 Portas corta-fogo	5.3.1.1	As portas corta-fogo devem atender ao disposto na norma NBR 11742/03 para saída de emergência e NBR 11711/03 para compartimentação em ambientes comerciais, industriais e de depósitos.
	5.3.2 Vareadores corta-fogo	5.3.2.4	Na impossibilidade de serem utilizados vedadores corta-fogo, pela existência de obstáculos na abertura, representados, por exemplo, por esteiras transportadoras, pode-se utilizar alternativamente a proteção por cortina d'água, desde que a área da abertura não ultrapasse 1,5 m ² , atendendo aos parâmetros da IT 23 – Sistemas de chuveiros automáticos e normas técnicas específicas. A cortina d'água pode ser interligada ao sistema de hidrantes, que deve possuir acionamento automático.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 22 - Quadro De Instrução Técnica N.09/2017 – Compartimentação Horizontal E Compartimentação Vertical (RONDONIA, 2017) – PARTE B

6. COMPARTIMENTAÇÃO VERTICAL			
6.2 Características de construção	6.2.1 Compartimentação vertical na envoltória do edifício (fachadas)	6.2.1.1	Deve existir elemento corta-fogo na fachada, com tempo de resistência determinado pela IT 08, separando aberturas de pavimentos consecutivos, que podem se constituir de vigas e/ou parapeito ou prolongamento dos entrepisos, além do alinhamento da fachada.
		6.2.2.3	As aberturas existentes nos entrepisos devem ser devidamente protegidas por elementos corta-fogo de forma a não serem comprometidas suas características de resistência ao fogo.
6.3 Aberturas nos entrepisos	6.3.1 Escadas	6.3.1.8	A exigência de resistência ao fogo das paredes de enclausuramento da escada também se aplica às antecâmaras quando estas existirem.
	6.3.2 Elevadores	6.3.2.4	As portas para-chamas dos andares dos elevadores podem ser substituídas pelo enclausuramento dos halls de acesso aos elevadores, por meio de paredes e portas corta-fogo.
		6.3.2.5	Podem-se enclausurar os halls dos elevadores alternativamente às portas para- chamas de andar. Os Halls deverão ser enclausurados por meio da utilização de portas retráteis corta-fogo, mantidas permanentemente abertas e comandadas por sistema de detecção automática de fumaça, de acordo com a NBR 17240/10, as quais se fecharão automaticamente em caso de incêndio. .

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 23 – Quadro De Instrução Técnica N.11/2017 – Saídas De Emergência (RONDONIA, 2017) – PARTE A

5. PROCEDIMENTOS			
5.2 Componentes da saída de emergência	5.2.1	A saída de emergência compreende o seguinte: a) Acessos ou corredores; b) Rotas de saídas horizontais, quando houver, e respectivas portas ou espaço livre exterior, nas edificações térreas; c) Escadas ou rampas; d) Descarga; e) Elevador de Emergência.	
	5.2.2	Todos os componentes da saída de emergência devem estar desobstruídos, livres de barreiras e de previsão destas, como por exemplo, vagas de estacionamento.	
5.4 Dimensionamento das saídas de emergência	5.4.1 Largura das saídas	5.4.2.1	A largura das saídas, isto é, dos acessos, escadas, descargas, rampas e portas é dada pela seguinte fórmula: Em que: $N = \frac{P}{C}$ N = Número de unidades de passagem, arredondado para o número inteiro imediatamente superior. P = População C = Capacidade da unidade de passagem.
	5.4.2 Larguras mínimas a serem adotadas	5.4.2.1	As larguras mínimas das saídas de emergência, exceto das portas onde o dimensionamento deve ser feito de acordo com o item 5.5.4.2, devem ser as seguintes: a) 1,2 m para as ocupações em geral, ressalvando as exceções especificadas nesta Instrução Técnica;
	5.4.3 Exigências adicionais sobre largura de saídas	5.4.3.1	A largura das saídas deve ser medida em sua parte mais estreita, não sendo admitidas saliências de alizares, pilares e outros, com dimensões maiores que as indicadas na Figura 1, e estas somente em saídas com largura superior a 1,2 m.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 24 – Quadro De Instrução Técnica N.11/2017 – Saídas De Emergência (RONDONIA, 2017) – PARTE B

5. PROCEDIMENTOS			
5.5 Acessos	5.5.1 Generalidades	5.5.1.1	Os acessos devem satisfazer às seguintes condições: a) Permitir o escoamento fácil de todos os ocupantes da edificação; b) Permanecer desobstruídos em todos os pavimentos; d) Ter pé-direito mínimo de 2,5 m, com exceção de obstáculos representados por vigas, vergas de portas e outros, cuja altura mínima livre deve ser de 2,10 m; e) Ser sinalizados e iluminados (iluminação de emergência de balizamento) com indicação clara do sentido da saída, de acordo com o estabelecido na IT18 – Iluminação de emergência e na IT-20 – Sinalização de emergência.
		5.5.1.3	Os acessos devem permanecer livres de quaisquer obstáculos, tais como móveis, divisórias, locais para exposição de mercadorias e outros, de forma permanente, mesmo quando o prédio esteja supostamente fora de uso.
	5.5.3 Número de saídas nos pavimentos	5.5.3.1	O número e o tipo de saídas exigidas para os diversos tipos de ocupação, em função da altura, dimensões em planta e características construtivas de cada edificação, encontra-se na Tabela C1 (Anexo C), atentando para as suas notas.
		5.5.3.2	Havendo necessidade de acrescentar escadas, estas devem ser do mesmo tipo que a exigida por esta Instrução Técnica (Tabela C1 do Anexo C).

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 25 – Quadro De Instrução Técnica N.11/2017 – Saídas De Emergência (RONDONIA, 2017) – PARTE C

5. PROCEDIMENTOS			
5.5 Acessos	5.5.4 Portas de saídas de emergência	5.5.4.1	As portas das rotas de saídas, e aquelas das salas com capacidade acima de 50 pessoas, em comunicação com os acessos e descargas, devem abrir no sentido do trânsito de saída, podendo ser dispensado quando o público total da edificação for igual ou inferior a 50 pessoas e esta for utilizada como porta de segurança da edificação, salvo exceções previstas nesta Norma Técnica.
		5.5.4.2	A largura vão livre ou “luz” das portas, comuns ou corta-fogo, utilizadas nas rotas de saída de emergência, admitindo-se uma redução no vão de luz, isto é, no vão livre das portas em até 75 mm de cada lado (golas) para o contramarco e alizares. As portas devem ter as seguintes dimensões mínimas de luz: c) 1,5 m, em duas folhas, valendo por três unidades de passagem; d) 2 m, em duas folhas, valendo por quatro unidades de passagem.
		5.5.4.6	Para ocupações de divisão F-2, F-3, F-5 e F6, com capacidade acima de 200 pessoas, será obrigatória a instalação de barra antipânico nas portas de saídas de emergência, das rotas de saída e nas portas de comunicação com os acessos às escadas e descarga, conforme NBR 11785.
5.6 Rampas	5.6.1 Obrigatoriedade	d) Para unir o nível externo ao nível do saguão térreo das edificações (ver NBR- 9050), quando houver desnível.	
	5.6.2 Condições de atendimento	5.6.2.7	As rampas devem ser dotadas de guardas e corrimãos de forma análoga.
	5.6.3 Declividade	5.6.3.1	A declividade máxima das rampas externas à edificação deve ser de 10% (1:10).

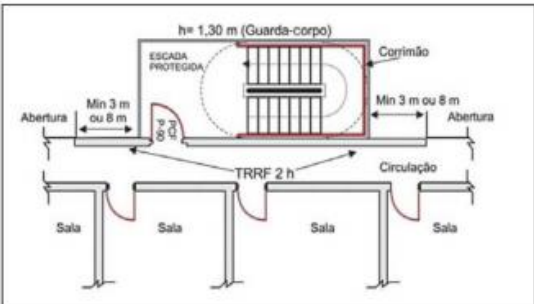
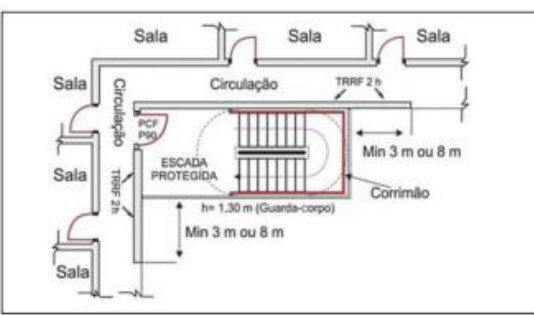
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 26 – Quadro De Instrução Técnica N.11/2017 – Saídas De Emergência (RONDONIA, 2017) – PARTE D

5. PROCEDIMENTOS			
5.7 Escadas	5.7.1 Generalidades	Em qualquer edificação, os pavimentos sem saída em nível para o espaço livre exterior devem ser dotados de escadas, enclausuradas ou não, as quais devem: e) Ser dotadas de corrimãos em ambos os lados; g) Ter compartimentação, conforme a IT-09, na divisão entre os lanços ascendente e descendente em relação ao piso de descarga, exceto para escadas tipo NE (comum), em que deve ser acrescida a iluminação de emergência e sinalização de balizamento (IT-18 e IT-20), indicando a rota de fuga e descarga;	
	5.7.2 Largura	As larguras das escadas devem atender aos seguintes requisitos: a) Ser proporcionais ao número de pessoas que por elas devam transitar em caso de emergência.	
	5.7.3 Dimensionamento de degraus e patamares	5.7.3.1	Os degraus devem: a) Ter altura h compreendida entre 16 cm e 18 cm, com tolerância de 0,5 cm; b) Ter largura b dimensionada pela fórmula de Blondel: $63\text{ cm} \leq (2h + b) \leq 64\text{ cm}$
	5.7.8 Escadas enclausuradas protegidas (EP)	5.7.8.1	As escadas enclausuradas protegidas devem atender aos requisitos dos itens 5.7.1 a 5.7.4, e: b) Ter as portas de acesso a esta caixa de escada do tipo corta-fogo (PCF), com resistência mínima de 90 min de fogo; c) Ser dotadas, em todos os pavimentos (exceto no subsolo e no da descarga, em que isto é facultativo), de janelas abrindo para o espaço livre exterior;
	5.7.10 Antecâmaras	5.7.10.1	As antecâmaras, para ingressos nas escadas enclausuradas, devem: a) Ter comprimento mínimo de 1,8 m; b) Ter pé-direito mínimo de 2,5 m; c) Ser dotadas de porta corta-fogo (PCF) na entrada e na comunicação da caixa da escada, com resistência mínima de 60 min ao fogo cada;
	5.7.11 Dutos de ventilação natural	5.7.11.1	Os dutos de ventilação natural devem formar um sistema integrado: o duto de entrada de ar (DE) e o duto de saída de ar (DS).

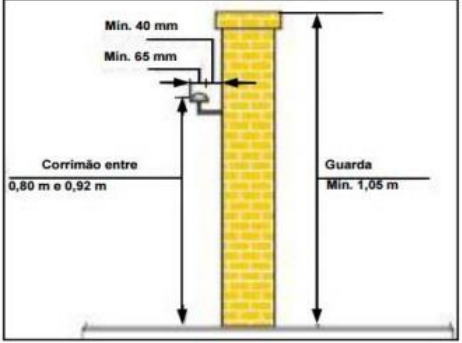
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 27 – Quadro De Instrução Técnica N.11/2017 – Saídas De Emergência (RONDONIA, 2017) – PARTE E

5. PROCEDIMENTOS			
5.7 Escadas	5.7.14 Escada aberta externa (AE)	5.7.14.1	As escadas abertas externas podem substituir os demais tipos de escadas e devem atender aos requisitos dos Itens 5.7.1 a 5.7.3, 5.8.1.3 e 5.8.2, e: a) Ter seu acesso provido de porta corta-fogo com resistência mínima de 90 min; b) Manter raio mínimo de escoamento exigido em função da largura da escada;  
5.8 Guardas e corrimãos	5.8.1 Guarda-corpos e balaustradas	5.8.1.1	Toda saída de emergência, corredores, balcões, terraços, mezaninos, galerias, patamares, escadas, rampas e outros deve ser protegida de ambos os lados por paredes ou guardas (guarda corpos) contínuas, sempre que houver qualquer desnível maior de 19 cm, para evitar quedas.
		5.8.1.2	A altura das guardas, medida internamente, deve ser de no mínimo 1,05 m ao longo dos patamares, escadas, corredores, mezaninos e outros (ver Figura 14), podendo ser reduzida para até 0,92 m nas escadas internas, quando medida verticalmente do topo da guarda a uma linha que una as pontas dos bocéis ou quinas dos degraus.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 28 – Quadro De Instrução Técnica N.11/2017 – Saídas De Emergência (RONDONIA, 2017) – PARTE F

5. PROCEDIMENTOS			
5.8 Guardas e corrimãos	5.8.2 Corrimãos	5.8.2.1	Os corrimãos deverão ser adotados em ambos os lados das escadas ou rampas, devendo estar situados entre 80 cm e 92 cm acima do nível do piso, sendo que em escadas essa medida tomada verticalmente da forma especificada no item.  Min. 40 mm Min. 65 mm Corrimão entre 0,80 m e 0,92 m Guarda Min. 1,05 m Figura 14 – Dimensões de guardas e corrimãos
		5.8.2.4	Os corrimãos devem estar afastados a 40 mm, no mínimo, das paredes ou guardas às quais forem fixados.
		5.8.2.7	Nas rampas e, opcionalmente nas escadas, os corrimãos devem ser instalados a duas alturas: 0,92 m e 0,70 m do piso acabado.
5.9 Elevadores de emergência	5.9.2 Exigências	5.9.2.4	As caixas de corrida (poço) e casas de máquinas dos elevadores de emergência devem ser enclausuradas e totalmente isoladas das caixas de corrida e casas de máquinas dos demais elevadores. A caixa de corrida (poço) deve ter abertura de ventilação permanente em sua parte superior.
		5.9.2.5	O elevador de emergência deve atender a todos os pavimentos do edifício, incluindo os localizados abaixo do pavimento de descarga com altura ascendente superior a 12 m.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 29 – Quadro De Instrução Técnica N.18/2017 – Iluminação De Emergência (RONDONIA, 2017)

1. OBJETIVO	1.2	A iluminação de emergência deve garantir condições mínimas de iluminação para total evacuação segura da população da edificação durante a falta de energia ou sinistro e, também, fornecer condições mínimas de iluminação para a atuação das equipes de salvamento e combate a incêndio.	
6. TIPOS DE ILUMINAÇÕES DE EMERGÊNCIA	6.1 Iluminação de emergência de aclaramento	6.1.1	A distância máxima entre os pontos de iluminação de emergência de aclaramento não deve ultrapassar 15 m e entre o ponto de iluminação e a parede 7,5 m. Outro distanciamento entre pontos pode ser adotado, desde que atenda aos parâmetros da NBR 10898..
		6.1.2	É obrigatória a instalação de iluminação de emergência de aclaramento nos corredores de circulação, halls, recepções, escadas, mezaninos, salas de aula e áreas com acesso ao público
	6.2 Iluminação de emergência de balizamento	6.2.1	É obrigatória a instalação de iluminação de emergência de balizamento nas saídas das edificações, nas entradas das escadas e mudanças de direções.
		6.2.2	O ponto de iluminação de emergência de balizamento é computado como aclaramento e deve possuir potência igual à iluminação de emergência de aclaramento.
		6.2.3	As luminárias de emergência localizadas acima das portas de saída (intermediárias e finais) em ambientes fechados com lotação superior a 100 pessoas para as ocupações F-3, F-5, F-6, F-7 e F-10 devem ser do tipo balizamento, mantendo-se permanentemente acesas durante a utilização do ambiente (funcionamento: normal e emergência).

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 30 – Quadro De Instrução Técnica N.20/2017 – Sinalização De Emergência (RONDONIA, 2017) – PARTE A

4. PROCEDIMENTOS GERAIS	4.3. Tipos de sinalização	4.3.1. Sinalização básica	4.3.1.1. Proibição Visa a proibir e coibir ações capazes de conduzir ao início do incêndio ou ao seu agravamento.
			4.3.1.2. Alerta Visa a alertar para áreas e materiais com potencial de risco de incêndio, explosão, choques elétricos e contaminação por produtos perigosos.
			4.3.1.3. Orientação e salvamento Visa a indicar as rotas de saída e as ações necessárias para o seu acesso e uso.
			4.3.1.4. Equipamentos Visa a indicar a localização e os tipos de equipamentos de combate a incêndios e alarme disponíveis no local.
	4.4. Rotas de saída	4.3.2. Sinalização complementar	A sinalização complementar é o conjunto de sinalização composto por faixas de cor ou mensagens complementares à sinalização básica, porém, das quais esta última não é dependente.
			Visa a indicar o trajeto completo das rotas de fuga até uma saída de emergência (indicação continuada).
			Visa a indicar a existência de obstáculos nas rotas de fuga, tais como: pilares, arestas de paredes e vigas, desníveis de piso, fechamento de vãos com vidros ou outros materiais translúcidos e transparentes etc.
	4.6. Mensagens escritas		Visa a informar o público sobre: a) Uma sinalização básica, quando for necessária a complementação da mensagem dada pelo símbolo; b) As medidas de proteção contra incêndio existentes na edificação ou áreas de risco; c) As circunstâncias específicas de uma edificação e áreas de risco;

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 31 – Quadro De Instrução Técnica N.20/2017 – Sinalização De Emergência (RONDONIA, 2017) – PARTE B

4. PROCEDIMENTOS GERAIS	4.7. Demarcações de áreas	Visa a definir um leiaute no piso, para informar aos usuários as rotas de saída e os equipamentos de combate a incêndio e alarme, em áreas utilizadas para depósito de materiais, instalações de máquinas e ou equipamentos industriais e em locais destinados a estacionamento de veículos.
	4.8. Identificação de sistemas hidráulicos de combate a incêndio	Visa a identificar, por meio de pintura diferenciada, as tubulações e acessórios utilizados para sistemas de hidrantes e chuveiros automáticos quando aparentes.
5. PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS	5.1. Implantação da sinalização básica	5.1.1. Sinalização de proibição A sinalização de proibição apropriada deve ser instalada em local visível e a uma altura de 1,8 m medida do piso acabado à base da sinalização, distribuída em mais de um ponto dentro da área de risco, de modo que pelo menos uma delas possa ser claramente visível de qualquer posição dentro da área, distanciadas em no máximo 15 m entre si.
		5.1.2. Sinalização de alerta A sinalização de alerta apropriada deve ser instalada em local visível e a uma altura de 1,8 m medida do piso acabado à base da sinalização, próxima ao risco isolado ou distribuída ao longo da área de risco generalizado, distanciadas entre si em, no máximo, 15 m
		5.1.3. Sinalização de orientação e salvamento a) A sinalização de portas de saída de emergência deve ser localizada imediatamente acima das portas, no máximo a 0,1 m da verga, ou diretamente na folha da porta, centralizada a uma altura de 1,8 m medida do piso acabado à base da sinalização; d) A sinalização de orientação das rotas de saída deve ser localizada de modo que a distância de percurso de qualquer ponto da rota de saída até a sinalização seja de, no máximo, 15 m. Adicionalmente, essa também deve ser instalada, de forma que na direção de saída de qualquer ponto seja possível visualizar o ponto seguinte, respeitado o limite máximo de 30 m. A sinalização deve ser instalada de modo que a sua base esteja a 1,8 m do piso acabado;

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 32 – Quadro De Instrução Técnica N.20/2017 – Sinalização De Emergência (RONDONIA, 2017) – PARTE C

5. PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS	5.1. Implantação da sinalização básica	5.1.3. Sinalização de orientação e salvamento e) A sinalização de identificação dos pavimentos no interior da caixa de escada de emergência deve estar a uma altura de 1,8 m medido do piso acabado à base da sinalização, instalada junto à parede, sobre o patamar de acesso de cada pavimento, de tal forma a ser visualizada em ambos os sentidos da escada (subida e descida); f) A mensagem escrita “SAÍDA” deve estar sempre grafada no idioma português. Caso exista a necessidade de utilização de outras línguas estrangeiras, devem ser aplicados textos adicionais; h) A abertura das portas em escadas não deve obstruir a visualização de qualquer sinalização.
		5.1.4. Sinalização de equipamentos de combate a incêndio A sinalização apropriada de equipamentos de combate a incêndio deve estar a uma altura de 1,8 m, medida do piso acabado à base da sinalização, e imediatamente acima do equipamento sinalizado.
	5.2. Implantação da sinalização complementar	5.2.1. A sinalização complementar de indicação continuada das rotas de saída é facultativa, exceto em ambientes fechados destinados à reunião de público, com capacidade igual ou superior a 1.000 pessoas. Quando utilizada, esta sinalização deve ser aplicada sobre o piso acabado ou sobre as paredes de corredores e escadas destinadas a saídas de emergência, indicando a direção do fluxo.
		5.2.2. A sinalização complementar de indicação de obstáculos ou de riscos nas circulações das rotas de saída deve ser implantada toda vez que houver uma das seguintes condições: a) Desnível de piso; b) Rebaixo de teto; d) Elementos translúcidos e transparentes, tais como vidros, utilizados em esquadrias destinadas a portas e painéis (com função de divisórias ou de fachadas, desde que não assentadas sobre muretas com altura mínima de 1 m).

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 33 – Quadro De Instrução Técnica N.20/2017 – Sinalização De Emergência (RONDONIA, 2017) – PARTE D

5. PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS	5.2. Implantação da sinalização complementar	5.2.3. As mensagens escritas específicas, que acompanham a sinalização básica, devem se situar imediatamente adjacente à sinalização que complementar e devem ser escritas na língua portuguesa.	
		5.2.4. As mensagens que indicam circunstâncias específicas de uma edificação ou área de risco devem ser utilizadas em placas a serem instaladas nas seguintes situações:	5.2.4.1. No acesso principal da edificação, informando o público sobre: a) Os sistemas de proteção contra incêndio (ativos e passivos) instalados na edificação; c) O número do telefone de emergência para acionamento do Corpo de Bombeiros (193) ou, na falta de Posto de Bombeiros no Município, o número de telefone da Polícia Militar (190).
			5.2.4.3. No acesso principal da área de risco, informando ao público sobre: a) Os sistemas de proteção contra incêndios (ativos e passivos) instalados na área de risco;
		5.2.5. As sinalizações complementares destinadas à demarcação de áreas devem ser implantadas no piso acabado, através de faixas contínuas com largura entre 0,05 m e 0,2 m, nas seguintes situações:	5.2.5.1. Na cor branca ou amarela, em todo o perímetro das áreas destinadas a depósito de mercadorias, máquinas e equipamentos industriais etc., a fim de indicar uma separação entre os locais desses materiais e os corredores de circulação de pessoas e veículos.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 34 – Quadro De Instrução Técnica N.20/2017 – Sinalização De Emergência (RONDONIA, 2017) – PARTE E

5. PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS	5.2. Implantação da sinalização complementar	5.2.5. As sinalizações complementares destinadas à demarcação de áreas devem ser implantadas no piso acabado, através de faixas contínuas com largura entre 0,05 m e 0,2 m, nas seguintes situações:	5.2.5.3. Na cor branca, paralelas entre si e com o espaçamento variando entre uma e duas vezes a largura da faixa adotada, dispostas perpendicularmente ao sentido de fluxo de pedestres (faixa de pedestres), com comprimento mínimo de 1,2 m, formando um retângulo ou quadrado de pelo menos 1,2 m de largura por 1,8 m de comprimento, sem bordas laterais, nos acessos às saídas de emergência, a fim de identificar o corredor de acesso para pedestres localizado junto a: a) Vagas de estacionamento de veículos;
		5.2.6. As sinalizações complementares destinadas à identificação de sistemas hidráulicos fixos de combate a incêndio devem ser implantadas da seguinte forma:	5.2.6.2. As portas dos abrigos dos hidrantes: a) Podem ser pintadas em outra cor, mesmo quando metálicas, combinando com a arquitetura e decoração do ambiente, desde que as mesmas estejam devidamente identificadas com o dístico “incêndio” – fundo vermelho com inscrição na cor branca ou amarela.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 35 – Quadro De Instrução Técnica N.20/2017 – Sinalização De Emergência (RONDONIA, 2017) – PARTE F

5. PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS	5.3. Requisitos	São requisitos básicos para que a sinalização de emergência possa ser visualizada e compreendida no interior da edificação ou área de risco: a) A sinalização de emergência deve destacar-se em relação à comunicação visual adotada para outros fins; b) A sinalização de emergência não deve ser neutralizada pelas cores de paredes e acabamentos, dificultando a sua visualização; c) A sinalização de emergência deve ser instalada perpendicularmente aos corredores de circulação de pessoas e veículos, permitindo-se condições de fácil visualização; d) As expressões escritas utilizadas nas sinalizações de emergência devem seguir as regras, termos e vocábulos da língua portuguesa, podendo, complementarmente, e nunca exclusivamente, ser adotada outra língua estrangeira; e) As sinalizações básicas de emergência destinadas à orientação e salvamento, alarme de incêndio e equipamentos de combate a incêndio devem possuir efeito fotoluminescente; g) Os recintos destinados à reunião de público, cujas atividades se desenvolvem sem aclaramento natural ou artificial suficientes para permitir o acúmulo de energia no elemento fotoluminescente das sinalizações de saídas, devem possuir luminária de balizamento com a indicação de saída (mensagem escrita e/ou símbolo correspondente), sem prejuízo do sistema de iluminação de emergência, em substituição à sinalização apropriada de saída com o efeito fotoluminescente;
	5.5. Material	5.5.3. Devem utilizar elemento fotoluminescente para as cores brancas e amarelas dos símbolos, faixas e outros elementos empregados para indicar: a) Sinalizações de orientação e salvamento; b) Equipamentos de combate a incêndio e alarme de incêndio; c) Sinalização complementar de indicação continuada de rotas de saída; d) Sinalização complementar de indicação de obstáculos e de riscos na circulação de rotas de saída.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 36 – Quadro De Instrução Técnica N.27/2017 – Edificações Históricas, Museus E Instituições Culturais (RONDONIA, 2017)

4. DEFINIÇÕES	4.1 Edificação histórica	Edificação de interesse do Patrimônio Histórico-Cultural que, comprovadamente, possui certidão de preservação do imóvel ou documento equivalente, fornecido pelos órgãos oficiais competentes e legalmente habilitados para a certificação.	
	4.2 Museus e instituições culturais com acervos museológicos	Edificações que abrigam bens culturais e/ou artísticos de naturezas e tipologias distintas, instalados ou não em edificações consideradas como históricas.	
5. PROCEDIMENTOS	5.1.4. Compartimentação	5.1.4.1	Se aceita o uso de painéis corta-fogo e de cortinas corta-fogo, devidamente certificados, em substituição da alvenaria de compartimentação, nos termos da Instrução Técnica 09 – Compartimentação horizontal e compartimentação vertical.
		5.1.4.2	Os depósitos no interior das edificações históricas, museus e similares devem ser compartimentados nos termos da Instrução Técnica 09 – Compartimentação horizontal e compartimentação vertical.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

1.2.3. Federal

Além das legislações já citadas, destacando que ambas foram devidamente selecionadas de forma que auxiliassem na prévia concepção e estudo de viabilização do instrumento a ser proposto, sendo esta destinada à propagação cultural, e proporção do espaço de lazer.

No que se diz respeito às orientações legais de nível federal, utilizou-se como embasamento a Constituição de 1988, onde prevê o direito ao lazer e à cultura; a legislação elaborada pelo CONAMA; a Lei N° 10.098, de 19 de Dezembro de 2000, proposta pelo poder legislativo, Casa Civil, onde prevê critérios de acessibilidade.

**Figura 37 – Quadro Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
Presidência Da República, Casa Civil (BRASIL, 1988)**

Dispõe, conforme o Capítulo II, dos direitos sociais.	
ART. 6	São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015).
ART. 215	O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.
ART. 216	§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. § 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais. § 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.
ART. 218	O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)
ART. 227	É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 38 – Quadro de Lei Nº 369/2006 – CONAMA (BRASIL, 2006)

Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP	
ART. 8	§ 1º - Considera-se área verde de domínio público, para efeito desta Resolução, o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 39 – Quadro de Lei N° 10.098 - Presidência da República, Casa Civil (BRASIL, 2000) – PARTE A

Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.	
ART. 1	Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.
ART. 3	O planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços de uso público deverão ser concebidos e executados de forma a torná-los acessíveis para todas as pessoas, inclusive para aquelas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
ART. 4	As vias públicas, os parques e os demais espaços de uso público existentes, assim como as respectivas instalações de serviços e mobiliários urbanos deverão ser adaptados, obedecendo-se ordem de prioridade que vise à maior eficiência das modificações, no sentido de promover mais ampla acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
ART. 5	O projeto e o traçado dos elementos de urbanização públicos e privados de uso comunitário, nestes compreendidos os itinerários e as passagens de pedestres, os percursos de entrada e de saída de veículos, as escadas e rampas, deverão observar os parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
ART. 6	Os banheiros de uso público existentes ou a construir em parques, praças, jardins e espaços livres públicos deverão ser acessíveis e dispor, pelo menos, de um sanitário e um lavatório que atendam às especificações das normas técnicas da ABNT.
ART. 7	Em todas as áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou em espaços públicos, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção. Parágrafo único. As vagas a que se refere o caput deste artigo deverão ser em número equivalente a dois por cento do total, garantida, no mínimo, uma vaga, devidamente sinalizada e com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 40 – Quadro de Lei Nº 10.098 - Presidência da República, Casa Civil (BRASIL, 2000) – PARTE B

Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.	
ART. 11	I – nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas a garagem e a estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção permanente; II – pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida; IV – os edifícios deverão dispor, pelo menos, de um banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.
ART. 12	Os locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar deverão dispor de espaços reservados para pessoas que utilizam cadeira de rodas, e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com a ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação.
ART. 13	Os edifícios de uso privado em que seja obrigatória a instalação de elevadores deverá ser construídos atendendo aos seguintes requisitos mínimos de acessibilidade: I – percurso acessível que una as unidades habitacionais com o exterior e com as dependências de uso comum; II – percurso acessível que una a edificação à via pública, às edificações e aos serviços anexos de uso comum e aos edifícios vizinhos; III – cabine do elevador e respectiva porta de entrada acessíveis para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

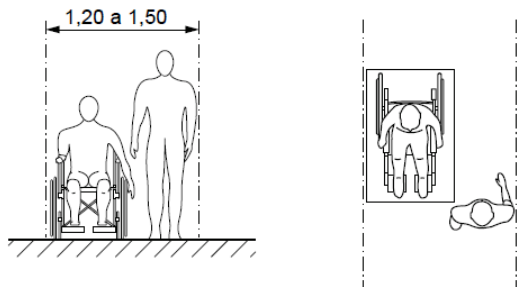
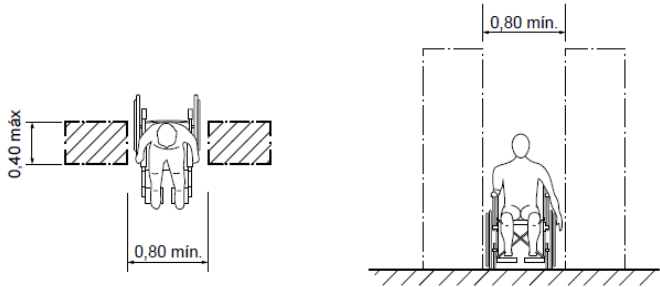
1.2.4. Normas Técnicas

Visando a viabilidade da concepção de um complexo cultural, normativas técnicas foram adotadas, auxiliando tanto tecnicamente, como para formação de embasamento teórico. Assim as normas adotadas foram: NBR 9050:2015, que visa condições de acessibilidade; NBR 15599:2008, onde dispõe sobre condições de acessibilidade com enfoque na comunicação na prestação de serviços; NBR 13532,

onde dá condições para elaboração de projetos de edificações de arquitetura; NBR 6023/02, que dispõe sobre condições para referenciar informações em arquivos documentais; NBR 10520/02, onde prevê sobre as formas de citação em documentos.

Figura 41- Quadro NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (ABNT, 2015) – PARTE A

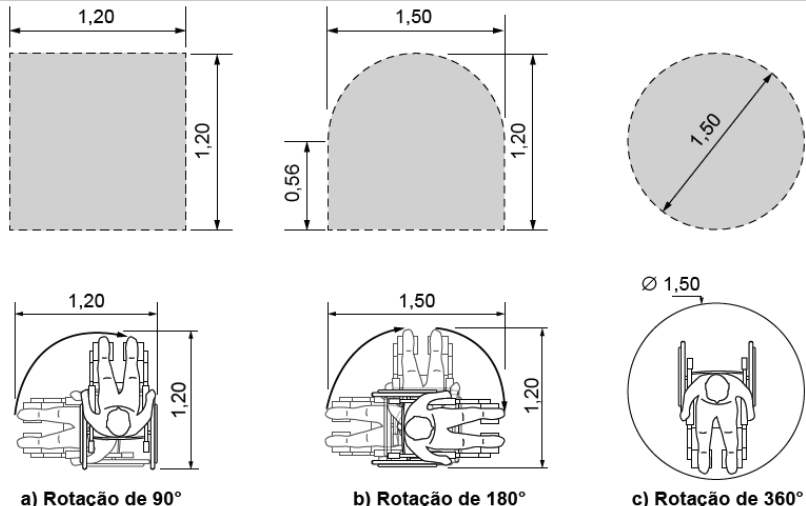
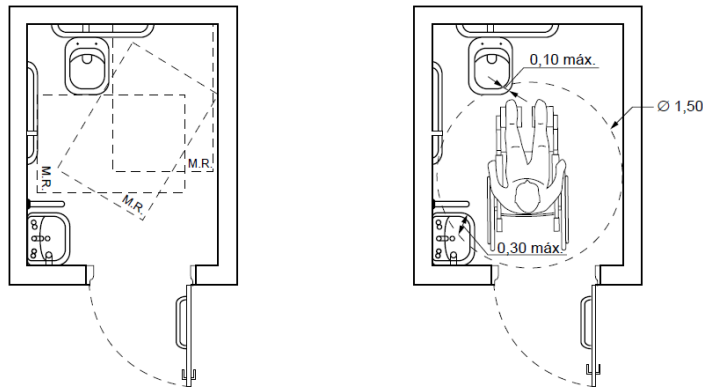
Dispõe sobre critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade.

4.3.1 Largura para deslocamento em linha reta de pessoas em cadeira de rodas	A figura mostra dimensões referenciais para deslocamento em linha reta de pessoas em cadeiras de rodas.  Um pedestre e uma pessoa em cadeira de rodas – Vistas frontal e superior
4.3.2 Largura para transposição de obstáculos isolados	A figura mostra dimensões referenciais para a transposição de obstáculos isolados por pessoas em cadeiras de rodas. A largura mínima necessária para a transposição de obstáculo isolado com extensão de no máximo 0,40 m deve ser de 0,80 m. Quando o obstáculo isolado tiver uma extensão acima de 0,40 m, a largura mínima deve ser de 0,90 m.  a) Vista superior b) Vista frontal

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 42 - Quadro NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (ABNT, 2015) - PARTE B

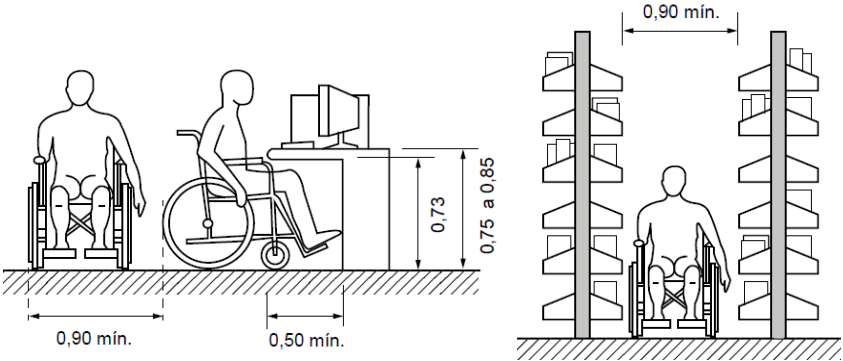
Dispõe sobre critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade.

4.3.4 Área para manobra de cadeiras de rodas sem deslocamento	As medidas necessárias para a manobra de cadeira de rodas sem deslocamento, são: a) para rotação de 90° = 1,20 m × 1,20 m; b) para rotação de 180° = 1,50 m × 1,20 m; c) para rotação de 360° = círculo com diâmetro de 1,50 m.  a) Rotação de 90° b) Rotação de 180° c) Rotação de 360°
7.5 Dimensões do sanitário acessível e do boxe sanitário acessível	As dimensões do sanitário acessível e do boxe sanitário acessível devem garantir o posicionamento das peças sanitárias e os seguintes parâmetros de acessibilidade: a) circulação com o giro de 360°; b) área necessária para garantir a transferência lateral, perpendicular e diagonal para a bacia sanitária; c) a área de manobra pode utilizar no máximo 0,10 m sob a bacia sanitária e 0,30 m sob o lavatório; e) os lavatórios devem garantir altura frontal livre na superfície inferior, e na superfície superior de no máximo 0,80 m, exceto a infantil;  a) Vista superior da área de transferência b) Vista superior da área de manobra

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 43 – Quadro NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (ABNT, 2015) – PARTE C

Dispõe sobre critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade.

10.16	Bibliotecas e centros de leitura
10.16.2	Pelo menos 5 %, com no mínimo uma das mesas, devem ser acessíveis. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10 % sejam adaptáveis para acessibilidade.
10.16.3	A largura livre nos corredores entre estantes de livros deve ser de no mínimo 0,90 m de largura. Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas. Recomenda-se atender às necessidades de espaço para circulação e manobra. 

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 44 – Quadro NBR 15599 - Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços (ABNT, 2008)

Dispõe diretrizes que promovem a acessibilidade na prestação de serviços, contornando as barreiras de comunicação existentes.

5.4	Lazer e cultura
5.4.1 Museus, exposições e espaços culturais	a) espaço livre de barreiras que impeçam o acesso aos equipamentos ou tornem o caminho inseguro ou perigoso, construído e sinalizado como especificado na ABNT NBR 9050; h) outras formas de interação e conhecimento das obras de arte expostas, tais como réplicas em escala reduzida ou a descrição dos trabalhos em locução.
5.4.2 Bibliotecas e centros de informática de uso público	a) espaço construído e sinalizado como especificado na ABNT NBR 9050; c) acervo com versões de obras em meio sonoro e visual, ou serviços para que a versão alternativa seja obtida e utilizada, tais como: - programa de ampliação de tela; - sistema de leitura de tela, sintetizador de voz e display braille;

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 45 – Quadro NBR 13532 - Elaboração de projetos de edificações arquitetura (ABNT, 1995)

Dispõe sobre as condições exigíveis para a elaboração de projetos de arquitetura para a construção de edificações.	
4.4	Execução das etapas do projeto de arquitetura
4.4.4	Elaboração do projeto de arquitetura
4.4.4.1	Estudo de viabilidade de arquitetura (EV-ARQ) Informações de referência a utilizar: a - levantamento de dados para arquitetura (LV-ARQ); b - programa de necessidades para arquitetura(PN-ARQ); c - levantamento de dados obtidos pelas demais atividades técnicas;

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 46 - Quadro NBR 6023 - Informação e documentação - Referências – Elaboração (ABNT, 2002) – PARTE A

Dispõe a ordem dos elementos das referências e estabelece convenções para transcrição e apresentação da informação originada do documento e/ou outras fontes de informação.	
7	Modelos de referências
7.1 Monografia no todo	Inclui livro e/ou folheto (manual, guia, catálogo, enciclopédia, dicionário etc.) e trabalhos acadêmicos (teses, dissertações, entre outros).
7.1.1	Os elementos essenciais são: autor(es), título, edição, local, editora e data de publicação. Exemplo: GOMES, L. G. F. F. Novela e sociedade no Brasil . Niterói: EdUFF, 1998.
7.1.2	Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento. Exemplos: GOMES, L. G. F. F. Novela e sociedade no Brasil . Niterói: EdUFF, 1998. 137 p., 21 cm. (Coleção Antropologia e Ciência Política, 15). Bibliografia: p. 131-132. ISBN 85-228-0268-8.
7.2.2	Quando se tratar de obras consultadas online, também são essenciais as informações sobre o endereço eletrônico, apresentado entre os sinais < >, precedido da expressão Disponível em: e a data de acesso ao documento, precedida da expressão Acesso em:, opcionalmente acrescida dos dados referentes a hora, minutos e segundos. NOTA – Não se recomenda referenciar material eletrônico de curta duração nas redes. Exemplo: ALVES, Castro. Navio negreiro. [S.l.]: Virtual Books, 2000. Disponível em:<http://www.terra.com.br/virtualbooks/freebook/port/Lport2/navionegreiro.htm>. Acesso em: 10 jan. 2002, 16:30:30.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 47 – Quadro 6023 - Informação e documentação - Referências – Elaboração (ABNT, 2002) – PARTE B

Dispõe a ordem dos elementos das referências e estabelece convenções para transcrição e apresentação da informação originada do documento e/ou outras fontes de informação.	
7.4 Parte de monografia em meio eletrônico	Parte de monografia em meio eletrônico as referências devem obedecer aos padrões indicados para partes de monografias, acrescidas das informações relativas à descrição física do meio eletrônico (disquetes, CD-ROM, online etc.). Quando se tratar de obras consultadas online. Exemplos: - SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Tratados e organizações ambientais em matéria de meio ambiente. In: _____. Entendendo o meio ambiente. São Paulo, 1999. v. 1. Disponível em: <http://www.bdt.org.br/sma/entendendo/atual.htm>. Acesso em: 8 mar. 1999.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 48 - Quadro NBR 10520 - Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação (ABNT, 2002) – PARTE A

Dispõe as características exigíveis para apresentação de citações em documentos.	
5 Regras gerais de apresentação	Nas citações, as chamadas pelo sobrenome do autor, pela instituição responsável ou título incluído na sentença devem ser em letras maiúsculas e minúsculas e, quando estiverem entre parênteses, devem ser em letras maiúsculas. Exemplos: A ironia seria assim uma forma implícita de heterogeneidade mostrada, conforme a classificação proposta por Authier-Reiriz (1982). “Apesar das aparências, a desconstrução do logocentrismo não é uma psicanálise da filosofia [...]” (DERRIDA, 1967, p. 293).
5.2	As citações diretas, no texto, de até três linhas, devem estar contidas entre aspas duplas. As aspas simples são utilizadas para indicar citação no interior da citação. Exemplos: • Barbour (1971, p. 35) descreve: “O estudo da morfologia dos terrenos [...] ativos [...]” - ou • “Não se mova, faça de conta que está morta.” (CLARAC; BONNIN, 1985, p. 72). • Segundo Sá (1995, p. 27): “[...] por meio da mesma ‘arte de conversação’ que abrange tão extensa e significativa parte da nossa existência cotidiana [...]”

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 49 - Quadro NBR 10520 - Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação (ABNT, 2002) – PARTE B

Dispõe as características exigíveis para apresentação de citações em documentos.	
5.3	As citações diretas, no texto, com mais de três linhas, devem ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra menor que a do texto utilizado e sem aspas. No caso de documentos datilografados, deve-se observar apenas o recuo. Exemplo: A teleconferência permite ao indivíduo participar de um encontro nacional ou regional sem a necessidade de deixar seu local de origem. Tipos comuns de teleconferência incluem o uso da televisão, telefone, e computador. Através de áudio-conferência, utilizando a companhia local de telefone, um sinal de áudio pode ser emitido em um salão de qualquer dimensão. (NICHOLS, 1993, p. 181).
6.1.4	As citações indiretas de diversos documentos da mesma autoria, publicados em anos diferentes e mencionados simultaneamente, têm as suas datas separadas por vírgula. Exemplos: • (DREYFUSS, 1989, 1991, 1995) • (CRUZ; CORREA; COSTA, 1998, 1999, 2000)
6.1.5	As citações indiretas de diversos documentos de vários autores, mencionados simultaneamente, devem ser separadas por ponto-e-vírgula, em ordem alfabética. Exemplos: • Ela polariza e encaminha, sob a forma de “demanda coletiva”, as necessidades de todos (FONSECA, 1997; PAIVA, 1997; SILVA, 1997). • Diversos autores salientam a importância do “acontecimento desencadeador” no início de um processo de aprendizagem (CROSS, 1984; KNOX, 1986; MEZIROW, 1991).
6.3	Sistema autor-data. Neste sistema, a indicação da fonte é feita: a) pelo sobrenome de cada autor ou pelo nome de cada entidade responsável até o primeiro sinal de pontuação, seguido(s) da data de publicação do documento e da(s) página(s) da citação, no caso de citação direta, separados por vírgula e entre parênteses; Exemplos: No texto: A chamada “pandectística havia sido a forma particular pela qual o direito romano fora integrado no século XIX na Alemanha em particular.” (LOPES, 2000, p. 225). Na lista de referências: LOPES, José Reinaldo de Lima. O Direito na História. São Paulo: Max Limonad, 2000.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

1.3 Aspectos Teóricos

As definições de cultura, espaços culturais, espaços de lazer, e demais terminologias referentes a temática cultural, bem como da importância do uso desses espaços, quer seja ao usuário ou ao uso comum, vem sendo apontado por diversos autores, e em cronologia diversa.

Assim, em decorrência de tal aparato ideológico pode-se constantemente obter um cronograma evolutivo do tema em pauta, apontando as devidas melhorias, e principalmente os erros decorrentes da procura pela melhoria de ambientes que visem tal troca de conhecimentos, e consequentemente interação da comunidade alvo da inserção de tal instrumento.

1.3.1 Opiniões de autores Internacionais

O termo cultura vem sendo amplamente conceituado, ao decorrer dos anos, cada qual a sua maneira, e sempre em formas diversificadas, bem como sua diversificação na forma de aplicação e inserção deste ao meio social. Para Cuhe (2002), cultura é a soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade, ao longo de sua história.

O antropólogo Tylor (1920), ainda complementa citando as bases que compõe o panorama cultural, onde cita que a cultura basicamente se refere a todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade.

Conforme Harvey (2000, p. 159, *apud* Tavares e Costa, 2013), pode-se definir cultura como um fenômeno social produzido pelo homem se levando em conta o contexto específico, assim a arquitetura é uma produção social e cultural.

Os autores ainda afirma que a mesma é característica pela construção coletiva do homem, a arquitetura, e a cidade, se transformando em uma extensão do que uma coletividade quer, ou seja, a arquitetura se resume com produzir coletivamente a identidade do povo o qual a constrói, projetando possibilidades humanas, e sobre quem queremos vir a ser - ou, talvez de modo mais pertinente, em quem não queremos nos transformar (HARVEY,2000; *apud* TAVARES E COSTA, 2013).

Diante à diversidade cultural à nível mundial Hoebel (1982) defende que o ser humano é a única criatura capaz de criar e conservar cultura. Enfatizando ainda a diversificação presente em decorrência de que cada sociedade humana possui sua cultura própria e característica, logo, é extremamente importante que as diferentes sociedades persistam na sua preservação e manutenção.

Diante à diversidade cultural e expressiva proliferação da cultura, surge meados século XXI, a necessidade de uma maior acessibilidade a tal setor de âmbito cultural, que exigisse mais da arquitetura, e que transformasse sua configuração espacial de estática, já apresentada pelos até então equipamentos culturais, para uma forma mutável, de forma múltipla e relativa, referenciando amplamente ao caráter multicultural de tal época (MONTANER, 2003).

O autor Dumazedier (1973), menciona que o lazer não pode ser visto como uma única forma de divertimento na vida social. As variadas formas nas quais o lazer se apresenta, devem ter como objetivo a satisfação do seu praticante. Acrescentando ainda sua função perante a sociedade, onde o lazer é, ainda, portador de um duplo processo educativo: veículo e objeto de educação. Considerando-se, assim, não apenas suas possibilidades de descanso e divertimento, mas também de desenvolvimento pessoal e social.

Conforme Ghirardo (2002) deixa explícito, o espaço público corresponde à medida que o espaço se torna aberto ao público como um todo, constatando-se a existência de práticas exclusivistas, que delimitam a definição de público de modo significativo.

O autor ainda menciona sobre as noções de espaço público, surgidas no fim do século XX, sendo duas conceituações: os espaços voltados para o consumo e os espaços segregados, ambos monitorados e controlados, como os centros comerciais e outras espécies de edifícios - museus, bibliotecas, teatros, salas de concertos, etc.- (GHIRARDO, 2002).

Além da função de fomentar, conscientizar e educar a sociedade, os equipamentos culturais, atuam como objeto principal na ideia de revitalizar os espaços urbanos. Ghirardo (2002) menciona que, amplos programas de renovação urbana são implementados com intuito de “revitalizar” as áreas urbanas, assim são instalados bancos, grandes empresas e instituições culturais como os museus adotaram a arquitetura moderna como sua marca, em prédios geralmente bem construídos.

Para Hertzberger (1999), a arquitetura deve se adaptar às diversas situações que afetam a maneira como um edifício é entendido e usado. Devendo também, se adaptar as condições bioclimáticas-intempéries e estações-, aos turnos de uso, devendo assim ser deliberadamente projetada para se adequar a todos esses fenômenos. Onde o arquiteto deve levar em conta os possíveis tipos de usos, os sentimentos e desejos dos vários tipos de pessoas, cada qual a seu padrão específico de expectativas, possibilidades e restrições.

Os autores Harvey *apud* Sánchez, ainda complementam o comentário supracitado expondo a visível estética modernista a qual a arquitetura vem evidenciando onde “a fragmentação, a efemeridade, o ecletismo, a forma anteposta à função, [...] são elementos identificáveis de uma estética pós-moderna nos novos espaços urbanos. A estética do lazer pode também ser vista como ícone da pós-modernidade nos novos espaços culturais; a arquitetura adquire uma nova obrigação expressiva nos seus marcos urbanos onde a centralidade da forma é mais importante [...] dos espaços criados” (HARVEY, 1994. *apud* SÁNCHEZ, 2003, p. 524).

Além dos critérios que envolvem fomento cultural, defesa patrimonial público, e inclusão social, a Arquitetura Cultural também pode atuar como grande propulsor das políticas culturais/econômica, conforme defendido por Newbiggin (2010), onde afirma que uma política cultural também engloba política econômica, assim nosso nível de invenção ante essa junção é que determinará a adaptação à recente economia imperativa.

Argumento econômico este também defendido pelo The United Nations Conference on Trade and Development – UNCTAD (2010), que menciona a inserção recente da economia criativa aos mercados, destacando ainda que estes incrementa a criação através da interação entre ramo da economia, da cultura, e setor social através da tecnologia, intelectualidade e objetivos que visem o turismo, fomentando o crescimento econômico, aumento de renda, fortalecendo a inclusão social, a diversidade cultural, social, além de criar novas oportunidades de emprego.

O autor De La Torre (1992) conceitua turismo como,

[...] um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente, por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas interrelações de importância social, econômica e cultural [...].

1.3.2 Opiniões de autores Nacionais

É notável a importância de que um povo tenha conhecimento sobre suas origens, bem como que o mesmo construa um patrimônio histórico local, evidenciando sua evolução, em relação as demais eras evolutiva primárias. Segundo Turino (2005), uma população que não apresenta um acervo de conhecimento, artístico e memorial, não apresentam quaisquer referenciais que garantam a projeção ao futuro, aprisionando-se assim a apenas a receber informações e nunca a cria-las.

A ideia de patrimônio cultural remete à riqueza construída e transmitida, de geração para geração, como o legado que influencia a identidade dos indivíduos e grupos sociais. As definições podem partir de diferentes relações, por exemplo, a relação afetiva, a econômica, a ambiental, a cultural, entre outras (PEREIRA, 2012).

Rodrigues (2003) afirma que a entrada do Lazer na Constituição amplia sua abrangência. O Estado passou, então, a ser convocado a garantir como direito, e dar manutenção à tal garantia de lazer enquanto direito social.

Oliveira, H.C.M., *et al* (2005), aponta que “os espaços para o Lazer devem contribuir na construção e no desenvolvimento do sentimento de cidadania e democracia na população, no qual, cabe ao poder público planejar, reservar e preservar esses espaços de direito e de uso comum”.

Segundo Pellegrin (2004), espaço de lazer é um termo genérico que diz respeito aos lugares em que se desenvolvem ações, atividades, projetos e programas de lazer de modo geral, de forma que a política de lazer seja deliberadamente executada, apresentando ainda a organização dos diferentes equipamentos dentro de uma cidade e as possibilidades ofertadas por eles, além dos espaços os vazios urbanos e áreas verdes, que podem ser transformados concretamente em equipamento de lazer.

Conforme é exposto por Yurgel, a humanidade inventou formas apropriadas e variadas para recrear-se, para projetar no espaço de lazer o seu futuro cultural e seu destino histórico. A utilização do tempo livre tem de ser considerada como critério de riqueza social, indivisível das possibilidades do homem para expressar voluntária e livremente suas forças criadoras; a recreação é um fenômeno social vinculado à possibilidade de uma total utilização do tempo livre, de acordo com as exigências individuais da natureza humana (YURGEL, 1983, p.42).

Conforme Ramos (2007, p. 99), além dos centros culturais atuarem como espaços para interação social e propagadores culturais, os mesmos devem atuar como equipamento disseminador de informação (ação informacional). Divulgando assim suas atividades, quer seja por meio de seminários, debates, propondo uma biblioteca e demais meios multimeios, promovendo lançamentos de filmes, etc.

Os centros culturais devem ser espaços públicos com acervo e equipamentos, como cinemas e bibliotecas, sendo esses permanentes, oferecendo aos usuários alternativas variadas de atividades (COELHO, 1977, *apud* HESPANHOL e SAVI, 2017).

Os centros culturais atuam como espaços para se fazer cultura viva, por meio de obra de arte, com informação, em um processo crítico, criativo, provocativo, grupal e dinâmico (LACERDA, 2017; MILANESI, 2013; NEVES, 2013).

Rocha (2011), cita que os centros culturais devem caracterizar-se por ser um local que permita a discussão cultural entre as diferentes visões dos indivíduos de um espaço, fazendo com que estes ambientes não sejam destinados apenas ao lazer, mas também para fornecer a identidade cultural de uma região.

Neves (2013) sugere que os centros culturais se norteiem em três pilares: ambientes voltados à informação, sendo bibliotecas e etc.; espaços que visem a convivência e discussão, lanchonetes, etc.; espaços de atividades de criação, como ateliês, oficinas de artes, etc.; além de atividades clínicas, e espaços esportivos, atraindo assim todos os públicos.

Conforme as autoras Hespanhol e Savi (2017), não existem normativas específicas, em decorrência de se caracterizar como um ambiente multifuncional. No entanto, as NBRs (principalmente NBR 9050/2015), e demais normas da ABNT.

O autor Fávero (2004) expõe que o direito ao lazer, é um direito social, determinante e condicionante da saúde; é um direito à cidadania que, felizmente, está previsto em muitas normas jurídicas. Fato este totalmente aplicável e indiferente, quando se relaciona às pessoas com restrições, principalmente as oriundas de deficiências, que também lhes é ofertado constitucionalmente.

Porém o autor apresenta o fato de que, na maioria das vezes, esse direito é ignorado ou inviabilizado, quando não pela família, como forma de proteção, e pelos órgãos públicos, que não zelam pela aplicação das normas de acessibilidade (FÁVERO, 2004).

Desta forma Oliveira, A. (2006), defende a necessidade de que os espaços culturais devam possuir atributos espaciais que garantam acessibilidade garantindo a inclusão, bem como condições ambientais que permitam a locomoção de pessoas que possuem deficiência físico-motora, através de rampas, elevadores; o acesso a informação e orientação, por Braille e mapas táteis; comunicação para pessoas surdas, com terminais de computadores acessíveis; dentre outros.

Além das questões como conhecimento, lazer e educação enfatizada através da inserção e fomento da política cultural, é visível o crescimento econômico das cidades advindo do turismo cultural. Segundo o Ministério do Turismo (2004, *apud* PINTO; *et al.*, 2012), a multiplicidade da cultura brasileira tem sido destacada pelo governo e pela sociedade como uma das principais características do patrimônio do país, assim como os recursos naturais, o que pode possibilitar a estruturação de novos produtos e, conseqüentemente, o aumento do fluxo de turistas, além de definir o modo pelo qual a vida social se desenvolve.

Além da fundamentação da política cultural ao meio urbano, é possível destacar a nova denominação característica, que se dá às cidades que optam por incluir cultura/lazer, e interação social aos munícipes, conhecida como Cidades Criativas, tema conceituado por Reis (2011) que menciona,

Cidades que se caracterizam por processos criativos contínuos de inovação, das mais diversas ordens. Estas se baseiam em conexões (de ideias, pessoas, regiões, intra e extraurbanas, com o mundo, entre público e privado, entre áreas de saber) e têm na cultura (identidade, fluxo de produção, circulação e consumo, infraestrutura, ambiente) grande fonte de criatividade e diferencial social, econômico e urbano (p.70).

Característica de nomeação esta que também engloba ao panorama urbano, conceitos como Economia Criativa, e fomento ao Turismo Cultural, onde são conceituados, respectivamente:

É um termo criado para nomear modelos de negócio ou gestão que originam em atividades, produtos ou serviços desenvolvidos a partir do conhecimento, criatividade ou capital intelectual de indivíduos visando a geração de trabalho e renda (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, 2012).

e,

O objeto do turismo cultural é formado pelos elementos resultantes dos recursos culturais – materiais e imateriais – do local ou grupo visitado. Assim, os objetos que desencadeariam a visita do turismo cultural seriam os bens originários da cultura e formadores do patrimônio cultural local visitado, em todos os seus múltiplos níveis (COSTA, 2009, p.48).

2. TIPOLOGIA

A tipologia referente ao instrumento proposto se classifica dentre a família da Arquitetura Cultural, desta forma expõe-se adiante as possíveis vertentes da família supracitada, enfatizando, posteriormente, o tipo escolhido.

2.1 Família

Arquitetura Cultural

"A definição mais precisa que se pode dar atualmente da arquitetura é a que leva em conta o espaço" (ZEVI, 1996, p.24). Porém não só de espaço se constitui a arquitetura, visto que para atingir o espaço como resultado, a edificação detém de materialidade, formas e funções (MARKUS, 1993). A arquitetura contempla, além de, ela por si só, caracterizar-se "por uma pluralidade de valores: econômicos, sociais, técnicos, funcionais, artísticos, espaciais e decorativos" (ZEVI, 1996, p.26).

Ideia está reforçada por Gomes (1998, *apud* SILVA, A.C.A., 2014) onde comentam que os equipamentos culturais apresentam grande importância uma vez que funcionam também como locais de ações educativas voltadas para a disseminação do conhecimento e interação social, buscando atender as demandas das comunidades em que estão inseridas, atuando como meio de transformação social. Contribuem assim para "as mudanças de ordem moral e cultural, imprescindíveis à construção de outra realidade social, mais justa e humanizada"

Dentre as vertentes existentes à família da Arquitetura Cultural, o objetivo comumente propagado por ambas é a de ênfase e propagação de conceitos e práticas que visem artifícios voltados a contemplação de atividades de cunho cultural, histórico e artístico, além da ampliação de conhecimento aos telespectadores, através de variadas formas de execução, e pelos mais diversos equipamentos. Podendo caracterizar-se em ambiente de uso público e/ou privado.

Evidenciando ainda que, em grande parte, tais equipamentos além de propagar a questão cultural e educacional, devem trazer ao panorama social a ideia de inclusão e democratização do ambiente de interação, fator primordial para um bom funcionamento administrativo e educacional de um município ou regionalidade.

2.2 Tipos

Dentre as tipologias existentes dentro da família da Arquitetura Cultural podem-se destacar equipamentos educacionais e artísticos como, os teatros, bibliotecas, museus, centros de eventos, e o próprio centro cultural, objeto de enfoque no projeto proposto.

2.2.1 Teatro

O teatro é uma forma de arte visual, que desde os primórdios já se utilizava das artes cênicas como meio lazer e de transmitir emoções e valores sociais (SILVA, A.C.A., 2014). O teatro é sabidamente uma arte com potencial para o processo de ensino aprendizagem, uma vez que estimula a criatividade, a interdisciplinaridade, o trabalho coletivo e a pesquisa, colaborado para a formação integras do educando, desenvolvendo aspectos sociais, afetivos, estéticos, éticos e cognitivos (BRITO, 2009).

2.2.2 Biblioteca

Flusser (1983), ao caracterizar a biblioteca, afirma que “Sua função social não seria mais a de ser museu ou supermercado de livros, mas um espaço de diálogo. Diálogo entre os seus usuários e entre leitores e livros.” As bibliotecas, inclusive claramente direcionadas para as necessidades da população, eram o que mais se aproximava de um espaço polivalente de ações culturais e de convivência (MILANESI, 1997, p.102).

2.2.3 Museu

O museu contemporâneo, segundo Nascimento Jr. e Chagas (2006, p.13), concilia diversas funções, sendo percebido como “casa de memória”, relacionado a ações preservacionistas; “lugar de referência”, por trazer representações simbólicas universais, nacionais, regionais, locais, étnicas e/ou individuais; e “espaço de mediação ou comunicação”, por oferecer atividades para o público em geral.

2.2.4 Centro de Eventos

Um centro de eventos pode-se tratar de um equipamento que receba as mais diversas vertentes eventuais, como um evento em pequena/grande escala, feira de negócios, reuniões, convenções, grandes exposições, congressos, seminários temáticos, feiras nacionais e internacionais, entre outros. (GIACOMETTI, 2015)

2.2.5 Centro Cultural

O centro cultural define-se quanto ao seu uso e as atividades que nele se aplicam, tornando-se assim um espaço especializado com usos múltiplos, que proporciona a comunidade opções “como consulta, leitura em biblioteca, realização de atividades em setor de oficinas, exibição de filmes e vídeos, audição musical, apresentação de espetáculos, etc.”, visando a propagação e o dinamismo circulatório da cultura (NEVES, 2013, p.02).

2.3 Tipo Escolhido

Complexo Cultural Recreativo em Rolim de Moura, Rondônia.

A premissa para desenvolvimento do Complexo Cultural Recreativo no município de Rolim de Moura, no Estado de Rondônia, surge a partir uma constatação empírica da ausência de um espaço que proporcione aos munícipes questões culturais e educacionais, atendendo às necessidades culturais locais.

Com a inserção do complexo, questões culturais locais e regionais serão preservadas, através do uso de biblioteca física e digital, salas de exposição com artefatos históricos e culturais (tangíveis e intangíveis); espaços para interação e lazer da população, por meio de espaços circulatórios dispersos, bem como espaços livres para artes cênicas e musicais; espaços que visem o fomento cultural e econômico.

Desta forma, a edificação cultural trará à comunidade inúmeros benefícios, uma vez que os setores sociais, econômicos e ambientais, serão trabalhados, proporcionando a promoção cultural e giro econômico local, além de trazer um espaço de uso comum destinado ao lazer para os munícipes.

3. METODOLOGIA

Para embasamento teórico metodológico, nesta seção será disposto a metodologia que melhor se adequa ao instrumento proposto, apresentando em ambas subseções (pesquisa, método e procedimento) fundamentação teórica através da opinião de autores, bem como complementação conceitual por parte da autora, através da análise de cada subitem quando correlacionado ao tema aqui proposto.

3.1 Pesquisa

Os autores Vieira e Zouain (2006), e Bardin (2011), citam que a pesquisa qualitativa tem como fundamentação principalmente as análises qualitativas, excluindo quando possível o uso de instrumentos voltados a coleta estatística durante o processo de análise de dados.

Pensamento reforçado por Minayo (1995, p. 21-22) onde a autora comenta que tal pesquisa responde a questões particulares, se preocupando com um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, conjunto este que constitui uma base profunda de relações processuais e de fenômenos, excluindo a necessidade de operações através de variáveis.

Gerhardt e Silveira (2009) cita as possíveis características de tal método de pesquisa onde,

as características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências.

Conforme Proetti (2017), a pesquisa qualitativa é realizada no local de origem do objeto em estudo, e tem-se como objetivo apresentar os resultados pelo sentido lógico através do estudo científico, onde os fatos são devidamente investigados, e compreendidos através da análise do mesmo ao contexto onde inclui-se, haja vista a necessidade de estudo *in loco* para constatação de dados e

posteriormente analise para uma melhor compreensão do dinamismo provenientes de tais fatos.

Desta forma, baseado no conceito e nas características da pesquisa qualitativa, o instrumento se baseará na coleta de dados, de forma subjetiva, e sempre analisando e respeitando o contexto do entorno a qual será submetido. Assim o mesmo será proposto de modo a garantir uma melhoria de vida aos usuários, auxiliando na propagação cultural local, e garantia de lazer de qualidade.

3.2 Método

O Método dedutivo, parte da generalização e quer confirmá-la na particularidade (PANASIEWICZ; BAPTISTA, 2013, p. 94).

O autor Gil (2008) define o método dedutivo como, aquele que parte do geral ao particular. Partindo assim, de princípios que sejam verdadeiramente reconhecidos e indiscutíveis, possibilitando à chegada a conclusões formais, em decorrência da lógica apresentada. Método este apresentado por Descartes, Spinoza e Leibniz, onde só através da razão é possível chegar ao conhecimento verdadeiro, por princípios evidentes e irrecusáveis.

Conforme é apresentado por Oliveira, M. A. C., (2018), o método dedutivo é o entendimento coerente utilizado para a compreensão em relação a determinado fato estudado. O propósito do mesmo é iniciar em um ponto caracterizado como sendo fundamentado e irrefutável, em outras palavras, uma alegação maior, de maneira que o pesquisador evidencie tese própria, a alegação menor.

Segunda Diniz e Silva (2008), o método dedutivo inicia a atividade a partir das leis e teorias gerais e buscando assim explicar a procedência de fenômenos em específico.

O exercício metódico da dedução parte de enunciados gerais (leis universais) que supostos constituem as **premissas** do pensamento racional e deduzidas chegam a **conclusões**. O exercício do pensamento pela razão cria uma operação na qual são formuladas **premissas** e as **regras de conclusão** que se denominam **demonstração** (DINIZ e SILVA, 2008, p.06, grifo do autor).

Proveniente de tal metodologia, procura-se analisar as origens de tal vertente, em modo geral, para posteriormente se faça uma análise em particular do instrumento em questão a ser executado, de forma que todos os dados, e

constatações históricas desta tipologia culminem para a formação de uma base estrutural para que a elaboração do projeto proposto seja devidamente executado, e que atenda à todas as necessidades, tanto no quesito estrutural quanto em seu funcionamento.

3.3 Procedimento

Conforme Lüdke e André (1986), o procedimento focado no estudo de caso, deve ser aplicado quando se tem interesse na pesquisa de uma situação em particular, um caso especial. Mencionam ainda que “o caso é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenvolver do estudo”.

Segundo Schramm (1971, *apud* Yin, 2001), a essência de um estudo de caso, é que ela tenta esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões: o motivo pelo qual foram tomadas, como foram implementadas e com quais resultados.

Argumentos esses que se aproximam do conceito apresentado por Stake (1994) onde comenta, que o estudo de caso não se delimita apenas a escolha procedimental, mas à escolha de um objeto específico a ser estudado, quer seja este relacionado a um localidade específica, ou um grupo onde uma situação afete todos em proporções iguais.

O autor ainda apresenta a diferença do método das demais formas de pesquisa, evidenciando o enfoque do pesquisador na busca pela “compreensão de um caso particular, em sua idiossincrasia, em sua complexidade” (STAKE, 1994, p.256).

O estudo de caso [...] categoria de pesquisa permite-nos realizar investigações em profundidade, de um indivíduo, grupo, instituição ou unidade social. Ao conduzir um estudo de caso, o pesquisador tenta “analisar e entender as variáveis que são importantes para a história, desenvolvimento, ou cuidado do sujeito, ou problemas do mesmo”. Apesar do estudo de caso não necessitar da elaboração a priori de hipóteses, sua complexidade aumenta à medida que o investigador se utiliza de um referencial teórico norteador no aprofundamento do assunto em questão (BOCCHI *et al*, 1996, p.100-101).

Assim, para que o projeto seja devidamente executado, e de forma coerente, características relativas à excentricidade do local em estudo serão analisadas, bem como os dados necessários coletados (condicionantes físicos, naturais e artificiais), adequando assim o espaço proposto ao terreno em questão.

4. REFERENCIAL ARQUITETÔNICO

Dentro do tema abordado, é visível o constante crescimento e evolução de espaços que visem a interatividade social, e o interesse em fomentar questões culturais locais ou a nível global. Evidenciando ainda que cada uma dessas obras possui finalidades totalmente distintas, podendo apresentar intuito de monumentalidade, funcionalidades distintas, ou podendo ainda apresentar uma seleção em relação ao público alvo, limitando-se a demanda local, regional ou global (no caso de espaços históricos ou que possuam acervo histórico).

4.1 Obras Internacionais

Como enfoque, e referência ao instrumento de estudo, utilizaram-se as obras arquitetônicas, da Ópera de Sydney, localizada na Austrália; o Centro Cultural Les Quinconces, inserido em território francês; o Centro Georges Pompidou, também localizado na França; Centro de Serviços Criativos da Letônia Oriental – Zeimuls, localizado na Letônia; e o edifício Bunjil Place, disposto em território australiano.

4.1.1 Ópera de Sydney

A longa história por trás de seu projeto iniciou-se em 1956, quando o Governo de Nova Gales do Sul lançou um concurso para a concepção de duas salas de espetáculos, para ópera e concertos sinfônicos, que colocariam Sydney no mapa (PEREZ, 2016).

Ficha Técnica:

Arquitetos: Jørn Utzon

Ano: 1973

Área Construída: 18.000 m²

Localização: Sydney, Austrália

A construção da Ópera de Sydney começou em março de 1959, após a demolição do existente Fort Macquarie Tram Depot. O projeto foi construído em três

fases: a fundação e construção do embasamento com vista ao porto de Sydney, a construção das cascas externas e do interior (PEREZ, 2016).

Figura 50 – Vista lateral da Ópera de Sydney

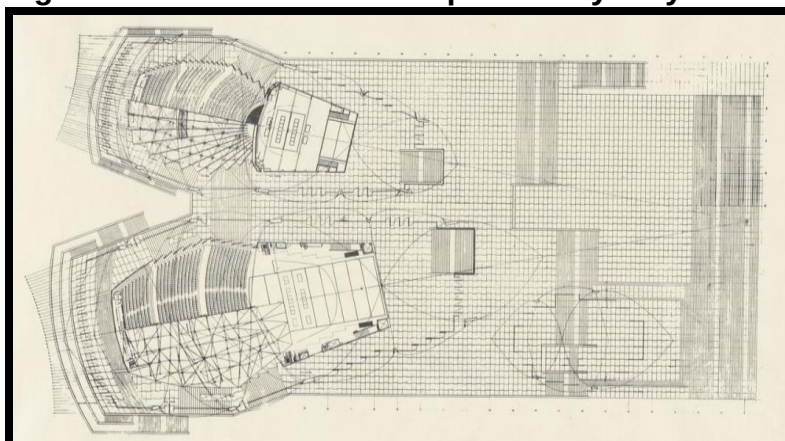


Fonte: ArchDaily, 2016a.

O salão principal, originalmente proposto como um espaço multiusos para ópera e concertos, tornou-se um espaço exclusivo para concertos, acomodando 2.800 pessoas. A sala menor, originalmente planejada para produções teatrais, foi alterada como Casa de Óperas e Balés, e batizada de Teatro de Ópera. Grandes escadarias externas levam a estes dois auditórios principais, marcando uma entrada inesquecível (PEREZ, 2016).

O edifício tem um total de 1.000 salas com acesso através de um pátio que circunda todo o edifício e conecta os cinco espaços de performances. Contando com três teatros menores, uma biblioteca e uma sala de cinema, juntamente com três restaurantes, seis bares, e sessenta vestiários (PEREZ, 2016).

Figura 51 - Planta Baixa da Ópera de Sydney

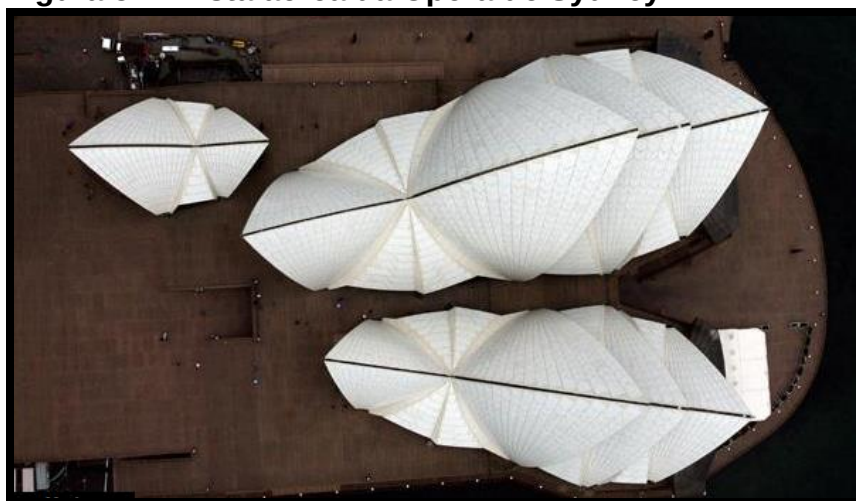


Fonte: Pinterest, 2019

O projeto conta com grandes paredes de vidro externas, apoiadas sob montantes de aço verticais, que tem fim na extremidade das cascas, conjunto estrutural este que ainda conta com barras de bronze, dando suporte aos 2000 painéis de vidro, e que consistem em duas camadas de vidro ligados por uma camada intermediária de plástico, a fim de reforçar as janelas e proporcionar melhor isolamento acústico (PEREZ, 2016).

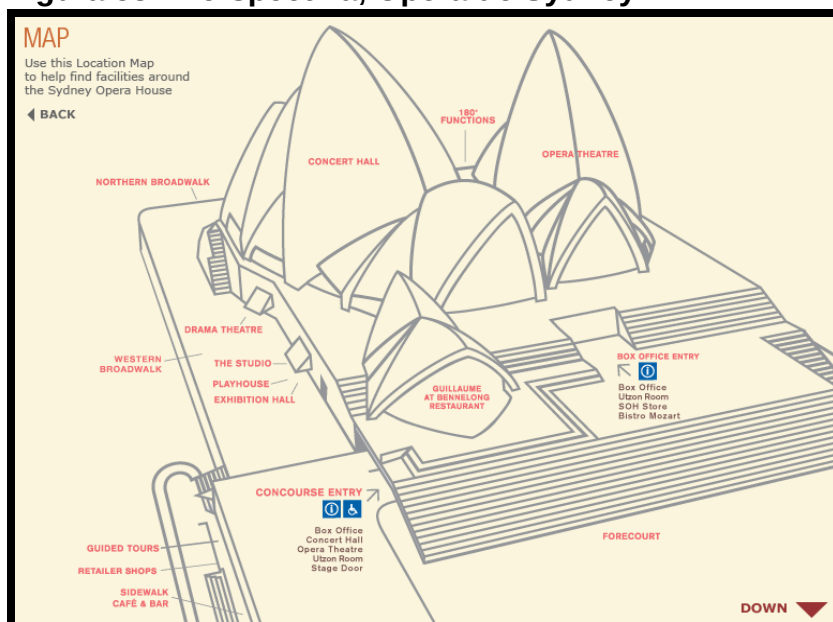
O edifício foi finalizado e inaugurado pela Rainha Elizabeth II em outubro de 1973. Em 2007, tornou-se Patrimônio Mundial da UNESCO. Em 2003 Jørn Utzon foi recompensado com o Prêmio Pritzker, cinco anos antes de sua morte (PEREZ, 2016).

Figura 52 - Vista aérea da Ópera de Sydney



Fonte: Pearce, 2008.

Figura 53 - Perspectiva, Ópera de Sydney



Fonte: Prezi, 2018.

4.1.2 Centro Cultural Les Quinconces

O espaço caracteriza-se por ser tão complexo em suas funções quanto é límpido em sua expressão (ARCHDAILY, 2015b).

Inserido entre as árvores da "Esplanade des Quinconces", situado abaixo da abside da catedral de Saint-Julien, na frente dos tribunais que foram construídos na década de 1980 e um grupo de edifícios residenciais com o comércio nos térreos e do Palácio "Comtes du Maine" hoje utilizado como câmara municipal. O multiplex possui em sua frente uma praça de pedra que tem vistas para a catedral (ARCHDAILY, 2015b).

Nesta localização abundante de patrimônio arquitetônico, o novo edifício consolida sua modernidade sem cair na monumentalidade nem ostentação volumétrica. Incorporado no tecido urbano geométrico do centro da cidade e suas dimensões, apresenta dois volumes sóbrios, bem definidos sob uma mesma cobertura que se define horizontalmente como uma faca afiada (ARCHDAILY, 2015b).

Ficha Técnica:

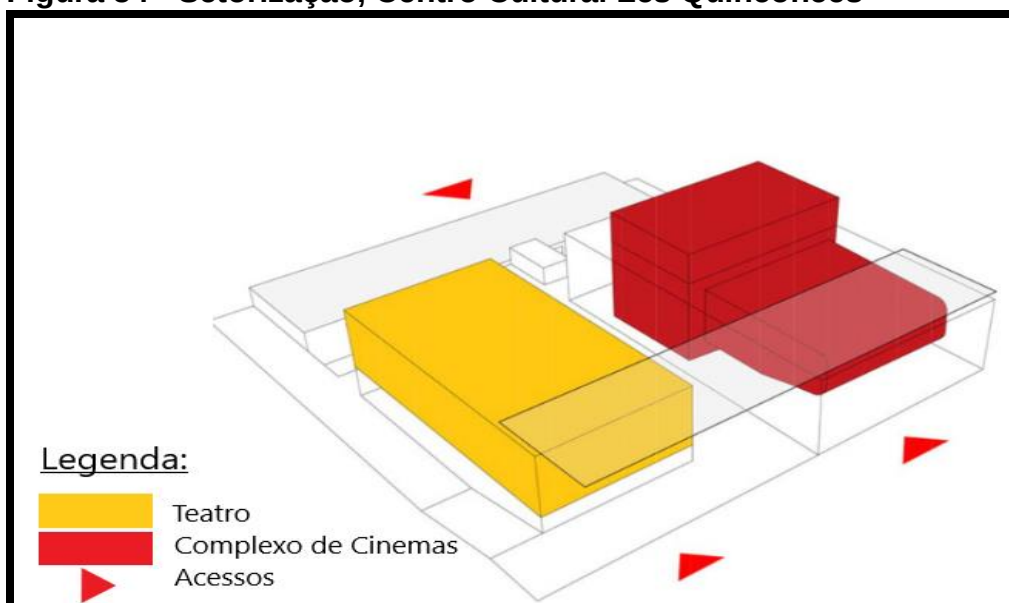
Arquitetos: Babin+Renaud

Ano: 2014

Área Construída: 28.198,00 m²

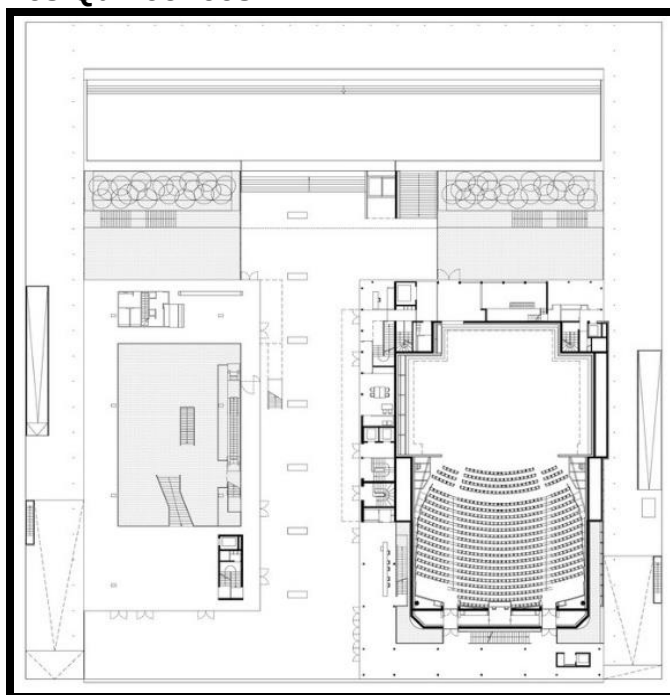
Localização: Le Mans, França

Figura 54 - Setorização, Centro Cultural Les Quinconces



Fonte: ArchDaily, 2015b.

Figura 55 – Planta Baixa, Centro Cultural Les Quinconces



Fonte: ArchDaily, 2015b.

O Teatro Municipal, um edifício “blue-ribbon building”, se encontra à direita, envolto em uma camada envidraçada de textura vertical. Estruturalmente o espaço é coberto por elementos em madeira, tanto externamente em tons claros, como internamente em tons escuros (ARCHDAILY, 2015b).

Conta com um espaço que comporta 830 telespectadores. Podendo ser um espaço é um espaço multiuso (pode atuar como teatro, espetáculos de dança, canto lírico e ópera). Contendo espaços destinados aos vestiários, dispostos em vários níveis, localizados atrás do cenário (ARCHDAILY, 2015b).

No mesmo módulo responsável pelas atividades de apresentações, encontra-se uma galeria de exposições, e uma sala de reuniões. Mencionando que tais espaços (espaço de ensaios, galeria de exposições, e sala de reuniões), tem acesso a um pátio arborizado, espaço da esplanada de Quinconces (ARCHDAILY, 2015b).

O acesso ao teatro é realizado a partir da praça, onde o usuário sobe um pavimento, para acesso ao grande hall (espaço este que dá visibilidade ao "Place des Jacobins" e da Catedral), e para que o mesmo tenha acesso à bilheteria e salas de cinema no nível inferior, deve retornar ao pavimento inferior (ARCHDAILY, 2015b).

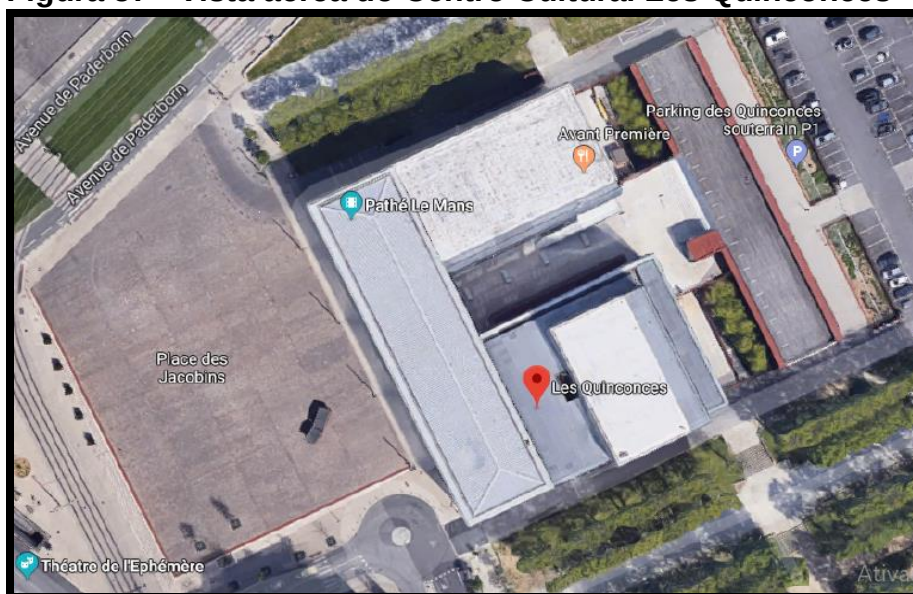
Figura 56 - Vista do hall de acesso aos blocos, Centro Cultural Les Quinconces



Fonte: ArchDaily, 2015b.

E à esquerda, módulo paralelo, encontra-se o complexo de cinema, contando com 11 salas de cinema. O bloco possui uma elevação, em relação ao solo de 3,00 metros, contando ainda com um revestimento em pedra branca. Apresentando no espaço de elevação de tal bloco, um café-restaurante, totalmente revestido por um painel envidraçado (ARCHDAILY, 2015b).

Figura 57 - Vista aérea do Centro Cultural Les Quinconces



Fonte: Google Earth, 2019.

Figura 58 - Vista lateral do Centro Cultural Les Quinconces



Fonte: ArchDaily, 2015b.

A cobertura do complexo se dá através de um amplo deck de madeira que este em balanço, sobre a esplanada de Quinconces, no mesmo nível das folhagens das arvores (ARCHDAILY, 2015b).

4.1.3 Centro Georges Pompidou

Espaço idealizado pelo presidente da França, Geoges Pompidou (1969-74), através de um concurso, onde como objetivo principal de tal disputa se encontraria na procura por propor um espaço que fosse “policultural”, onde o mesmo fosse aberto às arte moderna e contemporânea, abrigando então acervos internacionais de prestígio, porém com características físicas comuns, e que buscasse visar a inovação, tanto em sentido arquitetônico, como estético (NETTO, 2017).

Desta forma, em 1971, dentre 681 candidatos, os jovens arquitetos Renzo Piano e Richard Rogers, e Gianfranco Franchini (NETTO,2017). Onde os mesmos propõem um modelo arquitetônico que viria a impactar a sociedade, baseado em alta tecnologia, estruturado com um sistema de conexões, tubos e cabos de aço (ARCHDAILY, 2012c).

Onde seu conceito se baseava na externalização infraestrutural, aspecto este visual do edifício, assim com a exposição do exoesqueleto estrutural e infraestrutural, os elementos funcionais se tornavam identificáveis conforme sua

função, e internamente atuaria como facilitador de circulação, uma vez que todo espaço estaria desobstruído (ARCHDAILY, 2012c).

Ficha Técnica:

Arquitetos: Renzo Piano + Richard Rogers

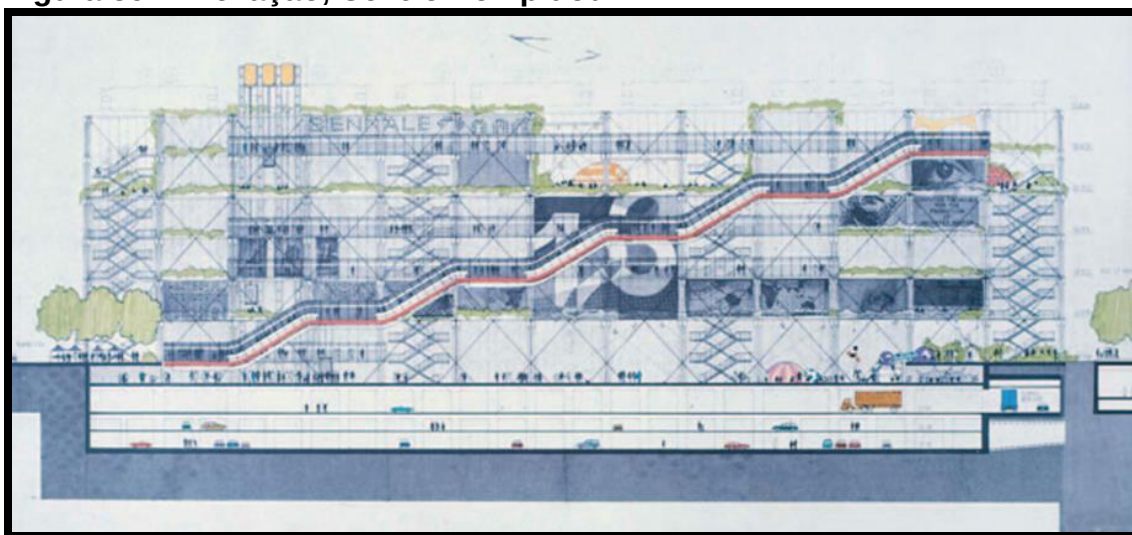
Ano: 1977

Área do terreno: 20.000 m²

Área Construída: 103.305 m²

Localização: Beaubourg, Paris, França

Figura 59 – Elevação, Centro Pompidou



Fonte: Murtinho, 2015

Conforme entrevista ao até então presidente francês, sobre o intuito de tal criação totalmente impactante, quando relacionada às demais edificações o mesmo comenta, queria que Paris possuísse um centro cultural [...], que fosse ao mesmo tempo um museu e um centro de criação, onde as artes plásticas se avizinhariam com a música, o cinema, os livros, a pesquisa audiovisual” (NETTO, 2017).

Conforme a utilização de cores em específico se define os componentes da edificação. Assim em branco, se tem a estrutura e grande parte dos componentes de ventilação; prateado, estrutura de escadas e elevadores; azul, elementos destinados à ventilação; verde, instalações hidráulicas e de incêndio; amarelo e laranja, sistema elétrico; vermelho, elementos destinados à circulação, se destacando a escada externa da fachada oeste, que dá vista à Paris (ARCHDAILY, 2012c).

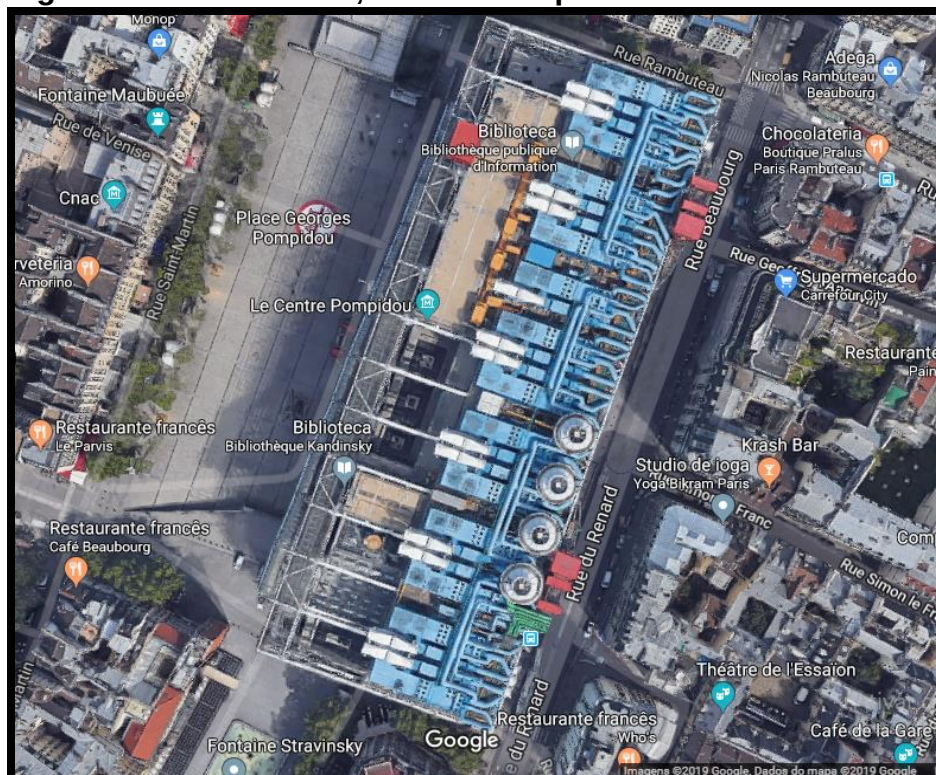
Figura 60 – Fachada, Centro Pompidou



Fonte: O Globo, 2017.

O Centro Pompidou conta com o Museu Nacional de Arte Moderna, considerado como maior museu europeu de tal tipologia. No espaço amplo aberto interno encontra-se a Bibliothèque Publique d'Information e um centro para música e investigações acústicas conhecido como IRCAM. Além do espaço externo que conta com uma praça plana, sendo esta utilizada para eventos urbanos abertos (ARCHDAILY, 2012c).

Figura 61 – Vista aérea, Centro Pompidou



Fonte: Google Earth, 2019.

4.1.4 Centro de Serviços Criativos da Letônia Oriental - Zeimuls

O projeto, consumado através de um concurso de arquitetura, tinha como objetivo criar um ambiente que fosse inovador e, principalmente, criativo para o público infantil e juvenil, de forma que estimulasse a morar e trabalhar em Rezenkne após o período estudantil, além de atuar paralelamente como engrenagem para o desenvolvimento da cidade. Apesar de apresentar uma área de 6000m², a edificação se familiariza por adaptar-se a escala reduzida dos edifícios históricos da cidade (ARCHDAILY, 2015d).

Ficha Técnica:

Arquitetos: SAALS Architecture

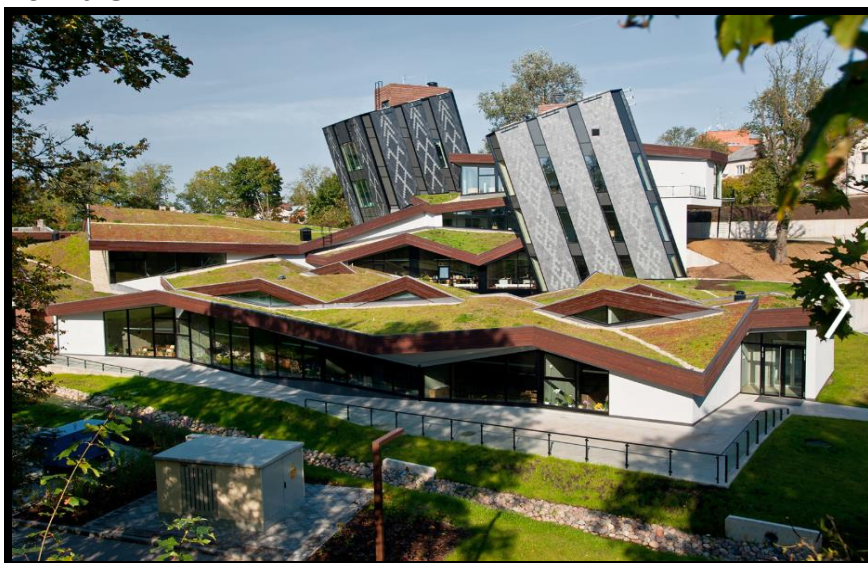
Ano: 2014

Área Construída: 4400.00 m³

Localização: Rēzekne, Letônia

Estruturalmente, o volume da construção visualmente dobra-se sobre a colina do castelo de Rezenkne, e incorpora-se ao terno através de aberturas direcionadas ao monte e à igreja. Além de apresentar estruturas assemelhadas à “lápis”, que se cravam no volume verde, dando contraste aos edifícios antigos do período soviético (ARCHDAILY, 2015d).

Figura 62 - Vista frontal, Centro de Serviços Criativos Zeimuls



Fonte: ArchDaily, 2015d.

A edificação exterioriza-se em reboco, volume em concreto aparente, e um teto que representa uma quinta fechada, através de um teto verde com triângulos geométricos (ARCHDAILY, 2015d).

Internamente apresenta ambientes em planta retangular – teto (interno) em concreto aparente e geometrias de aberturas diferenciadas e espaços diversificados (ARCHDAILY, 2015d).

Figura 63 - Vista aérea, Centro de Serviços Criativos Zeimuls



Fonte: ArchDaily, 2015d.

“O formato da cobertura criar uma sensação de segurança e proteção para as crianças, e permite também um amplo e diverso fluxo de luz natural através das várias aberturas n os ambientes, halls e circulações, e exterior que brilha no escuro” (ARCHDAILY, 2015d).

A edificação ainda conta com um pátio interno, no térreo, que ilumina as salas internas. A edificação se incorpora a paisagem existente, apesar de se diferenciar quanto ao estilo. (ARCHDAILY, 2015d).

Quanto ao paisagismo, a construção segue os mesmos princípios geométricos das coberturas já existentes ao entorno, tanto em relação as superfícies verdes quanto as de concreto, atribuindo uma sensação escultural e artístico dentre os detalhes (ARCHDAILY, 2015d).

Figura 64 - Fachada, Centro de Serviços Criativos Zeimuls

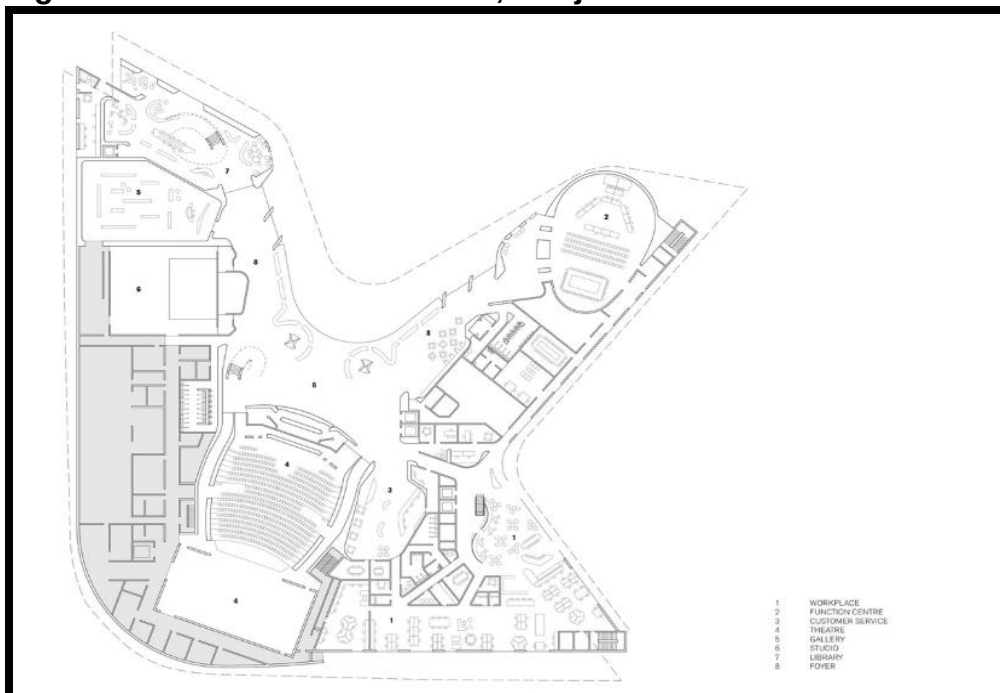


Fonte: ArchDaily, 2015d.

4.1.5 Bunjil Place

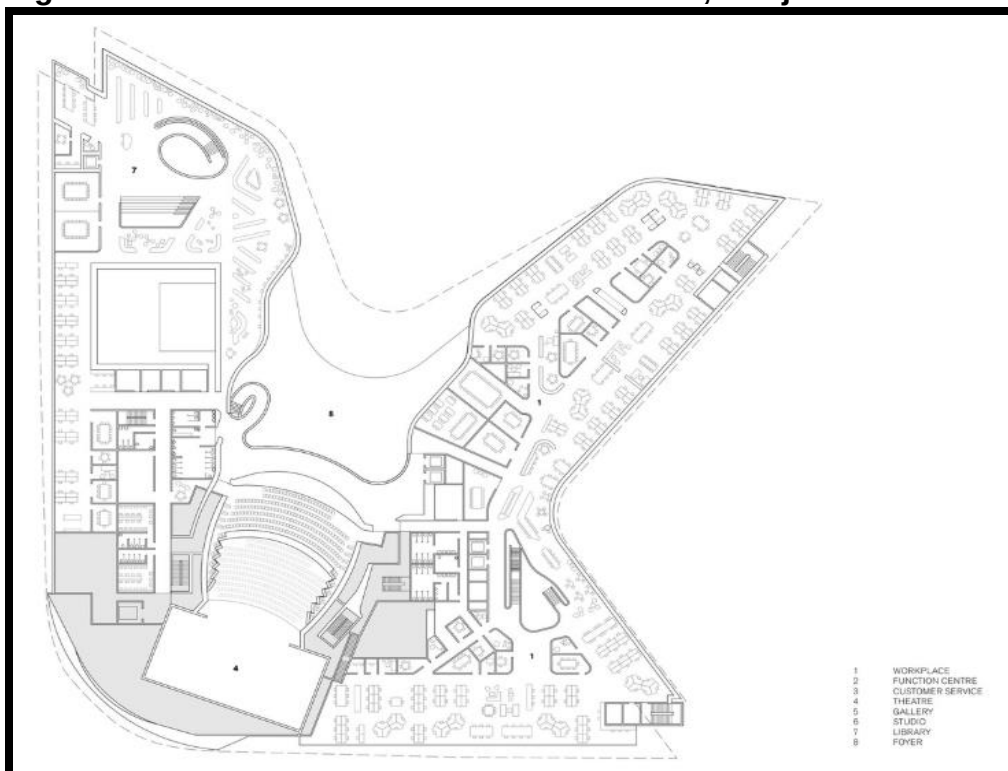
É uma edificação multiuso, contendo uma biblioteca e um teatro, uma galeria de arte, um centro expositivo, e um espaço de encontro. Caracteriza-se por ser um espaço flexível, e experimental, através de diversos eventos, palestras e debates, incluindo um centro de prestação de serviços, de trabalho e colaboração (ARCHDAILY, 2018e).

Figura 65 - Planta Baixa - Térreo, Bunjil Place



Fonte: ArchDaily, 2018e.

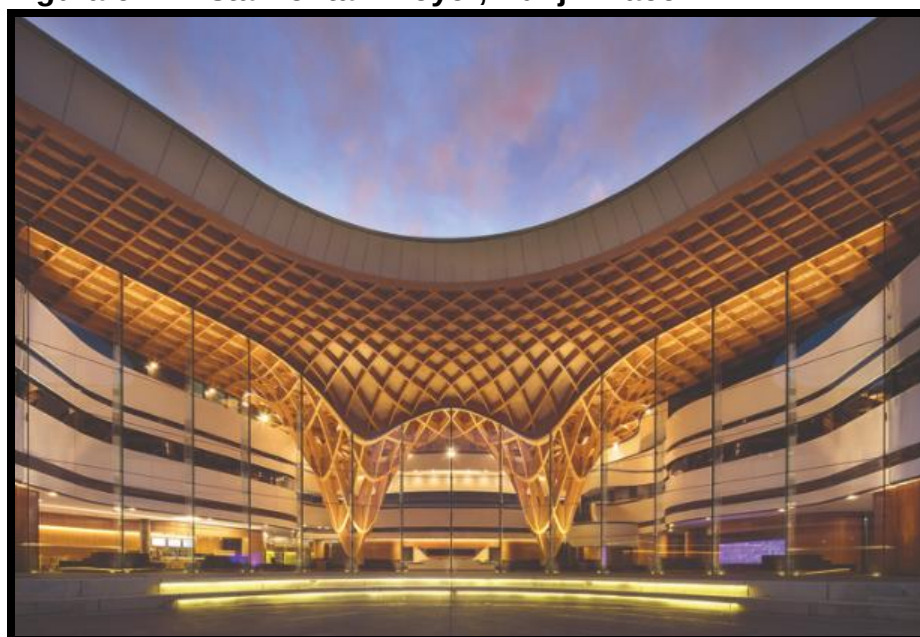
Figura 66 - Planta Baixa – Primeiro Pavimento, Bunjil Place



Fonte: ArchDaily, 2018e.

“Em meio a isso tudo, encontra-se um amplo foyer, uma praça pública de formas fluidas que serve para unificar este complexo conjunto de atividades” (ARCHDAILY, 2018e).

Figura 67 - Vista frontal - Foyer, Bunjil Place



Fonte: ArchDaily, 2018e.

Ficha Técnica:**Arquitetos:** FJMT**Ano:** 2017**Área Construída:** 24500 m²**Localização:** Melbourne, Austrália

Em decorrência da perda de identidade, consequente do dinâmico desenvolvimento da região, o projeto vem com o intuito de criar um espaço que fosse autêntico, e que representasse a nova identidade cultural de Narre Warren e da Cidade de Casey (ARCHDAILY, 2018e).

Resgatando assim, a memória do lugar e sua diversidade característica, através da preservação da história local, que se responsabilizou por moldar a comunidade, e se encontra em constante crescimento e transformação. Forma arquitetônica esta que se dá através do uso de obras do artista local Cathy Adams, e conceitos centrais da cultura do povo Boon Wurrung, originário destas terras (ARCHDAILY, 2018e).

Figura 68 - Vista interna - salão de exposições, Bunjil Place

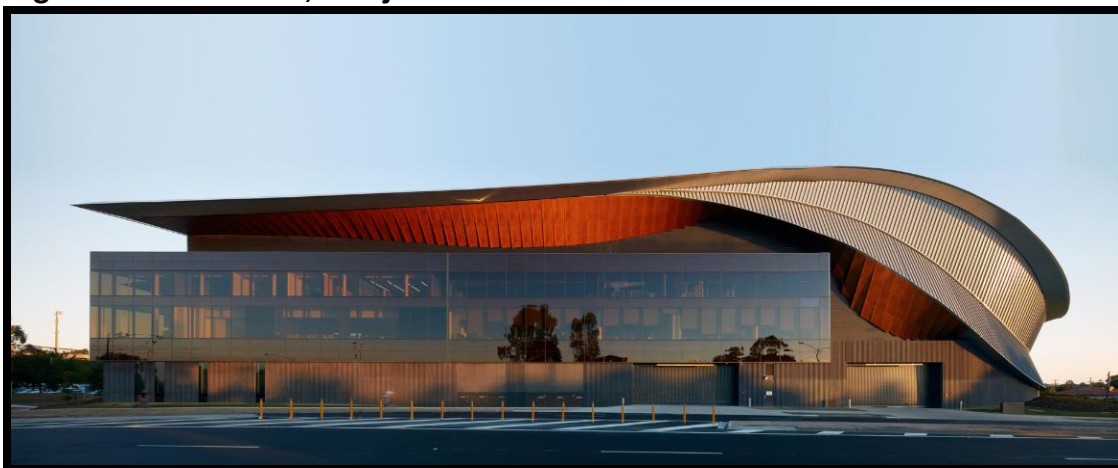


Fonte: ArchDaily, 2018e.

O projeto propõe um espaço que se compatibilize às características da cidade, que seja democraticamente acessível a toda comunidade (referenciando a história e cultura da área), e que incentive o uso e a apropriação, através de encontros informais e eventos coletivos em escalas variadas. Além de proporcionar acesso a atividades culturais e de entretenimento de forma facilitada, devido sua

localização, atividade que antes necessitava de um deslocamento à outras localidades (ARCHDAILY, 2018e).

Figura 69 - Fachada, Bunjil Place



Fonte: ArchDaily, 2018e.

4.2 Obras Nacionais

Os centros culturais brasileiros possuem um histórico evolutivo recente, porém é visível que ao decorrer do tempo tal tipologia vem evoluindo constantemente, e apresentado uma diversificação arquitetônica.

Como referencial arquitetônico brasileiro as obras utilizadas foram o Museu do Amanhã, localizado na capital carioca; o Galpão VB, instalado em São Paulo; o Parque Ibirapuera, presente em território paulista; o Centro Cultural Oscar Niemeyer, inserido locado em Goiânia; e o Museu de Arte Contemporânea de Niterói (MAC), localizado no Rio de Janeiro.

4.2.1 Museu do Amanhã

Realizado na parceria entre a cidade do Rio de Janeiro, e a Fundação Roberto Marinho, sob o patrocínio do Banco Santander Brasil e o projeto BG. O edifício cultural faz parte de um projeto de revitalização na zona portuária da capital carioca, explorando a relação entre a cidade e o meio ambiente natural, onde integra tal área ao centro da cidade, dando grande valor turístico à capital, paralelo aos demais patrimônios culturais existentes neste (ARCHDAILY, 2016f).

O espaço vem da premissa do arquiteto Calatrava, que tinha como objetivo criar um “edifício que caracterizaria por ser um museu para o futuro, e uma unidade educacional”, assim surgia o Museu do Amanhã, conceituado pelo arquiteto como um “edifício etéreo, visualmente quase flutuando sobre o mar, como um navio, um pássaro ou uma planta” (ARCHDAILY, 2016f).

Ficha Técnica:

Arquitetos: Santiago Calatrava

Ano: 2011 (início do projeto)

Área Construída: 15.000 m²

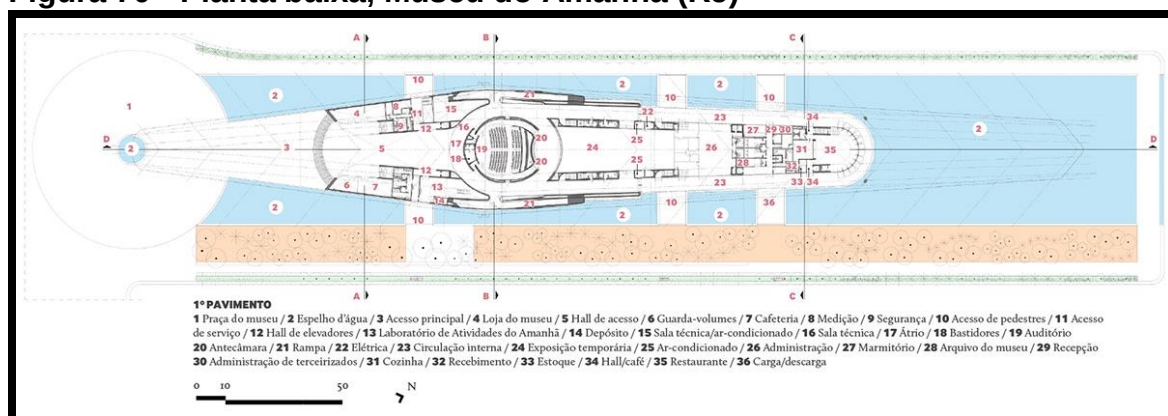
Localização: Rio de Janeiro, RJ

Pé direito: 17,00 m

Pavimentos: 02 pavimentos

Materiais: Concreto e estrutura metálica

Figura 70 - Planta baixa, Museu do Amanhã (RJ)



Fonte: ARCOweb, {2019}.

O Museu conta com um espaço de 5000 m², que se destinam a exposições temporárias e permanentes, que se localizam no pavimento superior do edifício em um pé direito de 10 metros de altura, que dá vista a Baía de Guanabara (ARCHDAILY, 2016f).

O museu aborda questões relativas ao crescimento populacional e sua subsequente expectativa de vida, padrões consumistas, alterações bioclimática e engenharia genética e bioética, avanços tecnológicos e mudanças na biodiversidade. Além de responder as cinco questões fundamentais: De onde viemos? Quem nós somos? Onde estamos? Para onde vamos? E como queremos viver juntos durante os próximos cinquenta anos? (ARCHDAILY, 2016f).

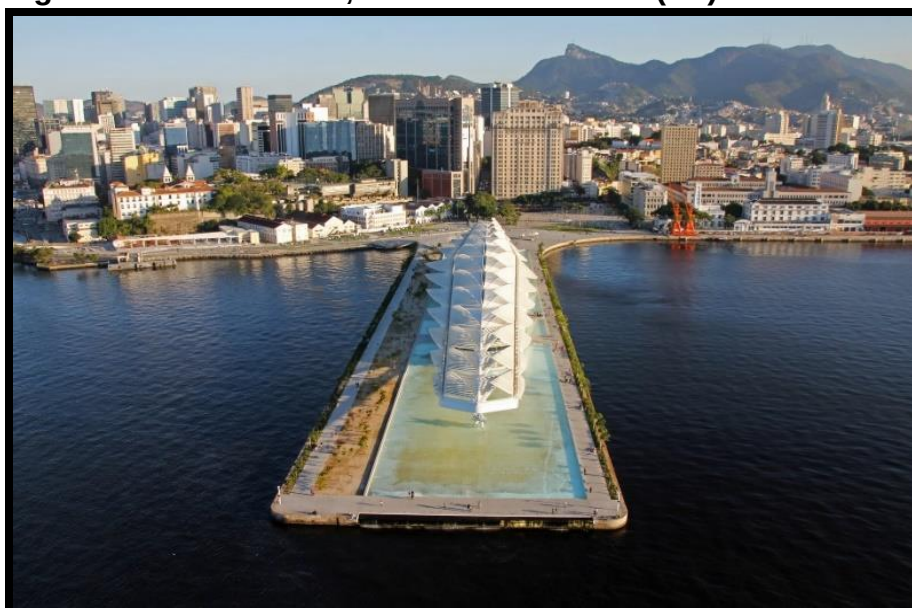
Destacando ainda a existência no nível inferior de espaços administrativos, exposições temporárias, o auditório que atende uma demanda de 400 usuários, um café, um restaurante, e uma lojas de presentes. Sediando ainda um espaço laboratorial de atividades educacionais e projetos de amostrar e protótipos, e o Observatório do Amanhã, que dá condições para pesquisas científicas e tecnológicas (ARCHDAILY, 2016f).

Além da praça de 7600 m² que envolve todo o edifício, que apresenta um paisagismo funcional composto por jardins, percursos de passeio, que contem espelhos d'água - em um sistema autofiltrante da baía, que retorna ao fim do píer -, e áreas de lazer. (ARCHDAILY, 2016f).

Apresenta uma estrutura em grandes balanços, de até 75 metros voltado a praça, e 45 metros para o mar. Balanço este que caracteriza sua cobertura, que apresenta grandes asas móveis, e uma estrutura de fachada que se expande por quase todo cais, caracterizando a imponência do edifício (ARCHDAILY, 2016f).

Além do viés voltado à alta tecnologia, bem como ideologias futuristas, o edifício cultural visa apresentar um design voltado a sustentabilidade, adotando técnicas como energia natural e fontes de luz, como exemplo temos o uso da água da baía que atua como regulador da temperatura interior do ambiente, além de fornecer água aos espelhos d'água; o uso de painéis solares fotovoltaicos reguláveis aos rios solares, que produzem energia solar para o edifício (ARCHDAILY, 2016f).

Figura 71 - Vista aérea, Museu do Amanhã (RJ)



Fonte: BARTHOLINI, 2016.

Figura 72 - Perspectiva, Museu do Amanhã (RJ)



Fonte: ArchDaily, 2016f

4.2.2 Galpão VB

Leopoldina -, e hoje espaço destinado a sede da Associação Cultural Videobrasil, o Galpão VB, consiste em um galpão industrial antigo que fora devidamente revitalizado através de intervenções singelas, e de custo consideravelmente baixo (ARCHDAILY, 2016g).

O espaço atua como acervo crescente de obras e publicações da América Latina, África, Leste Europeu, Ásia e Oriente Médio. Contando com clássicos de vídeoarte, produções próprias e uma vasta coleção de publicações sobre arte. Artigos culturais, tangíveis e intangíveis, reunidos desde 1983, na primeira edição do Festival de Arte Contemporânea Sesc Videobrasil. (ARCHDAILY, 2016g).

Tal intervenção conta com a inserção de um amplo espaço destinado a exposições, sendo caracterizado pela amplitude, bem como pela flexibilidade advinda de sua abertura espacial versátil, assegurando assim o potencial máximo através do reaproveitamento para variadas atividades da instituição. Além de se submeter como ambiente para exposições, seminários, oficinas e afins (ARCHDAILY, 2016g).

Ficha Técnica:

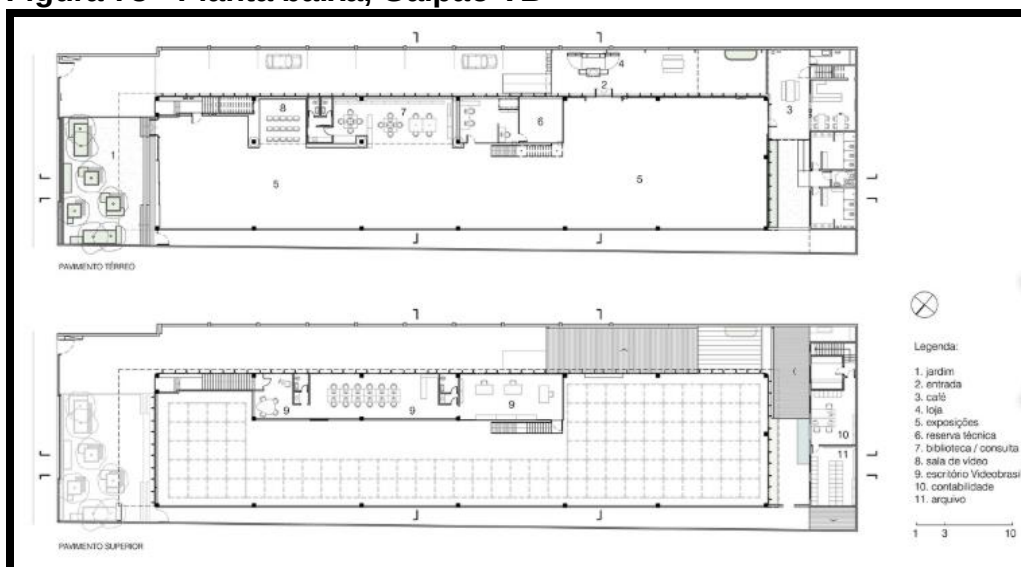
Arquitetos: Gui Paoliello Arquiteto

Ano: 2015

Área do terreno: 1.345,00 m²

Área Construída: 103.305 m²

Localização: Vila Leopoldina, São Paulo - São Paulo, Brasil

Figura 73 - Planta baixa, Galpão VB

Fonte: ArchDaily, 2016g.

Além da inserção do espaço expositivo, na intervenção do galpão alguns elementos construtivos existentes foram mantidos de modo que a originalidade, principalmente critérios como a aparência rustica característica da construção em pré-moldados de concreto, do ambiente fosse mantida (ARCHDAILY, 2016g).

A intervenção nos espaços expositivos, conta com o revestimento nas paredes até uma altura de 4,20m, com massa lisa, em coloração branca, não interferindo visualmente nas projeções e exposições, e no espaçamento restante o estado original da alvenaria fora mantido em concreto em estado. Além da inserção de um grid metálico a uma altura de 5,50m, auxiliando na flexibilidade da instalação de suportes e nos elementos de iluminação (ARCHDAILY, 2016g).

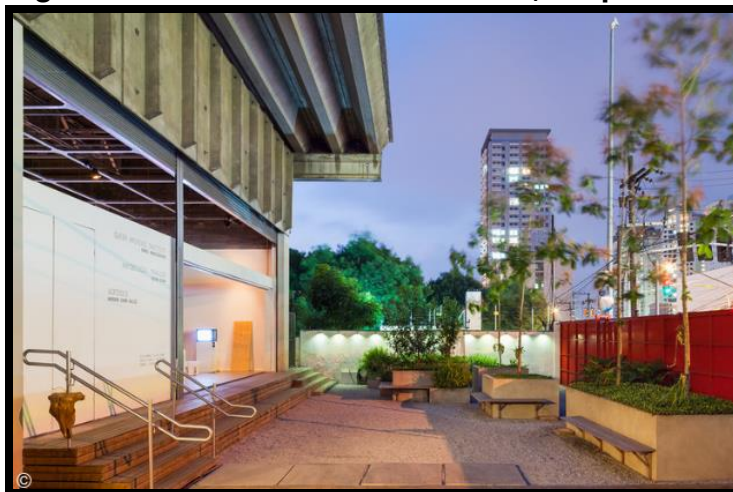
Figura 74 – Vista Interna, Galpão VB

Fonte: ArchDaily, 2016g.

Estando paralelo ao ambiente de exposições, um bloco em 02 pavimentos, onde no pavimento superior encontra-se as áreas de trabalho, comporta por escritórios e setores administrativos. E na parte inferior uma biblioteca que conta com áreas de guarda de acervo, com 3200 títulos, uma videoteca com 1300 itens, e uma sala para projeções. Destacando que todos ambientes ficam abertos à área das exposições (ARCHDAILY, 2016g).

Além dos ambientes internos da edificação, o espaço em si ainda apresenta ambientes externos que visam a interação do público que ali se faz presente, contando com um café, no fundo do conjunto; uma pequena loja de produtos correlacionados à instituição, modulado um espaçamento de 3,00x2,00m em madeira, onde este se integra ao entorno, localizado na varanda lateral da entrada; e na frente, através de um recuo em 10,00m, um pátio/jardim, atenuado com uma arquibancada e escada em deck de madeira, pátio este que se integra ao galpão, que possui portas de rolar como acesso principal e ligação ao jardim (ARCHDAILY, 2016g).

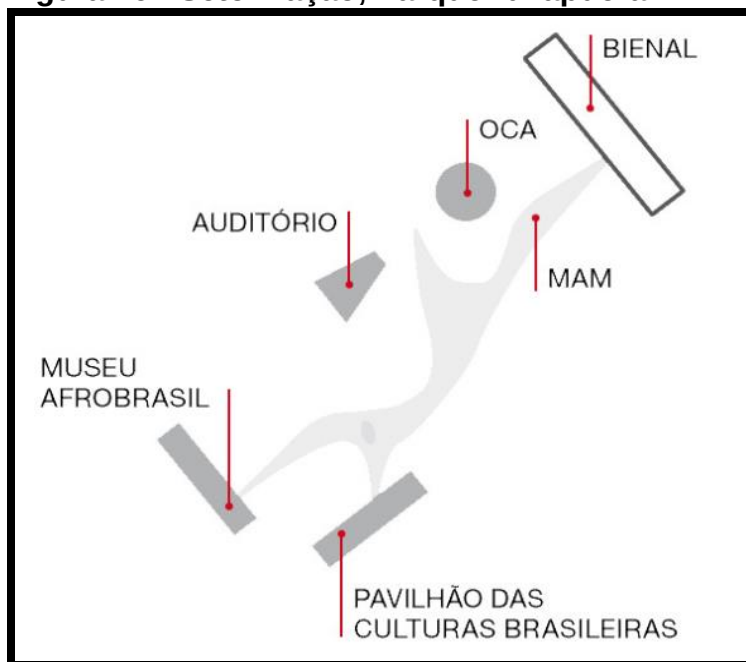
Figura 75 - Vista lateral da fachada, Galpão VB



Fonte: ArchDaily, 2016g.

4.2.3 Parque Ibirapuera

Encomendado pelo Governador Lucas Nogueira Garcez, e idealizado pelo industrial Ciccillo Matarazzo, o parque caracteriza-se como obra mais expressiva do seu tempo, localizado próximo aos setores mais nobres paulistas, fora criado no ápice de seu desenvolvimento, período que o caracterizava como “metrópole moderna” (BARONE, 2009).

Ficha Técnica:**Arquitetos:** Oscar Niemeyer**Ano de início de construção:** 1951**Ano de conclusão:** 1954**Área do terreno:** 1.584.000 m²**Localização:** Av. Pedro Álvares Cabral - Vila Mariana, São Paulo - SP, Brasil**Figura 76 - Setorização, Parque Ibirapuera****Fonte:** ArchDaily, 2018h.

O espaço público, concebido por Oscar Niemeyer, possui um conjunto formado por cinco edifícios culturais que se conectam por uma leve e sinuosa marquise, buscando harmonizar o espaço ao paisagismo, entre a malha urbana. (ARCHDAILY, 2018h).

Niemeyer visando conectar os edifícios, propôs além de pisos às áreas pisoteáveis, uma grande marquise em forma orgânica, com aproximadamente 27 mil metros quadrados, área sombreada suspensa por pilotis circulares, e dando a ideia de flutuar à cobertura (ARCHDAILY, 2018h).

Marquise essa que acaba fluindo como conexão à diversos pontos e edifícios pelo extenso perímetro verde, atuando ainda como proteção e ponto de encontro sob áreas sombreadas, evidenciando assim a necessidade de espaços livres edificados, quer seja por questões funcionais, como estéticas (ARCHDAILY, 2018h).

Além da marquise que atua como espaço de interação, e interlocução do arranjo de edifícios do parque, encontram-se:

Bienal: Palácio das Industrias

Concluído em 1954, e hoje atual Sede da Fundação Bienal de São Paulo, contando com um dimensionamento de 250 metros de comprimento, e 50 metros de largura (ARCHDAILY, 2018h).

Externamente é característico pelos elementos sóbrios existentes em sua fachada, sendo em brises soleil e caixilharia, que se adequa a estrutura. É característico pela fluidez, definido por volumes puros, linhas retas, além do afastamento da caixilharia à edificação, permitindo balanço e leveza estética ao telespectador. Internamente, possui pé direito duplo e triplo, que se localizam as exposições e diversas instalações, onde os acessos aos pavimentos se dão por meio de rampas sinuosas, forma esta que quebra a estaticidade externa do edifício (ARCHDAILY, 2018h).

Oca: Palácio das Exposições

Concluído em 1954, e batizado como Pavilhão Lucas Nogueira Garcez, possui formato circular, materializado em uma fina casca de concreto armado em um sistema de nervuras em arcos diametrais, que a carga ao solo (ARCHDAILY, 2018h).

Possui quatro pavimentos internos, que acompanham a estrutura circular, e que são ligados por rampas sinuosas, além de apresentar um conjunto de trinta e três janelas circulares na casca, que garante iluminação natural ao ambiente expositivo (ARCHDAILY, 2018h).

MAM: Museu de Arte Moderna

Concebido por Lina Bo Bardi, onde buscava-se não apenas proporcionar um museu integralmente, mas sim um espaço que também funcionasse como galeria permanente ou transitória, proporcionando uma programática diferenciada ao ambiente (ARCHDAILY, 2018h).

Auditório: Auditório Oscar Niemeyer

Também conhecido como Auditório Ibirapuera, caracteriza-se estruturalmente por ter formato de um trapézio branco, com um grande foyer purista e uma rampa sinuosa, que dá acesso ao auditório. Contando internamente com uma escultura orgânica vermelha de Tomie Ohtake. Possui ainda internamente uma porta extensa que dá acesso ao gramado externo, e garante ampliação de telespectadores (ARCHDAILY, 2018h).

Museu Afrobrasil: Palácio das Nações

Concluído em 1953, é também nomeado como Pavilhão Manoel de Nóbrega e sede do Museu Afro Brasil, contando com 03 pavimentos, e apresenta externamente uma marquise sinuosa, característica pela caixilharia recuada que se apoia por colunas dispostas em 45°, gerando a sensação de volume com grande extensão e visualmente solto, além de proporcionar, liberdade na circulação dos usuários na área coberta, em decorrência da eliminação de pilares por tal área (ARCHDAILY, 2018h).

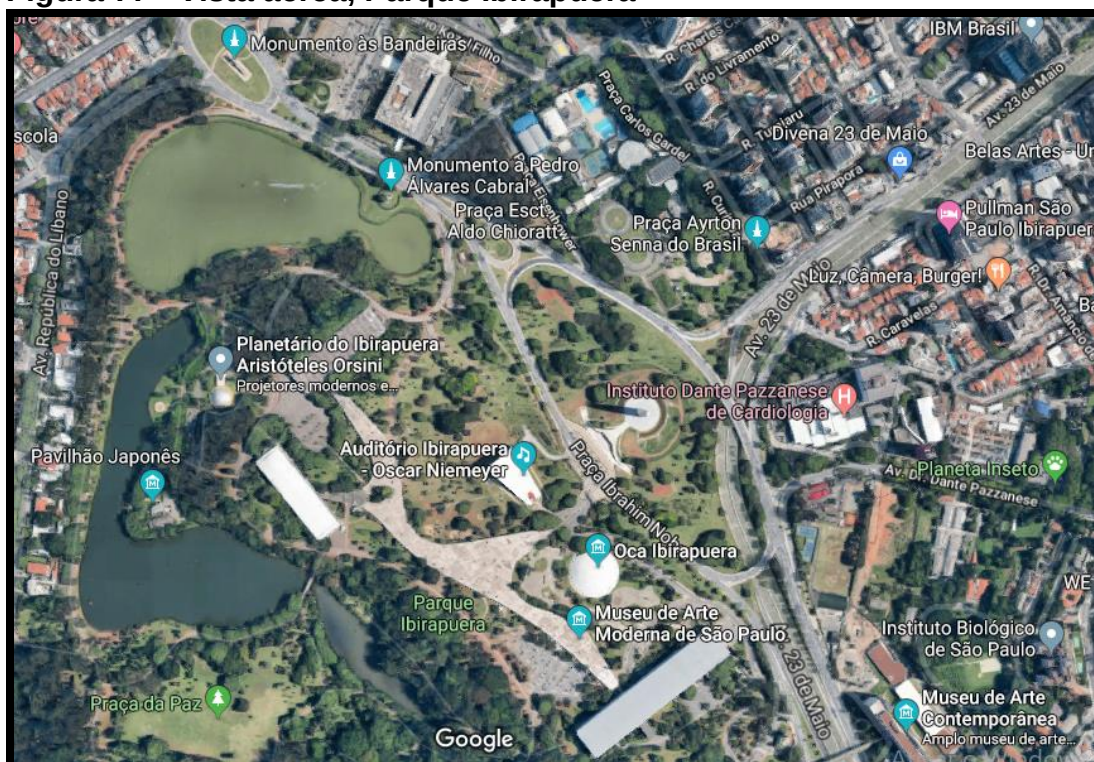
Pavilhão das culturas brasileira: Palácio dos Estados

Concluído em 1953, abrigou inúmeras exposições dos Estados brasileiros, além de servir como palco às diversas obras durante a II Bienal de Artes Plásticas do Estado (ARCHDAILY, 2018h).

Possui forma simples e purista em concreto branco, com um conjunto de pilares internamente, que dá fluidez e liberdade a planta; já externamente, apresenta pilares em “V”, que são sustento estrutural semelhante a mãos francesas. Destacando ainda que o acesso aos pavimentos se dá por meio de rampas, que auxiliam no percurso das exposições (ARCHDAILY, 2018h).

Apresentando ainda edificações que se consolidaram posteriormente após a inauguração do parque, como o Ginásio externo; o obelisco e o Monumento às Bandeiras, ambos frente ao parque; Planetário; e o Pavilhão Japonês (ARCHDAILY, 2018h).

Figura 77 - Vista aérea, Parque Ibirapuera



Fonte: Google Earth, 2019.

4.2.4 Centro Cultural Oscar Niemeyer

O Centro Cultural Oscar Niemeyer encontra-se localizado em Goiânia, depois dos limites da BR-153 (zona sudoeste, que Br que liga a cidade ao Sul do país), e apresenta tal denominação em referência ao arquiteto que nunca tinha projetado uma obra em solo goiano. Caracteriza-se por ser um conjunto amplificado, totalmente voltado à propagação cultural de artes, apresentando uma área construída em 17 mil metros quadrados (SERAPIÃO, 2007).

É uma obra voltada a composição de volumes puros: triângulo, círculo e retângulo. Se baseando em um desenho simples, composto por quatro volumes com formas e usos distintos, sobre uma esplanada retangular (SERAPIÃO, 2007).

Ficha Técnica:

Arquiteto: Oscar Niemeyer

Ano de início de construção: 2005

Ano de conclusão: 2006

Localização: Goiânia – GO

O espaço é composto por quatro edifícios diversos no formato - uma cambota, um triângulo, um cilindro suspenso e um pavilhão - e na ocupação (respectivamente, teatro, memorial, museu e biblioteca). Apresentando ainda uma grande esplanada retangular em 26 mil metros quadrados, que conecta suporta e delimita a relação entre os volumes, além de garantir mais clareza à obra (SERAPIÃO, 2007).

Figura 78 - Vista aérea, Centro Cultural Oscar Niemeyer



Fonte:. Fotografias Áreas, {2019}.

Na frente estão o teatro (à esquerda) e o memorial (à direita). À primeira vista, o teatro, com 4,7 mil metros quadrados. O acesso principal do edifício se dá pelos fundos, garantindo assim limpeza visual e pureza a porção tal que é parcialmente circundada por espelho d'água. A composição comporta 3,7 mil espectadores; 200 lugares, no balcão, têm acesso em nível pela esplanada (SERAPIÃO, 2007).

Figura 79 - Vista teatro, Centro Cultural Oscar Niemeyer



Fonte:. ArchDaily, 2018i.

A estrutura dedica ao Monumento aos Direitos Humanos, é visualmente curiosa, em decorrência de ser o único elemento vermelho, apresenta um formato de pirâmide em concreto com 75 metros de altura, oca por dentro. O memorial em si, caracteriza-se por ser um pequeno espaço com auditório de 170 lugares, localizado abaixo da esplanada, com 655 metros quadrados. O volume rubro é a entrada, ao mesmo tempo que cobre o foyer (SERAPIÃO, 2007).

A estrutura que comporta o Museu de Arte Contemporânea localiza-se atrás do monumento, sendo um volume em formato circular suspenso de 2,8 mil metros quadrados, apoiado em pilar central. Seu acesso é realizado através de uma rampa. Internamente o primeiro piso, é onde fica o espaço de exposição permanente, e o mezanino é dedicado a mostras temporárias. Parte do programa está sob a esplanada, onde ficam a administração, a reserva técnica e uma pequena galeria (SERAPIÃO, 2007).

Como fundo da composição encontra-se a biblioteca, estrutura em concreto com pelo vidro preto, apresentando 1,2 mil metros quadrados, seu formato corresponde a um pavilhão em pilotis, com três pisos e cobertura destinada a um restaurante panorâmico com terraço (SERAPIÃO, 2007).

Figura 80 - Vista lateral monumento, museu, biblioteca



Fonte: ArchDaily, 2018i.

Em suma o projeto apresenta consideravelmente um aspecto inovador, com uma grande superfície de concreto, a esplanada cultural. Espaço este que garante uma boa definição da praça e o estacionamento, ali inseridos. Sobre esse plano dispõem-se três edifícios: o grande volume de concreto onde se situa a

biblioteca; o centro musical; e o Museu de Arte Contemporânea, na forma de um cilindro branco (SERAPIÃO, 2007).

O primeiro, a biblioteca, é um edifício grande, com três pavimentos em pilotis. O segundo, museu, servido por uma rampa, tem uma ampla área de exposições e um extenso mezanino perimetral para a exposição de gravuras e desenhos. O terceiro, o centro musical, tem auditórios nos níveis superior e inferior, além de bares/restaurantes. E, completando o conjunto, o Monumento aos Direitos Humanos, um grande triângulo de concreto vermelho que confere ao complexo a importância desejada (SERAPIÃO, 2007).

4.2.5 Museu de Arte Contemporânea de Niterói

O Museu de Arte Contemporânea, é visivelmente enaltecido por sua implantação, pois caracteriza-se por ser um único cilindro surge numa ponta da Baía da Guanabara. Conceitualmente dele desabrocha em flor o edifício branco, circular, que garante embelezamento à natureza verde. Apresenta um espelho d'água dá continuidade visual ao mar (HOLANDA, 2012).

Ficha Técnica:

Arquiteto: Oscar Niemeyer

Ano: 1996

Localização: Niterói - RJ

Figura 81 - Vista lateral, Museu de Arte Contemporânea de Niterói



Fonte: ArchDaily, 2018j.

Apresenta formato circular, em 16 metros de altura, juntamente com grandes vãos que resultou na necessidade de uma solução estrutural essencialmente radial, dividida em seis setores. O acesso se dá através de uma grande rampa de concreto exterior, através de 98 metros de espaço livre (HOLANDA, 2012).

Figura 82 - Vista fachada, Museu de Arte Contemporânea de Niterói



Fonte: ArchDaily, 2018j.

Estruturalmente, o museu foi projetado para que suportasse seu peso próprio que equivalente a 400 kg/m, e garantisse estabilidade aos ventos com velocidades de até 200 km/h. Os vidros foram fabricados exclusivamente para o projeto. Os quadros são de perfis de aço e estão inclinados a 40 graus em relação ao plano horizontal (HOLANDA, 2012).

Figura 83 - Vista Interna, Museu de Arte Contemporânea de Niterói

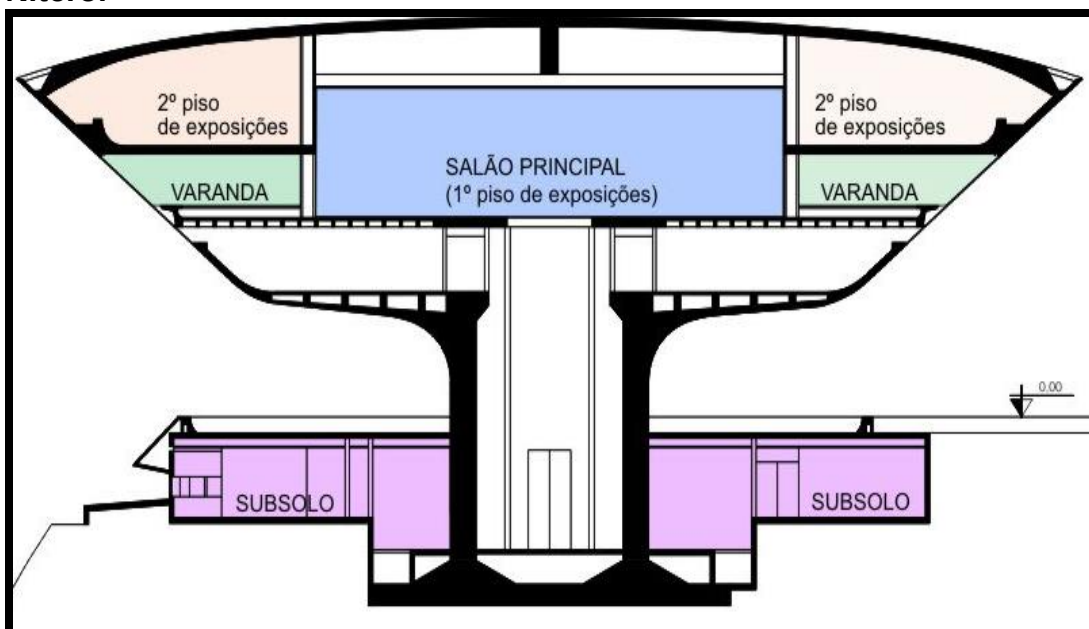


Fonte: ArchDaily, 2018j.

Pensando na possível museificação da natureza, se trabalhou a inserção de um grande espaço circundante às salas de exposição, se caracterizando como uma varanda de contemplação à paisagem da baía pelo interior da edificação (HOLANDA, 2012).

Além do espaço contemplativo e das salas de exposição, o museu conta com um auditório que comporta 60 espectadores, inserido no subsolo, e o restaurante, onde uma janela horizontal permite vistas à baía, e na entrada do primeiro andar se localiza os ambientes relativos à administração do museu, a recepção e a administração (HOLANDA, 2012).

Figura 84 – Corte esquemático, Museu de Arte Contemporânea de Niterói



Fonte: ArchDaily, 2018j.

4.3 Análise de Referências

Baseando-se nas referências arquitetônicas internacionais e nacionais supracitadas, é possível estabelecer uma comparação entre seus destaques, quer sejam estes relacionados ao formato, materiais predominantes, técnicas sustentáveis ou não utilizadas, e características construtivas exclusivas obra a obra, sendo eles:

Figura 85 – Quadro comparativo de referências Internacionais

Obras Internacionais	Destaque
Ópera de Sydney	Materiais: Concreto, aço, vidro. Formato: Cúpular (teatros), retangular/linear (pátio) Tecnologia: Camada plástica entre as camadas de vidro, para reforço de janelas, e vedação acústica. Parâmetros arquitetônicos Integração estrutural da construção à paisagem do porto de Sydney. Diferencial: Barras de bronze na cobertura, auxílio no reforço estrutural da cobertura.
Centro Cultural Les Quinconces	Materiais: Concreto, vidro, pedra branca. Formato: Plano, retangular, límpido. Parâmetros arquitetônicos Integração visual da estrutura aos edifícios circundantes, e a paisagem natural. Volumes: Volumes sóbrios, e cobertura horizontal. Diferencial: Elevação do bloco (complexo de cinema) em relação ao solo 3,00.
Centro Georges Pompidou	Materiais: Concreto, aço, vidro, sistema de conexões e tubos. Formato: Plano, bloco retangular. Estrutura: Estrutura e infraestrutura lançada ao exoesqueleto. Diferencial: Identificação de funções através do uso de cores. Interior: Espaços amplos e desimpedidos, “flexibilidade dos espaços”.
Centro de Serviços Criativos da Letônia Oriental - Zeimuls	Materiais: Concreto, aço. Parâmetros arquitetônicos: Integração visual da estrutura aos edifícios circundantes (relevo, e linhas estruturais dominantes). Formato: Adapta-se em formas irregulares ao relevo. Sustentabilidade: telhado verde. Volume: concreto aparente; Telhado: irregular, telhado verde.
Bunjil Place	Materiais: Concreto, aço, vidro, madeira. Formato: bloco retangular; cobertura: circular/cúpula. Interior: alvenaria plana. Forro: Foyer (destaque) – Irregular, amadeirado. Questão social: valorização de questões patrimoniais da comunidade, resgate a memória do lugar e sua diversidade.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 86 – Quadro comparativo de referências Nacionais

Obras Nacionais	Destaque
Museu do Amanhã	Materiais: Concreto, aço, vidro. Formato: Irregular (navio, pássaro) – suavidade e Parâmetros arquitetônicos Integração da construção ao porto. Função: Revitalização da zona portuária. Estrutura: em balanço com grande vão. Sustentabilidade: energia natural (iluminação natural zenital, energia eólica), reuso de água da baía (termorregulador interno, abastecimento espelho d'água).
Galpão VB	Materiais: Concreto, aço, madeira. Formato: Bloco retangular, formas lineares. Função: Revitalização de edificação. Interior: (Área de exposição) rusticidade (pré-moldado de concreto), grid metálico (suporte obras, e iluminação). Parâmetros arquitetônicos Integração espaços interno/externo, através de pátios/jardins.
Parque Ibirapuera	Materiais: Predominantemente – concreto armado, aço (coberturas nervuradas em arcos diametrais – oca). Formato: orgânico e linear Diferencial: Uso de rampas sinuosas, marquises, áreas pisoteáveis, foyer purista, pilares em “v”. Parâmetros arquitetônicos: Integração à paisagem. Sustentabilidade: Iluminação natural.
Centro Cultural Oscar Niemeyer	Materiais: Concreto, vidro. Formato: quatro volumes puros, simples e para usos distintos – cambota, triângulo, círculo e retângulo. Função: totalmente voltado à propagação cultural de artes. Diferencial: uso de pilotis, mezanino, esplanada, espelho d'água Parâmetros arquitetônicos: Procura por limpeza visual (cores claras, acessos discretos)
Museu de Arte Contemporânea de Niterói	Materiais: Concreto, aço, vidro. Formato: cilindro/circulo, formas orgânicas. Diferencial: sensação de leveza (através espelho d'água, base cilíndrica, vidros fumês e pintura branca, rampa sinuosa), prédio sem cantos (representa flor de lótus) Parâmetros arquitetônicos Integração à Baía da Guanabara. Estrutura: Vãos em estrutura radial, rampas concreto sinuosas.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

5. PROGRAMA DE NECESSIDADES

Diante as informações coletadas relacionada à cada obra utilizada como referência, nesta seção, foi possível a produção de quadros comparativos, relacionados à setorização e ambientação de cada obra. Estabelecendo assim uma base informativa que posteriormente atuou como auxílio na produção do Programa de Necessidades do tema proposto, e seus devidos estudos, como estudo de massas (setorização/volumetria) e o fluxograma.

5.1. Quadro de resumo

Diante às obras citadas como referências, quadros comparativos foram elaborados, destacando a setorização adotada e seus respectivos ambientes.

Figura 87 – Quadro resumo Programa de Necessidades de Obras Internacionais – PARTE A

SETORIZAÇÃO		OBRAS ARQUITETÔNICAS INTERNACIONAIS				
SETOR	AMBIENTE	ÓPERA DE SYDNEY	C.C. LES QUINCONCES	CENTRO GEORGES POMPIDOU	CENTRO ZEIMULS	BUNJIL PLACE
Administrativo / Pesquisas	RECEPÇÃO	●	●	●	●	●
	SECRETARIA	S/I	S/I	S/I	S/I	●
	DIREÇÃO ADMINISTRATIVA	●	●	●	●	●
	DEP.CONTABILIDAD E / FINANCEIRO	S/I	✗	✗	✗	●
	COORDENAÇÃO	✗	✗	✗	●	✗
	LABORATÓRIOS DE PESQUISA	✗	✗	✗	●	S/I
	SALA DE REUNIÕES	S/I	●	S/I	S/I	●
	SALA DE FUNCIONÁRIOS	●	●	●	●	●
	DOCUMENTAÇÃO	S/I	●	●	S/I	●
	INFORMAÇÃO	S/I	S/I	●	●	✗
	CORREIO	S/I	S/I	●	✗	✗
	BILHETERIA	●	●	●	●	●
	IMPRENSA	S/I	S/I	●	✗	✗
LEGENDA		● - Possui	✗ - Não Possui	S/I	=	Sem Informação

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 88 – Quadro resumo Programa de Necessidades de Obras Internacionais – PARTE B

SETORIZAÇÃO		OBRAS ARQUITETÔNICAS INTERNACIONAIS				
SETOR	AMBIENTE	ÓPERA DE SYDNEY	C.C. LES QUINCONCES	CENTRO GEORGES POMPIDOU	CENTRO ZEIMULS	BUNJIL PLACE
Apoio / Serviços	SANITÁRIOS MASC. E FEM.	●	●	●	●	●
	SANITÁRIOS ACESSÍVEIS MASC. E FEM.	●	●	●	●	●
	VESTIÁRIOS MASC. E FEM.	●	●	●	S/I	●
	CABINE TÉCNICA (LUZ E SOM)	●	●	●	S/I	●
	ESTACIONAMENTO PÚBL. E FUNC.	●	●	●	●	●
Cultural	FOYER	●	●	●	●	●
	AUDITÓRIO	✗	✗	✗	✗	●
	BIBLIOTECA	●	✗	●	✗	●
	SALA DE AULA EDUCATIVAS	✗	✗	●	●	●
	SALA MULTIUSO	✗	✗	●	●	●
	EXPOSIÇÃO MUSEU	●	●	●	●	●
	SALAS MUSICAIS (CONCERTOS / ÓPERAS / ESTÚDIOS / GRAVAÇÃO / ESTUDO ACÚSTICO)	●	✗	●	✗	●
	OFICINAS	✗	✗	✗	●	✗
	CINEMA	●	●	✗	✗	✗
	TEATRO (PALCO / CAMARINS / PLATEIA / APOIO)	●	●	●	✗	●
	LIVRARIA	✗	✗	●	✗	✗
	PRAÇA ALIMENTAÇÃO (RESTAURANTE / CAFÉ)	●	●	✗	✗	✗
	ÁREA VERDE (PRAÇA)	✗	●	●	✗	✗
LEGENDA		● - Possui	✗ - Não Possui		S/I = Sem Informação	

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 89 – Quadro resumo Programa de Necessidades de Obras Nacionais – PARTE A

SETORIZAÇÃO		OBRAS ARQUITETÔNICAS NACIONAIS				
SETOR	AMBIENTE	MUSEU DO AMANHÃ	GALPÃO VB	PARQUE IBIRAPUERA	C.C. OSCAR NIEMEYER	MAC NITERÓI
Administrativo / Pesquisas	RECEPÇÃO	●	●	●	●	●
	SECRETARIA	●	●	●	●	●
	DIREÇÃO ADMINISTRATIVA	●	●	●	●	●
	DEP.CONTABILIDAD E / FINANCEIRO	●	✗	●	●	●
	COORDENAÇÃO	●	✗	●	●	S/I
	LABORATÓRIOS DE PESQUISA	●	✗	✗	✗	✗
	SALA DE REUNIÕES	●	●	●	●	●
	SALA DE FUNCIONÁRIOS	●	●	●	●	●
	DOCUMENTAÇÃO	●	●	●	●	●
	INFORMAÇÃO	●	S/I	●	●	S/I
	CORREIO	●	S/I	●	●	S/I
	BILHETERIA	●	●	●	●	●
	IMPrensa	●	S/I	●	●	S/I
Apoio / Serviços	SANITÁRIOS MASC. E FEM.	●	●	●	●	●
	SANITÁRIOS ACESSÍVEIS MASC. E FEM.	●	●	●	●	●
	VESTIÁRIOS MASC. E FEM.	●	●	●	●	●
	CABINE TÉCNICA (LUZ E SOM)	●	●	●	●	●
	ESTACIONAMENTO (PÚBL. E FUNC.)	●	●	●	●	●
LEGENDA		● - Possui	✗ - Não Possui	S/I	=	Sem Informação

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 90 – Quadro resumo Programa de Necessidades de Obras Nacionais – PARTE B

SETORIZAÇÃO		OBRAS ARQUITETÔNICAS NACIONAIS				
SETOR	AMBIENTE	MUSEU DO AMANHÃ	GALPÃO VB	PARQUE IBIRAPUERA	C.C. OSCAR NIEMEYER	MAC NITERÓI
Cultural	FOYER	●	●	●	●	●
	AUDITÓRIO	●	✗	●	●	●
	BIBLIOTECA	●	●	●	●	✗
	SALA DE AULA / EDUCATIVAS	●	✗	✗	✗	✗
	SALA MULTIUSO	●	●	S/I	S/I	●
	EXPOSIÇÃO / MUSEU	●	●	●	●	●
	SALAS MUSICAIS (CONCERTOS / ÓPERAS / ESTUDIOS / GRAVAÇÃO / ESTUDO ACÚSTICO)	✗	✗	✗	●	✗
	OFICINAS	●	✗	✗	✗	✗
	CINEMA	✗	●	✗	●	✗
	TEATRO (PALCO / CAMARINS / PLATEIA / APOIO)	✗	✗	●	●	✗
	LIVRARIA	●	✗	✗	✗	✗
	PRAÇA ALIMENTAÇÃO (RESTAURANTE / CAFÉ)	●	●	●	●	●
	ÁREA VERDE (PRAÇA / QUADRAS / PARQUINHOS / VIVEIRO / ETC.)	●	●	●	●	✗
LEGENDA		● - Possui	✗ - Não Possui	S/I = Sem Informação		

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

5.2. Programa de Necessidades Proposto

Tendo como base as obras de referências e quadros comparativos, se elaborou um programa de necessidades de acordo com o projeto proposto.

Figura 91 – Quadro Programa de Necessidades Proposto – PARTE A

Cód.	Setorização	Especificação	Qtd.	Área (M²)	Área Total
	ÁREA VERDE	V1	2 und.	979,70	3.737,70
		V2	3 und.	22,09	
		V3	1 und.	214,62	
		V4	1 und.	102,88	
		V5	2 und.	92,76	
		V6	1 und.	88,73	
		V7	2 und.	70,29	
	ADMINISTRATIVO	CIRCULAÇÃO (TERRÉO)	GERAL	94,47	316,18
		CENTRAL DE INFORMAÇÕES	2 und.	8,58	
		ESCADARIA	1 und.	19,74	
		ELEVADOR	1 und.	3,98	
		COPA	1 und.	13,95	
		SALA DE REUNIÕES	1 und.	15,57	
		DIREÇÃO ADMINISTRATIVA	1 und.	13,95	
		WC PNE	2 und.	4,70	
		CIRCULAÇÃO (PVTO)	GERAL	41,24	
	CULTURAL (CONCHA ACÚSTICA)	CIRCULAÇÃO	1 und.	48,02	201,87
		PALCO	1 und.	44,24	
		PLATÉIA	1 und.	73,86	
		CAMARIM	2 und.	9,36	
		SALA DE APOIO	1 und.	10,40	
	CULTURAL (AUDITÓRIO)	CIRCULAÇÃO (EXTERNA)	GERAL	42,19	386,84
		SALA TÉCNICA	1 und.	20,30	
		WC MASCULINO	1 und.	10,16	
		WC FEMININO	1 und.	10,16	
		WC PNE (PÚBLICO)	2 und.	5,50	
		PLATÉIA	1 und.	98,07	
		CIRCULAÇÃO (INTERNA)	GERAL	63,73	
		WC PNE (FUNCIONÁRIOS)	2 und.	5,50	
		CAMARIM INDIVIDUAL	2 und.	11,11	
		SALA DE ARMAZENAMENTO 1	1 und.	14,53	
		SALA DE ARMAZENAMENTO 2	1 und.	14,99	

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 92 – Quadro Programa de Necessidades Proposto – PARTE B

Cód.	Setorização	Especificação	Qtd.	Área (M²)	Área Total
	CULTURAL (SALÃO DE EXPOSIÇÕES)	HALL DE ACESSO	1 und.	20,60	617,79
		CENTRAL DE INFORMAÇÕES	1 und.	3,88	
		ELEVADOR	1 und.	3,98	
		ESCADARIA	1 und.	9,47	
		COPA	1 und.	19,16	
		DEPÓSITO	1 und.	19,16	
		WC PNE	2 und.	6,19	
		WC FEMININO	2 und.	11,06	
		WC MASCULINO	2 und.	11,06	
		ÁREA DE EXPOSIÇÃO 1	1 und.	226,55	
		ÁREA DE EXPOSIÇÃO 2	1 und.	217,42	
	ARTISTICO (ATELIER DE ARTESANATO)	CIRCULAÇÃO (TERRÉO)	1 und.	44,24	773,68
		CENTRAL DE INFORMAÇÕES	1 und.	13,84	
		ADMINISTRAÇÃO	1 und.	9,17	
		COORDENAÇÃO	1 und.	9,17	
		DEPÓSITO DE ARTESANATO	1 und.	12,34	
		ELEVADOR	1 und.	3,98	
		ESCADARIA	1 und.	9,47	
		CIRC. SANITÁRIOS	1 und.	30,26	
		WC PNE	1 und.	6,19	
		WC FEMININO	1 und.	5,62	
		WC MASCULINO	1 und.	6,19	
		ATELIÊR DE ARTESANATO	3 und.	72,71	
		ÁREA DE ESTUDOS COLETIVOS	1 und.	201,19	
		COPA	1 und.	24,42	

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 93 – Quadro Programa de Necessidades Proposto – PARTE C

Cód.	Setorização	Especificação	Qtd.	Área (M²)	Área Total
	ARTISTICO (ATELIER DE PINTURA E MUSICA)	HALL DE ACESSO	1 und.	20,60	611,58
		CIRCULAÇÃO (TERRÉO)	1 und.	88,39	
		CENTRAL DE INFORMAÇÕES	1 und.	3,79	
		SECRETÁRIA	1 und.	8,25	
		ELEVADOR	1 und.	3,98	
		ESCADARIA	1 und.	9,47	
		WC PNE	2 und.	6,19	
		WC FEMININO	2 und.	11,06	
		WC MASCULINO	2 und.	11,06	
		ATELIÊR DE PINTURA (COLETIVO)	1 und.	61,11	
		ATELIÊR DE PINTURA (INDIVIDUAL)	1 und.	61,11	
		DEPOSITO	1 und.	19,16	
		CIRCULAÇÃO (PVTO)	1 und.	68,72	
		COPA	1 und.	19,16	
		SALA DE MUSICA	2 und.	68,36	
	PEDAGÓGICO (SALAS DE ENSINO)	HALL DE ACESSO	1 und.	20,60	611,58
		CENTRAL DE INFORMAÇÕES	1 und.	3,79	
		CIRCULAÇÃO (TERRÉO)	1 und.	88,39	
		SECRETÁRIA	1 und.	8,25	
		ELEVADOR	1 und.	3,98	
		ESCADARIA	1 und.	9,47	
		SALA DE ESTUDOS 1 (TERRÉO)	2 und.	61,11	
		CIRCULAÇÃO (PVTO)	1 und.	68,72	
		SALA DE ESTUDOS 2 (TERRÉO)	2 und.	68,36	
		WC PNE	2 und.	6,19	
		WC FEMININO	2 und.	11,06	
		WC MASCULINO	2 und.	11,06	
		DEPOSITO	1 und.	19,16	
		ÁREA DE ESTUDOS E ACERVO (PVTO)	1 und.	177,52	
		COPA	1 und.	19,16	

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 94 – Quadro Programa de Necessidades Proposto – PARTE D

Cód.	Setorização	Especificação	Qtd.	Área (M²)	Área Total
	PEDAGÓGICO (BIBLIOTECA)	HALL DE ACESSO	1 und.	20,60	560,17
		CENTRAL DE INFORMAÇÕES	1 und.	3,79	
		BIBLIOTECÁRIA	1 und.	8,25	
		ELEVADOR	1 und.	3,98	
		ESCADARIA	1 und.	9,47	
		ÁREA DE ESTUDOS E ACERVO (TERRÉO)	1 und.	195,05	
		WC PNE	2 und.	6,19	
		WC FEMININO	2 und.	11,06	
		WC MASCULINO	2 und.	11,06	
		DEPOSITO	1 und.	19,16	
		ÁREA DE ESTUDOS E ACERVO (PVT0)	1 und.	177,52	
		COPA	1 und.	19,16	
	VIVÊNCIA (RESTAURANTE)	COZINHA	1 und.	39,27	199,90
		ÁREA DE ACESSOS	1 und.	18,73	
		CÂMARA FRIA	1 und.	5,23	
		DEPÓSITO	1 und.	9,93	
		PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO	1 und.	42,72	
		WC PNE	1 und.	6,19	
		WC FEMININO	1 und.	7,34	
		WC MASCULINO	1 und.	7,34	
	VIVÊNCIA	PLAYGROUND	1 und.	149,22	149,22
		GINASTICA AO AR LIVRE	1 und.	149,19	149,19
	CIRCULAÇÃO	INTERNA	1 und.	3.128,34	3.128,34
		EXTERNA	1 und.	1.237,03	1.237,03
		ESTACIONAMENTO	1 und.	3.735,20	3.735,20
	SEGURANÇA (GUARITA)	CENTRAL DE COMANDO	1 und.	8,98	13,57
		WC	1 und.	2,11	

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

5.3. Estudo de Massas

Conforme pré-estipulado o programa de necessidades do tema proposto, foi possível a produção de um estudo de massas, analisando assim a forma e disposição dos setores a serem locados, estando tais em conformidade com o que é estipulado pelo plano de zoneamento de Rolim de Moura.

Figura 95 – Estudo de massas

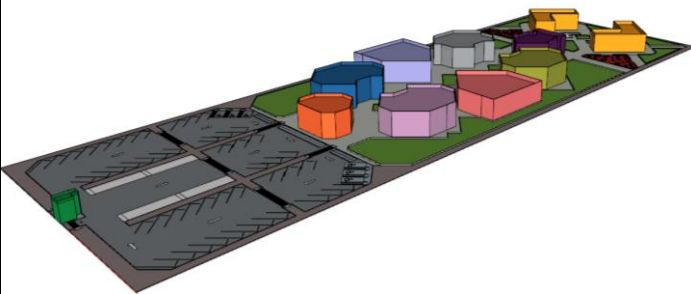
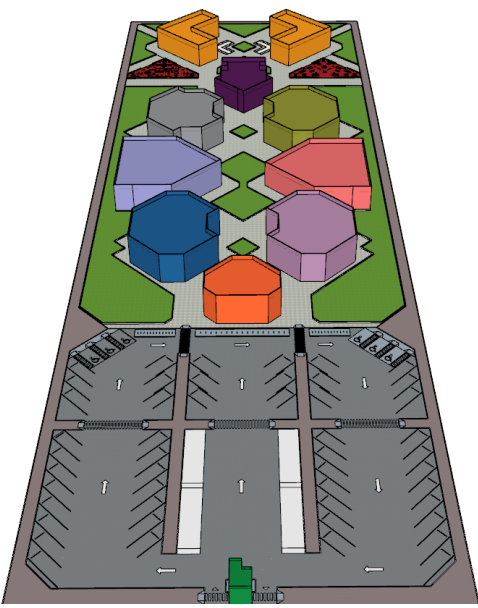
CÓD.	SETORIZAÇÃO	QTD.	ÁREA (m²)	ARRANJO
	ÁREA VERDE	12 BLOCOS (JARDINS)	3.737,70	
	ADMINISTRATIVO	BLOCO (2 PVTOS)	316,18	
	CULTURAL (CONCHA ACÚSTICA)	BLOCO (1PVTO)	201,87	
	CULTURAL (AUDITÓRIO)	BLOCO (1PVTO)	386,84	
	CULTURAL (SALÃO DE EXPOSIÇÕES)	BLOCO (2 PVTOS)	617,79	
	ARTISTICO (ATELIER DE ARTESANATO)	BLOCO (2 PVTOS)	773,68	
	ARTISTICO (ATELIER DE PINTURA E MUSICA)	BLOCO (2 PVTOS)	611,58	
	EDUCACIONAL (SALAS DE ENSINO)	BLOCO (2 PVTOS)	611,58	
	EDUCACIONAL (BIBLIOTECA)	BLOCO (2 PVTOS)	560,17	
	VIVÊNCIA (RESTAURANTE)	2 BLOCOS (1 PVTO)	199,90	
	VIVÊNCIA (PLAYGROUND)	BLOCO	149,22	
	VIVÊNCIA (GINÁSTICA AO AR LIVRE)	BLOCO	149,19	
	CIRCULAÇÃO (INTERNA)	GERAL	3.128,34	
	CIRCULAÇÃO (EXTERNA)	GERAL	1.237,03	
	CIRCULAÇÃO (ESTACIONAMENTO)	GERAL	3.735,20	
	SEGURANÇA (GUARITA)	BLOCO (1 PVTO)	13,57	

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

5.3.1. Volumetria

Diante o programa de necessidades proposto, que estipula as áreas a serem inserido e área construída aproximada necessária, bem como a estipulação prévia do arranjo, permitiu-se elaborar uma volumetria (Figura 96), simulando a ocupação de espaços do tema proposto.

Figura 96 – Volumetria

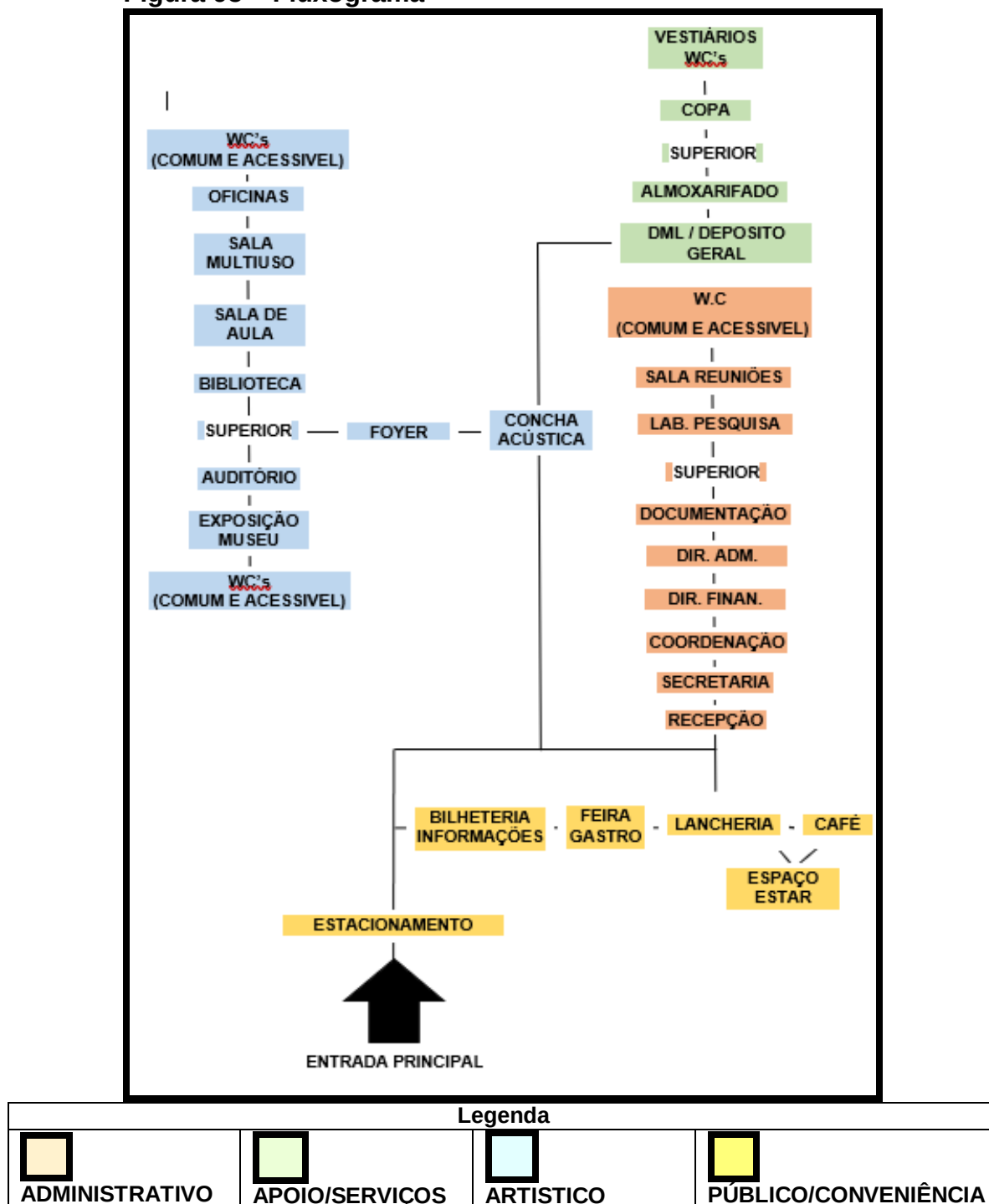
CÓD.	SETORIZAÇÃO	ARRANJO
	ÁREA VERDE	
	ADMINISTRATIVO	
	CULTURAL (CONCHA ACÚSTICA)	
	CULTURAL (AUDITÓRIO)	
	CULTURAL (SALÃO DE EXPOSIÇÕES)	
	ARTISTICO (ATELIER DE ARTESANATO)	
	ARTISTICO (ATELIER DE PINTURA E MUSICA)	
	EDUCACIONAL (SALAS DE ENSINO)	
	EDUCACIONAL (BIBLIOTECA)	
	VIVÊNCIA (RESTAURANTE)	
	VIVÊNCIA (PLAYGROUND)	
	VIVÊNCIA (GINÁSTICA AO AR LIVRE)	
	CIRCULAÇÃO (INTERNA)	
	CIRCULAÇÃO (EXTERNA)	
	CIRCULAÇÃO (ESTACIONAMENTO)	
	SEGURANÇA (GUARITA)	

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

5.4. Fluxograma

Conforme o estudo de massas pré-estipulado anteriormente, um estudo de fluxos foi realizado, representando assim a forma de ligação entre os ambientes, bem como a forma de circulação a ser realizada pelos usuários do equipamento.

Figura 95 – Fluxograma



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

6. ESTUDO DE CASO DE SÍTIO

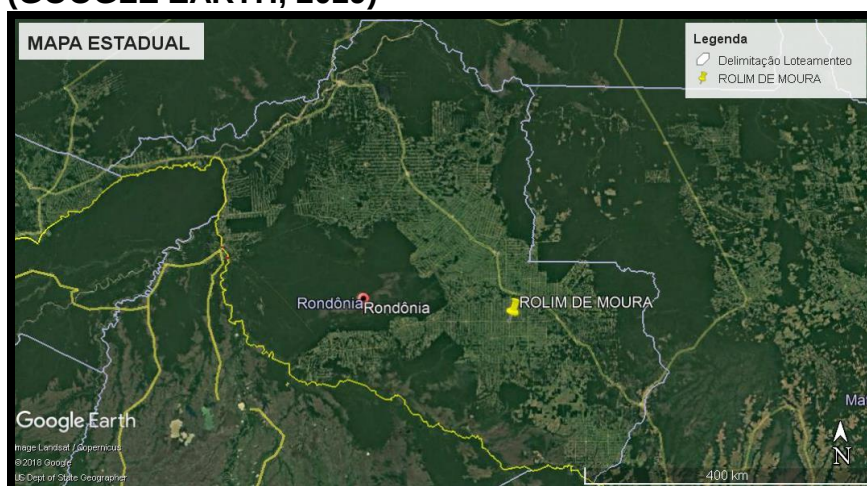
O terreno selecionado para instalação do tema proposto localiza-se no município de Rolim de Moura, estado de Rondônia. Para uma melhor análise da correlação terreno/projeto, fotos via satélite e de acervo pessoal da autora, foram devidamente lançados neste capítulo.

6.1. Imagens de localização do terreno

Na subseção presente, serão apresentadas imagens indo desde a escala macro, que corresponde à localização do município de Rolim de Moura; passando por escalas reduzidas, e que apresentam informações necessárias, chegando a escala micro, que corresponde a informações diretamente relacionadas ao lote escolhido.

Conforme supracitado, a imagem exposta a seguir (Figura 96), apresenta a localização do município de Rolim de Moura, no estado de Rondônia. Município este que por 1.457,90 m², contando (conforme último censo) com 50.672 habitantes, e uma densidade demográfica de 34,8 hab./km². É considerado como Mesorregião do Leste Rondoniense (popularmente conhecido como centro do cone sul de Rondônia), além de caracterizar-se como Microrregião de Cacoal (CIDADE BRASIL, 2018).

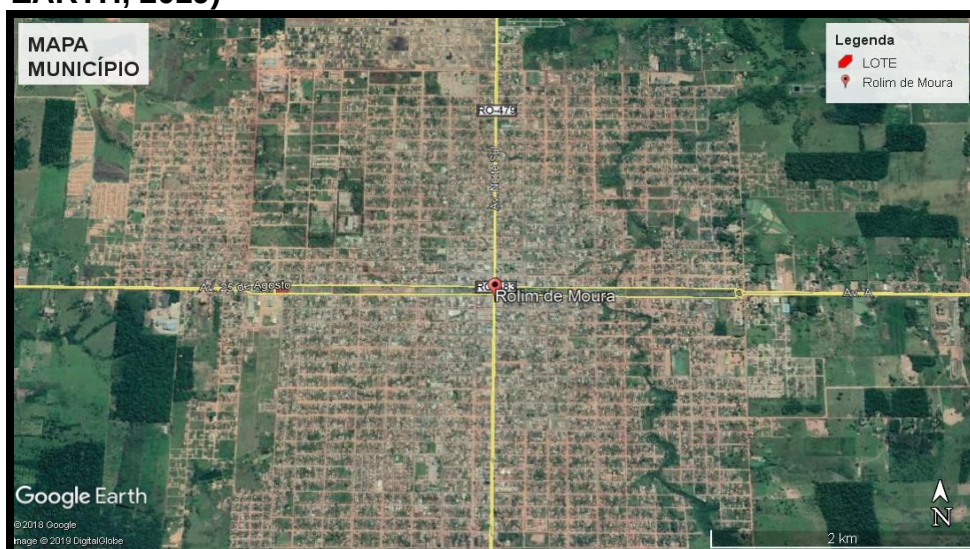
Figura 96 – Vista Superior do Estado de Rondônia (GOOGLE EARTH, 2019)



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

O lote escolhido, localiza-se na porção Oeste do município, mas especificamente localizado na área que corresponde o canteiro central, conforme exposto pela Figura 97.

Figura 97 – Vista Superior Cidade de Rolim de Moura (GOOGLE EARTH, 2019)



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Apesar de encontra-se visualmente lançado como canteiro central do município, o lote atende mais às necessidades do Bairro São Cristóvão, fazendo limite com os bairros Cidade Alta, Cidade Alta II, e Bairro Planalto, conforme apresentado pela Figura 98.

Figura 98 – Vista Superior delimitação bairros (GOOGLE EARTH, 2019)



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

A quadra referida ao lote escolhido situa-se entre as vias da Avenida 25 de Agosto, onde o objeto em estudo ocupará parcialmente o espaço da quadra referida, abrangendo assim uma área correspondente à aproximadamente 6.617,80 m² (Figura 100).

Figura 99 – Vista Superior delimitação Quadra (GOOGLE EARTH, 2019)



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 100 – Vista Superior delimitação Lote (GOOGLE EARTH, 2019)

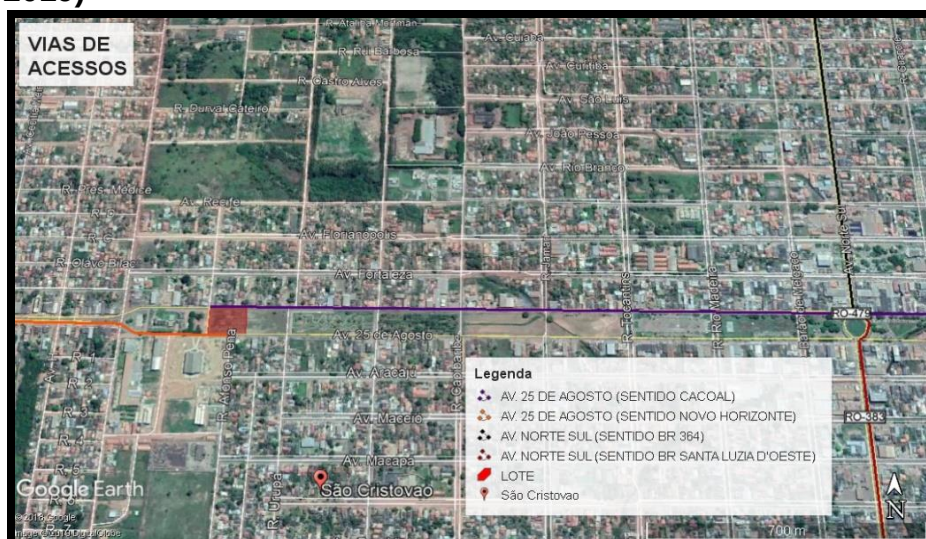


Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

6.2. Localização e acessos

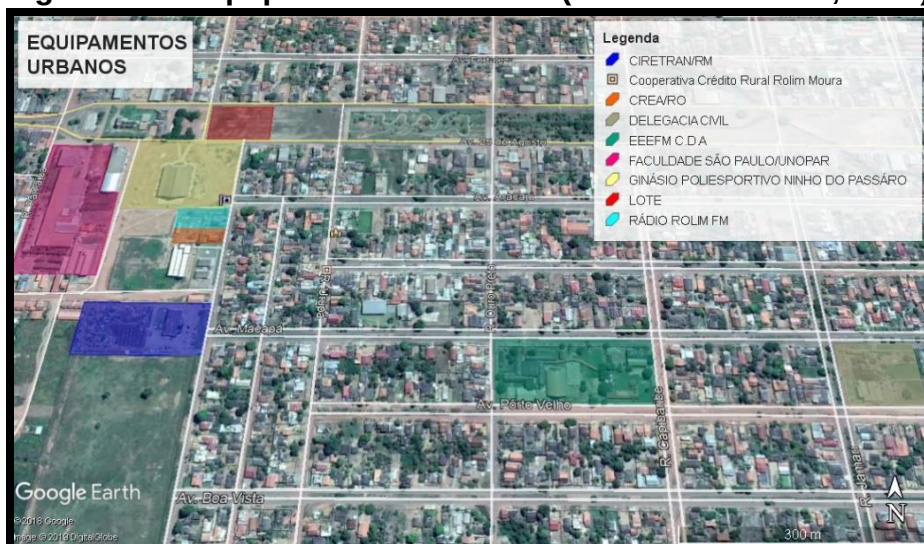
Será apresentado nesta subseção, a devida localização do terreno previamente proposto. Destacando as formas de acesso (Figura 101), sendo que esta se dá através das vias arteriais: Avenida 25 de Agosto (sentido Cacoal, e sentido Novo Horizonte; e pela Avenida Norte/Sul (sentido BR 364 e sentido Santa Luzia D'Oeste) que por fim desembocam na Avenida 25 de Agosto (acesso principal). Apresentando ainda os equipamentos públicos e de maior interesse que se localizam nas proximidades do lote escolhido, conforme Figura 102.

Figura 101 – Vias de acesso ao terreno (GOOGLE EARTH, 2019)



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 102 –Equipamentos Urbanos (GOOGLE EARTH, 2019)



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

6.3. Lote

O lote é inserido na porção Oeste do município conta com uma quantidade considerável de equipamentos públicos (conforme supracitado na Figura 102), como CIRETRAN, Delegacia Civil, instituições educacionais públicas e privadas, Sistema de Radiocomunicação, Ginásio Poliesportivo, dentre outras competências; e de equipamentos de cunho comercial particular, como comércios atacadistas, postos de combustível, indústria de nutrição animal, farmácias, etc. Conjunto de equipamentos estes que culminam na atração de uma quantia de público relativamente alta, advindo da necessidade de uso.

Figura 103 – Localização Equipamentos Urbanos (GOOGLE EARTH, 2019)



Legenda	
	LOTE
	COMERCIO ATACADISTA
	POSTO DE COMBUSTÍVEL
	ESPAÇO DE EVENTOS
	INDUSTRIA DE NUTRIÇÃO ANIMAL
	INSTITUIÇÃO RELIGIOSA
	COMERCIO FARMACEUTICO

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

6.3.1 Medidas do lote

O terreno selecionado, localiza-se na área correspondente à Zona Verde (ZV), perímetro este que não dispõe qualquer tipo de diretriz relacionadas a Índices Urbanísticos. Desta forma, para base de parâmetros urbanísticos, utilizou-se Lei Complementar N° 63/2009 – Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano (ROLIM DE MOURA, 2009), onde:

Art. 37 – Nos Eixos Comerciais e de Serviços de Bairro – ECSB e nos Eixos de Comercio e Serviços de Apoio – ECSA, serão obedecidos os mesmos parâmetros urbanísticos da sua Zona de localização.

§ 2º As edificações situadas nos ECSA com até 5,00m (cinco metros) de altura máxima serão liberados dos afastamentos frontais e laterais, desde que atendidos os demais parâmetros estabelecidos para a Zona.

§ 4º Os ECSA dizem respeito às seguintes vias públicas: Avenida 25 de Agosto, nos lotes frontais dos Bairros: Centenário, Jardim Tropical e Cidade Alta.

§ 4º Os ECSA dizem respeito às seguintes vias públicas: Avenida 25 de Agosto e Avenida Norte Sul, nos Bairros pelas vias transpassadas. [Redação dada pela Lei Complementar nº155/2013.](#)

Diante a temática do instrumento proposto, Complexo Cultural Recreativo, adota-se o zoneamento ECSA (Eixos de Comercio e Serviços de Apoio), exposto seus índices Urbanísticos na Figura 104. Estando ainda citado pela Lei Complementar N° 63/2009 a classificação referente ao tipo de impacto diante seu uso, classificando-se assim como “Uso de Serviços - Nível 2 – Usos de Baixo Impacto”.

Figura 104 – Quadro de Parâmetros Urbanísticos (ROLIM DE MOURA, 2012)

ANEXO III											
conforme LEI COMPLEMENTAR N° 121/2012											
QUADRO SÍNTESE DOS PARÂMETROS URBANÍSTICOS											
ZONA	PARÂMETROS URBANÍSTICOS										
	Tamanho	Testada	Coefficiente	Altura	Número	Taxa de	Afastamentos			Taxa de	Usos
	Mínimo	mínima	de	Máxima	Máximo de	Ocupação	da Edificação			Permeabilidade	Compatíveis
	do	(m)/	Aproveitamento	da	Pavimentos	Máxima do	Fr.	Lat.	Fu.	Mínima do	(classificação
	Lote (m²)	esquina	do	Edificação		Terreno (%)	Terreno (%)			Terreno (%)	por nível)
			Terreno - CAT	(m)							
ZC	360	12/14	1,5	26	4 + OODC 2	90	L/2	1,5	1,5	10	1,2,3*
ZR 1	200	8/10	1,5	13	4	75	2	1,5	1,5	25	1,2*
ZR 2	200	8/10	1,5	13	4	75	2	1,5	1,5	25	1,2*
ZR 3	200	8/10	1,5	11	3	75	2	1,5	1,5	25	1,2*
ZR 4	200	8/10	1,5	08	2	75	2	1,5	1,5	25	1,2*
ZR 5	200	8/10	1,2	07	2	75	2	1,5	1,5	25	1
EI / AEU2	1.000	20	2	25	2	75			5	25	2,3,4,5
ECSB	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	1,2,3*
ECSA	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	1,2,3,4*

* Não será permitido o uso agrícola dos níveis 2 e 3.

*** Variável de acordo com a zona em que estiver localizado

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Destacando que se tem como medidas dos lotes: vértices paralelos às avenidas, uma metragem em 97,98m, aproximadamente; vértices paralelos às ruas, aproximadamente uma metragem em 68,67m; obtendo assim um perímetro aproximado de 329,06m e uma área correspondente à aproximadamente 6.617,80 m² (conforme a Figura 100).

6.3.2 Imagens do terreno

Quando dissertado sobre as características relacionadas ao cunho infraestrutural é possível mencionar que o lote/quadra dispõe de iluminação pública,

porém a mesma (visualmente) não atende às necessidades mínimas de iluminação, em vista ao dimensionamento da área, e por ser lindeira à uma via arterial (fato este que impõe a necessidade de uma iluminação adequada). Porém para acesso da mesma, pode-se evidenciar que ambas as laterais apresentam pavimentação asfáltica, em estado extremamente precário, contudo existente.

O lote não apresenta qualquer indicio de inserção estrutural, e apresenta uma geomorfologia característica de relevo em declive de aproximadamente 3,00m, de seu ponto mais alto (R. Afonso Pena), ao ponto mais baixo (sentido R. Urupá). Apresentando ainda apenas pequenos indícios/fragmentos de arborização (apresentada em grande quantia nas quadras circunvizinhas), deixando como função permeável destinada apenas à forração gramínea. Por se tratar de uma área verde (ZV - Zona Verde) e de uso público, não apresenta muros para divisão territorial.

Quanto ao abastecimento por serviços públicos é valido comentar que, por ser um lote limpo não existem pontos de abastecimento, que sejam especificamente destinados ao abastecimento do local, porém há o sistema de abastecimento hidráulico geral, e o sistema de saneamento básico encontra-se em execução (por todo o perímetro da *urbe*). O sistema de transporte público é existente, sendo que o mesmo tem como rota as avenidas lindeiras ao lote (Avenida 25 de Agosto).

Figura 105 – Indicação vistas do terreno (GOOGLE EARTH, 2019)



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 106 – Vista panorâmica 01



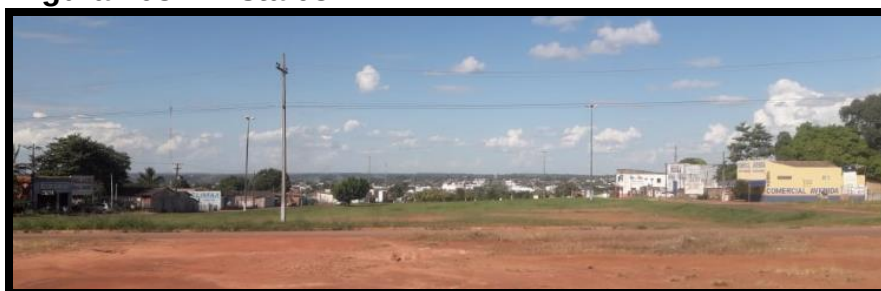
Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Figura 107 – Vista panorâmica 02



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Figura 108 – Vista 03



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Figura 109 – Vista 04



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Figura 110 – Esquematização de inclinação do terreno (GOOGLE EARTH, 2019)



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

6.3.3 Justificativa de escolha do lote

Para inserção do instrumento em análise proposto, Complexo Cultural Recreativo em Rolim de Moura, o lote escolhido teve como principal critério a sua correlação à amplitude do terreno já citado, uma vez que o mesmo se encontra sem qualquer resquício de edificação, bem como a presença de vegetação nativa, tendo assim um melhor aproveitamento quando comparado as quadras/lotes já edificados.

Além da amplitude territorial, o lote apresenta uma gama de condicionantes naturais favoráveis ao projeto ao equipamento em estudo, como sua localização em um ponto com altitude considerável (quando correlacionado ao ponto central do município), fator este que auxilia diretamente na manipulação estratégica da edificação para uso de iluminação natural zenital (pelo alto fluxo luminoso, o qual o terreno recebe), e adequação do equipamento para ventilação natural.

O terreno não apresenta uma vegetação nativa que auxilie na ventilação, sendo inserido neste apenas pequenos pontos arbóreos, porém vale destacar que os lotes circunvizinhos apresentam uma vegetação considerável, que pode auxiliar num sistema compilado de ventilação cruzada, feito após a inserção da vegetação contemplativa e funcional estabelecida pelo projeto.

O perímetro escolhido caracteriza-se por ser um terreno de relevo em declive, fator este que pode ser trabalhado de forma que não haja grandes custos na execução da edificação, manejo este que tenha como base o respeito à morfologia nativa, estabelecendo um sistema estratégico de planificação que integre o equipamento proposto ao meio natural, e que insira harmonicamente a edificação ao meio urbano existente.

Quanto a localização, se destaca a proximidade entre o lote, e os equipamentos urbanos públicos e privados que ali se encontram. Equipamentos estes que por si só já atraem um fluxo público consideravelmente alto, principalmente em temporadas festivas, quando analisado ao caso do Ginásio Poliesportivo Ninho do Pássaro. Fator este que contribui diretamente na atração do público, podendo lhes direcionar à edificação cultural proposta.

Outro fator que deve ser acrescido a sua lista de benefícios, se dá pela localização da quadra entre vias arteriais/principais (Avenida 25 de Agosto), onde o fluxo é alto, além de sua localização próximo à entrada da cidade, atribuindo ao equipamento a característica de ponto focal, dado acesso por tal eixo viário.

7. CONCEITO E PARTIDO ARQUITETÔNICO

Após todas as devidas análises teóricas e de campo acerca da temática dissertada, é disposto neste capítulo, o conceito escolhido para elaboração do equipamento urbano proposto, tópico este que atua diretamente na escolha plausível do partido arquitetônico a ser adotado, abordando dentre esta as subseções que correspondem ao será proposto, bem como as diretrizes projetuais a serem adotadas.

7.1. Conceito

Dentre as definições expostas por vários autores que simplificam o conceito arquitetônico, destaca-se a opinião de Leupen (2004) que menciona, “o conceito expressa a ideia subjacente no desenho e orienta as decisões de projeto em uma determinada direção, organizando e excluindo as variantes. Definição que condiz ao que é exposto pelo autor Diogo (2015), que tem o conceito como um plano abstrato, admitindo várias soluções espaciais e formas viáveis, necessitando de teste quanto às qualidades formais, construtivas ou funcionais para a possível definição do partido.

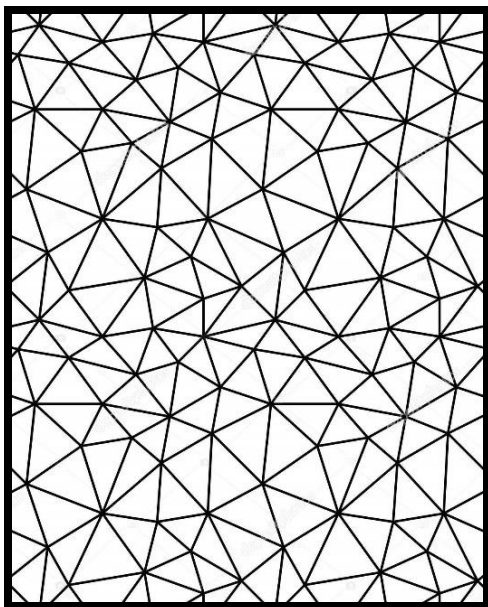
Diante à argumentação exposta através dos autores supracitados, se tem como princípio/conceito arquitetônico juízos atribuídos sobre os critérios estético, plástico, científico e filosófico, critérios estes mais profundamente dissertados a seguir.

Desta forma é escolhido para representação conceitual os polígonos em geometria abstrata (Figuras 111 e 112) que comporta o juízo estético, plástico e filosófico, uma vez que o formato representado entre a junção das arestas sob pontos em comum será utilizado estruturalmente na integração entre os ambientes e na esteticidade fornecida pela imagem visual (fachada), se relacionando assim à forma e a possível dispersão estrutural.

Além de apresentar filosoficamente através do princípio da conectividade, onde setores que apresentam diferentes atividade/funcionalidades serão conectados de forma que um complemento ao princípio de propagação cultural, paralelo à idealização de conectividade advinda da integração democrática entre a população,

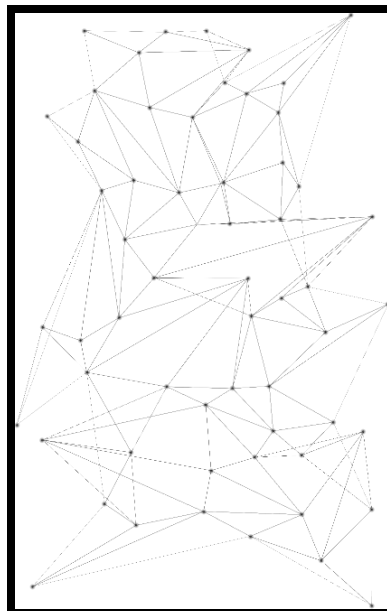
se abolindo assim de qualquer eventual segregação de público, quer seja esta atribuída por critérios financeiros, raciais, ou qualquer outra forma.

Figura 111 – Polígonos em Geometria Abstrata - 1



Fonte: Deposit Photos, 2013.

Figura 112 – Polígonos em Geometria Abstrata - 2



Fonte: Pngtree, 2018.

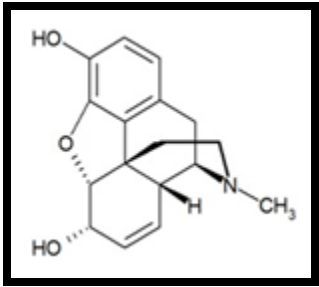
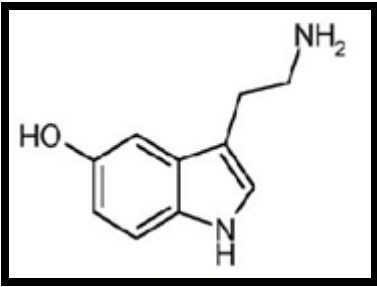
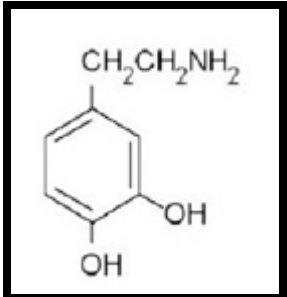
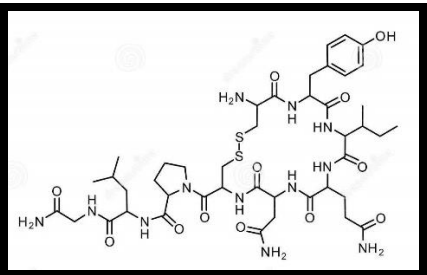
Conceituação esta aderida paralelamente à adoção conceitual atribuída pelo uso das Quatro substâncias químicas da felicidade (Figura 113), sob o conjunto entre juízo estético, plástico, científico e filosófico. Onde critérios como estética, plástica, filosófica atribuindo-lhes quanto por ao formato e ao princípio de integração, semelhante à conceituação explícita pela ideia dos polígonos em geometria abstrata, trazidas pela ligação das cadeias carbonárias compostas.

E quanto ao juízo científico, traduz-se quimicamente que tal quarteto substancial (quarteto da felicidade), conhecidos no campo científico como composto que dá condições à construção das relações de confiança, sendo extremamente necessário para que haja um desenvolvimento dos relacionamentos emocionais. Tal composto da felicidade, proporciona estímulos ao corpo humano conhecidos como prazer, felicidade, amor, condicionantes sentimentais que geram consequentemente o aumento de variáveis que atribuem ao adensamento do vínculo emocional interpessoal.

Uma vez que atuam como anestésicos naturais, eliminando quaisquer eventualidades que tenham como consequência a depressão, situação esta conhecida atualmente como mal do século.

Desta forma tal conjunto de benefícios e sensações, serão atribuídas ao telespectador uma vez que este tenha acesso ao equipamento proposto, visto a gama de atividades culturais e sociais, que apresentam como finalidade a interação social.

Figura 113 – Quatro Substâncias Químicas da Felicidade (DATTOLI, 2018)

Endorfinas	Serotonina
	
Dopamina	Ocitocina
	

Fonte: elaborada pela autora, 2019.

7.2. Partido Arquitetônico

Conforme explicito pelo autor Biselli (2011) que cita, “[...] em ‘partido’ se compreende a discussão de aspectos como estratégia de implantação e distribuição do programa, estrutura e relações de espaço”.

Argumentação esta semelhante à exposta por Rabello (2007), que conceitua o partido arquitetônico, termo este característico do vocabulário entre profissionais da área da Arquitetura, como definição das características gerais do projeto, e como uma “consequência formal derivada de uma série de condicionantes ou determinantes, como um resultado físico da intervenção sugerida”.

Entre as condicionantes ou determinantes que norteiam o partido arquitetônico estão o clima, condições físicas e topográficas do local escolhido, assim como seu entorno, legislação pertinente, as técnicas construtivas disponíveis e o orçamento pré-definido. (SILVA, 1983).

Diante a conceituação exposta pode-se definir Partido Arquitetônico, como a elaboração projetual a ser utilizada, envolvendo condicionantes como forma, materiais, condições físicas e naturais (relevo, insolação, ventilação, etc.).

7.2.1. Diretrizes

As diretrizes estabelecidas ao tema proposto, possuem como finalidade proporcionar conforto aos telespectadores, de forma que quando ali inseridos tenham disponibilidade e conforto durante acesso aos ambientes. Como diretrizes estão:

- Criação de espaços multifuncionais, com diversidade de uso e fluxos;
- Adequação aos condicionantes naturais (relevo, iluminação e ventilação natural);
- Inserir espaços de integração interpessoal;
- Adequação ao equipamento ao princípio de acessibilidade e democratização;
- Funcionalidade e estética agradável;
- Inserção de sustentabilidade, e de áreas verdes no projeto.

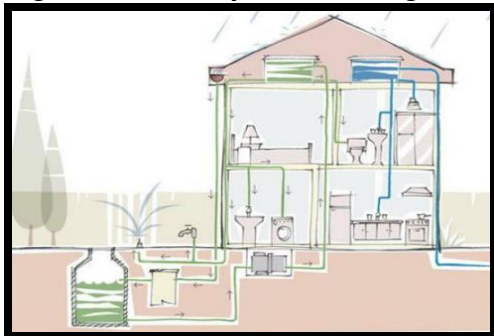
7.2.2. Sustentabilidade

Sustentabilidade seria a relação entre os sistemas econômicos e os sistemas ecológicos na qual a vida humana continuaria indefinidamente e os efeitos das atividades humanas permaneceriam dentro de limites sem destruir a diversidade, complexidade e funções do sistema ecológico de suporte da vida (CABESTRÉ; GRAZIADE; POLESEL FILHO, 2008).

Desta forma condicionantes arquitetônicos sustentáveis serão inseridos ao tema proposto, de forma que o uso de atributos artificiais ligados ao funcionamento será reduzido, e consequentemente respeitará ao fator externo ambiental, uma vez que a emissão de poluentes e/ou desgaste de recursos naturais serão minimizados. Dentre estes destaca-se:

- **Drenagem pluvial**

Figura 114 – Esquema drenagem



Fonte: RODRIGUES, 2010.

Um sistema de aproveitamento de águas pluviais consiste na captação, desvio e armazenamento da água da chuva para posterior utilização. A captação é geralmente feita nas superfícies impermeáveis das edificações (geralmente telhados e lajes). O armazenamento é feito em cisternas, que devem ser separadas do dispositivo de armazenamento de água potável. O principal objetivo deste sistema é a substituição da água de uso doméstico sem exigência de potabilidade pela água pluvial recolhida (SOUZA; ARAUJO, 2016).

- **Placa de células fotovoltaicas**

Figura 115 – Sistema Fotovoltaico



Fonte: PORTAL SOLAR, 2018.

Sem produzir ruído ou qualquer tipo de poluição, utilizando energia limpa, e inesgotável do Sol, as células fotovoltaicas vem constituindo painéis fotovoltaicos interligados à rede elétrica pública a fim de contribuir com a economia na geração de energia de formas convencionais, bem como diminuir os impactos ambientais com novas construções (NASCIMENTO, 2004).

- **Reutilização de resíduos liberados nas construções civil**

Figura 116 – Coleta e Reaproveitamento



Fonte: VGRESIDUOS, 2017.

Os entulhos provenientes da construção civil é uma das principais causas da degradação do meio ambiente, podendo afetar na qualidade de vida da população. Os resíduos oriundos da construção civil podem se tornar um grande problema se não for dado o correto gerenciamento e a sua gestão inadequada pode apresentar um grande desperdício econômico, visto que a sua maior massa é gerada nas grandes cidades e em muitos casos, são compostos de materiais passíveis de reciclagem ou podem ser reaproveitados (OLIVEIRA; CARVALHO, 2014).

- **Torneira com Sensor de Presença**

Figura 117 – Torneira Sensorial



Também conhecida como torneira inteligente, seu funcionamento é bem simples. Quando alguém se aproxima, o sensor óptico envia um sinal para uma peça que libera a saída de água. Isso faz com que o fluxo exista apenas enquanto as mãos estão próximas à peça, o que leva a uma economia de até 85% no consumo de água. (DECA, 2017).

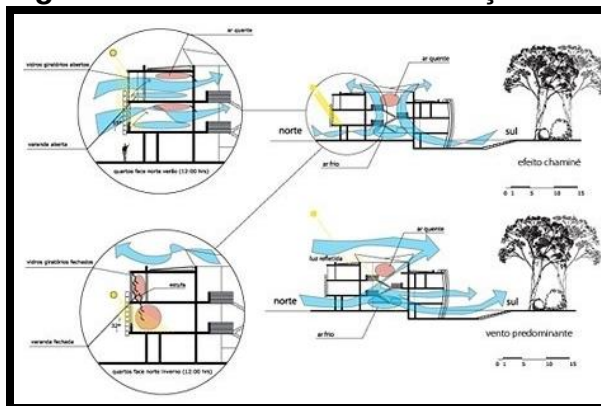
Fonte: CASA FARIA, 2019.

7.2.3. Conforto térmico

Conforme afirma Egan (1975, apud Malheiros 2005), entende-se como conforto ambiental arquitetonicamente, a combinação entre aspectos fisiológicos (visuais, higiênicos, acústicos e térmicos), psicológicos (de reconhecimento, adaptação), funcionais (atividades, permanência, convivência) e dimensionais (espaços para as atividades, antropometria) que quando em conjunto, em espaço construído para uso humano, deve propiciar a estas sensações de agradáveis. Assim como condicionante visando conforto térmico foi utilizado:

- **Ventilação cruzada**

Figura 118 – Sistema de ventilação

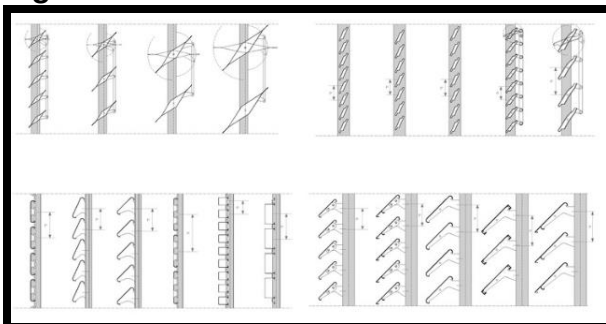


Fonte: PORTAL VITRUVIUS, 2006.

A ventilação cruzada é o fenômeno da movimentação do ar no interior das edificações sem a indução de nenhum sistema mecânico, ocorre pela diferença de pressão do ar, que pode ocorrer por ação dos ventos ou diferença de densidade do ar, devido às temperaturas. Em ambos os processos é obrigatória a existência de aberturas para que o ar possa fluir pelo edifício, pois somente com a pressão e a existência de aberturas é possível haver a ventilação que é capaz de proporcionar a renovação do ar de um ambiente, que é fundamental para o alcance do conforto térmico. (POSSEBOM; *et al*, 2016).

- Brises

Figura 119 – Modelos de Brises



Fonte: FRANCO, 2018.

Os brise-soleils [...] barram o calor antes que ele penetre no ambiente, reduzindo as cargas térmicas, além de melhorar a distribuição da iluminação, permitir ventilação e diminuir o consumo energético, entre outras vantagens. [...]. No entanto deve-se considerar: sua posição à fachadas, à mobilidade das lâminas, à dimensão do plano da esquadria, o posicionamento quanto ao alinhamento da fachada e as características dos materiais que compõem os mesmos (SILVA, J.; AMORIM, 2009).

- Iluminação Zenital (Átrios)

Figura 120 – Iluminação por Átrios



Fonte: PEREIRA, 2018.

Como o espaço central de uma edificação, o termo também nomeia uma das tipologias à iluminação zenital. Assim como as claraboias, possui aberturas posicionadas diretamente sobre as coberturas, na maioria dos casos por geometrias piramidais ou com duas águas construídas com perfis metálicos e fechamento em vidro. Contudo, diferente dos casos anteriormente citados, esta tipologia é indicada a edifícios com maior número de pavimentos ou grandes pé direito, permitindo o recebimento de maior luminosidade de modo a não gerar altas cargas térmicas. (PEREIRA, 2018).

7.2.4. Materiais

Como critério para escolha dos materiais a serem utilizados na edificação proposta, buscou-se inserir aqueles que desse uma melhor maleabilidade, condições estruturais que comportassem grandes vãos e estrutura em grande escala, conforto ambiental/acústico, além da garantia de uma estética visualmente agradável. Dentre estes se pode citar:

• Concreto de alto desempenho

Figura 121 – Concreto em alto desempenho

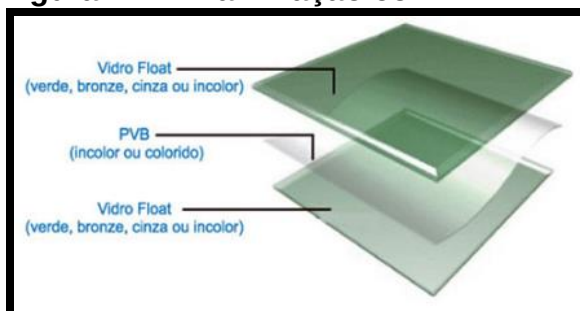


Fonte: ARCHIEXPO, 2018.

O concreto de alto desempenho [...] usados principalmente em estruturas de edifícios, pontes e pré-moldados, reduzindo a seção de pilares e cargas nas fundações e aumentando a durabilidade. Destacam-se por apresentarem inúmeras vantagens em relação aos concretos convencionais, como: Altas resistências à compressão; Aumento na vida útil da estrutura; Reduzido risco de corrosão de armaduras; Facilidade de execução; Redução das cargas nas fundações; e Redução da seção dos pilares do subsolo. (HELENE; HARTMANN, 2003).

• Vidro Laminado

Figura 122 – Laminação com PVB



Fonte: ANAVIDRO, 2013.

O laminado é um tipo de vidro de segurança que consiste em duas ou mais lâminas de vidro intercaladas com uma película de material plástico, normalmente o Polivinil Butiral (PVB), ou outra substância aprovada (SETOGUCHI; BENATTO, 2013). Oferecendo função termo acústica uma vez que, devido à camada intermediária de resina, ele se torna mais espesso, reduzindo o nível de ruídos indesejáveis (que são amortecidos no PVB e no próprio vidro), a incidência térmica e a transmissão de raios ultravioleta -redução de até 99% de radiação- (ABRAVIDRO, 2012).

• Estrutura metálica

Figura 123 – Estrutura Metalica



Fonte: JÚNIOR, R.B., {2019}.

O aço, com suas características peculiares, permitiu um enorme avanço em soluções de arquitetura além de proporcionar diversas vantagens como elemento construtivo em relação ao concreto, podendo ser citadas: Alívio das fundações, maior resistência que garante projeto mais leve e com menos custo nas fundações; Canteiro de obras, dispensa escoramento, reduz área do canteiro, pouca geração de entulho; Redução de tempo de construção, passagem de elétrico e hidráulico mais acessível, maiores vãos e diversidade de usos; Qualidade de obra; Maior resistência, e segurança; Economicidade. (NARDIN, 2008).

7.2.5. Acessibilidade

Dentre os parâmetros expostos para elaboração do projeto proposto, encontra-se como diretriz projetual o tópico acerca da inserção de atributos que visem a acessibilidade, e consequentemente a democratização, ao uso do objeto urbano quem questão. Pode-se citar como atributo a tal tópico:

- **Piso tátil**

Figura 124 – Piso Tátil Sintético



Fonte: TOTAL ACESSIBILIDADE, 2017.

A sinalização tátil tem que condizer com a norma da ABNT NBR 9050, deve ser instalado no início e término de escadas, degraus, rampas, esteiras rolantes. Assim obedecendo distancias necessárias para a sinalização de piso tátil. Deve ter condições apropriadas para atender cada tipo de deficiência, o deficiente visual devera reconhecer os perigos ao seu redor por meio do piso tátil. (VENDRAMINI, 2018).

- **Rampas**

Figura 125 – Rampa Acessível



Fonte: VIVADECORA, 2019.

De modo que o acesso seja direcionado a um público amplo e sem distinção, é necessário que uma rampa seja estabelecida. Destacando que esta deve estar em conformidade às condições dispostas pela ABNT NBR 9050, se adaptando às necessidades do usuário e da edificação em questão. Sua objetivação se dá ao acesso de cadeirantes, portadores de deficiência visual e/ou auditivas, e todos aqueles que apresentam mobilidade reduzida, de forma que garanta acesso democratizado, respeitando as políticas de segurança ao usuário (PORTAL 44 ARQUITETURA, 2016).

- **Elevadores**

Figura 126 – Elevador Acessível



Fonte: PORTAC, 2015.

O acesso de pessoas com deficiência a elevadores deve ser garantido, ou seja, é essencial que o edifício e aquelas partes que conduzem aos elevadores atendam aos requisitos das normas técnicas (entrada, rampas, áreas de giro, largura de porta e outros). Além disso, deve haver uma especificação precisa, clara e apropriada para os elevadores, contendo símbolos, alertas sonoros e pictogramas grandes. As especificações devem cobrir a diversidade de deficiências e não devem trazer dificuldade para as pessoas com deficiência. (FURRER, 2013).

- **Sanitários Acessíveis**

Figura 127 – Dimensionamento PNE



Fonte: ZOOM NA ARQUITETURA, 2019.

O banheiro é um dos maiores desafios diários para pessoas com deficiências físicas ou necessidades especiais (VASCONCELOS; *et al*, 2016).

O projeto ergonômico deve integrar o homem à edificação ou aos ambientes em que vive, por isso é essencial possibilitar que qualquer indivíduo possa adaptar-se às condições ambientais de diversos espaços. A falta de estudos ergonômicos para portadores de necessidades especiais, como crianças, idosos e portadores de deficiência, vem criando grandes dificuldades na concepção e adaptação dos espaços públicos e privados (TEODOLINO, 2006).

7.2.6. Especificações

Além dos materiais citados anteriormente, na edificação a ser proposta, é buscado critérios como valorização das artes de rua, atividade esta que é visivelmente crescente dentro o panorama urbano. Destacando ainda que quando legalizada, e feita sob cunho artístico pode contribuir imensamente a questão estética, ponto essencial para atração de público. Dentre tais artes urbanas, pode-se citar:

- **Adequação visual – Street Art/Graffiti**

Figura 128 – Street Art (Etnias)



Fonte: KOBRA, 2016.

O graffiti não tem regras, é executado de forma espontânea e é, normalmente, ilegal. Tem o objetivo de se espalhar pela cidade e, quanto mais se fizer, maior será o seu impacto e importância. Neste movimento em crescimento operam-se mudanças nos seus contextos cultural e estético, nas dimensões e escalas em que é executado, na relação entre o legal e o ilegal e, também, no estilo e nas técnicas utilizadas (spray, stickers, stencils ou posters), tendo resultados distantes daquilo que se julgava ser um ato de vandalismo e criminalidade no passado, passando a ser cada vez mais apreciado por um vasto tipo de público (FERREIRA, 2010).

- **Madeira (Upcycling – Reutilização Criativa)**

Figura 129 – Painel Madeira



O Upcycling é um processo que propõe a reutilização criativa com um valor agregado de resíduos para um produto de maior qualidade, como, por exemplo, a transformação de madeira usada em móveis, peças artísticas ou elementos arquitetônicos. Assim há uma gama de usos e possibilidades da madeira recuperada, como uma estrutura para a reutilização responsável; de pequena escala, como móveis ou telas de artistas, a escala média, com uso em interiores e fachadas (AD Editorial Team, 2019).

Fonte: AD Editorial Team, 2019.

CONCLUSÃO

Diante a argumentação exposta pode-se concluir que todo o embasamento teórico e estudo de caso supracitado pelos capítulos que compõem tal dissertação monográfica, serviram como embasamento para uma análise coerente acerca da possível inserção de um equipamento urbano de cunho social, educacional, e que fomenta a vertente cultural, área de conhecimento atualmente defasada no município em questão. Tendo em mente ainda, que tal edificação voltada ao conhecimento e lazer, ainda auxiliará como agente propulsor da economia local, aumentando consequentemente o giro monetário da *urbe*.

Para que o estudo fosse coerente à realidade urbanística de Rolim de Moura, e de suas condições naturais, uma base teórica servindo como parâmetros às diretrizes projetuais, fora coletada, sendo composta por Índices Urbanísticos e Legais, além da coleta de informações para composição de estudo de sítio (dados do terreno, coletados *in loco*).

Todo aparato metodológico (sob dados fundamentados, e informações elaboradas pela autora), teve como produto a elaboração de um prévio estudo projetual, apresentando uma proposta de programa de necessidades, com os prováveis ambientes e medidas aproximadas; estudo de arranjo, volumetria e setorização; e principalmente possível escolha de conceito e partido arquitetônico (e diretrizes projetuais) a ser adotado.

Onde obteve-se dados como, o dimensionamento adotado da área do terreno, sendo este de 6.617,80m², (conforme exposto pela Figura 100); uma área construída 5.353,30m², com uma setorização composta por ambientes voltados ao setor administrativo e de pesquisas, setor de apoio/serviços, setor artístico e setor público e de conveniência, conforme apresentado pelas figuras 91 e 92. Evidenciando os setores artístico e público/conveniência, que apresentam ambientes como salas multiuso, exposição/museu, foyer, feira gastronômica, ambientes estes que traduzem o objetivo proposto que se dá através da interação social, propagação cultural e ampliação de conhecimento, além do fomento de giro monetário local.

Assim conclui-se que toda problemática existente apresentada através do estudo de viabilização de projeto de pesquisa (VPP), fora solucionado.

REFERÊNCIAS

ABRAVIDRO. **Fachada Biblioteca Municipal, Biblioteca Mário de Andrade**. 2016. Disponível em: <https://abravidro.org.br/punoticias/biblioteca-mario-de-andrade-em-sp-recebe-aplicacao-de-obra-de-arte-com-vidro/>. Acesso em 27 Mar. 2019.

ABRAVIDRO. **Laminados: união faz a força**. 2012. Disponível em: http://www.andiv.com.br/downloads/rep-esp/ovidroplano_429_set08-vidroslaminados.pdf. Acesso em 31 Maio 2019.

AD Editorial Team. **"Upcycling Wood: Madeiras recuperadas transformadas em objetos valiosos e úteis" [Upcycling Wood: Disused Materials Transformed Into Valuable And Useful Objects]**. 2019. ArchDaily Brasil. (Trad. Souza, Eduardo). Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/916927/upcycling-wood-madeiras-recuperadas-transformadas-em-objetos-valiosos-e-uteis>. Acesso 31 Maio 2019.

_____. **Painel Madeira**. 2019. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/916927/upcycling-wood-madeiras-recuperadas-transformadas-em-objetos-valiosos-e-uteis/5cd1eb3284dd12d1e00093d-upcycling-wood-disused-materials-transformed-into-valuable-and-useful-objects-image>. Acesso 31 Maio 2019.

AGÊNCIA BRASIL. **Fachada, Centro Cultural Banco do Brasil (RJ)**. 2019. O Dia. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/diversao/2019/04/5632383-museus-brasileiros-aparecem-em-lista-dos-100-mais-visitados-do-mundo.html>. Acesso em 24 Mar 2019.

ANAVIDRO. **Laminação com PVB**. 2013. Disponível em: <https://www.anavidro.com.br/saiba-mais-sobre-a-laminacao-com-pvb/>. Acesso em 31 Maio 2019.

ARCHDAILY. **Vista lateral da Ópera de Sydney**. 2016a. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/784303/classicos-da-arquitetura-pera-de-sydney-jorn-utzon>. Acesso em 21 Mar. 2019a.

_____. **CENTRO CULTURAL LES QUINCONCES / BABIN+RENAUD**. 2015b. ArchDaily Brasil. (Trad. Santiago Pedrotti, Gabriel). Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/760866/centro-cultural-les-quinconces-babin-plus-renaud>. Acesso em 21 Mar. 2019b.

_____. **Planta baixa, Centro Cultural Les Quincones**. 2015b. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/760866/centro-cultural-les-quinconces-babin-plus-renaud>. Acesso em 21 Mar. 2019b.

_____. **Setorização, Centro Cultural Les Quincones**. 2015b. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/760866/centro-cultural-les-quinconces-babin-plus-renaud>. Acesso em 21 Mar. 2019b.

_____. **Vista do hall de acesso aos blocos, Centro Cultural Les Quincones.** 2015b. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/760866/centro-cultural-les-quincones-babin-plus-renaud>. Acesso em 21 mar. 2019b.

_____. **Vista lateral do Centro Cultural Les Quincones.** 2015b. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/760866/centro-cultural-les-quincones-babin-plus-renaud>. Acesso em 21 mar. 2019b.

_____. **Clássicos da Arquitetura: Centro Georges Pompidou / Renzo Piano + Richard Rogers.** 2012c. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/41987/classicos-da-arquitetura-centro-georges-pompidou-renzo-piano-mais-richard-rogers>. Acesso 28 Mar. 2019c.

_____. **Fachada, Centro de Serviços Criativos – Zeimuls.** 2015d. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/764532/zeimuls-centro-de-servicos-criativos-da-letonia-oriental-saals-architecture>. Acesso 30 Abr 2019d.

_____. **Vista aérea, Centro de Serviços Criativos – Zeimuls.** 2015d. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/764532/zeimuls-centro-de-servicos-criativos-da-letonia-oriental-saals-architecture>. Acesso 30 Abr 2019d.

_____. **Vista frontal, Centro de Serviços Criativos Zeimuls.** 2015d. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/764532/zeimuls-centro-de-servicos-criativos-da-letonia-oriental-saals-architecture>. Acesso 30 Abr 2019d.

_____. **Zeimuls, Centro de Serviços Criativos da Letônia Oriental / SAALS Architecture.** 2015d. ArchDaily Brasil. (Trad. Santiago Pedrotti, Gabriel). Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/764532/zeimuls-centro-de-servicos-criativos-da-letonia-oriental-saals-architecture>. Acesso 30 Abr 2019d.

_____. **Bunjil Place / fjmt [Bunjil Place / fjmt.** 2018e. ArchDaily Brasil. (Trad. Libardoni, Vinicius). Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/897787/bunjil-place-fjmt>. Acesso 30 Abr 2019e.

_____. **Fachada, Bunjil Place.** 2018e. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/897787/bunjil-place-fjmt>. Acesso 30 Abr 2019e.

_____. **Planta Baixa – Primeiro Pavimento, Bunjil Place .** 2018e. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/897787/bunjil-place-fjmt>. Acesso 30 Abr 2019e.

_____. **Planta Baixa - Térreo, Bunjil Place.** 2018e. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/897787/bunjil-place-fjmt>. Acesso 30 Abr 2019e.

_____. **Vista frontal - Foyer, Bunjil Place.** 2018e. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/897787/bunjil-place-fjmt>. Acesso 30 Abr 2019e.

_____. **Vista interna, salão de exposições - Bunjil Place.** 2018e. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/897787/bunjil-place-fjmt>. Acesso 30 Abr 2019e.

_____. **Museu do Amanhã / Santiago Calatrava**. 2016f. ArchDaily Brasil. (Trad. Delaqua, Victor). Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/785756/museu-do-amanha-santiago-calatrava>. Acesso 24 Mar. 2019f.

_____. **Perspectiva, Museu do Amanhã (RJ)**. 2016f. ArchDaily Brasil. (Trad. Delaqua, Victor). Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/785756/museu-do-amanha-santiago-calatrava>. Acesso 24 Mar. 2019f.

_____. **Galpão VB / Gui Paoliello Arquiteto**. 2016g. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/794747/galpao-vb-gui-paoliello-arquiteto>. Acesso 24 Mar. 2019g.

_____. **Galpão VB / Gui Paoliello Arquiteto**. 2016g. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/794747/galpao-vb-gui-paoliello-arquiteto>. Acesso 24 Mar. 2019g.

_____. **Planta baixa, Galpão VB**. 2016g. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/794747/galpao-vb-gui-paoliello-arquiteto>. Acesso 24 Mar. 2019g.

_____. **Vista Interna, Galpão VB**. 2016g. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/794747/galpao-vb-gui-paoliello-arquiteto>. Acesso 24 Mar. 2019g.

_____. **Vista lateral da fachada, Galpão VB**. 2016g. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/794747/galpao-vb-gui-paoliello-arquiteto>. Acesso 24 Mar. 2019g.

_____. **Clássicos da Arquitetura: As Arquiteturas do Parque Ibirapuera / Oscar Niemeyer**. 2018h. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/898302/classicos-da-arquitetura-as-arquiteturas-do-parque-ibirapuera-oscar-niemeyer>. Acesso 29 Mar 2019h.

_____. **Clássicos da Arquitetura: As Arquiteturas do Parque Ibirapuera / Oscar Niemeyer**. 2018h. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/898302/classicos-da-arquitetura-as-arquiteturas-do-parque-ibirapuera-oscar-niemeyer>. Acesso 29 Mar 2019h.

_____. **Setorização, Parque Ibirapuera**. 2018h. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/898302/classicos-da-arquitetura-as-arquiteturas-do-parque-ibirapuera-oscar-niemeyer>. Acesso 29 Mar 2019h.

_____. **Vista lateral monumento, museu, biblioteca**. 2018i. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/906657/classicos-da-arquitetura-centro-cultural-oscar-niemeyer-oscar-niemeyer>. Acesso 24 Mar. 2019i.

_____. **Vista teatro, Centro Cultural Oscar Niemeyer**. 2018i. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/906657/classicos-da-arquitetura-centro-cultural-oscar-niemeyer-oscar-niemeyer>. Acesso 24 Mar. 2019i.

_____. **Corte esquemático, Museu de Arte Contemporânea de Niterói.** 2012j. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/81036/classicos-da-arquitetura-museu-de-arte-contemporanea-de-niteroi-oscar-niemeyer>. Acesso 24 Mar. 2019j.

_____. **Vista fachada, Museu de Arte Contemporânea de Niterói.** 2012j. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/81036/classicos-da-arquitetura-museu-de-arte-contemporanea-de-niteroi-oscar-niemeyer>. Acesso 24 Mar. 2019j.

_____. **Vista Interna, Museu de Arte Contemporânea de Niterói.** 2012j. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/81036/classicos-da-arquitetura-museu-de-arte-contemporanea-de-niteroi-oscar-niemeyer>. Acesso 24 Mar. 2019j.

_____. **Vista lateral, Museu de Arte Contemporânea de Niterói.** 2012j. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/81036/classicos-da-arquitetura-museu-de-arte-contemporanea-de-niteroi-oscar-niemeyer>. Acesso 24 Mar. 2019j.

ARCHIEXPO. Concreto em alto desempenho. 2018. Disponível em: <http://www.archiexpo.com/pt/prod/lafarge-concrete/product-67208-2021617.html>. Acesso em 24 Maio 2019.

ARCOWeb. Planta Baixa, Museu do Amanhã (RJ). Santiago Calatrava: Museu do Amanhã, Rio de Janeiro. Projeto Design. Edição 428. {2019}. Disponível em: <https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/santiago-calatrava-museu-amanha-rio-janeiro>. Acesso em 24 mar. 2019.

ARQUIVO ARQ. **Vista aérea, Centro Cultural São Paulo.** 2012. Disponível em: <https://www.arquivo.arq.br/centro-cultural-sao-paulo>. Acesso em 20 Abril 2019.

ABNT. NBR 10520:2002. Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação / Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro; ABNT, 2002.

_____. **NBR 13532:1995.** Elaboração de projetos de edificações - Arquitetura – Apresentação / Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro; ABNT, 1995.

_____. **NBR 15599:2008.** Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços / Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro; ABNT, 2008.

_____. **NBR 6023:2002.** Informação e documentação - Referências – Elaboração / Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro; ABNT, 2002.

_____. **NBR 9050:2015.** Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência e edificação, espaço mobiliário e equipamentos urbanos / Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro; ABNT, 2015.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARONE, Ana Cláudia Castilho. **A exposição aos pavilhões do parque Ibirapuera (1950-1954)**. São Paulo, v. 17, n. 2, p. 295-316, dezembro de 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142009000200014&lng=en&nrm=iso. Acesso 24 de mar. de 2019.

BARTHOLINI, Bruno. Vista aérea, Museu do Amanhã (RJ). Porto Maravilha. 2016. Rio de Janeiro. Disponível em: http://portomaravilha.com.br/fotos_videos/g/22. Acesso em 24 Mar. 2019.

BIBLIOTECA EM FOCO. Esboço da provável Alexandria. 2014. Disponível em: <https://bibliotecaemfoco.wordpress.com/2014/06/24/alexandria/>. Acesso em 27 Fev. 2019.

BISELLI, Mario. **Teoria e prática do partido arquitetônico**. Arquitextos, São Paulo, 12.134, Vitruvius, jul 2011 . Disponível em: http://www.ufjf.br/projeto3/files/2011/03/www.vitruvius.com_.br-arquitextos-134-00-teoria-e-pr-tica-do-partido-arquitetonico.pdf. Acesso em 28 Maio 2019.

BOCCHI, S.C.M.; PESSUTO, J.; DELL'AQUA, M.C.Q. Modelo operacional do estudo de caso como estratégia de ensino na disciplina de enfermagem médico-cirúrgica: avaliação dos alunos. **Rev.latino-am.enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 3, p. 99-116, dezembro 1996.

BRASIL, CONAMA, Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 369/2006**, de 28 de março de 2006. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=489>. Acesso em 18 Mar. 2019.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 19 Mar. 2019.

_____. Lei nº10.098, de 19 de Dezembro de 2000. **Coleção de Leis da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em 18 Mar. 2019.

BRITO, Iremar Macieil de. **Jogo Teatral Na Pedagogia Da Criação Cênica**. Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas, PPGAC/UNIRIO. 2009. 17p. UNIRIO/UERJ, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/opercevejeonline/article/view/527/469>. Acesso em 14 Mar. 2019.

CABESTRÉ, Sonia A.; GRAZIADE, Tânia M.; POLESEL FILHO, P. **Comunicação Estratégica, Sustentabilidade e Responsabilidade socioambiental – um estudo destacando os aspectos teórico-conceituais e práticos**. In: Anais XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom: Natal/RN, 2008.

CARDOSO, Cíntia de Paula; CASTELNOU, Antonio Manuel Nunes. Espaços Arquitetônicos para Cultura e Folclore. **Revista Terra e Cultura**. Londrina, ano 23, n. 44, p. 152, Jan./Jul 2007. Disponível em: http://web.unifil.br/docs/revista_eletronica/terra_cultura/n44/terra_44-13.pdf. Acesso em 05 Mar. 2019.

CASA FARIA. 2019. Torneira Sensorial. Disponível em: http://www.casafaria.com/loja/produto-103782-1877-torneira_para_lavatorio_de_mesa_zenit_docoltronic_chrome. Acesso em 26 Maio 2019.

CASTRO, Rodolfo Muanis Fernandes de. **Inclusão Social e Atividades Culturais: o Centro Cultural Banco do Brasil no Rio de Janeiro**. 2008. 205 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. FUNDAÇÃO GETULIO Vargas, Rio de Janeiro. Disponível em <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3596/rodolfo.pdf>. Acesso em 24 Mar. 2019.

CENNI, Roberto. **Três centros culturais na cidade de São Paulo**. 1991. 167f. Dissertação (Mestrado em Artes Plásticas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27131/tde-02092015-090526/pt-br.php>. Acesso em 08 Mar. 2019.

CIDADE BRASIL. **Município de Rolim de Moura**. 2018. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-rolim-de-moura.html>. Acesso em 18 Abr. 2019.

COSTA, Flávia Roberta. **Turismo e Patrimônio Cultural: interpretação e qualificação**. São Paulo: Editora Senac, 2009.

CUCHE, Denys. **O Conceito de Cultura nas Ciências Sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002.

DANCKWARDT, Voltaire P. **O edifício teatral: resultado edificado da relação palco-plateia**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pesquisa e Pós-graduação e Arquitetura, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/1831>. Acesso em 08 mar. 2019.

DATTOLI. Quatro Substâncias Químicas da Felicidade. 2018. Disponível em: <https://obemviver.blog.br/2018/06/22/tabela-mostra-a-acao-dos-principais-neurotransmissores-hormonios-do-bem-estar-confira/>. Acesso em 26 Maio 2019.

DE LA TORRE, Padilha Oscar. **El turismo, fenómeno social**. México: Fonde de Cultura Económica, 1992.

DECA. **Torneira com Sensor de Presença — Entenda Porque é uma Solução Economicamente Sustentável**. 2017. Disponível em: <https://www.deca.com.br/blog/torneira-com-sensor-de-presenca-e-uma-solucao-economicamente-sustentavel/>. Acesso em 31 Maio 2019.

DEPOSITPHOTOS. 2013. Disponível em: <https://br.depositphotos.com/177340578/stock-illustration-polygonal-mosaic-abstract-geometry-background.html>. Acesso em 26 Maio 2019.

DINIZ, Célia Regina; SILVA, Iolanda Barbosa da. **Metodologia**. Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN - EDUEP, 21 ed., 2008. ISBN: 978-85-87108-98-2. Disponível em: http://www.ead.uepb.edu.br/ava/arquivos/cursos/geografia/metodologia_cientifica/Me t_Cie_A04_M_WEB_310708.pdf. Acesso em 15 mar. 2019.

DIOGO, Francisco José d'Almeida. **Arquitetura**. Instituto Militar de Engenharia – IME. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://ead.ime.eb.br/mod/resource/view.php?id=11468>. Acesso em 28 Maio 2019.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e Cultura Popular**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973;

DURANTE, Silvio. **Sillas Palladio**. Enciclopédia Biográfica de Arquitetos Digital. N. P02. 2015. Disponível em: <https://www.ebad.info/palladio-silla>. Acesso em 08 Mar 2019.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **Direitos das Pessoas com Deficiência: garantia de igualdade na diversidade**. Rio de Janeiro: WVA, 2004.

FERREIRA, Joana Paramés. **OS VÁRIOS CONTEXTOS EXPOSITIVOS DA STREET ART: Entre a rua e a galeria**. 2010. 137p. Dissertação Mestrado em Museologia e Museografia - Dissertação Mestrado em Museologia e Museografia, UNIVERSIDADE DE LISBOA, FACULDADE DE BELAS -ARTES. Lisboa, 2017. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/34012/2/ULFBA_TES11131_TeseVersaocorre%C3%A7oesFINAIS.pdf. Acesso em 24 Mai. 2019.

FIGUEIREDO, Fabrícia de Souza. **Complexo Cultural Em Planaltina, Df**. 2014. 47f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em http://bdm.unb.br/bitstream/10483/10548/1/2014_FabriciaDeSouzaFigueiredo_PlanoDeTrabalho.pdf Acesso em 04 mar. 2019.

FILHO, Shieh Shueh Yau e Gustavo Neves da Rocha. **"Clássicos da Arquitetura: Centro Cultural Jabaquara / Shieh Arquitetos Associados"**. 2017. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/870322/classicos-da-arquitetura-centro-cultural-jabaquara-shieh-arquitetos-associados>. Acesso 19 Abril 2019.

FLUSSER, Victor. **A biblioteca como instrumento de ação cultural**. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, v. 12, n.2, p. 145-169, 1983.

FOTOGRAFIAS AÉREAS. **Vista aérea, Centro Oscar Niemeyer.** {2019}. Disponível em: <https://www.fotografiasaereas.com.br/imagem-aerea/espaco-cultural-oscar-niemeyer-goiania/>. Acesso em 24 Mar. 2019.

FRACALOSSI, Igor. **"Clássicos da Arquitetura: SESC Pompéia / Lina Bo Bardi"**. 2013. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/153205/classicos-da-arquitetura-sesc-pompeia-slash-lina-bo-bardi>. Acesso 20 Abril 2019.

FRANCO, José Tomás. Modelos de Brises 2018. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/900929/brises-detelhes-construtivos-e-aplicacao-pratica>. Acesso 26 Maio 2019.

FURRER, Maria Alice. **MUNDO INCLUSÃO: Acessibilidade em elevadores.** 2013. Diversidade na Rua. Disponível em: <https://diversidadenarua.cc/mundo-inclusao/acessibilidade-em-elevadores/>. Acesso em 31 Maio 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** 120f. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. ISBN 978-85-386-0071-8. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em 15 mar.2019.

GHIRARDO, Diane. **Arquitetura contemporânea: uma história concisa.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GIACOMETTI, Bruna Camargo. **Centro de Eventos em Franca SP.** 2015. 81p. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Estácio UNISEB. Ribeirão Preto, SP. Disponível em: https://issuu.com/brunagiacometti/docs/centro_de_eventos_em_franca_sp_-_br_8525b4558dac1a. Acesso em 14 Mar. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOOGLE EARTH. **Vista aérea do Centro Cultural Les Quinconces.** 2019. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/Les+Quinconces/@48.0079243,0.2004063,147m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x47e288d11afaa3f5:0xa987d09d2bf6f64!8m2!3d48.0077834!4d0.2006721>. Acesso em 22 Mar. 2019.

_____. **Vista aérea, Centro Georges Pompidou.** 2019. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/Centro+Georges+Pompidou/@48.8604893,2.3523635,217m/data=!3m1!1e3!4m12!1m6!3m5!1s0x47e66e1c09b820a3:0xb7ac6c7e59dc3345!2sCentro+Georges+Pompidou!8m2!3d48.860642!4d2.352245!3m4!1s0x47e66e1c09b820a3:0xb7ac6c7e59dc3345!8m2!3d48.860642!4d2.352245>. Acesso em: 23 Mar. 2019.

_____. **Vista aérea, Parque Ibirapuera.** 2019. Disponível em < <https://www.google.com/maps/place/Parque+Ibirapuera/@-23.5864638,-46.6585492,1582m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x94ce59f1069d11d1:0xcb936109af9ce541!8m2!3d-23.5874162!4d-46.6576336>>. Acesso 24 Mar. 2019.

HELENE, Paulo; HARTMANN, Carine T. **Concretos de alta resistência.** Técnica, 81 ed, 2003. Disponível em: <http://techne17.pini.com.br/engenharia-civil/81/artigo285299-1.aspx>. Acesso em 24 Maio 2019.

HERTZBERGER, Herman; [tradução Carlos Eduardo Lima Machado]. Lições de Arquitetura. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HESPANHOL, Lays J.; SAVI, Aline E. **Centro de Cultura e Literatura em Cocal do Sul.** 5º Seminário Ibero-americano de Arquitetura e Documentação. Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Criciúma. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/anais/71141.pdf>. Acesso em 14 mar. 2019.

HOEBEL, E. Adamson. **A Natureza da Cultura.** In.: SHAPIRO, Harry. Homem, Cultura e Sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

HOLANDA, Marina de. **Clássicos da Arquitetura: Museu de Arte Contemporânea de Niterói / Oscar Niemeyer.** 2012. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/81036/classicos-da-arquitetura-museu-de-arte-contemporanea-de-niteroi-oscar-niemeyer>. Acesso 24 Mar. 2019.

IMBROISI, Margaret. **Fachada Museu Lasar Segall.** 2016. História das Artes. Disponível em: <https://www.historiadadasartes.com/sala-dos-professores/museu-lasar-segall/>. Acesso em 08 Mar. 2019.

JUNIOR, Renato Bertolino. Estrutura metálica, um universo de vantagens. AECweb. {2019}. Disponível em: https://www.aecweb.com.br/cont/m/rev/estrutura-metalica-um-universo-de-vantagens_5341_10_0. Acesso em 31 Maio 2019.

KOBRA. Street Art (Etnias). 2016. Disponível em: <http://www.eduardokobra.com/etnias/>. Acesso em 24 Mai. 2019.

KRENCHINSKI, **Tagiana.** **Centro Cultural para o Município de Pinhal - RS.** 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Engenharia Civil, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, Ijuí, 2015.

LACERDA, Gabriela Ricarte de. **Centro cultural Pium artes integradas.** 2017, 117f. Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Tecnologia. Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Natal. Disponível em: https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/4685/1/CentroCulturalPium_Lacerda_2017.pdf. Acesso em 14 mar. 2019.

LEUPEN, Bernard, et al. **Proyecto y análisis: evolucion de los principios em arquitectura.** Barcelona: Editora Gustavo Gilli, 2004.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MALHEIROS, F. V. A. **Desempenho térmico de pavilhões industriais: estudo de caso em Panambi/RS**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2005.

MARKUS, T. A. **Buildings and Power: Freedom & control in the origin of modern building types**. Londres: Routledge, 1993;

MILANESI, Luis. **A casa da invenção**. São Caetano do Sul: Ateliê Editorial, 1997.

_____. **Biblioteca pública: do século XIX para o XXI**. Revista USP, n. 97, p. 59-70, 2013.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MONTANER, Josep Maria. **Museus para o século XXI**. Barcelona: Gustavo Gili, 2003.

MURTINHO, Vítor. **Elevação, Centro Pompidou**. 2015. Metálica 40. Lisboa. Disponível em: https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/43750/1/Centro%20Pompidou_um%20espet%C3%A1culo%20de%20luz%2C%20cor%20e%20a%C3%A7o.pdf. Acesso em 23 Mar. 2019.

NARDIN, Fabiano A. **Importância da Estrutura Metálica na Construção Civil**. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso – Engenharia Civil, Universidade São Francisco. Disponível em: <http://lyceumonline.usf.edu.br/salavirtual/documentos/1268.pdf>. Acesso em 31 Maio 2019.

NASCIMENTO JR., José; CHAGAS, Mário. **Museu e política: apontamentos de uma cartografia**. In: **Caderno de Diretrizes Museológicas**. Brasília: MinC/Iphan/Departamento de Museus e Centros Culturais; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006. p. 13-17.

NASCIMENTO, Cássio Araújo do. **PRINCÍPIO DE FUNCIONAMENTO DA CÉLULA FOTOVOLTAICA**. 2004. 21p. Monografia Pós-Graduação Lato-Sensu, Departamento de Engenharia da Universidade Federal de Lavras. Minas Gerais, 2004. Disponível em: https://www.solenerg.com.br/files/monografia_cassio.pdf. Acesso em 26 Maio 2019.

NETTO, Andrei. **Aos 40 anos, o Centro Georges-Pompidou é uma casa de cultura de importância mundial**. Estadão, O Estado de S. Paulo. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/artes,aos-40-anos-o-centro-georges-pompidou-e-uma-casa-de-cultura-de-importancia-mundial,70001664282>. Acesso em 24 Mar. 2019.

NEVES, Renata Ribeiro. **Centro Cultural: a Cultura à promoção da Arquitetura**. Revista Especialize On-line IPOG. Goiânia, Vol.01/2013, nº 005, 5ª ed., jul. 2013. Disponível em: <https://www.ipog.edu.br/revista-especialize-online/edicao-n5-2013?setarParametros=true&pagingPage=10&>. Acesso em 27 Mar. 2019.

NEWBIGIN, John. **A economia criativa: um guia introdutório. Série Economia Criativa e Cultural do British Council**. London: British Council, 2010. 82 p. Disponível em: http://creativeconomy.britishcouncil.org/media/uploads/files/Intro_guide_-_Portuguese.pdf. Acesso em: 30 Maio 2019.

O GLOBO. **Fachada, Centro Georges Pompidou**. 2017. O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/centre-pompidou-passara-por-reformas-de-ate-100-milhoes-20778854>. Acesso em 23 Mar. 2019.

OLIVEIRA, Aíla Seguin Dias Aguiar de. **Acessibilidade espacial em centro cultural: estudo de casos**. 2006. 214 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - SC.

OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda; SIQUEIRA, Bruno Lourenço; MUNIZ, Thiago Ribeiro Paula; SILVA, Antonio Carlos Nomura de Souza e. **Lazer e planejamento: um olhar sobre o parque do Sabiá em Uberlândia-MG**. Instituto de Geografia. Universidade Federal de Uberlândia. Minas Gerais: 2005.

OLIVEIRA, Marco Aurélio Caetano. **Raciocínio dedutivo**. 2018. Disponível em: <https://www.infoescola.com/filosofia/raciocinio-dedutivo>. Acesso em: 15 Mar. 2019.

OLIVEIRA, O. de. **Lina Bo Bardi: Sutis Substâncias da Arquitetura**. São Paulo: Romano Guerra, 2006.

OLIVERA, Kelly Cristina da Cunha; CARVALHO, Matheus Costa. **Reutilização de resíduos liberados nas construções civil**. 2014. Disponível em: <https://www.aedb.br/wp-content/uploads/2015/05/2271.pdf>. Acesso em 31 Maio 2019.

PANASIEWICZ, Roberlei; BAPTISTA, Paulo Agostinho N. **Metodologia científica: a ciência e seus métodos**. FUMEC VIRTUAL - SETOR DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. Belo Horizonte, p. 94, 2013. Disponível em: http://ppg.fumec.br/ecc/wp-content/uploads/2016/12/MetodCientifica_02.pdf. Acesso em 14 mar. 2019.

PEARCE, Bob. **Vista aérea da casa de ópera de Sydney**. 2008. Disponível em: <https://www.smh.com.au/ftimages/2008/11/30/1227979823915.html>. Acesso em 22 Mar. 2019.

PELLEGRIN, A. **Equipamento de lazer**. In: GOMES, C. L. (Org). Dicionário crítico do lazer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 69-73.

PEREIRA, Elizabeth da Silva. **Patrimônio Cultural Imaterial: Uma reflexão sobre o registro do bem cultural como forma de preservação**. 2012. Trabalho de

conclusão do curso de pós-graduação em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos, CELACC/ECA-USP, São Paulo. Disponível em: <https://paineira.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/448-1262-1-PB.pdf>. Acesso em 23 Abril 2019.

PEREIRA, Matheus. "**Sistemas para incorporar a iluminação zenital em seus projetos**". 2018. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/895833/5-sistemas-para-incorporar-a-iluminacao-zenital-em-seus-projetos> . Acesso 31 Mai 2019.

_____. **Iluminação por Átrios**. 2018. ArchDaily Brasil. Disponível em: Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/895833/5-sistemas-para-incorporar-a-iluminacao-zenital-em-seus-projetos> . Acesso 31 Mai 2019.

PEREZ, Adelyn. **Clássicos da Arquitetura: Ópera de Sydney / Jørn Utzon** 2016. ArchDaily Brasil. (Trad. Souza, Eduardo). Disponível em <https://www.archdaily.com.br/br/784303/classicos-da-arquitetura-pera-de-sydney-jorn-utzon>. Acesso em 21 Mar. 2019.

PINTEREST. **Planta baixa da Ópera de Sydney**. 2019. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/398920479477400221/?autologin=true>. Acesso em 22 Mar. 2019.

PINTO, Gabriela Baranowski, PAULO, Elizabeth, SILVA, Thaisa Cristina. **Os centros culturais como espaços de lazer comunitário: O caso de belo Horizonte**. CULTUR, ano 06 - nº 02 - Jun/2012. Disponível em: <http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/ano6-edicao2/6.espacocultural.pdf>. Acesso: 14 Mar.2019.

PNGTREE. 2018. Disponível em: https://pt.pngtree.com/freepng/abstract-geometric-line-patterns_2401829.html . Acesso em 26 Maio 2019.

PORTAC. Elevador Acessível. 2015. Disponível em: <https://www.portac.com.br/projetos-especiais-de-elevadores.html>. Acesso em 31 Maio 2019.

PORTAL 44 ARQUITETURA. **Rampa de acessibilidade – aprenda a projetar corretamente**. 2016. Disponível em: <http://44arquitetura.com.br/2016/06/rampa-de-acessibilidade-aprenda-projetar/>. Acesso em 31 Maio 2019.

PORTAL SOLAR. Sistema Fotovoltaico. 2018. Disponível em: <https://www.portalsolar.com.br/celula-fotovoltaica.html>. Acesso em 26 Maio 2019.

PORTAL VITRUVIUS. Concurso Estudantil Latino-Americano de Arquitetura Bioclimática da Bienal José Miguel Aroztegui. Projetos, São Paulo, ano 06, n. 061.01, Vitruvius, jan. 2006. Disponível em: <http://www.wvnw.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/06.061/2584>. Acesso em 26 Maio 2019.

POSSEBOM, Alessandro; PINHEIRO, Anderson Duarte; MULLER, Gean; PRAI, Janaína Sabadin Dai; CONTERARO, Luan Carlos. **VENTILAÇÃO CRUZADA**. 5º SICS – Seminário Internacional de Construções Sustentáveis, 2º Fórum Desempenho das Edificações. 2016. Disponível em: https://www.imed.edu.br/Uploads/5_SICS_paper_2_version_1.pdf. Acesso em 26 Maio 2019.

PREZI. **Perspectiva, Ópera de Sydney**. 2018. Disponível em: <https://prezi.com/bincrt5xjbo/the-sydney-opera-house/>. Acesso em 22 Mar. 2019.

PROETTI, Sidney. **As Pesquisas Qualitativa e Quantitativa como métodos de Investigação Científica: Um Estudo Comparativo e Objetivo**. Revista Lumen. Adamantina, v. 2, n. 4, 2017. ISSN: 2447-8717. Disponível em <http://www.periodicos.unifai.edu.br/index.php/lumen/article/view/60>. Acesso em 15 mar. 2019.

RABELLO, R. **O que é arquitetura**. 2007. São Paulo. Disponível em: <http://ricardo.arquiteto.vilabol.uol.com.br/Arquitetura.htm>.

RAMOS, Luciene Borges. **Centro Cultural: Território privilegiado da ação cultural e informacional na sociedade contemporânea**. Faculdade de Comunicação/UFBA, 2007. Salvador. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/lucieneborgesramos.pdf>. Acesso em 27 Fev. 2019.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Cidades Criativas: análise de um conceito em formação e da pertinência de sua aplicação à cidade de São Paulo**. 2011. 297 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2011.

ROCHA, Tereza Cristina de O. **Complexo Cultural Martim Cererê**. 2011. 40p. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Estadual de Goiás. Goiás. Disponível em: <http://www.unucet.ueg.br/biblioteca/?go=detalhesMonografia&id=519&a=5&p=1&curso=22>>. Acessado em: 14 mar. 2019.

RODRIGUES, Elcie Helena Costa. **Construindo uma Política Pública do Lazer: espaço ou programa – o que garante a animação? – uma retrospectiva histórica sobre o município de Sorocaba – SP**. 2003. 140p. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. Campinas, SP. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/274962> . Acesso em 23 Abril 2019.

RODRIGUES, J. C. M. R. **Sistemas de Aproveitamento de Águas Pluviais: Dimensionamento e Aspectos Construtivos**. 2010. 94p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade do Porto. Porto - Portugal, 2010.

ROLIM DE MOURA. **Lei Complementar nº 51**, de 24 de Julho de 2008. Institui o Plano Diretor participativo, instrumento normativo e estratégico da política de desenvolvimento municipal que visa integrar e orientar as ações dos agentes públicos e privados na gestão urbananística sopesando a promoção da prosperidade e bem estar individual e coletivo. **Lex**: coletânea de legislação: edição municipal, Poder Executivo, Rondônia, 2008. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1SXto1tFPcwPCEadJX2Dcs6uTz0ckmfX5/view>. Acesso em 18 mar. 2019.

_____. **Lei Complementar nº 64**, de 2009. Dispõe sobre o Código de Obras e Edificações do Município de Rolim de Moura. **Lex**: coletânea de legislação: edição municipal, Poder Executivo, Rondônia, 2009. Disponível em https://www.rolimdemoura.ro.leg.br/arquivos/codigo_de_obras.pdf. Acesso em 18 mar. 2019.

_____. **Lei Complementar nº121**, de 2012. ANEXO III, Quadro de Parâmetros Urbanísticos. **Lex**: coletânea de legislação: edição municipal, Poder Executivo, Rondônia, 2012. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/366266064/63-Zoneamento-Uso-e-Ocupacao-Do-Solo-Urbano-Com-ALTERACOES>. Acesso em 18 mar. 2019.

_____. **Lei Complementar nº63**, de 2009. Dispõe sobre o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano do Município de Rolim de Moura e dá outras providências. **Lex**: coletânea de legislação: edição municipal, Poder Executivo, Rondônia, 2009. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/366266064/63-Zoneamento-Uso-e-Ocupacao-Do-Solo-Urbano-Com-ALTERACOES>. Acesso em 18 mar. 2019.

RONDÔNIA. Decreto-lei nº 2.746, de 18 de maio de 2012. Institui o Sistema Estadual de Cultura – SEC e dispõe sobre sua composição. **Diário Oficial [do] Estado de Rondônia**, Assembleia Legislativa, Rondônia, 2012. Disponível em <http://cnpc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/3/2017/09/LEI-N%C2%BA-2.746-DE-18-DE-MAR%C3%87O-DE-2012-SISTEMA-ESTADUAL-DE-CULTURA-E-CONSELHO-DE-CULTURA.pdf>. Acesso em 18 Mar. 2019.

_____. **Instrução Técnica n.01/2017 – Procedimentos Administrativos – Anexo A - EXIGÊNCIAS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO**. Dispõe sobre a Classificação Das Edificações Quanto A Ocupação Ou Uso. 2017. Disponível em: http://www.cbm.ro.gov.br/images/DAT/2018-IT/IT_n_01_-_PROCEDIMENTOS_ADMINISTRATIVOS_-_ANEXO_A_-_Abril2019.pdf. Acesso em 24 Abril 2019.

_____. **Instrução Técnica n.06/2017 – Acesso de Viaturas nas Edificações e Áreas de Risco**. Esta Instrução Técnica fixa condições mínimas exigíveis para o acesso e estacionamento de viaturas de bombeiros nas edificações e áreas de risco, com o objetivo de disciplinar o seu emprego operacional na busca e salvamento de vítimas e no combate a incêndio, atendendo o previsto no Código Estadual de Segurança Contra Incêndio e Pânico (Decreto Estadual nº 21.425 de 29 de novembro de 2016). 2017. Disponível em:

<http://www.cbm.ro.gov.br/images/DAT/2018-IT/IT-n.-06---ACESSO-DE-VIATURA-NAS-EDIFICAES-E-REAS-DE-RISCO.pdf>. Acesso em 24 abril 2019.

_____. **Instrução Técnica n.09/2017 – Compartimentação Horizontal E Compartimentação Vertical.** Estabelecer os parâmetros da compartimentação horizontal e compartimentação vertical do Regulamento Estadual de Segurança Contra Incêndio e Pânico (Decreto Estadual nº 21.425 de 29 de novembro de 2016). 2017. Disponível em: <http://www.cbm.ro.gov.br/images/DAT/2018-IT/IT-n.-09---COMPARTIMENTAO-HORIZONTAL-E-COMPARTIMENTAO-VERTICAL.pdf>. Acesso em 24 abril 2019.

_____. **Instrução Técnica n.11/2017 – Saídas De Emergência.** Esta Norma se aplica a todas as edificações, independentemente de suas alturas, dimensões em planta ou características construtivas, excetuados os casos onde se aplicam a IT 12 - Eventos públicos e Centros esportivos e de exibição - Requisitos de segurança contra incêndio. 2017. Disponível em: <http://www.cbm.ro.gov.br/images/DAT/2018-IT/IT-n.-11---SADAS-DE-EMERGNCIA.pdf>. Acesso em 24 abril 2019.

_____. **Instrução Técnica n.18/2017 – Iluminação De Emergência.** Fixar as condições necessárias para o projeto e instalação do sistema de iluminação de emergência em edificações e áreas de risco, conforme previsto no Regulamento Estadual de Segurança Contra Incêndio e Pânico (Decreto Estadual nº 21.425 de 29 de novembro de 2016). 2017. Disponível em: <http://www.cbm.ro.gov.br/images/DAT/2018-IT/IT-n.-18---ILUMINAO-DE-EMERGNCIA.pdf>. Acesso em 24 abril 2019.

_____. **Instrução Técnica n.20/2017 – Sinalização De Emergência.** Esta Instrução Técnica fixa as condições exigíveis que devem satisfazer o sistema de sinalização de emergência em edificações e áreas de risco, conforme previsto no Regulamento Estadual de Segurança Contra Incêndio e Pânico (Decreto Estadual nº 21.425 de 29 de novembro de 2016). 2017. Disponível em: <http://www.cbm.ro.gov.br/images/DAT/2018-IT/IT-n.-20---SINALIZAO-DE-EMERGNCIA.pdf>. Acesso em 24 abril 2019.

_____. **Instrução Técnica n.27/2017 – Edificações Históricas, Museus E Instituições Culturais.** Estabelecer requisitos complementares de segurança contra incêndio, peculiares às edificações históricas e de interesse do patrimônio histórico-cultural, bem como àquelas que abrigam bens culturais e/ou artísticos. 2017. Disponível em: <http://www.cbm.ro.gov.br/images/DAT/2018-IT/IT-n.-27---EDIFICAES-HISTRICAS-MUSEUS-E-INSTITUIES-CULTURAIS.pdf>. Acesso em 24 abril 2019.

_____. **Lei n. 3.924**, de 17 de outubro de 2016. Dispõe sobre normas de segurança contra incêndio e evacuação de pessoas e bens no Estado de Rondônia e dá outras providências. **Lex:** coletânea de legislação: edição estadual, Governadoria, Rondônia, 2016. Disponível em: <http://antigo.cbm.ro.gov.br/imagens-editor/File/IT18-05-2017/LEI%20n%203924%20DE%2017%20DE%20OUTUBRO%20DE%202016.pdf>. Acesso em 18 Mar. 2019.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2003, 588 p.

SERAPIÃO, Fernando. **Oscar Niemeyer – Centro Cultural, Goiânia**. Projeto Design, 326 ed. 2007. Disponível em: <https://docplayer.com.br/11115893-Arcoweb-oscar-niemeyer-centro-cultural-goiania.html>. Acesso em 24 Mar. 2019.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO DISTRITO FEDERAL. **APL Turismo DF: plano de desenvolvimento preliminar do arranjo produtivo local de turismo DF**. Brasília: Sebrae-DF, 2008. 72 p. Disponível em: . Acesso em: 10 mar. 2014.

SETOGUCHI, Erick; BENATTO, Giuliana. **VIDRO LAMINADO**. 2013. Disponível em: http://www.cau.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2013/11/1.10.-ErickSetoguchi_GiulianaBenatto_VidroLaminado.pdf. Acesso em 31 Maio 2019.

SILVA, Andreza Cruz Alves da. **Mar de gente teatro de ensino: anteprojeto de um teatro multifuncional para cidade de Natal-RN**. 2014. 115f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Tecnologia. Departamento de Arquitetura. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Disponível em: https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/857/1/TeatroEnsino_Silva_2014.pdf. Acesso em: 08 mar. 2019

SILVA, Carla Regina da. **Desenho da disposição de edificações de um Aldeamento das Missões Jesuíticas de indígenas Guaranis**. 2015. Blog do Enem. Disponível em: <https://blogdoenem.com.br/historia-missoes-jesuíticas/>. Acesso em 27 Mar. 2019.

SILVA, E. **Uma introdução ao projeto arquitetônico**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade UFRGS; Brasília, MEC/SESu/PROED, 1983. 122p.

SILVA, Joene Saibrosa da; AMORIM, Cláudia Naves David. **O Brise-soleil como elemento de controle solar: estudo de caso em um edifício no Plano Piloto de Brasília**. 2009. Universidade de Brasília. Disponível em: <https://www.usp.br/nutau/CD/85.pdf>. Acesso em 26 Maio 2019.

SOUZA, Lucas Oliveira de; ARAUJO, Thayse Olivia Dill. **ESTUDO DE APROVEITAMENTO DE ÁGUA DE CHUVA PARA USOS NÃO POTÁVEIS NA INSTITUIÇÃO LAR INFANTIL SOL AMIGO**. 2016. 87 p. Trabalho De Conclusão De Curso, Departamento Acadêmico De Construção Civil Curso De Engenharia Civil - Universidade Tecnológica Federal Do Paraná. Curitiba, 2016. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/9139/1/CT_COECI_2016_2_19.pdf. Acesso em 24 Maio 2019.

STAKE, R.E. **Handbook of qualitative research**. London: Sage, 1994.

TAVARES, Rodrigo dos Passos; COSTA, Luciana Santiago. **CULTURA E ARQUITETURA: a metamorfose do tipo arquitetônico do edifício cultural**. Architecton - Revista de Arquitetura e Urbanismo – Vol. 03, Nº 04, 2013. ARIC – Faculdade Damas da Instrução Cristã. Disponível em:

<http://www.faculadadedamas.edu.br/revistafd/index.php/arquitetura/article/view/329/31>
2. Acesso em 15 Mar. 2019.

TEODOLINO, J.C.P. **Utilização da NBR 9050 e do questionário bipolar na avaliação da acessibilidade de clínicas de fisioterapia 2006** – disponível em: Revista Brasileira de Ciências da Saúde, ano III.

THE UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. Creative Economy Report 2008. 2008. Disponível em:
http://unctad.org/en/docs/ditc20082cer_en.pdf. Acesso em: 22 set. 2013.

TOTAL ACESSIBILIDADE. Piso Tátil Sintético. 2017. 137p. Disponível em:
<http://totalacessibilidade.com.br/produto/piso-tatil-brasil-borracha-sintetica/>. Acesso em 24 Maio 2019.

TUDO SOBRE ROMA. Vista Fórum Romano. 2019. Disponível em:
<https://www.tudosobreroma.com/forum-romano>. Acesso em 05 Mar. 2019.
TURINO, Célio. Uma Gestão Cultural Transformadora: proposta para uma Política Pública de Cultura. 2005. Disponível em:
http://www.cultura.gov.br/programas_e_acoes/cultura_viva/noticias/materias_especiais/. Acesso em: 15 Mar. 2019.

TYLOR, Edward B. **Primitive culture. Researches into the development of mythology, philosophy, religion, language, art, and custom.** 1920. Londres. John Murray, Albemarle Street, W. (digitalizado por Internet Archive em 2007). Disponível em: <http://www.archive.org/details/primitiveculture01tylouof>. Acesso em 15 Mar. 2019.

UNIRIO. Vista interna, Teatro Olímpico. 2018. Disponível em:
<http://www4.unirio.br/espacoteatral/arquivos/imagem/arquitetura-teatral/renascimento-e-barroco/teatro-olimpico/teatroolimpico1.jpg>. Acesso em 08 Mar. 2019.

VASCONCELOS, Hortência Lira de; BARROS, Bruno Xavier da Silva.
ACESSIBILIDADE EM BANHEIROS: UM ESTUDO TEÓRICO SOBRE AS NECESSIDADES DE INDIVÍDUOS ACONDRÓPLÁSICOS. VI Encontro Nacional de Ergonomia do Ambiente Construído & VII Seminário Brasileiro de Acessibilidade Integral, 2016, vol. 2, num. 7 . Blucher Design Proceedings. Disponível em:
<http://pdf.blucher.com.br.s3-sa-east-1.amazonaws.com/designproceedings/eneac2016/ACE07-5.pdf>. Acesso em 31 Maio 2019.

VENDRAMINI, Leonardo. **Acessibilidade: Norma ABNT para Piso Tátil (ABNT NBR 16537/2016), 2018.** Disponível em:
<http://leonardovendramini.com/acessibilidade-norma-abnt-para-piso-tatil-abnt-nbr-16537-2016/>. Acesso em 24 Maio 2019.

VGRESIDUOS. Coleta e Reaproveitamento. 2017. Disponível em:
<https://www.vgresiduos.com.br/blog/lei-no-7142017-reaproveitamento-de-residuos-na-construcao-civil/>. Acesso em 31 Maio 2019.

VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

VIVADECORA. Rampa Acessível. 2019. Disponível em: <https://www.vivadecora.com.br/pro/arquitetura/calculo-de-rampa/>. Acesso em 31 Maio 2019.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre : Bookman, 2001. Disponível em: https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia_da_pesquisa_estudo_de_caso_yin.pdf. Acesso em 14 mar. 2019.

YURGEL, Marlene. **Urbanismo e lazer**. São Paulo: Nobel, 1983.

ZEVI, Bruno. **Saber ver a Arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ZOOM NA ARQUITETURA. Dimensionamento PNE. 2019. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/ByHEAesINwA/?igshid=k1yg3v66ppzq>. Acesso em 31 Maio 2019.

APÊNDICE - 1



CAROLINE MARQUES DA SILVA

**ATELIER I E TCC I – PROJETO DE PESQUISA
VIABILIZAÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA-VPP**

CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO LUCAS - CUSL
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
ATELIER I E TCC I – PROJETO DE PESQUISA
VIABILIZAÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA-VPP

NOME: Caroline Marques da Silva

1. TEMA

Arquitetura Cultural:
Complexo Cultural Recreativo em Rolim de Moura/RO.

2. OBJETIVOS

2.1. Problematização

Como proporcionar um espaço multi interativo que fomente a cultura e educação, atendendo as necessidades da comunidade Rolim Mourense?

2.2. Delimitação

Complexo Cultural Recreativo, com ênfase na promoção educacional e sociocultural local, através da inserção de espaços: pedagógicos, alimentício, artístico, comércio, cênico, musical, e biblioteca com material físico e digital, em Rolim de Moura, no Estado de Rondônia.

2.3. Objetivo Geral

Propor um projeto arquitetônico de Complexo Cultural Recreativo que atenda às necessidades culturais de Rolim de Moura, no Estado de Rondônia.

2.4. Objetivos Específicos

- Promover a identidade cultural compartilhando os patrimônios comuns e a defesa da preservação da cultural local;
- Criar espaço físico para a produção de artesanato local, desenvolvendo-a como fator primordial do giro monetário local;
- Adotar técnicas sustentáveis (manutenção interna através da drenagem pluvial, ventilação e iluminação natural, energia solar, reaproveitamento de resíduos provenientes da construção, etc.);
- Criar espaços de interesse pedagógico, que visem atividades socioeducativas, e que tragam enfoque à propagação de questões conscientizadoras (trabalhando na vertente social, econômica e ambiental);
- Adequar espaços e ambientes acessíveis, conforme a normativa de acessibilidade NBR 9050.

3. JUSTIFICATIVA

A premissa para desenvolvimento do Complexo Cultural Recreativo no município de Rolim de Moura, no Estado de Rondônia, surge a partir uma constatação empírica da ausência de um espaço com objetivo de proporcionar aos munícipes questões culturais e educacionais, atendendo às necessidades culturais da sociedade como um todo.

Com a inserção do complexo, questões culturais locais e regionais serão preservadas, através do uso de biblioteca física e digital, pequeno museu com artefatos históricos e culturais (tangíveis e intangíveis); além de contar com espaços para interação e lazer da população, por meio de espaços circulatórios dispersos aleatoriamente pelo edifício, bem como espaços livres para artes cênicas e musicais; espaços que visem o fomento cultural e econômico, por meio de espaços destinados à feiras artesanais e gastronômicas.

Desta forma, a edificação cultural trará à comunidade inúmeros benefícios, uma vez que os setores sociais, econômicos e ambientais, serão trabalhadas, proporcionando a promoção cultural, o impulsionamento econômico local, além de trazer um espaço de uso comum destinado ao lazer para os munícipes.

4. TEORIA DE BASE

4.1. Histórico e Evolução:

4.1.1. Internacional

Conforme Cardoso e Castelnou (2007), as edificações que visavam atender questões sociais e culturais da sociedade contemporânea só iniciaram a multiplicação e disseminação sociocultural a partir da segunda metade do século XVIII e durante o século XIX, durante a Revolução Industrial na Europa.

Assim bibliotecas, os museus, os teatros, as salas de concertos, os auditórios e os cinemas, dentre outras edificações culturais, passaram a adquirir um novo significado e importância no ambiente urbano, e sua progressiva evolução se dava em diversas nacionalidades (CARDOSO e CASTELNOU, 2007).

No entanto vale mencionar que há relatos de que as primeiras estruturas que visavam a propagação da questão cultural e política surgiram desde as eras antigas e medievais, realizadas em praças, tendo como exemplo as ágoras gregas e os fóruns romanos, onde atividades como comércio, vida social, política e comercial eram expostas e consequentemente caracterizavam-se por desenvolver a cultura das urbes (FIGUEIREDO, 2014).

Desta forma Ramos (2007) ainda menciona, que um edifício de suma importância e que também se caracterizou como modelo de complexo cultural presente na Antiguidade Clássica, Grécia Antiga, é a Biblioteca de Alexandria ou “museion”.

Conforme Danckwardt (2001) e Silva (2014, p. 29), os teatros, também propulsores do vértice cultural, surgiram no ocidente na Antiguidade, por volta do século V a.C, na Grécia, eram construídos em pedras para que sua imponência fosse demonstrada.

Figueiredo (2014) ainda expõe que, os primeiros teatros permanentes começaram mesmo com o Teatro da Academia Olímpica de Vicenza idealizado por Andrea Palladio, em cerca de 1580, sendo o mais antigo teatro renascentista ainda existente.

Os primeiros centros culturais, anteriormente nomeados como Centros de Arte, só surgiram a partir do século XIX, período dado entre a Revolução Industrial, onde questões trabalhistas foram devidamente importadas pelos sindicatos trabalhistas, visando uma melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores, incluindo o lazer como um derivante das funções básicas de uma cidade (SEGAWA, 1982, apud CARDOSO e CASTELNOU, 2007).

Os primeiros centros culturais foram ingleses. Onde surgia apenas no fim da década de 1950, na França, bases que padronizavam ações culturais, e lançava espaços culturais como alternativa de lazer visando a melhoria no relacionamento entre as pessoas no trabalho, através da criação de áreas de convivência, espaços esportivos e centros sociais, resultando posteriormente na inserção de casas de cultura (NEVES, 2013).

4.1.2.Nacional

As primeiras manifestações culturais no Brasil se dão desde as atividades religiosas jesuítas, no período de descoberta territorial, século XVI, onde tais atividades se baseavam na catequização indígena através de cantigas, teatros e livros, artigos estes que se limitavam aos mosteiros e igrejas, que se tornavam centros de leitura e discussão (MILANESI, 1997).

Em 1889, na Proclamação da República, uma série de problemas acarretava-se devido à falta de recursos, escolas. Além de nesse período ocorrer a separação da atividade instrutiva à cultural, onde vertente cultural passava a ser evidenciada pelo jornalismo, o qual a partir de 1930, uma série de artistas de tal ramo passaram a atuar, sempre encaixados em cronogramas oficiais, departamentos culturais, e posteriormente nos específicos Centros de Cultura brasileiros (MILANESI, 1997).

Conforme Milanesi (1997), em 1934 foi criada a Universidade de São Paulo, principal centro educacional e disseminador de bibliotecas paulistas naquela época, destacando-se a Biblioteca Municipal, que dava acesso livre ao conhecimento no campo cultural, além de caracterizar-se mais tarde como principal centro cultural e propulsor econômico do estado.

No entanto, as atividades culturais já eram desenvolvidas, porém em espaços separados, como os teatros, cinemas, bibliotecas, museus e afins. Onde a partir da década de 70, ocorre a fusão de tais espaços individuais, para o que atualmente chamamos de Centros de Cultura (MILANESI, 1997).

Inaugurado em 21 de setembro de 1967, o Museu Laser Segall, localizado no bairro Vila Mariana, antiga residência do artista. Com uma área coberta de 1.528 m², contando com salas de exposições, auditório, depósito de acervo, anexo do atelier e algumas instalações auxiliares que servem ao setor administrativo (CENNI, 1991).

Segundo Neves (2013), o Brasil veio a se interessar por centro cultural a partir da década de 1960, mas só se efetivou por volta dos anos 80, com a criação do Centro Cultural do Jabaquara, em 1977, em São Paulo.

Em 1982, O Serviço Social de Comércio (SESC), junto a arquiteta Lina Bo Bardi, através de um projeto de revitalização de galpões industriais antigos, criam o nacionalmente conhecido complexo cultural SESC Pompeia, que dá ao público paulista, um espaço que visa a prática de atividades esportivas, artísticas e de aprendizado, através de cursos, eventos e treinamento esportivo (OLIVEIRA, O., 2006).

Em 13 de Maio de 1982, surge o Centro Cultural São Paulo, é inaugurado incompleto, conforme Cenni (1991), idealizado inicialmente para se tornar um departamento autônomo da Secretaria Municipal da Cultura. O Centro Cultural São Paulo, característico por buscar unir de modo multidisciplinar informação, cultura e artes, além de um museu de artes.

A primeira atividade cultural realizada no CCBB-RJ, Centro Cultural Banco do Brasil – Rio de Janeiro, foi uma exposição com tema a vida e obra do escritor Machado de Assis em 1989, destacando que o apoio das leis de incentivo à cultura, era inexistente uma vez que nesta época o tema ainda encontrava-se em fase de consolidação (CASTRO, 2008).

4.2. OPINIÃO DE AUTORES

4.2.1. Internacional

Para Cucho (2002), cultura é a soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade, ao longo de sua história.

Conforme mencionado pelo antropólogo Tylor (1920), cultura basicamente se refere a todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade.

O ser humano é a única criatura capaz de criar e conservar cultura. Cada sociedade humana possui sua cultura própria e característica, logo, é extremamente importante que as diferentes sociedades persistam na sua preservação e manutenção (HOEBEL, 1982).

O lazer não pode ser visto como uma única forma de divertimento na vida social. As variadas formas nas quais o lazer se apresenta, devem ter como principal objetivo a satisfação do seu praticante. O lazer é, ainda, portador de um duplo processo educativo: veículo e objeto de educação. Considerando-se, assim, não apenas suas possibilidades de descanso e divertimento, mas também de desenvolvimento pessoal e social (DUMAZEDIER, 1973, 1979).

A fragmentação, a efemeridade, o ecletismo, a forma anteposta à função, [...] são elementos identificáveis de uma estética pós-moderna nos novos espaços urbanos. A estética do lazer pode também ser vista como ícone da pós-modernidade nos novos espaços culturais; a arquitetura adquire uma nova obrigação expressiva nos seus marcos urbanos onde a centralidade da forma é mais importante [...] dos espaços criados. (HARVEY, 1994. apud SÁNCHEZ, 2003, p. 524).

4.2.2. Nacional

Os centros culturais atuam como espaços para se fazer cultura viva, por meio de obra de arte, com informação, em um processo crítico, criativo, provocativo, grupal e dinâmico (LACERDA, 2017; MILANESI, 2013; NEVES, 2013).

Os centros culturais devem ser espaços públicos com acervo e equipamentos, como cinemas e bibliotecas, sendo esses permanentes, oferecendo aos usuários alternativas variadas de atividades (COELHO; HESPANHOL e SAVI, 1986, 2017).

Conforme Ramos (2007, p. 99), além dos centros culturais atuarem como espaços para interação social, propagadores culturais, o mesmo deve atuar como equipamento disseminador de informação (ação informacional). Divulgando assim suas atividades, quer seja por meio de seminários, debates, propondo uma biblioteca e demais meios multimeios, promovendo lançamentos de filmes, etc.

Rocha (2011), cita que os centros culturais devem caracterizar-se por ser um local que permita a discussão cultural entre as diferentes visões dos indivíduos de um espaço, fazendo com que estes ambientes não sejam destinados apenas ao lazer, mas também para fornecer a identidade cultural de uma região.

Conforme as autoras Hespanhol e Savi (2017), não existem normativas específicas, em decorrência de se caracterizar como um ambiente multifuncional. No entanto, as NBRs (principalmente NBR 9050/2015), e demais normas estabelecidas pela ABNT, devem ser adotadas.

Neves (2013) sugere que os centros culturais se norteiem em três pilares: ambientes voltados à informação, sendo bibliotecas e etc.; espaços que visem a convivência e discussão, lanchonetes, etc.; espaços de atividades de criação, como ateliês, oficinas de artes, etc.; além de atividades clínicas, e espaços esportivos, atraindo assim todos os públicos.

Os espaços culturais devem possuir atributos espaciais que garantam acessibilidade garantindo a inclusão, bem como condições ambientais que permitam a locomoção de pessoas que possuem deficiência físico-motora, através de rampas, elevadores; o acesso a informação e orientação, por material em Braille e mapas táteis; comunicação para pessoas surdas, com terminais de computadores acessíveis; dentre outros (OLIVEIRA, A., 2006).

4.3. LEGISLAÇÃO

Utilizou-se diretrizes legislativas nos mais diversos níveis de abrangência (envolvendo legislação municipal, legislação estadual, legislação federal, e demais normas técnicas).

Destacando que a seleção para tais se baseara no princípio de atendimento amplo às necessidades dos usuários, e que paralelamente correspondessem ao tema proposto, sendo este de caráter espacial que propaga condições culturais e de lazer à população local.

4.3.1. Municipal

Para a seleção das diretrizes legislativas municipais, utilizou-se o Plano Diretor (sendo este legalmente denominado como, Lei nº051/2008), e o Código de Obras (nomeado como, Lei Complementar nº 64/2009), destacando ainda que os tais se referem e foram criadas de forma a auxiliar no desenvolvimento administrativo da comarca de Rolim de Moura, do Estado de Rondônia.

Figura 1- Quadro de Lei Nº 051 – PLANO DIRETOR (ROLIM DE MOURA, 2008)

Institui o Plano Diretor Participativo, instrumento normativo e estratégico da política de desenvolvimento municipal que visa integrar e orientar as ações dos agentes públicos e privados na gestão urbanística sopesando a promoção da prosperidade e o bem-estar individual e coletivo.	
RT. 14	A política de produção e organização do espaço físico municipal será orientada pelos seguintes objetivos: II - Estimular a ocupação dos vazios urbanos; VI - Garantir a preservação do patrimônio histórico cultural representativo e significativo da memória urbana e rural;
RT. 79	A Política de Esportes e Lazer nortear-se-á pelas seguintes diretrizes: I – Dar ao esporte e ao lazer dimensão educativa, com implementação de pedagogia que promova nas pessoas o espírito comunitário e o sentimento de solidariedade, contribuindo para diminuir ou mesmo eliminar, a postura discriminatória da sociedade;
RT. 81	O cumprimento da Política Municipal de Cultura compete ao Poder Executivo, especialmente através de: I - A promoção, proteção e preservação do patrimônio histórico e cultural do Município como um todo; III - A informação, valorização e manutenção de arquivo cultural próprio para formação dos valores culturais da Cidade, da Região e do Estado, bem como dos nacionais e universais;
RT. 82	A Política Municipal da Cultura nortear-se-á pelas seguintes diretrizes: III - Promover e ampliar a utilização dos equipamentos municipais e espaços públicos com mecanismo de desconcentração e universalização da atividade cultural; VI - Incentivar e apoiar as manifestações Culturais e comerciais do município, que contribuam para elevação da qualidade de vida da população, levando em conta a diversidade cultural existente; VII — Assegurar o pleno funcionamento de equipamentos e serviços culturais do Município; VIII - Garantir o acesso de portadores de deficiência física aos equipamentos culturais;

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 2 - Quadro de Lei Complementar Nº 64 – Código de Obras (ROLIM DE MOURA, 2009)

Dispõe sobre o Código de Obras e Edificações do Município de Rolim de Moura.	
RT. 82	Os vãos úteis para iluminação e ventilação deverão observar as seguintes proporções mínimas para os casos de ventilação cruzada: I – 1/6 (um sexto) da área do piso para os compartimentos de permanência prolongada; II – 1/8 (um oitavo) da área do piso para os compartimentos de permanência transitória;
RT. 84	As salas de aula das edificações destinadas a atividades de educação deverão ter aberturas para ventilação equivalente a, pelo menos, um terço de sua área, de forma a garantir a renovação constante do ar e que permitam a iluminação natural mesmo quando fechadas.
RT. 93	De acordo com a classificação do art. 46, as larguras mínimas permitidas para corredores serão: I – 0,80m para uso privativo; II – 1,50m para uso comum e coletivo.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

4.3.2. Estadual

Como diretrizes legislativas a nível estadual, foram utilizados parâmetros legais propostos pelo Corpo de Bombeiros (através da Lei nº 3.924, de 2016), que prevê normas de segurança contra incêndio e evacuação de pessoas, determinando seus objetos, além de pré-estipular que o mesmo esteja em conformidade com as diretrizes de cada comarca.

E a Lei nº 2.746, de 18 de maio de 2012, apresentada pelo DOE/RO, onde institui o SEC (Sistema Estadual de Cultura), e dispõe sobre sua composição, além de defender a necessidade da permanência de equipamentos que difundam aspectos culturais locais, preservando ainda o patrimônio cultural tangível e intangível, já existente em cada regionalidade.

Figura 3 - Quadro de Lei n. 3.924 - CORPO DE BOMBEIROS (RONDÔNIA, 2016)

Dispõe sobre normas de segurança contra incêndio e evacuação de pessoas e bens no Estado de Rondônia e dá outras providências.	
RT. 1	Compete ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia - CBMRO, o estudo, a análise, o planejamento, a normatização, a exigência, a fiscalização e a execução das normas que disciplinam a segurança contra incêndio e pânico, bem como a evacuação de pessoas e de seus bens, em todo o Estado de Rondônia, na forma do disposto nesta Lei e em sua regulamentação, tendo os seguintes objetos: I - proteger a vida dos ocupantes das edificações e áreas de risco, em caso de incêndio e pânico, possibilitando a desocupação segura e evitando perdas de vidas; II - restringir o surgimento e a propagação de incêndio, reduzindo danos ao meio ambiente e ao patrimônio;
RT. 6	Os Códigos de Obras e Posturas dos municípios do Estado de Rondônia deverão, no que concerne à segurança e proteção contra incêndio e pânico, atender as disposições desta Lei e seu Regulamento. Parágrafo único. Os planos de urbanização dos municípios, que afetem as larguras livres e os acessos às ruas e avenidas, deverão dispor sobre a forma de facilitar o acesso das viaturas do Corpo de Bombeiros.
RT. 8	O autor do projeto de construção, reforma, alteração de área construída, mudança de ocupação ou de uso de imóvel é responsável pelo seu detalhamento técnico em relação aos sistemas e às medidas de segurança contra incêndio e pânico.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 4 – Quadro De Lei Nº 2.746 (RONDÔNIA, 2012)

Institui o Sistema Estadual de Cultura – SEC e dispõe sobre sua composição.	
RT. 8	São atribuições da Secretaria Estadual dos Esportes, da Cultura e do Lazer – SECEL: IV - valorizar todas as manifestações artísticas e culturais que expressam a diversidade étnica e social do Estado de Rondônia; V – catalogar, preservar e valorizar o patrimônio cultural material e imaterial do Estado; VI - pesquisar, registrar, classificar, organizar e expor ao público a documentação e os acervos artísticos, culturais e históricos de interesse do Estado; X - descentralizar os equipamentos, as ações e os eventos culturais, democratizando o acesso aos bens culturais;
RT. 34	É responsabilidade do Poder Público Estadual, com a participação da sociedade, planejar e fomentar políticas públicas de cultura, assegurar a preservação e promover a valorização do patrimônio cultural material e imaterial e estabelecer condições para o desenvolvimento da economia da cultura, considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

4.3.3. Federal

Além das legislações já citadas, destacando que ambas foram devidamente selecionadas de forma que auxiliassem na prévia concepção e estudo de viabilização do instrumento a ser proposto, onde possui a premissa de elaborar um espaço para uso comum visando a propagação cultural, e proporção do ambiente amplamente acessível destinado ao lazer da população.

No que se diz respeito às orientações legais de nível federal, utilizou-se como embasamento a Constituição de 1988, onde prevê o direito ao lazer e à cultura; a legislação elaborada pelo CONAMA; a Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, proposta pelo poder legislativo, Casa Civil, onde prevê critérios de acessibilidade.

Figura 5 – Quadro Constituição da República Federativa do Brasil, Presidência Da República, Casa Civil (BRASIL, 1988)

Dispõe, conforme o Capítulo II, dos direitos sociais.	
RT. 6	São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015).

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 6 – Quadro de Lei Nº 369 – CONAMA (BRASIL, 2006)

Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP	
RT. 8	§ 1º - Considera-se área verde de domínio público, para efeito desta Resolução, o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 7 – Quadro de Lei Nº 10.098 – Presidência da República, Casa Civil – (BRASIL, 2000)

Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.	
RT. 3	O planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços de uso público deverão ser concebidos e executados de forma a torná-los acessíveis para todas as pessoas, inclusive para aquelas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
RT. 6	Os banheiros de uso público existentes ou a construir em parques, praças, jardins e espaços livres públicos deverão ser acessíveis e dispor, pelo menos, de um sanitário e um lavatório que atendam às especificações das normas técnicas da ABNT.
RT. 7	Em todas as áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou em espaços públicos, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção. Parágrafo único. As vagas a que se refere o caput deste artigo deverão ser em número equivalente a dois por cento do total, garantida, no mínimo, uma vaga, devidamente sinalizada e com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes.

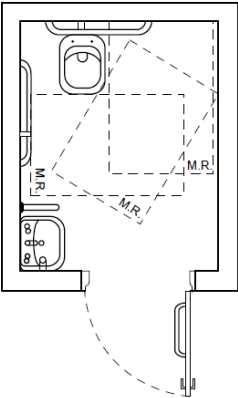
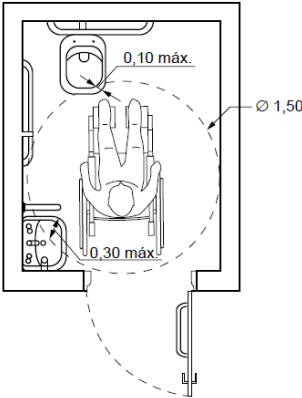
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

4.3.4. Normas Técnicas

Para estudo de caso visando a viabilidade da concepção de um complexo cultural, normativas técnicas foram adotadas, onde todas tinham como objetivo principal auxiliar tanto a nível de instrução técnica, como embasamento teórico.

Assim as normas adotadas foram: NBR 9050:2015, que visa condições de acessibilidade; NBR 15599:2008, onde dispõe sobre condições de acessibilidade com enfoque na comunicação na prestação de serviços; NBR 13532, onde dá condições para elaboração de projetos de edificações de arquitetura; NBR 6023/02, que dispõe sobre condições para referenciar informações em arquivos documentais; NBR 10520/02, onde prevê sobre as formas de citação em documentos.

Figura 8 – Quadro NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (ABNT, 2015)

Dispõe sobre critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade.	
7.5 Dimensões do sanitário acessível e do boxe sanitário acessível	As dimensões do sanitário acessível e do boxe sanitário acessível devem garantir o posicionamento das peças sanitárias e os seguintes parâmetros de acessibilidade: a) circulação com o giro de 360°; b) área necessária para garantir a transferência lateral, perpendicular e diagonal para a bacia sanitária; c) a área de manobra pode utilizar no máximo 0,10 m sob a bacia sanitária e 0,30 m sob o lavatório; e) os lavatórios devem garantir altura frontal livre na superfície inferior, e na superfície superior de no máximo 0,80 m, exceto a infantil; f) quando a porta instalada for do tipo de eixo vertical, deve abrir para o lado externo do sanitário ou boxe e possuir um puxador horizontal no lado interno do ambiente, medindo no mínimo 0,40 m de comprimento, afastamento de no máximo 40 mm e diâmetro entre 25 mm e 35 mm; i) quando o boxe for instalado em locais de prática de esportes, as portas devem atender a um vão livre mínimo de 1,00m;  a) Vista superior da área de transferência  b) Vista superior da área de manobra

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 9 – Quadro NBR 15599: Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços (ABNT, 2008)

Dispõe diretrizes que promovem a acessibilidade na prestação de serviços, contornando as barreiras de comunicação existentes.	
5.4	Lazer e cultura
5.4.1 Museus, exposições e espaços culturais	a) espaço livre de barreiras que impeçam o acesso aos equipamentos ou tornem o caminho inseguro ou perigoso, construído e sinalizado como especificado na ABNT NBR 9050; h) outras formas de interação e conhecimento das obras de arte expostas, tais como réplicas em escala reduzida ou a descrição dos trabalhos em locução.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 10 – Quadro NBR 13532: Elaboração de projetos de edificações arquitetura (ABNT, 1995)

Dispõe sobre as condições exigíveis para a elaboração de projetos de arquitetura para a construção de edificações.	
4.4	Execução das etapas do projeto de arquitetura
4.4.4	Elaboração do projeto de arquitetura
4.4.4.1	Estudo de viabilidade de arquitetura (EV-ARQ) Informações de referência a utilizar: a - levantamento de dados para arquitetura (LV-ARQ); b - programa de necessidades para arquitetura(PN-ARQ); c - levantamento de dados obtidos pelas demais atividades técnicas;

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 11 - Quadro NBR 6023: Informação e documentação - Referências – Elaboração (ABNT, 2002)

Dispõe a ordem dos elementos das referências e estabelece convenções para transcrição e apresentação da informação originada do documento e/ou outras fontes de informação.	
7	Modelos de referências
7.1 Monografia no todo	Inclui livro e/ou folheto (manual, guia, catálogo, enciclopédia, dicionário etc.) e trabalhos acadêmicos (teses, dissertações, entre outros).
7.1.1	Os elementos essenciais são: autor(es), título, edição, local, editora e data de publicação. Exemplo: GOMES, L. G. F. F. Novela e sociedade no Brasil . Niterói: EdUFF, 1998.
7.2.2	Quando se tratar de obras consultadas online, também são essenciais as informações sobre o endereço eletrônico, apresentado entre os sinais < >, precedido da expressão Disponível em: e a data de acesso ao documento, precedida da expressão Acesso em:, opcionalmente acrescida dos dados referentes a hora, minutos e segundos. NOTA – Não se recomenda referenciar material eletrônico de curta duração nas redes. Exemplo: ALVES, Castro. Navio negreiro . [S.l.]: Virtual Books, 2000. Disponível em:< http://www.terra.com.br/virtualbooks/freebook/port/Lport2/navionegreiro.htm >. Acesso em: 10 jan. 2002, 16:30:30.
7.4 Parte de monografia em meio eletrônico	Parte de monografia em meio eletrônico as referências devem obedecer aos padrões indicados para partes de monografias, acrescidas das informações relativas à descrição física do meio eletrônico (disquetes, CD-ROM, online etc.). Quando se tratar de obras consultadas online. Exemplos: - SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Tratados e organizações ambientais em matéria de meio ambiente. In: _____. Entendendo o meio ambiente . São Paulo, 1999. v. _____. 1. Disponível em: < http://www.bdt.org.br/sma/entendendo/atual.htm >. Acesso em: 8 mar. 1999.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 12 - Quadro NBR 10520: Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação (ABNT, 2002)

Dispõe as características exigíveis para apresentação de citações em documentos.	
5 Regras gerais de apresentação	Nas citações, as chamadas pelo sobrenome do autor, pela instituição responsável ou título incluído na sentença devem ser em letras maiúsculas e minúsculas e, quando estiverem entre parênteses, devem ser em letras maiúsculas. Exemplos: A ironia seria assim uma forma implícita de heterogeneidade mostrada, conforme a classificação proposta por Authier-Reiriz (1982). “Apesar das aparências, a desconstrução do logocentrismo não é uma psicanálise da filosofia [...]” (DERRIDA, 1967, p. 293).
5.2	As citações diretas, no texto, de até três linhas, devem estar contidas entre aspas duplas. As aspas simples são utilizadas para indicar citação no interior da citação. Exemplos: • Barbour (1971, p. 35) descreve: “O estudo da morfologia dos terrenos [...] ativos [...]” ou • “Não se mova, faça de conta que está morta.” (CLARAC; BONNIN, 1985, p. 72). • Segundo Sá (1995, p. 27): “[...] por meio da mesma ‘arte de conversação’ que abrange tão extensa e significativa parte da nossa existência cotidiana [...]”

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

4.4. REFERÊNCIAS DE OBRAS DE ARQUITETURA

4.4.1. Internacionais

4.4.1.1. Ópera de Sydney

A longa história por trás de seu projeto iniciou-se em 1956, quando o Governo de Nova Gales do Sul lançou um concurso para a concepção de duas salas de espetáculos, para ópera e concertos sinfônicos, que colocariam Sydney no mapa (PEREZ, 2016).

Ficha Técnica:

Arquitetos: Jørn Utzon

Ano: 1973

Área Construída: 18.000 m²

Localização: Sydney, Austrália

Figura 13 - Vista lateral da Ópera de Sydney



Fonte: ArchDaily, 2019a.

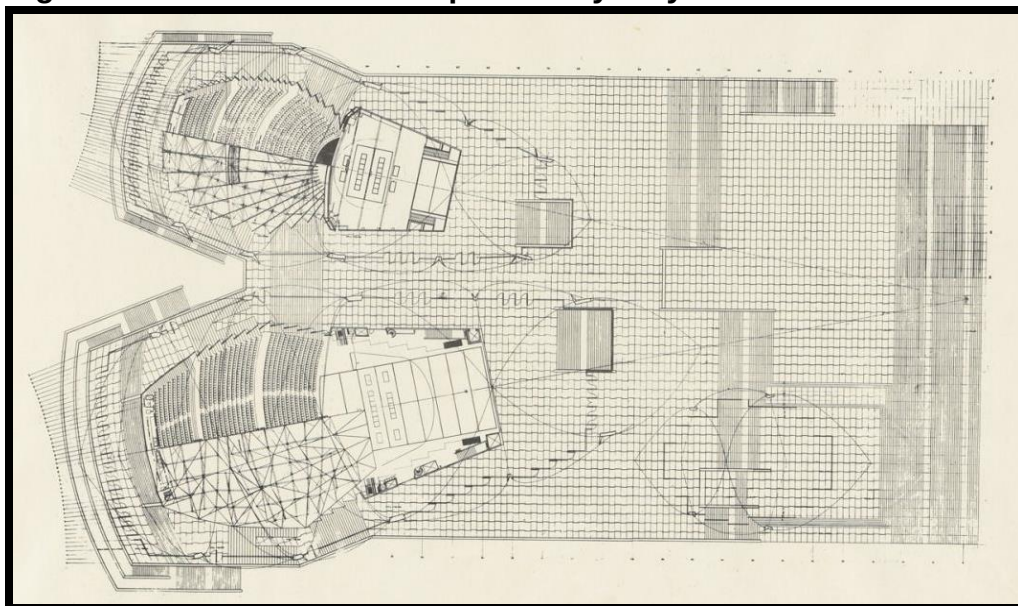
A construção da Ópera de Sydney começou em março de 1959, após a demolição do existente Fort Macquarie Tram Depot. O projeto foi construído em três fases: a fundação e construção do embasamento com vista ao porto de Sydney, a construção das cascas externas e do interior (PEREZ, 2016).

O salão principal, originalmente proposto como um espaço multiusos para ópera e concertos, tornou-se um espaço exclusivo para concertos, acomodando 2.800 pessoas (PEREZ, 2016).

A sala menor, originalmente planejada para produções teatrais, foi alterada como Casa de Óperas e Balés, e batizada de Teatro de Ópera. Grandes escadarias externas levam a estes dois auditórios principais, marcando uma entrada inesquecível (PEREZ, 2016).

O edifício tem um total de 1.000 salas com acesso através de um pátio que circunda todo o edifício e conecta os cinco espaços de performances. Contando com três teatros menores, uma biblioteca e uma sala de cinema, juntamente com três restaurantes, seis bares, e sessenta vestiários (PEREZ, 2016).

Figura 14 - Planta Baixa da Ópera de Sydney

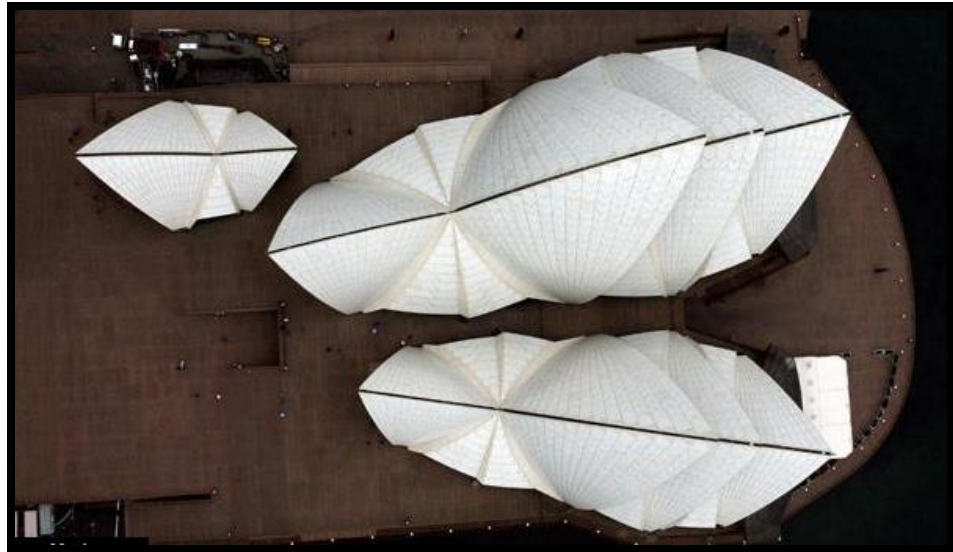


Fonte: Pinterest, 2019.

O projeto conta com grandes paredes de vidro externas, apoiadas sob montantes de aço verticais, que tem fim na extremidade das cascas, conjunto estrutural este que ainda conta com barras de bronze, dando suporte aos 2000 painéis de vidro, e que consistem em duas camadas de vidro ligados por uma camada intermediária de plástico, a fim de reforçar as janelas e proporcionar melhor isolamento acústico (PEREZ, 2016).

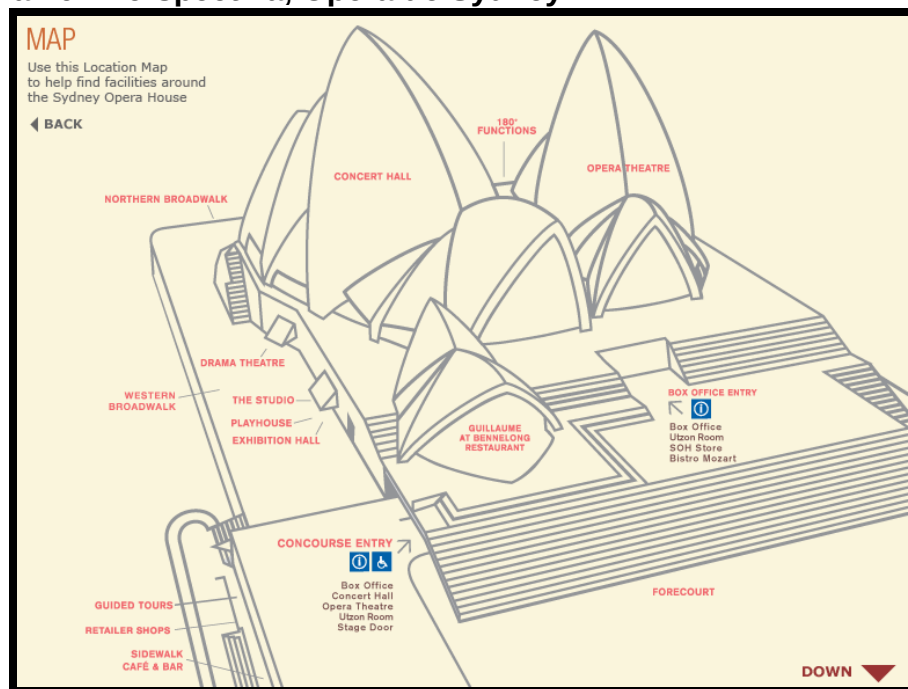
O edifício foi finalizado e inaugurado pela Rainha Elizabeth II em outubro de 1973. Em 2007, tornou-se Patrimônio Mundial da UNESCO. Em 2003 Jørn Utzon foi recompensado com o Prêmio Pritzker, cinco anos antes de sua morte (PEREZ, 2016).

Figura 15 - Vista aérea da Ópera de Sydney



Fonte: Pearce, 2008.

Figura 16 - Perspectiva, Ópera de Sydney



Fonte: Prezi, 2019.

4.4.1.2. Centro Cultural Les Quinconces

O espaço caracteriza-se por ser tão complexo em suas funções quanto é límpido em sua expressão (ARCHDAILY, 2015b).

Inserido entre as árvores da "Esplanade des Quinconces", situado abaixo da abside da catedral de Saint-Julien, na frente dos tribunais que foram construídos na década de 1980 e um grupo de edifícios residenciais com o comércio nos térreos e do Palácio "Comtes du Maine" hoje utilizado como câmara municipal. O multiplex possui em sua frente uma praça de pedra que tem vistas para a catedral (ARCHDAILY, 2015b).

Nesta localização abundante de patrimônio arquitetônico, o novo edifício consolida sua modernidade sem cair na monumentalidade nem ostentação volumétrica. Incorporado no tecido urbano geométrico do centro da cidade e suas dimensões, apresenta dois volumes sóbrios, bem definidos sob uma mesma cobertura que se define horizontalmente como uma faca afiada (ARCHDAILY, 2015b).

Ficha Técnica:

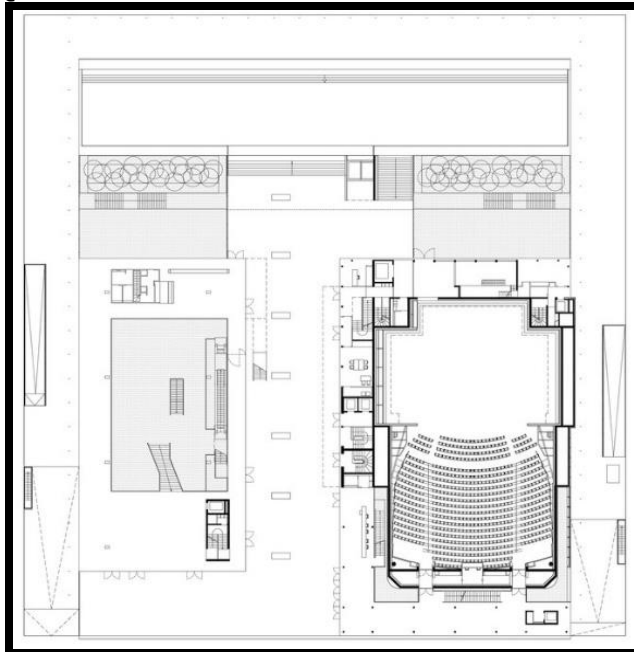
Arquitetos: Babin+Renaud

Ano: 2014

Área Construída: 28.198,00 m²

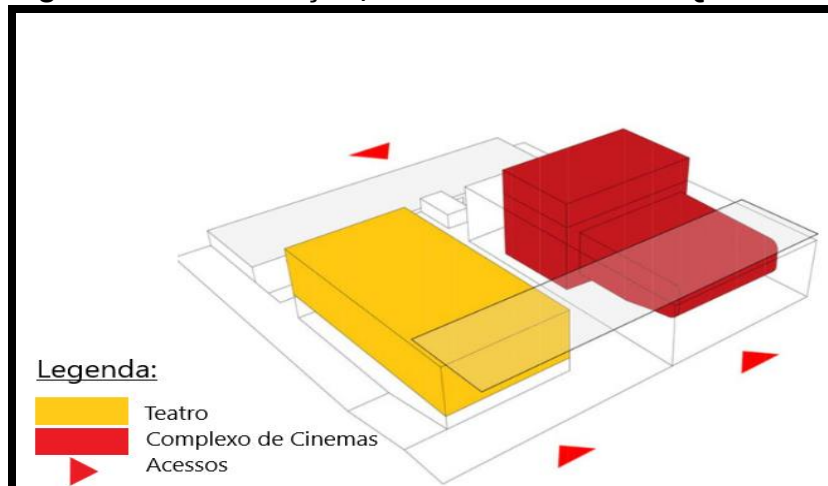
Localização: Le Mans, França

Figura 17 - Planta baixa, Centro Cultural Les Quinconces



Fonte: ArchDaily, 2015b.

Figura 18 - Setorização, Centro Cultural Les Quinconces



Fonte: ArchDaily, 2015b.

O Teatro Municipal, um edifício "blue-ribbon building", se encontra à direita, envolto em uma camada envidraçada de textura vertical. Estruturalmente o espaço é coberto por elementos em madeira, tanto externamente em tons claros, como internamente em tons escuros (ARCHDAILY, 2015b).

Conta com um espaço que comporta 830 telespectadores. Podendo ser um espaço é um espaço multiuso (pode atuar como teatro, espetáculos de dança, canto lírico e ópera). Contendo espaços destinados aos vestiários, dispostos em vários níveis, localizados atrás do cenário (ARCHDAILY, 2015b).

No mesmo módulo responsável pelas atividades de apresentações, encontra-se uma galeria de exposições, e uma sala de reuniões. Mencionando que tais espaços (espaço de ensaios, galeria de exposições, e sala de reuniões), tem acesso a um pátio arborizado, espaço da esplanada de Quinconces (ARCHDAILY, 2015b).

O acesso ao teatro é realizado a partir da praça, onde o usuário sobe um pavimento, para acesso ao grande hall (espaço este que dá visibilidade ao "Place des Jacobins" e da Catedral), e para que o mesmo tenha acesso à bilheteria e salas de cinema no nível inferior, deve retornar ao pavimento inferior (ARCHDAILY, 2015b).

Figura 19 - Vista do hall de acesso aos blocos, Centro Cultural Les Quinconces



Fonte: ArchDaily, 2015b.

E à esquerda, módulo paralelo, encontra-se o complexo de cinema, contando com 11 salas de cinema. O bloco possui uma elevação, em relação ao solo de 3,00 metros, contando ainda com um revestimento em pedra branca. Apresentando no espaço de elevação de tal bloco, um café-restaurante, totalmente revestido por um painel envidraçado (ARCHDAILY, 2015b).

Figura 20 - Vista aérea do Centro Cultural Les Quinconces



Fonte: Google Earth, 2019.

Figura 21 - Vista lateral do Centro Cultural Les Quinconces



Fonte: ArchDaily, 2015b.

A cobertura do complexo se dá através de um amplo deck de madeira que esta em balanço, sobre a esplanada de Quinconces, no mesmo nível das folhagens das árvores (ARCHDAILY, 2015b).

4.4.1.3. Centro Georges Pompidou

Espaço idealizado pelo presidente da França, Geoges Pompidou (1969-74), através de um concurso, onde como objetivo principal de tal disputa se encontraria na procura por propor um espaço que fosse “policultural”, onde o mesmo fosse aberto às arte moderna e contemporânea, abrigando então acervos internacionais de prestígio, porém com características físicas comuns, e que buscasse visar a inovação, tanto em sentido arquitetônico, como estético (NETTO, 2017).

Desta forma, em 1971, dentre 681 candidatos, os jovens arquitetos Renzo Piano e Richard Rogers, e Gianfranco Franchini (NETTO,2017). Onde os mesmos propõe um modelo arquitetônico que viria a impactar a sociedade, baseado em alta tecnologia, estruturado com um sistema de conexões, tubos e cabos de aço (ARCHDAILY, 2012c).

Onde seu conceito se baseava na externalização infraestrutural, aspecto este visual do edifício, assim com a exposição do exoesqueleto estrutural e infraestrutural, os elementos funcionais se tornavam identificáveis conforme sua função, e internamente atuaria como facilitador de circulação, uma vez que todo espaço estaria desobstruído (ARCHDAILY, 2012c).

Ficha Técnica:

Arquitetos: Renzo Piano + Richard Rogers

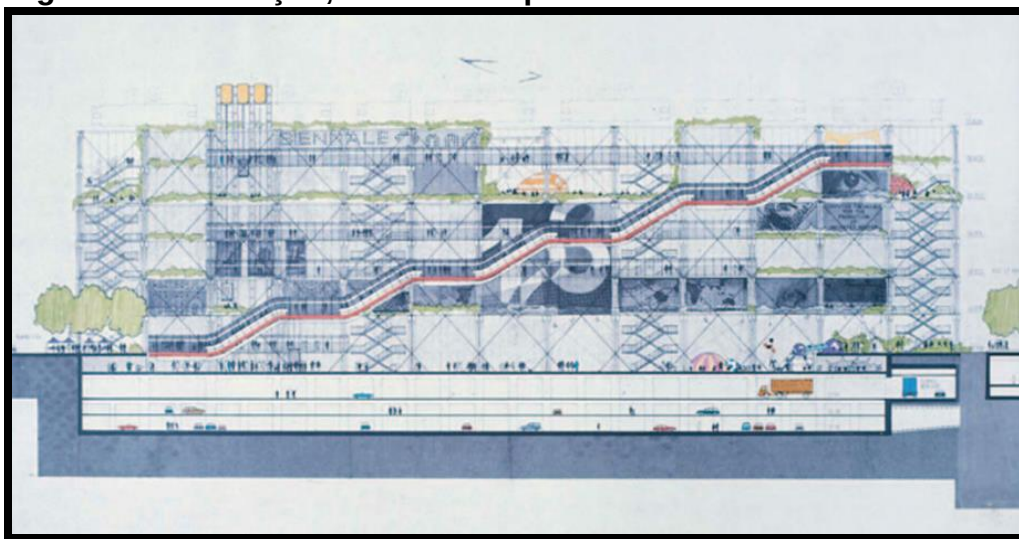
Ano: 1977

Área do terreno: 20.000 m²

Área Construída: 103.305 m²

Localização: Beaubourg, Paris, França

Figura 22 – Elevação, Centro Pompidou



Fonte: Murtinho, 2019.

Conforme entrevista ao até então presidente francês, sobre o intuito de tal criação totalmente impactante, quando relacionada às demais edificações o mesmo comenta, queria que Paris possuísse um centro cultural [...], que fosse ao mesmo tempo um museu e um centro de criação, onde as artes plásticas se avizinhariam com a música, o cinema, os livros, a pesquisa audiovisual” (NETTO, 2017).

Conforme a utilização de cores em específico se define os componentes da edificação. Assim em branco, se tem a estrutura e grande parte dos componentes de ventilação; prateado, estrutura de escadas e elevadores; azul, elementos destinados à ventilação; verde, instalações hidráulicas e de incêndio; amarelo e laranja, sistema elétrico; vermelho, elementos destinados à circulação, se destacando a escada externa da fachada oeste, que dá vista à Paris (ARCHDAILY, 2012c).

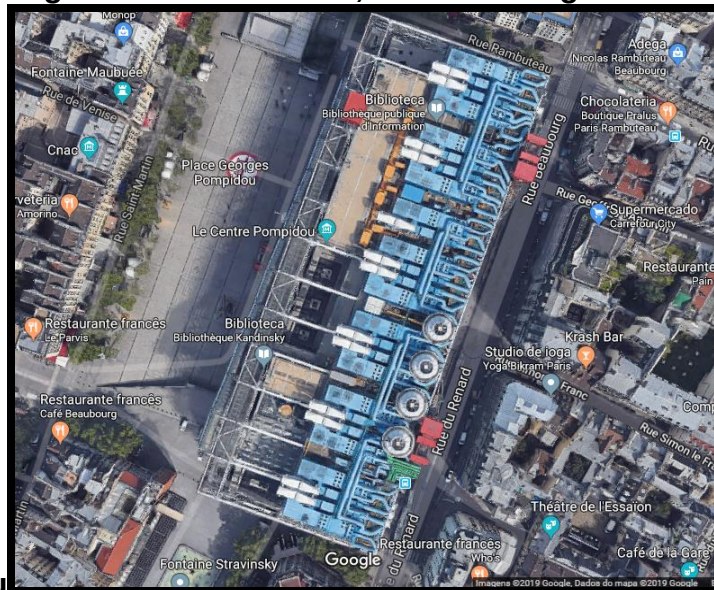
Figura 23 - Fachada, Centro Georges Pompidou



Fonte: O Globo, 2019.

O Centro Pompidou conta com o Museu Nacional de Arte Moderna, considerado como maior museu europeu de tal tipologia. No espaço amplo aberto interno encontra-se a Bibliothèque Publique d'Information e um centro para música e investigações acústicas conhecido como IRCAM. Além do espaço externo que conta com uma praça plana, sendo esta utilizada para eventos urbanos abertos (ARCHDAILY, 2012c).

Figura 24 - Vista aérea, Centro Georges



Pompidou

Fonte: Google Earth, 2019.

4.4.2. Nacionais

4.4.2.1. Museu do Amanhã

Realizado na parceria entre a cidade do Rio de Janeiro, e a Fundação Roberto Marinho, sob o patrocínio do Banco Santander Brasil e o projeto BG. O edifício cultural faz parte de um projeto de revitalização na zona portuária da capital carioca, explorando a relação entre a cidade e o meio ambiente natural, onde integra tal área ao centro da cidade, dando grande valor turístico à capital, paralelo aos demais patrimônios culturais existentes neste (ARCHDAILY, 2016d).

O espaço vem da premissa do arquiteto Calatrava, que tinha como objetivo criar um “edifício que caracterizaria por ser um museu para o futuro, e uma unidade educacional”, assim surgia o Museu do Amanhã, conceituado pelo arquiteto como um “edifício etéreo, visualmente quase flutuando sobre o mar, como um navio, um pássaro ou uma planta” (ARCHDAILY, 2016d).

Ficha Técnica:

Arquitetos: Santiago Calatrava

Ano: 2011 (início do projeto)

Área Construída: 15.000 m²

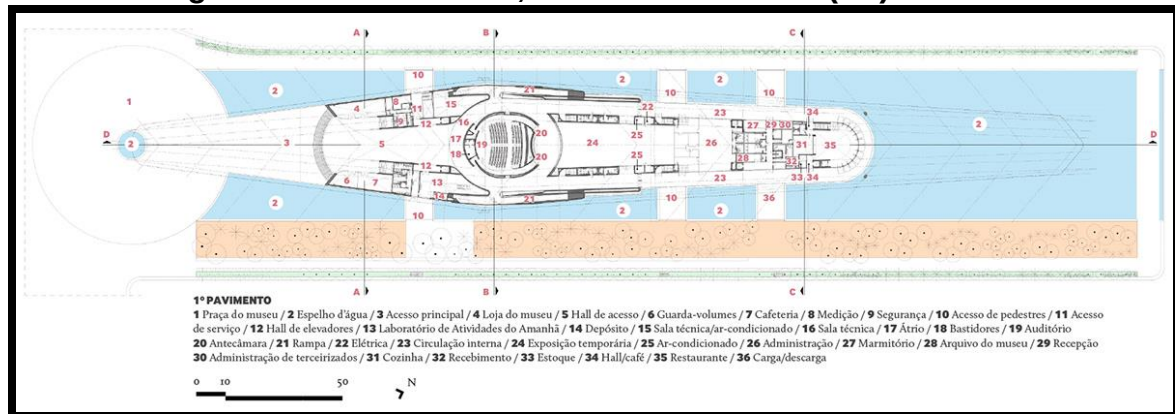
Localização: Rio de Janeiro, RJ

Pé direito: 17,00 m

Pavimentos: 02 pavimentos

Materiais: Concreto e estrutura metálica

Figura 25 - Planta baixa, Museu do Amanhã (RJ)



Fonte: ARCOweb, {2019}.

O Museu conta com um espaço de 5000 m², que se destinam a exposições temporárias e permanentes, que se localizam no pavimento superior do edifício em um pé direito de 10 metros de altura, que dá vista a Baía de Guanabara (ARCHDAILY, 2016d).

O museu aborda questões relativas ao crescimento populacional e sua subsequente expectativa de vida, padrões consumistas, alterações bioclimática e engenharia genética e bioética, avanços tecnológicos e mudanças na biodiversidade. Além de responder as cinco questões fundamentais: De onde viemos? Quem nós somos? Onde estamos? Para onde vamos? E como queremos viver juntos durante os próximos cinquenta anos? (ARCHDAILY, 2016d).

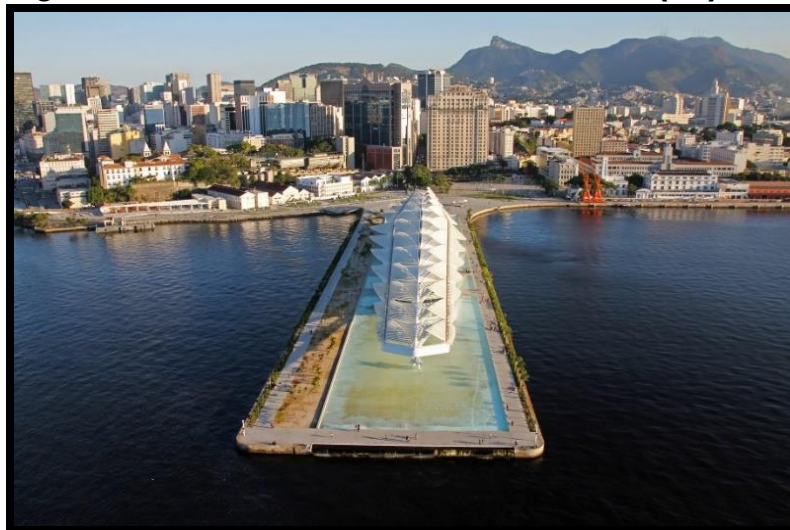
Destacando ainda a existência no nível inferior de espaços administrativos, exposições temporárias, o auditório que atende uma demanda de 400 usuários, um café, um restaurante, e uma lojas de presentes. Sediando ainda um espaço laboratorial de atividades educacionais e projetos de amostrar e protótipos, e o Observatório do Amanhã, que dá condições para pesquisas científicas e tecnológicas (ARCHDAILY, 2016d).

Além da praça de 7600 m² que envolve todo o edifício, que apresenta um paisagismo funcional composto por jardins, percursos de passeio, que contem espelhos d'água - em um sistema autofiltrante da baía, que retorna ao fim do píer -, e áreas de lazer. (ARCHDAILY, 2016d).

Apresenta uma estrutura em grandes balanços, de até 75 metros voltado a praça, e 45 metros para o mar. Balanço este que caracteriza sua cobertura, que apresenta grandes asas móveis, e uma estrutura de fachada que se expande por quase todo cais, caracterizando a imponência do edifício (ARCHDAILY, 2016d).

Além do viés voltado à alta tecnologia, bem como ideologias futuristas, o edifício cultural visa apresentar um design voltado a sustentabilidade, adotando técnicas como energia natural e fontes de luz, como exemplo temos o uso da água da baía que atua como regulador da temperatura interior do ambiente, além de fornecer água aos espelhos d'água; o uso de painéis solares fotovoltaicos reguláveis aos rios solares, que produzem energia solar para o edifício (ARCHDAILY, 2016d).

Figura 26 - Vista aérea, Museu do Amanhã (RJ)



Fonte: BARTHOLINI, 2016.

Figura 27 - Perspectiva, Museu do Amanhã (RJ)



Fonte: ArchDaily, 2016d.

4.4.2.2. Galpão VB

Anteriormente utilizado como galpão de depósitos - Galpão da Vila Leopoldina -, e hoje espaço destinado a sede da Associação Cultural Videobrasil, o Galpão VB, consiste em um galpão industrial antigo que fora devidamente revitalizado através de intervenções singelas, e de custo consideravelmente baixo (ARCHDAILY, 2016e).

O espaço atua como acervo crescente de obras e publicações da América Latina, África, Leste Europeu, Ásia e Oriente Médio. Contando com clássicos de vídeoarte, produções próprias e uma vasta coleção de publicações sobre arte. Artigos culturais, tangíveis e intangíveis, reunidos desde 1983, na primeira edição do Festival de Arte Contemporânea Sesc Videobrasil. (ARCHDAILY, 2016e).

Tal intervenção conta com a inserção de um amplo espaço destinado a exposições, sendo caracterizado pela amplitude, bem como pela flexibilidade advinda de sua abertura espacial versátil, assegurando assim o potencial máximo através do reaproveitamento para variadas atividades da instituição. Além de se submeter como ambiente para exposições, seminários, oficinas e afins (ARCHDAILY, 2016e).

Ficha Técnica:

Arquitetos: Gui Paoliello Arquiteto

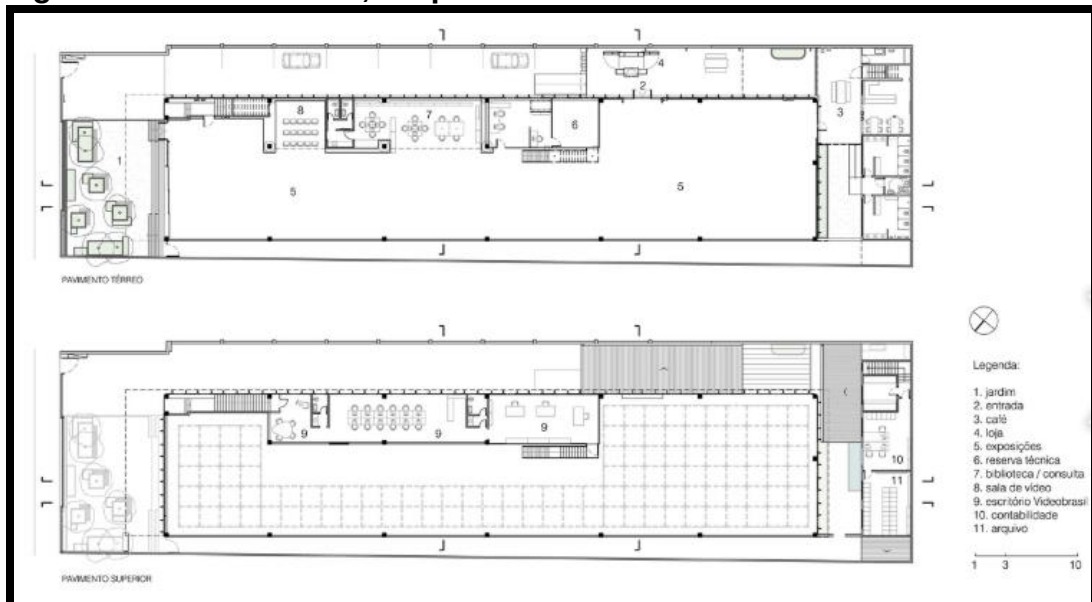
Ano: 2015

Área do terreno: 1.345,00 m²

Área Construída: 103.305 m²

Localização: Vila Leopoldina, São Paulo - São Paulo, Brasil

Figura 28 - Planta baixa, Galpão VB



Fonte: ArchDaily, 2016e.

Além da inserção do espaço expositivo, na intervenção do galpão alguns elementos construtivos existentes foram mantidos de modo que a originalidade, principalmente critérios como a aparência rustica característica da construção em pré-moldados de concreto, do ambiente fosse mantida (ARCHDAILY, 2016e).

A intervenção nos espaços expositivos, conta com o revestimento nas paredes até uma altura de 4,20m, com massa lisa, em coloração branca, não interferindo visualmente nas projeções e exposições, e no espaçamento restante o estado original da alvenaria fora mantido em concreto em estado. Além da inserção de um grid metálico a uma altura de 5,50m, auxiliando na flexibilidade da instalação de suportes e nos elementos de iluminação (ARCHDAILY, 2016e).

Figura 29 - Vista interna, Galpão VB

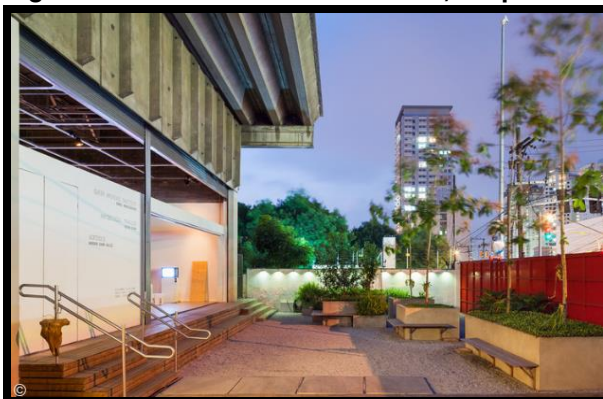


Fonte: ArchDaily, 2016e.

Estando paralelo ao ambiente de exposições, um bloco em 02 pavimentos, onde no pavimento superior encontra-se as áreas de trabalho, comporta por escritórios e setores administrativos. E na parte inferior uma biblioteca que conta com áreas de guarda de acervo, com 3200 títulos, uma videoteca com 1300 itens, e uma sala para projeções. Destacando que todos ambientes ficam abertos à área das exposições (ARCHDAILY, 2016e).

Além dos ambientes internos da edificação, o espaço em si ainda apresenta ambientes externos que visam a interação do público que ali se faz presente, contando com um café, no fundo do conjunto; uma pequena loja de produtos correlacionados à instituição, modulado um espaçamento de 3,00x2,00m em madeira, onde este se integra ao entorno, localizado na varanda lateral da entrada; e na frente, através de um recuo em 10,00m, um pátio/jardim, atenuado com uma arquibancada e escada em deck de madeira, pátio este que se integra ao galpão, que possui portas de rolar como acesso principal e ligação ao jardim (ARCHDAILY, 2016e).

Figura 30 - Vista lateral da fachada, Galpão VB



Fonte: ArchDaily, 2016e.

4.4.2.3. Parque Ibirapuera

Encomendado pelo Governador Lucas Nogueira Garcez, e idealizado pelo industrial Ciccillo Matarazzo, o parque caracteriza-se como obra mais expressiva do seu tempo, localizado próximo aos setores mais nobres paulistas, fora criado no ápice de seu desenvolvimento, período que o caracterizava como “metrópole moderna” (BARONE, 2009).

Ficha Técnica:

Arquitetos: Oscar Niemeyer

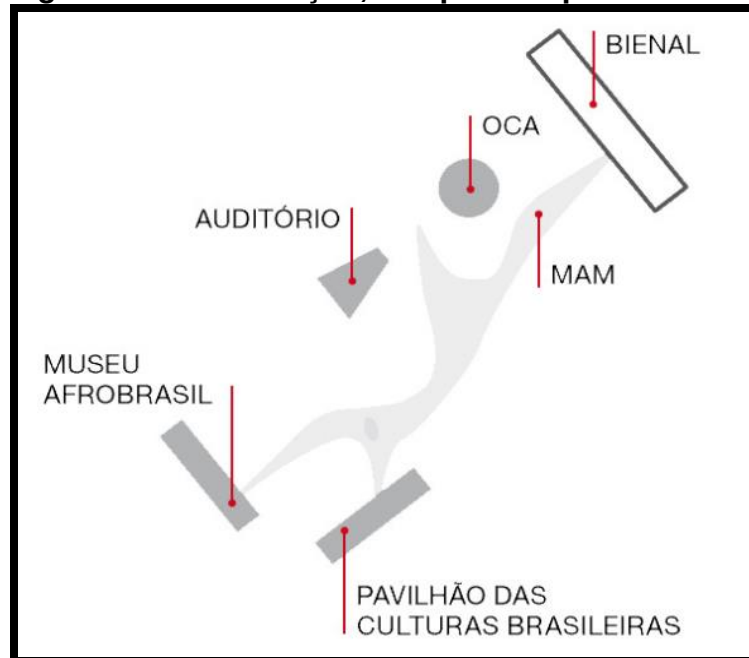
Ano de início de construção: 1951

Ano de conclusão: 1954

Área do terreno: 1.584.000 m²

Localização: Av. Pedro Álvares Cabral - Vila Mariana, São Paulo - SP, Brasil

Figura 31 - Setorização, Parque Ibirapuera



Fonte: ArchDaily, 2018f.

O espaço público, concebido por Oscar Niemeyer, possui um conjunto formado por cinco edifícios culturais que se conectam por uma leve e sinuosa marquise, buscando harmonizar o espaço ao paisagismo, entre a malha urbana. (ARCHDAILY, 2018f).

Niemeyer visando conectar os edifícios, propôs além de pisos às áreas pisoteáveis, uma grande marquise em forma orgânica, com aproximadamente 27 mil metros quadrados, área sombreada suspensa por pilotis circulares, e dando a ideia de flutuar à cobertura (ARCHDAILY, 2018f).

Marquise essa que acaba fluindo como conexão à diversos pontos e edifícios pelo extenso perímetro verde, atuando ainda como proteção e ponto de encontro sob áreas sombreadas, evidenciando assim a necessidade de espaços livres edificados, quer seja por questões funcionais, como estéticas (ARCHDAILY, 2018f).

Além da marquise que atua como espaço de interação, e interlocução do arranjo de edifícios do parque, encontram-se:

Bienal: Palácio das Industrias

Concluído em 1954, e hoje atual Sede da Fundação Bienal de São Paulo, contando com um dimensionamento de 250 metros de comprimento, e 50 metros de largura (ARCHDAILY, 2018f).

Externamente é característico pelos elementos sóbrios existentes em sua fachada, sendo em brises soleil e caixilharia, que se adequa a estrutura. É característico pela fluidez, definido por volumes puros, linhas retas, além do afastamento da caixilharia à edificação, permitindo balanço e leveza estética ao telespectador (ARCHDAILY, 2018f).

Internamente, possui pé direito duplo e triplo, que se localizam as exposições e diversas instalações, onde os acessos aos pavimentos se dão por meio de rampas sinuosas, forma esta que quebra a estaticidade externa do edifício (ARCHDAILY, 2018f).

Oca: Palácio das Exposições

Concluído em 1954, e batizado como Pavilhão Lucas Nogueira Garcez, possui formato circular, materializado em uma fina casca de concreto armado em um sistema de nervuras em arcos diametrais, que a carga ao solo (ARCHDAILY, 2018f).

Possui quatro pavimentos internos, que acompanham a estrutura circular, e que são ligados por rampas sinuosas, além de apresentar um conjunto de trinta e três janelas circulares na casca, que garante iluminação natural ao ambiente expositivo (ARCHDAILY, 2018f).

MAM: Museu de Arte Moderna

Concebido por Lina Bo Bardi, onde buscava-se não apenas proporcionar um museu integralmente, mas sim um espaço que também funcionasse como galeria permanente ou transitória, proporcionando uma programática diferenciada ao ambiente (ARCHDAILY, 2018f).

Auditório: Auditório Oscar Niemeyer

Também conhecido como Auditório Ibirapuera, caracteriza-se estruturalmente por ter formato de um trapézio branco, com um grande foyer purista e uma rampa sinuosa, que dá acesso ao auditório (ARCHDAILY, 2018f).

Contando internamente com uma escultura orgânica vermelha de Tomie Ohtake. Possui ainda internamente uma porta extensa que dá acesso ao gramado externo, e garante ampliação de telespectadores (ARCHDAILY, 2018f).

Museu Afrobrasil: Palácio das Nações

Concluído em 1953, é também nomeado como Pavilhão Manoel de Nóbrega e sede do Museu Afro Brasil, contando com 03 pavimentos, e apresenta externamente uma marquise sinuosa, característica pela caixilharia recuada que se apoia por colunas dispostas em 45°, gerando a sensação de volume com grande extensão e visualmente solto, além de proporcionar, liberdade na circulação dos usuários na área coberta, em decorrência da eliminação de pilares por tal área (ARCHDAILY, 2018f).

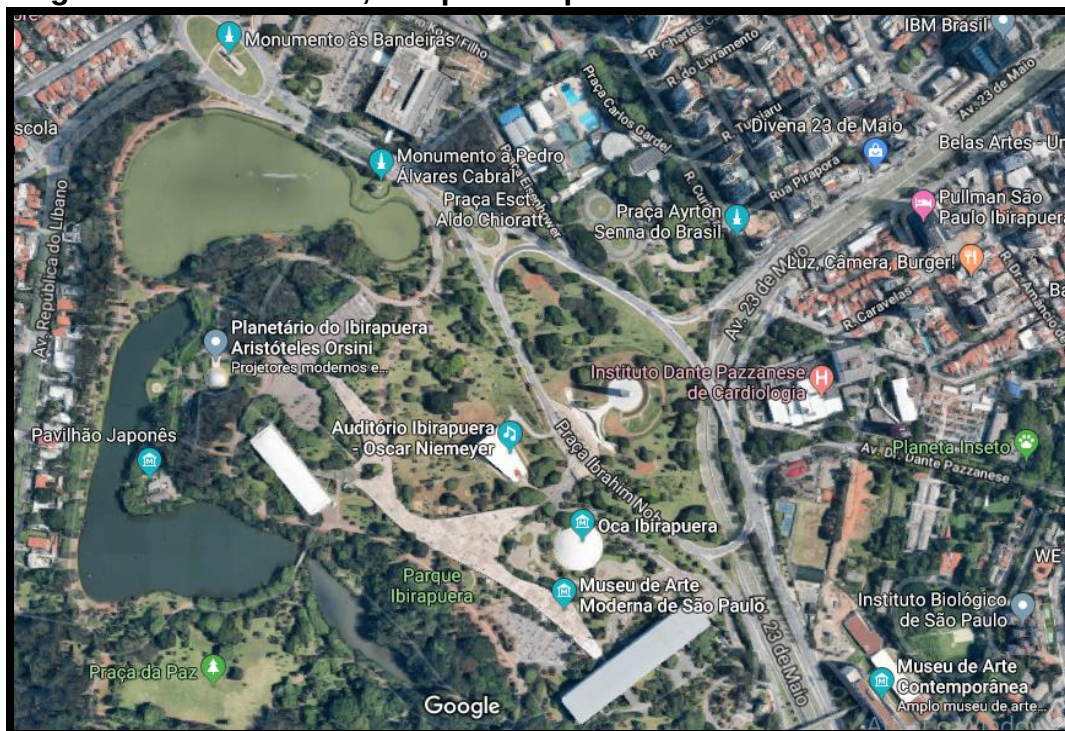
Pavilhão das culturas brasileira: Palácio dos Estados

Concluído em 1953, abrigou inúmeras exposições dos Estados brasileiros, além de servir como palco às diversas obras durante a II Bienal de Artes Plásticas do Estado (ARCHDAILY, 2018f).

Possui forma simples e purista em concreto branco, com um conjunto de pilares internamente, que dá fluidez e liberdade a planta; já externamente, apresenta pilares em “V”, que são sustento estrutural semelhante a mãos francesas. Destacando ainda que o acesso aos pavimentos se dá por meio de rampas, que auxiliam no percurso das exposições (ARCHDAILY, 2018f).

Apresentando ainda edificações que se consolidaram posteriormente após a inauguração do parque, como o Ginásio externo; o obelisco e o Monumento às Bandeiras, ambos frente ao parque; Planetário; e o Pavilhão Japonês (ARCHDAILY, 2018f).

Figura 32 - Vista aérea, Parque Ibirapuera



Fonte: Google Earth, 2019.

5.METODOLOGIA

5.1. Pesquisa

Conforme Proetti (2017), a pesquisa qualitativa é realizada no local de origem do objeto em estudo, e tem-se como objetivo apresentar os resultados pelo sentido lógico através do estudo científico, onde os fatos são devidamente investigados, e compreendidos através da análise do mesmo ao contexto onde inclui-se, haja vista a necessidade de estudo *in loco* para constatação de dados e posteriormente análise para um melhor compreensão do dinamismo provenientes de tais fatos.

Gerhardt e Silveira (2009) cita as possíveis características de tal método de pesquisa onde,

as características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências.

Desta forma, baseado no conceito e nas características da pesquisa qualitativa, o instrumento fruto de tal pesquisa se baseará na coleta de dados, de forma subjetiva, e sempre analisando e respeitando o contexto do entorno a qual será submetido. Assim o mesmo será proposto com o objetivo principal de garantir uma melhoria de vida aos que nele se fizerem presente, auxiliando na propagação cultural local, além de garantir condições de lazer mais propícias aos munícipes.

5.2. Método

O Método dedutivo, parte da generalização e quer confirmá-la na particularidade (PANASIEWICZ; BAPTISTA, 2013, p. 94).

Segunda Diniz e Silva (2008), o método dedutivo inicia a atividade a partir das leis e teorias gerais e buscando assim explicar a procedência de fenômenos em específico.

O exercício metódico da dedução parte de enunciados gerais (leis universais) que supostos constituem as **premissas** do pensamento racional e deduzidas chegam a **conclusões**. O exercício do pensamento pela razão cria uma operação na qual são formuladas **premissas** e as **regras de conclusão** que se denominam **demonstração** (DINIZ e SILVA, 2008, p.06).

Proveniente de tal metodologia, procura-se analisar as origens de tal vertente, em modo geral, para posteriormente se faça uma análise em particular do instrumento em questão a ser executado, de forma que todos os dados, e constatações históricas desta tipologia culminem para a formação de uma base estrutural para que a elaboração do projeto proposto seja devidamente executado, e que atenda à todas as necessidades, tanto no quesito estrutural quanto em seu funcionamento.

Buscou-se informações nacionais e internacionais, para se ter auxílio na base teórica, bem como elaboração da proposta presente.

5.3. Procedimento

Conforme Lüdke e André (1986) e Oliveira, C. (2008, p. 05), o procedimento focado no estudo de caso, deve ser aplicado quando se tem interesse na pesquisa de uma situação em particular, um caso especial. Mencionam ainda que “o caso é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenvolver do estudo”.

Segundo Schramm (1971, *apud* Yin, 2001), a essência de um estudo de caso, é que ela tenta esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões: o motivo pelo qual foram tomadas, como foram implementadas e com quais resultados.

Assim, para que o projeto seja devidamente executado, e de forma coerente, características relativas à excentricidade do local em estudo serão devidamente analisadas, bem como os dados necessários serão fielmente coletados (relevo, ventilação dominante, pontos de maior incidência solar, características geomorfológicas do solo, etc.), adequando assim o espaço proposto ao terreno em questão.

6.REFERÊNCIAS

ARCHDAILY. **Vista lateral da Ópera de Sydney**. 2019a. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/784303/classicos-da-arquitetura-pera-de-sydney-jorn-utzon>. Acesso em 21 mar. 2019a.

_____. **CENTRO CULTURAL LES QUINCONCES / BABIN+RENAUD**". 2015b. ArchDaily Brasil. (Trad. Santiago Pedrotti, Gabriel). Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/760866/centro-cultural-les-quinconces-babin-plus-renaud>. Acesso em 21 mar. 2019b.

_____. **Planta baixa, Centro Cultural Les Quincones**. 2015b. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/760866/centro-cultural-les-quinconces-babin-plus-renaud>. Acesso em 21 mar. 2019b.

_____. **Setorização, Centro Cultural Les Quincones**. 2015b. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/760866/centro-cultural-les-quinconces-babin-plus-renaud>. Acesso em 21 mar. 2019b.

_____. **Vista do hall de acesso aos blocos, Centro Cultural Les Quincones**. 2015b. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/760866/centro-cultural-les-quinconces-babin-plus-renaud>. Acesso em 21 mar. 2019b.

_____. **Vista lateral do Centro Cultural Les Quincones**. 2015b. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/760866/centro-cultural-les-quinconces-babin-plus-renaud>. Acesso em 21 mar. 2019b.

_____. **“Clássicos da Arquitetura: Centro Georges Pompidou**. 2012c. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/41987/classicos-da-arquitetura-centro-georges-pompidou-renzo-piano-mais-richard-rogers>. Acesso 28 Mar. 2019c.

_____. **Clássicos da Arquitetura: Centro Georges Pompidou**. 2012c. ArchDaily

Brasil. ISSN 0719-8906. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/41987/classicos-da-arquitetura-centro-georges-pompidou-renzo-piano-mais-richard-rogers>. Acesso em 23 mar. 2019c.

_____. **MUSEU DO AMANHÃ / SANTIAGO CALATRAVA**. 2016d. ArchDaily Brasil. (Trad. Delaqua, Victor). Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/785756/museu-do-amanha-santiago-calatrava>. Acesso em 24 mar 2019d.

_____. **Perspectiva, Museu do Amanhã (RJ)**. 2016d. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/785756/museu-do-amanha-santiago-calatrava>. Acesso em 24 mar 2019d.

_____. **GALPÃO VB / GUI PAOLIELLO ARQUITETO**. 2016e. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/794747/galpao-vb-gui-paoliello-arquiteto>. Acesso 24 mar. 2019e.

_____. **Planta baixa, Galpão VB**. 2016e. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/794747/galpao-vb-gui-paoliello-arquiteto>. Acesso 24 mar. 2019.

_____. **Vista interna, Galpão VB**. 2016e. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/794747/galpao-vb-gui-paoliello-arquiteto>. Acesso 24 mar. 2019e.

_____. **Vista lateral da fachada, Galpão VB**. 2016e. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/794747/galpao-vb-gui-paoliello-arquiteto>. Acessado 24 mar. 2019e.

_____. **Clássicos da Arquitetura: As Arquiteturas do Parque Ibirapuera / Oscar Niemeyer**. 2018f. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/898302/classicos-da-arquitetura-as-arquiteturas-do-parque-ibirapuera-oscar-niemeyer>. Acesso 29 Mar 2019f.

_____. **Setorização, Parque Ibirapuera**. 2018f. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/794747/galpao-vb-gui-paoliello-arquiteto>. Acesso 24 mar. 2019f.

ARCOWEB. **Planta baixa, Museu do Amanhã (RJ)**. 2019. Santiago Calatrava: Museu do Amanhã, Rio de Janeiro. Projeto Design. Edição 428. Disponível em <https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/santiago-calatrava-museu-amanha-rio-janeiro>. Acesso em 24 mar. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520:2002**. Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação / Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro; ABNT, 2002.

_____. **NBR 13532:1995**. Elaboração de projetos de edificações - Arquitetura – Apresentação / Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro; ABNT, 1995.

_____. **NBR 15599:2008**. Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços / Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro; ABNT, 2008.

_____. **NBR 6023:2002**. Informação e documentação - Referências – Elaboração / Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro; ABNT, 2002.

_____. **NBR 9050:2015**. Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência e edificação, espaço mobiliário e equipamentos urbanos / Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro; ABNT, 2015.

BARONE, Ana Cláudia Castilho. **A exposição aos pavilhões do parque Ibirapuera (1950-1954)**. São Paulo, v. 17, n. 2, p. 295-316, dezembro de 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142009000200014&lng=en&nrm=iso. Acesso em 24 de mar. de 2019.

BARTHOLINI, Bruno. **Vista aérea, Museu do Amanhã**. 2016. Museu do Amanhã. Porto Maravilha. Rio de Janeiro. Disponível em: http://portomaravilha.com.br/fotos_videos/g/22. Acesso em 24 mar. 2019.

BRASIL, CONAMA, Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 369/2006**, de 28 de março de 2006. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=489>. Acesso em 18 mar. 2019.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 19 mar. 2019.

_____. Lei nº10.098, de 19 de Dezembro de 2000. **Coleção de Leis da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em 18 mar. 2019.

CARDOSO, Cíntia de Paula; CASTELNOU, Antonio Manuel Nunes. Espaços Arquitetônicos para Cultura e Folclore. **Revista Terra e Cultura**. Londrina, ano 23, n. 44, p. 152, Jan./Jul 2007. Disponível em: http://web.unifil.br/docs/revista_eletronica/terra_cultura/n44/terra_44-13.pdf. Acesso em 05 mar. 2019.

CASTRO, Rodolfo Muanis Fernandes de. **Inclusão Social e Atividades Culturais: o Centro Cultural Banco do Brasil no Rio de Janeiro**. 2008. 205 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. FUNDAÇÃO GETULIO Vargas, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3596/rodolfo.pdf>. Acesso em 24 mar. 2019.

CENNI, Roberto. **Três centros culturais na cidade de São Paulo**. 1991. 167f. Dissertação (Mestrado em Artes Plásticas) – Universidade de São Paulo, São

Paulo, 1991. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27131/tde-02092015-090526/pt-br.php>. Acesso em 08 mar. 2019.

COELHO, Teixeira. **Usos da cultura: políticas de ação cultural**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 124p.

CUCHE, Denys. **O Conceito de Cultura nas Ciências Sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002.

DANCKWARDT, Voltaire P. **O edifício teatral: resultado edificado da relação palco-plateia**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pesquisa e Pós-graduação e Arquitetura, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/1831>. Acesso em 08 mar. 2019.

DINIZ, Célia Regina; SILVA, Iolanda Barbosa da. **Metodologia**. Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN - EDUEP, 21 ed., 2008. ISBN: 978-85-87108-98-2. Disponível em: http://www.ead.uepb.edu.br/ava/arquivos/cursos/geografia/metodologia_cientifica/Met_Cie_A04_M_WEB_310708.pdf. Acesso em 15 mar. 2019.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e Cultura Popular**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973;

_____. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1979;

FIGUEIREDO, Fabrícia de Souza. **Complexo Cultural Em Planaltina, Df**. 2014. 47f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/10548/1/2014_FabriciaDeSouzaFigueiredo_Planodetrabalho.pdf. Acesso em 04 mar. 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. 120f. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em 15 mar.2019.

GOOGLE EARTH. **Vista aérea do Centro Cultural Les Quinconces**. 2019. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/Les+Quinconces/@48.0079243,0.2004063,147m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x47e288d11afaa3f5:0xa987d09d2bf6f64!8m2!3d48.0077834!4d0.2006721>. Acesso em 22 mar. 2019.

_____. **Vista aérea, Centro Georges Pompidou**. 2019. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/Centro+Georges+Pompidou/@48.8604893,2.3523635,217m/data=!3m1!1e3!4m12!1m6!3m5!1s0x47e66e1c09b820a3:0xb7ac6c7e59dc3345!2sCentro+Georges+Pompidou!8m2!3d48.860642!4d2.352245!3m4!1s0x47e66e1c09b820a3:0xb7ac6c7e59dc3345!8m2!3d48.860642!4d2.352245>. Acesso em: 23 mar. 2019.

_____. **Vista aérea, Parque Ibirapuera**. 2019. Disponível em:

<https://www.google.com/maps/place/Parque+Ibirapuera/@-23.5864638,-46.6585492,1582m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x94ce59f1069d11d1:0xcb936109af9ce541!8m2!3d-23.5874162!4d-46.6576336>. Acesso em: 24 mar. 2019.

HESPANHOL, Lays J.; SAVI, Aline E. **Centro de Cultura e Literatura em Cocal do Sul**. 2017. 5º Seminário Ibero-americano de Arquitetura e Documentação. Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Criciúma. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/anais/71141.pdf>. Acesso em 14 mar. 2019.

HOEBEL, E. Adamson. **A Natureza da Cultura**. In.: SHAPIRO, Harry. Homem, Cultura e Sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

LACERDA, Gabriela Ricarte de. **Centro cultural Pium artes integradas**. 2017, 117f. Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Tecnologia. Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Natal. Disponível em: https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/4685/1/CentroCulturalPium_Lacerda_2017.pdf. Acesso em 14 mar. 2019.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MILANESI, Luis. **A casa da invenção**. São Caetano do Sul: Ateliê Editorial, 1997.

_____. **Biblioteca pública: do século XIX para o XXI**. Revista USP, n. 97, p. 59-70, 2013.

MURTINHO, Vítor. **Elevação, Centro Pompidou**. 2019. Metálica 40. Lisboa. Disponível em: https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/43750/1/Centro%20Pompidou_um%20espet%20C%20A1culo%20de%20luz%20C%20cor%20e%20a%20C%20A7o.pdf. Acesso em 23 mar. 2019.

NETTO, Andrei. **Aos 40 anos, o Centro Georges-Pompidou é uma casa de cultura de importância mundial**. Estadão, O Estado de S. Paulo. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/artes,aos-40-anos-o-centro-georges-pompidou-e-uma-casa-de-cultura-de-importancia-mundial,70001664282>. Acesso em 24 mar. 2019.

NEVES, Renata Ribeiro. **Centro Cultural: a Cultura à promoção da Arquitetura**. Revista Especialize On-line IPOG. Goiânia, Vol.01/2013, nº 005, 5ª ed., jul. 2013. Disponível em: <https://www.ipog.edu.br/revista-especialize-online/edicao-n5-2013?setarParametros=true&pagingPage=10&>. Acesso em 27 mar. 2019.

O GLOBO. **Fachada, Centro Georges Pompidou**. O Globo. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/centre-pompidou-passara-por-reformas-de-ate-100-milhoes-20778854>. Acesso em 23 mar. 2019.

OLIVEIRA, Aíla Seguin Dias Aguiar de. **Acessibilidade espacial em centro cultural: estudo de casos**. 2006. 214 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) –

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - SC.

OLIVEIRA, Cristiano Lessa de. **Um Apanhado Teórico-Conceitual sobre a Pesquisa Qualitativa: Tipos, Técnicas e Características**. Programa de Pós-Graduação em Letras. Unioeste - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Revista Travessias. Cascavel, v. 2, n. 3, 2008. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3122/2459>. Acesso em 14 mar. 2019.

OLIVEIRA, O. de. **Lina Bo Bardi: Sutis Substâncias da Arquitetura**. São Paulo: Romano Guerra, 2006.

PANASIEWICZ, Roberlei; BAPTISTA, Paulo Agostinho N. **Metodologia científica: a ciência e seus métodos**. FUMEC VIRTUAL - SETOR DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. Belo Horizonte, p. 94, 2013. Disponível em: http://ppg.fumec.br/ecc/wp-content/uploads/2016/12/MetodCientifica_02.pdf. Acesso em 14 mar. 2019.

PEARCE, Bob. **Vista aérea da casa de ópera de Sydney**. 2008. Disponível em: <https://www.smh.com.au/ftimages/2008/11/30/1227979823915.html>. Acesso em 22 mar. 2019.

PEREZ, Adelyn. **Clássicos da Arquitetura: Ópera de Sydney / Jørn Utzon**. 2016. ArchDaily Brasil. (Trad. Souza, Eduardo). Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/784303/classicos-da-arquitetura-pera-de-sydney-jorn-utzon>. Acesso em 21 mar. 2019.

PINTEREST. **Planta baixa da Ópera de Sydney**. {2019}. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/398920479477400221/?autologin=true>. Acesso em 22 mar. 2019.

PREZI. **Perspectiva, Ópera de Sydney**. {2019}. Disponível em: <https://prezi.com/bincrty5xjbo/the-sydney-opera-house/>. Acesso em 22 mar. 2019.

PROETTI, Sidney. **As Pesquisas Qualitativa e Quantitativa como métodos de Investigação Científica: Um Estudo Comparativo e Objetivo**. Revista Lumen. Adamantina, v. 2, n. 4, 2017. ISSN: 2447-8717. Disponível em: <http://www.periodicos.unifai.edu.br/index.php/lumen/article/view/60>. Acesso em 15 mar. 2019.

RAMOS, Luciene Borges. **Centro Cultural: Território privilegiado da ação cultural e informacional na sociedade contemporânea**. Faculdade de Comunicação/UFBA, 2007. Salvador. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/lucieneborgesramos.pdf>. Acesso em 27 fev. 2019.

ROCHA, Tereza Cristina de O. **Complexo Cultural Martim Cererê**. 2011. 40p. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Estadual de Goiás. Goiás. Disponível em: <http://www.unucet.ueg.br/biblioteca/?go=detalhesMonografia&id=519&a=5&p=1&curso=22>. Acesso em: 14 mar. 2019.

ROLIM DE MOURA. **Lei Complementar nº 51/2008**, de 24 de Julho de 2008. Institui o Plano Diretor participativo, instrumento normativo e estratégico da política de desenvolvimento municipal que visa integrar e orientar as ações dos agentes públicos e privados na gestão urbananística sopesando a promoção da prosperidade e bem estar individual e coletivo. **Lex:** coletânea de legislação: edição municipal, Poder Executivo, Rondônia, 2008. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1SXto1tFPcwPCEadJX2Dcs6uTz0ckmfX5/view>. Acesso em 18 mar. 2019.

_____. **Lei Complementar nº 64/2009**, de 2009. Dispõe sobre o Código de Obras e Edificações do Município de Rolim de Moura. **Lex:** coletânea de legislação: edição municipal, Poder Executivo, Rondônia, 2009. Disponível em: https://www.rolimdemoura.ro.leg.br/arquivos/codigo_de_obras.pdf. Acesso em 18 mar. 2019.

RONDÔNIA. Decreto-lei nº 2.746, de 18 de maio de 2012. Institui o Sistema Estadual de Cultura – SEC e dispõe sobre sua composição. **Diário Oficial [do] Estado de Rondônia**, Assembleia Legislativa, Rondônia, 2012. Disponível em: <http://cnpc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/3/2017/09/LEI-N%C2%BA-2.746-DE-18-DE-MAR%C3%87O-DE-2012-SISTEMA-ESTADUAL-DE-CULTURA-E-CONSELHO-DE-CULTURA.pdf>. Acesso em 18 mar. 2019.

_____. **Lei n. 3.924**, de 17 de outubro de 2016. Dispõe sobre normas de segurança contra incêndio e evacuação de pessoas e bens no Estado de Rondônia e dá outras providências. **Lex:** coletânea de legislação: edição estadual, Governadoria, Rondônia, 2016. Disponível em: <http://antigo.cbm.ro.gov.br/imagens-editor/File/IT18-05-2017/LEI%20n%203924%20DE%2017%20DE%20OUTUBRO%20DE%202016.pdf>. Acesso em 18 mar. 2019.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2003, 588 p.

SILVA, Andreza Cruz Alves da. **Mar de gente teatro de ensino: anteprojeto de um teatro multifuncional para cidade de Natal-RN**. 2014. 115f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Tecnologia. Departamento de Arquitetura. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Disponível em: https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/857/1/TeatroEnsino_Silva_2014.pdf. Acesso em: 08 mar. 2019;

TYLOR, Edward B. **Primitive culture. Researches into the development of mythology, philosophy, religion, language, art, and custom**. 1920. Londres. John Murray, Albemarle Street, W. (digitalizado por Internet Archive em 2007). Disponível em: <http://www.archive.org/details/primitiveculture01tylouof>. Acesso em 15 mar. 2019.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre : Bookman, 2001. Disponível em: https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia_da_pesquisa_estudo_de_caso_yin.pdf. Acesso em 14 mar. 2019.

7. DADOS PARA CORRESPONDÊNCIA**7.1.NOME**

Caroline Marques da Silva

7.2.ENDEREÇO

Av. Engenheiro Mafredo Barata A. Fonseca, 972, apto. 07

7.3.TELEFONES

7.3.3.Celular (69) 98143-8427

7.4.EMAIL

Arq.carolinemarques@gmail.com

Projeto aceito em ____/____/____

EDISSON CARLOS DA COSTA

Professor(a) Orientador(a) de TCC I

VLADIMIR JOSÉ CHAGAS

Professor(a) Atelier I

APÊNDICE - 2



CAROLINE MARQUES DA SILVA

**MEMORIAL JUSTIFICATIVO
ARQUITETURA CULTURAL:
COMPLEXO CULTURAL RECREATIVO EM ROLIM DE MOURA/RO**

**JI-PARANÁ
2019**

CAROLINE MARQUES DA SILVA

MEMORIAL JUSTIFICATIVO
ARQUITETURA CULTURAL:
COMPLEXO CULTURAL RECREATIVO EM ROLIM DE MOURA/RO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário São Lucas – Ji-Paraná, para o título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo, sob orientação do Professor Especialista Edison Carlos da Costa.

Ji-PARANÁ
2019

INTRODUÇÃO

O projeto previamente apresentado aborda como temática o estudo de viabilidade arquitetônica visando a inserção de um Complexo Cultural Recreativo em Rolim de Moura, uma vez que constatado a ausência de um equipamento próximo a realidade proposta por tal, fomentando atividades culturais além de visar questões socioeducacionais, contribuindo assim para um adensamento progressivo artístico e cultural à comunidade Rolim Mourense.

Diante à problemática apresentada fora colocada em questão tal necessidade, sendo embasada anteriormente por um estudo teórico e técnico quanto ao local proposto, tendo como produto final o estudo prévio deste equipamento, ausente até o presente momento.

O estudo teórico prévio fora devidamente elaborado através de fontes que presumam e apontem as possíveis localizações (espaço-tempo) e que se relacionem ao surgimento dos ambientes de interação da população; paralelo às legislações (municipal, estadual, federal e normas) que contribuíram na elaboração técnica do mesmo; além dos aspectos teóricos, através de opiniões de autores nacionais e internacionais, sobre os ambientes culturais e artísticos.

1. CONCEITO E PARTIDO ARQUITETÔNICO

Após todas as devidas análises teóricas e de campo acerca da temática dissertada, é disposto neste capítulo, o conceito escolhido para elaboração do equipamento urbano proposto, tópico este que atua diretamente na escolha plausível do partido arquitetônico a ser adotado, abordando dentre esta as subseções que correspondem ao será proposto, bem como as diretrizes projetuais a serem adotadas.

1.1. Conceito

Dentre as definições expostas por vários autores que simplificam o conceito arquitetônico, destaca-se a opinião de Leupen (2004) que menciona, “o conceito expressa a ideia subjacente no desenho e orienta as decisões de projeto em uma determinada direção, organizando e excluindo as variantes. Definição que condiz ao que é exposto pelo autor Diogo (2015), que tem o conceito como um plano abstrato, admitindo várias soluções espaciais e formas viáveis, necessitando de teste quanto às qualidades formais, construtivas ou funcionais para a possível definição do partido.

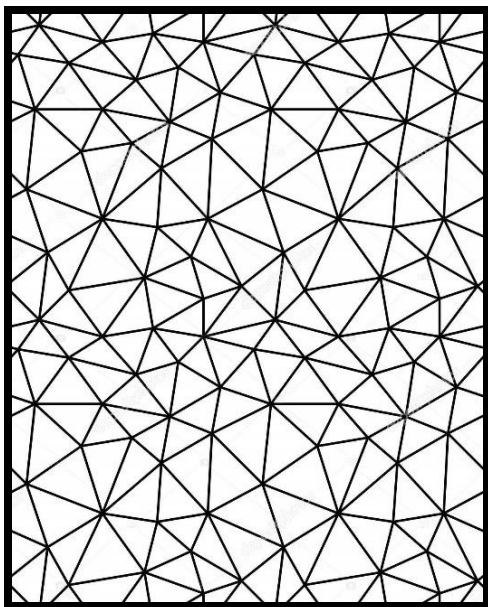
Diante à argumentação exposta através dos autores supracitados, se tem como princípio/conceito arquitetônico juízos atribuídos sobre os critérios estético, plástico, científico e filosófico, critérios estes mais profundamente dissertados a seguir.

Desta forma é escolhido para representação conceitual os polígonos em geometria abstrata (Figura 01) que comporta o juízo estético, plástico e filosófico, uma vez que o formato representado entre a junção das arestas sob pontos em comum será utilizado estruturalmente na integração entre os ambientes e na esteticidade fornecida pela imagem visual (fachada), se relacionando assim à forma e a possível dispersão estrutural.

Além de apresentar filosoficamente através do princípio da conectividade, onde setores que apresentam diferentes atividade/funcionalidades serão conectados de forma que um complemento ao princípio de propagação cultural, paralelo à idealização de conectividade advinda da integração democrática entre a população,

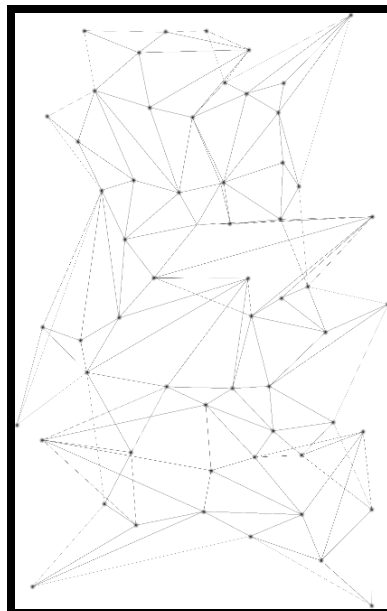
se abolindo assim de qualquer eventual segregação de público, quer seja esta atribuída por critérios financeiros, raciais, ou qualquer outra forma.

Figura 01 – Polígonos em Geometria Abstrata - 1



Fonte: DEPOSITPHOTOS, 2013.

Figura 02 – Polígonos em Geometria Abstrata - 2



Fonte: PNGTREE, 2018.

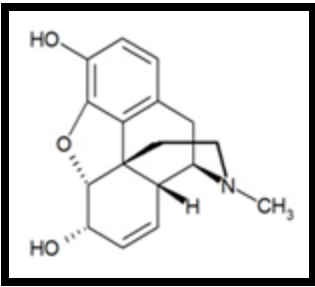
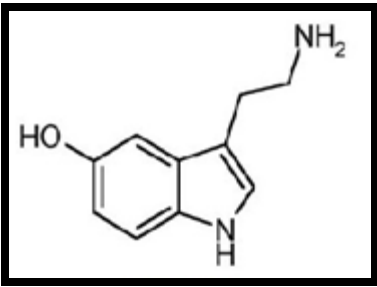
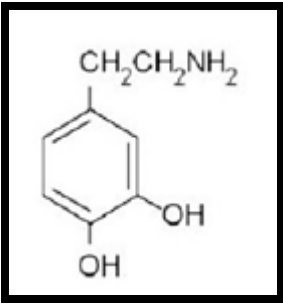
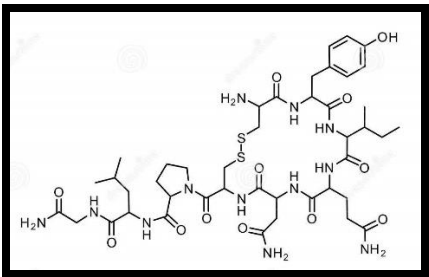
Conceituação esta aderida paralelamente à adoção conceitual atribuída pelo uso das Quatro substâncias químicas da felicidade (Figura 03), sob o conjunto entre juízo estético, plástico, científico e filosófico. Onde critérios como estética, plástica, filosófica atribuindo-lhes quanto por ao formato e ao princípio de integração, semelhante à conceituação explícita pela ideia dos polígonos em geometria abstrata, trazidas pela ligação das cadeias carbonárias compostas.

E quanto ao juízo científico, traduz-se quimicamente que tal quarteto substancial (quarteto da felicidade), conhecidos no campo científico como composto que dá condições à construção das relações de confiança, sendo extremamente necessário para que haja um desenvolvimento dos relacionamentos emocionais. Tal composto da felicidade, proporciona estímulos ao corpo humano conhecidos como prazer, felicidade, amor, condicionantes sentimentais que geram consequentemente o aumento de variáveis que atribuem ao adensamento do vínculo emocional interpessoal.

Uma vez que atuam como anestésicos naturais, eliminando quaisquer eventualidades que tenham como consequência a depressão, situação esta conhecida atualmente como mal do século.

Desta forma tal conjunto de benefícios e sensações, serão atribuídas ao telespectador uma vez que este tenha acesso ao equipamento proposto, visto a gama de atividades culturais e sociais, que apresentam como finalidade a interação social.

Figura 03 – Quatro Substâncias Químicas da Felicidade (DATTOLI, 2018)

Endorfinas	Serotonina
	
Dopamina	Ocitocina
	
Fonte: elaborada pela autora, 2019.	

1.2. Partido Arquitetônico

Conforme explicito pelo autor Biselli (2011) que cita, “[...] em ‘partido’ se compreende a discussão de aspectos como estratégia de implantação e distribuição do programa, estrutura e relações de espaço”.

Argumentação esta semelhante à exposta por Rabello (2007), que conceitua o partido arquitetônico, termo este característico do vocabulário entre profissionais da área da Arquitetura, como definição das características gerais do projeto, e como uma “consequência formal derivada de uma série de condicionantes ou determinantes, como um resultado físico da intervenção sugerida”.

Entre as condicionantes ou determinantes que norteiam o partido arquitetônico estão o clima, condições físicas e topográficas do local escolhido, assim como seu entorno, legislação pertinente, as técnicas construtivas disponíveis e o orçamento pré-definido. (SILVA, 1983).

Diante a conceituação exposta pode-se definir Partido Arquitetônico, como a elaboração projetual a ser utilizada, envolvendo condicionantes como forma, materiais, condições físicas e naturais (relevo, insolação, ventilação, etc.).

7.2.1. Diretrizes

As diretrizes estabelecidas ao tema proposto, possuem como finalidade proporcionar conforto aos telespectadores, de forma que quando ali inseridos tenham disponibilidade e conforto durante acesso aos ambientes. Como diretrizes estão:

- Criação de espaços multifuncionais, com diversidade de uso e fluxos;
- Adequação aos condicionantes naturais (relevo, iluminação e ventilação natural);
- Inserir espaços de integração interpessoal;
- Adequação ao equipamento ao princípio de acessibilidade e democratização;
- Funcionalidade e estética agradável;
- Inserção de sustentabilidade, e de áreas verdes no projeto.

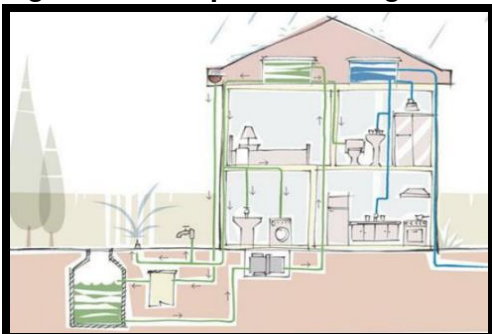
1.2.1. Sustentabilidade

Sustentabilidade seria a relação entre os sistemas econômicos e os sistemas ecológicos na qual a vida humana continuaria indefinidamente e os efeitos das atividades humanas permaneceriam dentro de limites sem destruir a diversidade, complexidade e funções do sistema ecológico de suporte da vida (CABESTRÉ; GRAZIADE; POLESEL FILHO, 2008).

Desta forma condicionantes arquitetônicos sustentáveis serão inseridos ao tema proposto, de forma que o uso de atributos artificiais ligados ao funcionamento será reduzido, e consequentemente respeitará ao fator externo ambiental, uma vez que a emissão de poluentes e/ou desgaste de recursos naturais serão minimizados. Dentre estes destaca-se:

- **Drenagem pluvial**

Figura 04 – Esquema drenagem



Fonte: RODRIGUES, 2010.

Um sistema de aproveitamento de águas pluviais consiste na captação, desvio e armazenamento da água da chuva para posterior utilização. A captação é geralmente feita nas superfícies impermeáveis das edificações (geralmente telhados e lajes). O armazenamento é feito em cisternas, que devem ser separadas do dispositivo de armazenamento de água potável. O principal objetivo deste sistema é a substituição da água de uso doméstico sem exigência de potabilidade pela água pluvial recolhida (SOUZA; ARAUJO, 2016)

- **Reutilização de resíduos liberados nas construções civil**

Figura 05 – Coleta e Reaproveitamento



Fonte: VGRESIDUOS, 2017.

Os entulhos provenientes da construção civil é uma das principais causas da degradação do meio ambiente, podendo afetar na qualidade de vida da população. Os resíduos oriundos da construção civil podem se tornar um grande problema se não for dado o correto gerenciamento e a sua gestão inadequada pode apresentar um grande desperdício econômico, visto que a sua maior massa é gerada nas grandes cidades e em muitos casos, são compostos de materiais passíveis de reciclagem ou podem ser reaproveitados (OLIVEIRA; CARVALHO, 2014).

- **Torneira com Sensor de Presença**

Figura 06 – Torneira Sensorial



Fonte: CASA FARIA, 2019.

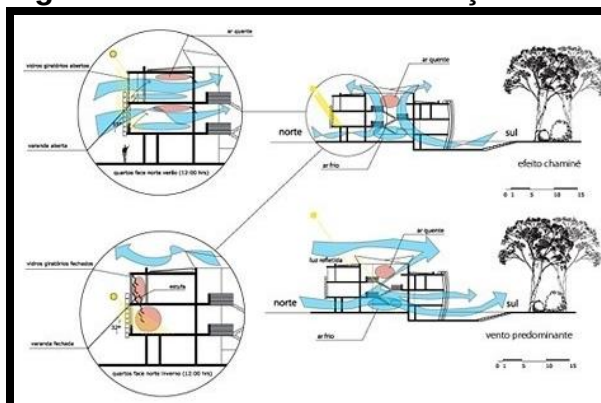
Também conhecida como torneira inteligente, seu funcionamento é bem simples. Quando alguém se aproxima, o sensor óptico envia um sinal para uma peça que libera a saída de água. Isso faz com que o fluxo exista apenas enquanto as mãos estão próximas à peça, o que leva a uma economia de até 85% no consumo de água. (DECA, 2017).

1.2.2. Conforto térmico

Conforme afirma Egan (1975, apud Malheiros, 2005), entende-se como conforto ambiental arquitetonicamente, a combinação entre aspectos fisiológicos (visuais, higiênicos, acústicos e térmicos), psicológicos (de reconhecimento, adaptação), funcionais (atividades, permanência, convivência) e dimensionais (espaços para as atividades, antropometria) que quando em conjunto, em espaço construído para uso humano, deve propiciar a estas sensações de agradáveis. Assim como condicionante visando conforto térmico foi utilizado:

• Ventilação cruzada

Figura 07 – Sistema de ventilação



Fonte: PORTAL VITRUVIUS, 2006.

A ventilação cruzada é o fenômeno da movimentação do ar no interior das edificações sem a indução de nenhum sistema mecânico, ocorre pela diferença de pressão do ar, que pode ocorrer por ação dos ventos ou diferença de densidade do ar, devido às temperaturas. Em ambos os processos é obrigatória a existência de aberturas para que o ar possa fluir pelo edifício, pois somente com a pressão e a existência de aberturas é possível haver a ventilação que é capaz de proporcionar a renovação do ar de um ambiente, que é fundamental para o alcance do conforto térmico. (POSSEBOM; *et al*, 2016).

• Iluminação Zenital (Átrios)

Figura 08 – Iluminação por Átrios



Fonte: PEREIRA, 2018.

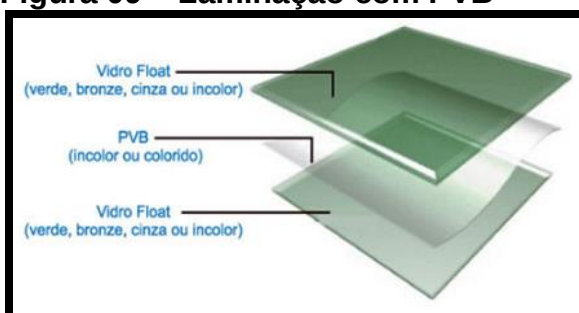
Como o espaço central de uma edificação, o termo também nomeia uma das tipologias de iluminação zenital. Assim como as claraboias, possui aberturas posicionadas diretamente sobre as coberturas, na maioria dos casos por geometrias piramidais ou com duas águas construídas com perfis metálicos e fechamento em vidro. Contudo, diferente dos casos anteriormente citados, esta tipologia é indicada a edifícios com maior número de pavimentos ou grandes pé direito, permitindo o recebimento de maior luminosidade de modo a não gerar altas cargas térmicas. (PEREIRA, 2018).

1.2.2. Materiais

Como critério para escolha dos materiais a serem utilizados na edificação proposta, buscou-se inserir aqueles que desse uma melhor maleabilidade, condições estruturais que comportassem grandes vãos e estrutura em grande escala, conforto ambiental/acústico, além da garantia de uma estética visualmente agradável. Dentre estes se pode citar:

- **Vidro Laminado**

Figura 09 – Laminação com PVB



Fonte: ANAVIDRO, 2013.

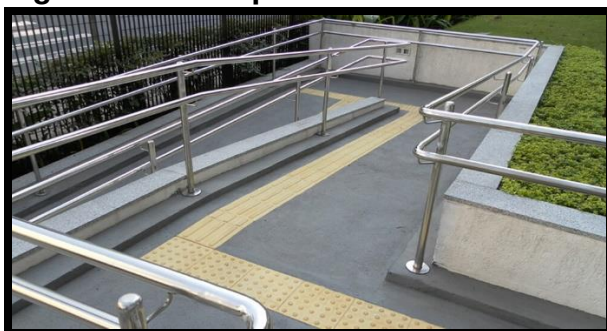
O laminado é um tipo de vidro de segurança que consiste em duas ou mais lâminas de vidro intercaladas com uma película de material plástico, normalmente o Polivinil Butiral (PVB), ou outra substância aprovada (SETOGUCHI; BENATTO, 2013). Oferecendo função termo acústica uma vez que, devido à camada intermediária de resina, ele se torna mais espesso, reduzindo o nível de ruídos indesejáveis (que são amortecidos no PVB e no próprio vidro), a incidência térmica e a transmissão de raios ultravioleta -redução de até 99% de radiação- (ABRAVIDRO, 2012).

1.2.3. Acessibilidade

Dentre os parâmetros expostos para elaboração do projeto proposto, encontra-se como diretriz projetual o tópico acerca da inserção de atributos que visem a acessibilidade, e consequentemente a democratização, ao uso do objeto urbano quem questão. Pode-se citar como atributo a tal tópico:

- **Rampas**

Figura 10 – Rampa Acessível



Fonte: VIVADECORA, 2019.

De modo que o acesso seja direcionado a um público amplo e sem distinção, é necessário que uma rampa seja estabelecida. Destacando que esta deve estar em conformidade às condições dispostas pela ABNT NBR 9050, se adaptando às necessidades do usuário e da edificação em questão. Sua objetivação se dá ao acesso de cadeirantes, portadores de deficiência visual e/ou auditivas, e todos aqueles que apresentam mobilidade reduzida, de forma que garanta acesso democratizado, respeitando as políticas de segurança ao usuário (PORTAL 44 ARQUITETURA, 2016).

- Adequação visual – Street Art/Graffit

Figura 13 – Street Art (Etnias)



Fonte: KOBRA, 2016.

O graffiti não tem regras, é executado de forma espontânea e é, normalmente, ilegal. Tem o objetivo de se espalhar pela cidade e, quanto mais se fizer, maior será o seu impacto e importância. Neste movimento em crescimento operam-se mudanças nos seus contextos cultural e estético, nas dimensões e escalas em que é executado, na relação entre o legal e o ilegal e, também, no estilo e nas técnicas utilizadas (spray, stickers, stencils ou posters), tendo resultados distantes daquilo que se julgava ser um ato de vandalismo e criminalidade no passado, passando a ser cada vez mais apreciado por um vasto tipo de público (FERREIRA, 2018).

2. ESTUDO DE CASO DE SÍTIO

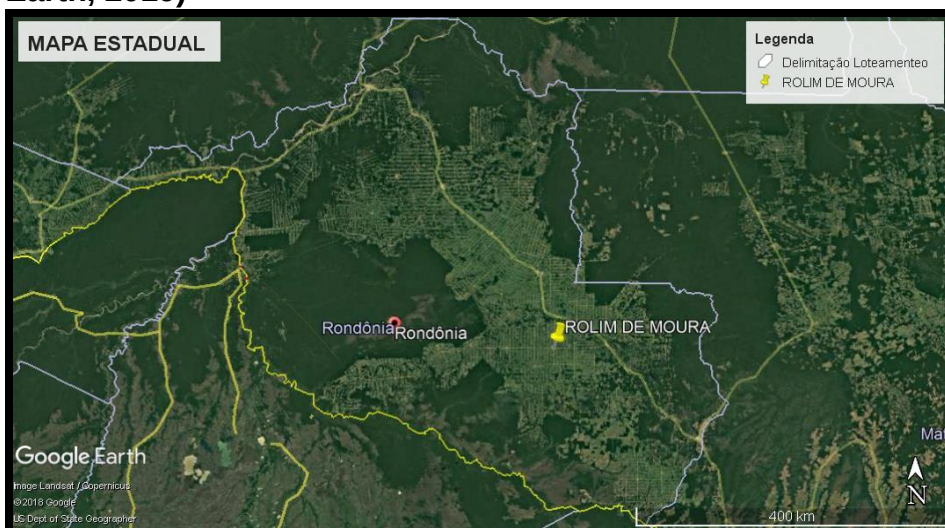
O terreno selecionado para instalação do tema proposto localiza-se no município de Rolim de Moura, estado de Rondônia. Para uma melhor análise da correlação terreno/projeto, fotos via satélite e de acervo pessoal da autora, foram devidamente lançados neste capítulo.

2.1. Imagens de localização do terreno

Na subseção presente, serão apresentadas imagens indo desde a escala macro, que corresponde à localização do município de Rolim de Moura; passando por escalas reduzidas, e que apresentam informações necessárias, chegando a escala micro, que corresponde a informações diretamente relacionadas ao lote escolhido.

Conforme supracitado, a imagem exposta a seguir, apresenta a localização do município de Rolim de Moura, no estado de Rondônia. Município este que por 1.457,90 m², contando (conforme último censo) com 50.672 habitantes, e uma densidade demográfica de 34,8 hab./km². É considerado como Mesorregião do Leste Rondoniense (popularmente conhecido como centro do cone sul de Rondônia), além de caracterizar-se como Microrregião de Cacoal (CIDADE BRASIL, 2018).

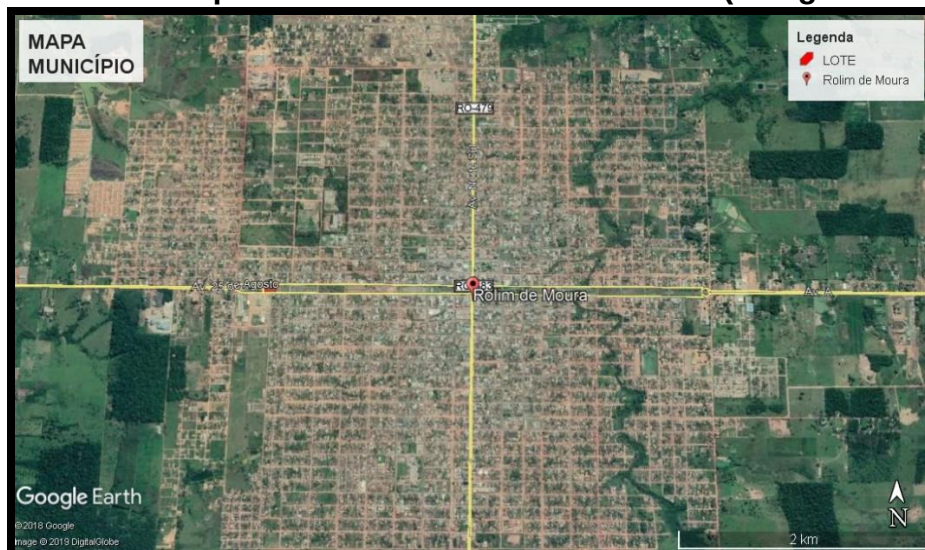
Figura 14 – Vista Superior do Estado de Rondônia (Google Earth, 2019)



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

O lote escolhido, localiza-se na porção Oeste do município, mas especificamente localizado na área que corresponde o canteiro central, conforme exposto pela Figura 15.

Figura 15 – Vista Superior Cidade de Rolim de Moura (Google Earth, 2019)



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Apesar de encontra-se visualmente lançado como canteiro central do município, o lote atende mais às necessidades do Bairro São Cristóvão, fazendo limite com os bairros Cidade Alta, Cidade Alta II, e Bairro Planalto, conforme apresentado pela Figura 16.

Figura 16 – Vista Superior delimitação bairros (Google Earth, 2019)



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

A quadra referida ao lote escolhido situa-se entre as vias da Avenida 25 de Agosto, onde o objeto em estudo ocupará parcialmente o espaço da quadra referida, abrangendo assim uma área correspondente à aproximadamente 6.617,80 m².

Figura 17 – Vista Superior delimitação Quadra (Google Earth, 2019)



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 18 – Vista Superior delimitação Lote (Google Earth, 2019)

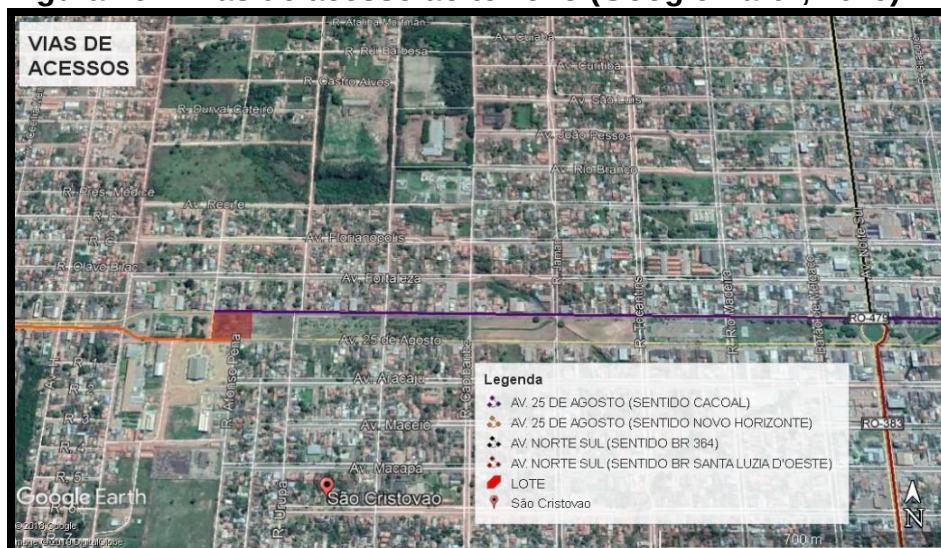


Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

2.2. Localização e acessos

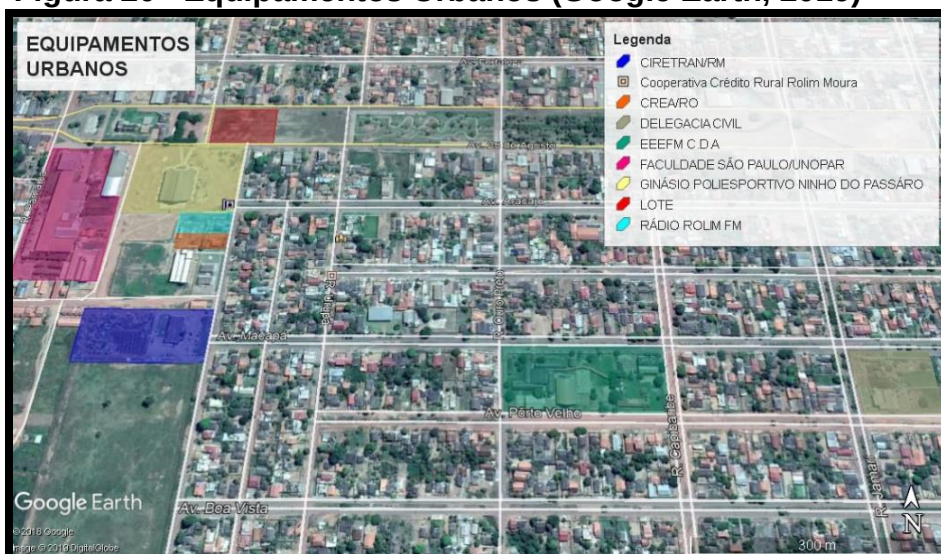
Será apresentado nesta subseção, a devida localização do terreno previamente proposto. Destacando as formas de acesso, sendo que esta se dá através das vias arteriais: Avenida 25 de Agosto (sentido Cacoal, e sentido Novo Horizonte; e pela Avenida Norte/Sul (sentido BR 364 e sentido Santa Luzia D'Oeste) que por fim desembocam na Avenida 25 de Agosto (acesso principal), conforme Figura 80. Apresentando ainda os equipamentos públicos e de maior interesse que se localizam nas proximidades do lote escolhido, conforme Figura 20.

Figura 19 – Vias de acesso ao terreno (Google Earth, 2019)



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 20 – Equipamentos Urbanos (Google Earth, 2019)

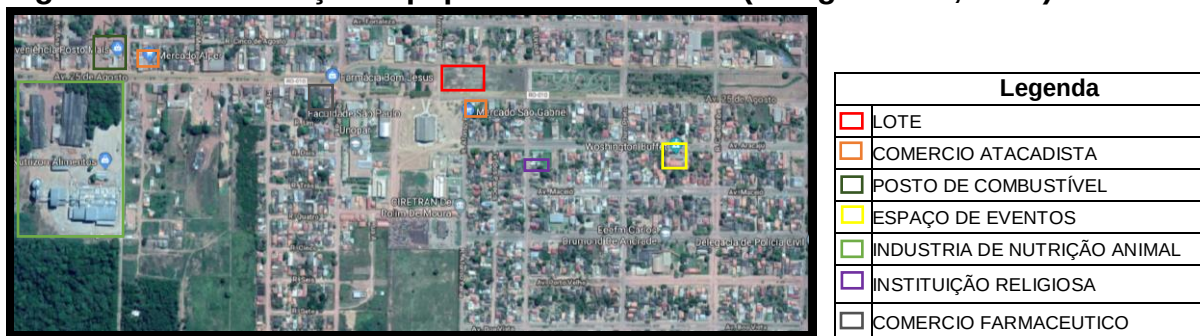


Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

2.3. Lote

O lote é inserido na porção Oeste do município conta com uma quantidade considerável de equipamentos públicos (conforme supracitado na Figura 21), como CIRETRAN, Delegacia Civil, instituições educacionais públicas e privadas, Sistema de Radiocomunicação, Ginásio Poliesportivo, dentre outras competências; e de equipamentos de cunho comercial particular, como comércios atacadistas, postos de combustível, indústria de nutrição animal, farmácias, etc. Conjunto de equipamentos estes que culminam na atração de uma quantia de público relativamente alta, advindo da necessidade de uso.

Figura 21 – Localização Equipamentos Urbanos (Google Earth, 2019)



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

2.3.1 Medidas do lote

O terreno selecionado, localiza-se na área correspondente à Zona Verde (ZV), perímetro este que não dispõe qualquer tipo de diretriz relacionadas a Índices Urbanísticos. Desta forma, para base de parâmetros urbanísticos, utilizou-se Lei Complementar N° 63/2009 – Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano (ROLIM DE MOURA, 2009), onde:

Art. 37 – Nos Eixos Comerciais e de Serviços de Bairro – ECSB e nos Eixos de Comercio e Serviços de Apoio – ECSA, serão obedecidos os mesmos parâmetros urbanísticos da sua Zona de localização.

§ 2° As edificações situadas nos ECSA com até 5,00m (cinco metros) de altura máxima serão liberados dos afastamentos frontais e laterais, desde que atendidos os demais parâmetros estabelecidos para a Zona.

§ 4° Os ECSA dizem respeito às seguintes vias públicas: Avenida 25 de Agosto, nos lotes frontais dos Bairros: Centenário, Jardim Tropical e Cidade Alta.

§ 4° Os ECSA dizem respeito às seguintes vias públicas: Avenida 25 de Agosto e Avenida Norte Sul, nos Bairros pelas vias transpassadas. [redação dada pela Lei Complementar nº155/2013.](#)

Diante a temática do instrumento proposto, Complexo Cultural Recreativo, adota-se o zoneamento ECSA (Eixos de Comercio e Serviços de Apoio), exposto seus índices Urbanísticos na Figura 22. Estando ainda citado pela Lei Complementar N° 63/2009 a classificação referente ao tipo de impacto diante seu uso, classificando-se assim como “Uso de Serviços - Nível 2 – Usos de Baixo Impacto”.

Figura 22 – Quadro de Parâmetros Urbanísticos (Rolim de Moura, 2012)

ANEXO III											
conforme LEI COMPLEMENTAR N° 121/2012											
QUADRO SÍNTESE DOS PARÂMETROS URBANÍSTICOS											
ZONA	PARÂMETROS URBANÍSTICOS										
	Tamanho	Testada	Coefficiente	Altura	Número	Taxa de	Afastamentos			Taxa de	Usos
	Mínimo	mínima	de	Máxima	Máximo de	Ocupação	da Edificação	da Edificação	da Edificação	Permeabilidade	Compatíveis
	Lote (m²)	esquina	Aproveitamento	da	Pavimentos	Máxima do	(m)	Fr.	Lat.	Fu.	(classificação
			do	Edificação		Terreno (%)				Terreno (%)	por nível)
			Terreno - CAT	(m)							
ZC	360	12/14	1,5	26	4 + OODC 2	90	L/2	1,5	1,5	10	1,2,3*
ZR 1	200	8/10	1,5	13	4	75	2	1,5	1,5	25	1,2*
ZR 2	200	8/10	1,5	13	4	75	2	1,5	1,5	25	1,2*
ZR 3	200	8/10	1,5	11	3	75	2	1,5	1,5	25	1,2*
ZR 4	200	8/10	1,5	08	2	75	2	1,5	1,5	25	1,2*
ZR 5	200	8/10	1,2	07	2	75	2	1,5	1,5	25	1
EI / AEU2	1.000	20	2	25	2	75			5	25	2,3,4,5
ECSB	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	1,2,3*
ECSA	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	1,2,3,4*

* Não será permitido o uso agrícola dos níveis 2 e 3.

*** Variável de acordo com a zona em que estiver localizado

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Destacando que se tem como medidas dos lotes: vértices paralelos às avenidas, uma metragem em 97,98m, aproximadamente; vértices paralelos às ruas, aproximadamente uma metragem em 68,67m; obtendo assim um perímetro aproximado de 329,06m e uma área correspondente à aproximadamente 6.617,80 m².

2.3.2 Imagens do terreno

Quando dissertado sobre as características relacionadas ao cunho infraestrutural é possível mencionar que o lote/quadra dispõe de iluminação pública, porém a mesma (visualmente) não atende às necessidades mínimas de iluminação,

em vista ao dimensionamento da área, e por ser lindeira à uma via arterial (fato este que impõe a necessidade de uma iluminação adequada). Porém para acesso da mesma, pode-se evidenciar que ambas as laterais apresentam pavimentação asfáltica, em estado extremamente precário, contudo existente.

O lote não apresenta qualquer indicio de inserção estrutural, e apresenta uma geomorfologia característica de relevo em declive de aproximadamente 3,00m, de seu ponto mais alto (R. Afonso Pena), ao ponto mais baixo (sentido R. Urupá). Apresentando ainda apenas pequenos indícios/fragmentos de arborização (apresentada em grande quantia nas quadras circunvizinhas), deixando como função permeável destinada apenas à forração gramínea. Por se tratar de uma área verde (ZV - Zona Verde) e de uso público, não apresenta muros para divisão territorial.

Quanto ao abastecimento por serviços públicos é valido comentar que, por ser um lote limpo não existem pontos de abastecimento, que sejam especificamente destinados ao abastecimento do local, porém há o sistema de abastecimento hidráulico geral, e o sistema de saneamento básico encontra-se em execução (por todo o perímetro da *urbe*). O sistema de transporte público é existente, sendo que o mesmo tem como rota as avenidas lindeiras ao lote (Avenida 25 de Agosto).

Figura 23 – Indicação vistas do terreno (Google Earth, 2019)



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 24 – Vista panorâmica 01



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Figura 25 – Vista panorâmica 02



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Figura 26 – Vista 03



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Figura 27 – Vista 04



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Conforme mencionado, o lote apresenta uma inclinação tanto entre as vertentes responsáveis pelas ruas, como às de avenida, apresentado através da Figura 28, que esquematiza seu caimento e sentido de inclinação.

Figura 28 – Esquematisação de inclinação do terreno (Google Earth, 2019)



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

2.3.3 Justificativa de escolha do lote

Para inserção do instrumento em análise proposto, Complexo Cultural Recreativo em Rolim de Moura, o lote escolhido teve como principal critério a sua correlação à amplitude do terreno já citado, uma vez que o mesmo se encontra sem qualquer resquício de edificação, bem como a presença de vegetação nativa, tendo assim um melhor aproveitamento quando comparado as quadras/lotes já edificadas.

Além da amplitude territorial, o lote apresenta uma gama de condicionantes naturais favoráveis ao projeto ao equipamento em estudo, como sua localização em um ponto com altitude considerável (quando correlacionado ao ponto central do município), fator este que auxilia diretamente na manipulação estratégica da edificação para uso de iluminação natural zenital (pelo alto fluxo luminoso, o qual o terreno recebe), e adequação do equipamento para ventilação natural.

O terreno não apresenta uma vegetação nativa que auxilie na ventilação, sendo inserido neste apenas pequenos pontos arbóreos, porém vale destacar que os lotes circunvizinhos apresentam uma vegetação considerável, que pode auxiliar num sistema compilado de ventilação cruzada, feito após a inserção da vegetação contemplativa e funcional estabelecida pelo projeto.

O perímetro escolhido caracteriza-se por ser um terreno de relevo em declive, fator este que pode ser trabalhado de forma que não haja grandes custos na execução da edificação, manejo este que tenha como base o respeito à morfologia nativa, estabelecendo um sistema estratégico de planificação que integre o equipamento proposto ao meio natural, e que insira harmonicamente a edificação ao meio urbano existente.

Quanto a localização, se destaca a proximidade entre o lote, e os equipamentos urbanos públicos e privados que ali se encontram. Equipamentos estes que por si só já atraem um fluxo público consideravelmente alto, principalmente em temporadas festivas, quando analisado ao caso do Ginásio Poliesportivo Ninho do Pássaro. Fator este que contribui diretamente na atração do público, podendo lhes direcionar à edificação cultural proposta.

Outro fator que deve ser acrescido a sua lista de benefícios, se dá pela localização da quadra entre vias arteriais/principais (Avenida 25 de Agosto), onde o fluxo é alto, além de sua localização próximo à entrada da cidade, atribuindo ao equipamento a característica de ponto focal, dado acesso por tal eixo viário.

3. PROGRAMA DE NECESSIDADES

Com base no estudo teórico referencial arquitetônico nacional e internacional, pode-se criar um programa de necessidades ao equipamento.

Figura 29 – Programa de necessidade

CÓD.	SETORIZAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	ÁREA (m²)	ÁREA TOTAL
	ÁREA VERDE	V1	2 und.	979,70	3.737,70
		V2	3 und.	22,09	
		V3	1 und.	214,62	
		V4	1 und.	102,88	
		V5	2 und.	92,76	
		V6	1 und.	88,73	
		V7	2 und.	70,29	
	ADMINISTRATIVO	CIRCULAÇÃO (TERRÉO)	GERAL	94,47	316,18
		CENTRAL DE INFORMAÇÕES	2 und.	8,58	
		ESCADARIA	1 und.	19,74	
		ELEVADOR	1 und.	3,98	
		COPA	1 und.	13,95	
		SALA DE REUNIÕES	1 und.	15,57	
		DIREÇÃO ADMINISTRATIVA	1 und.	13,95	
		WC PNE	2 und.	4,70	
		CIRCULAÇÃO (PVTO)	GERAL	41,24	
	CULTURAL (CONCHA ACÚSTICA)	CIRCULAÇÃO	1 und.	48,02	201,87
		PALCO	1 und.	44,24	
		PLATÉIA	1 und.	73,86	
		CAMARIM	2 und.	9,36	
		SALA DE APOIO	1 und.	10,40	
	CULTURAL (AUDITÓRIO)	CIRCULAÇÃO(EXTERNA)	GERAL	42,19	386,84
		SALA TÉCNICA	1 und.	20,30	
		WC MASCULINO	1 und.	10,16	
		WC FEMININO	1 und.	10,16	
		WC PNE (PÚBLICO)	2 und.	5,50	
		PLATÉIA	1 und.	98,07	
		CIRCULAÇÃO (INTERNA)	GERAL	63,73	
		WC PNE (FUNCIONÁRIOS)	2 und.	5,50	
		CAMARIM INDIVIDUAL	2 und.	11,11	
		SALA DE ARMAZENAMENTO 1	1 und.	14,53	
		SALA DE ARMAZENAMENTO 2	1 und.	14,99	

CÓD.	SETORIZAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	ÁREA (m²)	ÁREA TOTAL
	CULTURAL (SALÃO DE EXPOSIÇÕES)	HALL DE ACESSO	1 und.	20,60	617,79
		CENTRAL DE INFORMAÇÕES	1 und.	3,88	
		ELEVADOR	1 und.	3,98	
		ESCADARIA	1 und.	9,47	
		COPA	1 und.	19,16	
		DEPÓSITO	1 und.	19,16	
		WC PNE	2 und.	6,19	
		WC FEMININO	2 und.	11,06	
		WC MASCULINO	2 und.	11,06	
		ÁREA DE EXPOSIÇÃO 1	1 und.	226,55	
		ÁREA DE EXPOSIÇÃO 2	1 und.	217,42	
	ARTISTICO (ATELIER DE ARTESANATO)	CIRCULAÇÃO (TERRÉO)	1 und.	44,24	773,68
		CENTRAL DE INFORMAÇÕES	1 und.	13,84	
		ADMINISTRAÇÃO	1 und.	9,17	
		COORDENAÇÃO	1 und.	9,17	
		DEPÓSITO DE ARTESANATO	1 und.	12,34	
		ELEVADOR	1 und.	3,98	
		ESCADARIA	1 und.	9,47	
		CIRC. SANITÁRIOS	1 und.	30,26	
		WC PNE	1 und.	6,19	
		WC FEMININO	1 und.	5,62	
		WC MASCULINO	1 und.	6,19	
		ATELIÊR DE ARTESANATO	3 und.	72,71	
		ÁREA DE ESTUDOS COLETIVOS	1 und.	201,19	
		COPA	1 und.	24,42	

CÓD.	SETORIZAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	ÁREA (m²)	ÁREA TOTAL
	ARTISTICO (ATELIER DE PINTURA E MUSICA)	HALL DE ACESSO	1 und.	20,60	611,58
		CIRCULAÇÃO (TERRÉO)	1 und.	88,39	
		CENTRAL DE INFORMAÇÕES	1 und.	3,79	
		SECRETÁRIA	1 und.	8,25	
		ELEVADOR	1 und.	3,98	
		ESCADARIA	1 und.	9,47	
		WC PNE	2 und.	6,19	
		WC FEMININO	2 und.	11,06	
		WC MASCULINO	2 und.	11,06	
		ATELIÊ DE PINTURA (COLETIVO)	1 und.	61,11	
		ATELIÊ DE PINTURA (INDIVIDUAL)	1 und.	61,11	
		DEPOSITO	1 und.	19,16	
		CIRCULAÇÃO (PVTO)	1 und.	68,72	
		COPA	1 und.	19,16	
		SALA DE MUSICA	2 und.	68,36	
	EDUCACIONAL (SALAS DE ENSINO)	HALL DE ACESSO	1 und.	20,60	611,58
		CENTRAL DE INFORMAÇÕES	1 und.	3,79	
		CIRCULAÇÃO(TERRÉO)	1 und.	88,39	
		SECRETÁRIA	1 und.	8,25	
		ELEVADOR	1 und.	3,98	
		ESCADARIA	1 und.	9,47	
		SALA DE ESTUDOS 1 (TERRÉO)	2 und.	61,11	
		CIRCULAÇÃO (PVTO)	1 und.	68,72	
		SALA DE ESTUDOS 2 (TERRÉO)	2 und.	68,36	
		WC PNE	2 und.	6,19	
		WC FEMININO	2 und.	11,06	
		WC MASCULINO	2 und.	11,06	
		DEPOSITO	1 und.	19,16	
		ÁREA DE ESTUDOS E ACERVO(PVTO)	1 und.	177,52	
		COPA	1 und.	19,16	

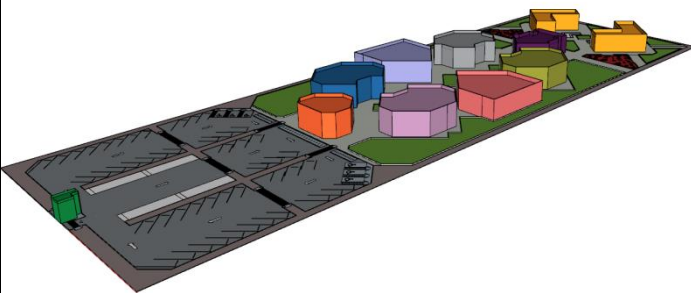
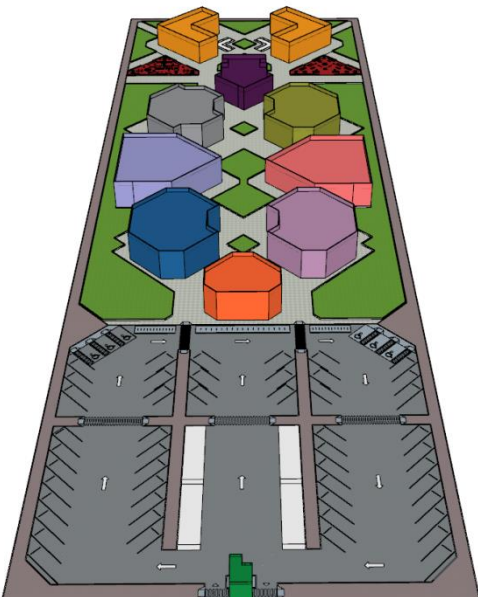
CÓD.	SETORIZAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	ÁREA (m²)	ÁREA TOTAL
	EDUCACIONAL (BIBLIOTECA)	HALL DE ACESSO	1 und.	20,60	560,17
		CENTRAL DE INFORMAÇÕES	1 und.	3,79	
		BIBLIOTECÁRIA	1 und.	8,25	
		ELEVADOR	1 und.	3,98	
		ESCADARIA	1 und.	9,47	
		ÁREA DE ESTUDOS E ACERVO (TERRÉO)	1 und.	195,05	
		WC PNE	2 und.	6,19	
		WC FEMININO	2 und.	11,06	
		WC MASCULINO	2 und.	11,06	
		DEPOSITO	1 und.	19,16	
		ÁREA DE ESTUDOS E ACERVO (PVTO)	1 und.	177,52	
		COPA	1 und.	19,16	
	VIVÊNCIA (RESTAURANTE)	COZINHA	1 und.	39,27	199,90
		ÁREA DE ACESSOS	1 und.	18,73	
		CÂMARA FRIA	1 und.	5,23	
		DEPÓSITO	1 und.	9,93	
		PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO	1 und.	42,72	
		WC PNE	1 und.	6,19	
		WC FEMININO	1 und.	7,34	
		WC MASCULINO	1 und.	7,34	
	VIVÊNCIA	PLAYGROUND	1 und.	149,22	149,22
		GINASTICA AO AR LIVRE	1 und.	149,19	149,19
	CIRCULAÇÃO	INTERNA	1 und.	3.128,34	3.128,34
		EXTERNA	1 und.	1.237,03	1.237,03
		ESTACIONAMENTO	1 und.	3.735,20	3.735,20
	SEGURANÇA (GUARITA)	CENTRAL DE COMANDO	1 und.	8,98	13,57
		WC	1 und.	2,11	

Fonte: Elaborado pela autora

4. PROJETO

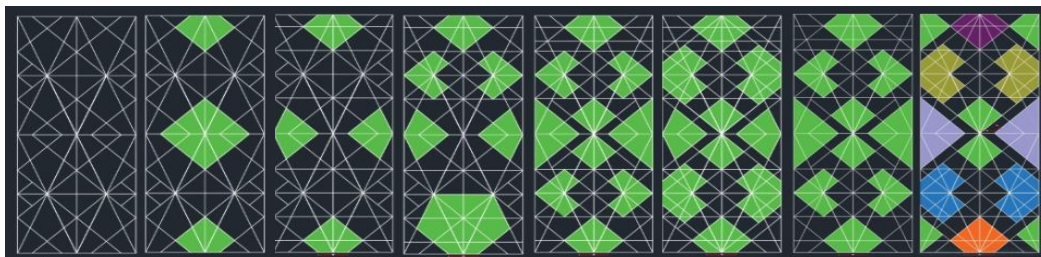
A distribuição das edificações do complexo em relação ao terreno proposto, é esquematizada diante ao conceito apresentado, polígonos em geometria abstrata, o qual ambas edificações são dispersas sob um alinhamento de arestas lineares, porém que se interconectam, conforme conceituação anteriormente proposta, de forma que tal distribuição faça com que o usuário não se limite a determinadas áreas, e sim que o mesmo percorra por todo o circuito.

Figura 30 - Setorização

CÓD.	SETORIZAÇÃO	ARRANJO/IMPLANTAÇÃO
	ÁREA VERDE	
	ADMINISTRATIVO	
	CULTURAL (CONCHA ACÚSTICA)	
	CULTURAL (AUDITÓRIO)	
	CULTURAL (SALÃO DE EXPOSIÇÕES)	
	ARTISTICO (ATELIER DE ARTESANATO)	
	ARTISTICO (ATELIER DE PINTURA E MUSICA)	
	EDUCACIONAL (SALAS DE ENSINO)	
	EDUCACIONAL (BIBLIOTECA)	
	VIVÊNCIA (RESTAURANTE)	
	VIVÊNCIA (PLAYGROUND)	
	VIVÊNCIA (GINÁSTICA AO AR LIVRE)	
	CIRCULAÇÃO (INTERNA)	
	CIRCULAÇÃO (EXTERNA)	
	CIRCULAÇÃO (ESTACIONAMENTO)	
	SEGURANÇA (GUARITA)	

Fonte: Elaborada pela autora

Figura 31 – Processo Evolutivo



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

4.1. Perspectivas

Figura 32 – Perspectiva Interna – Concha Acústica



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 33 – Perspectiva Interna – Auditório



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 34 – Vista aérea da Implantação



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 35 – Vista Superior da Implantação



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 36 – Perspectiva da Implantação



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 37 – Vista Bloco Biblioteca



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 38 – Vista Bloco Atelier de Pintura e Musica



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 39 – Vista Bloco Atelier de Pintura e Musica



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 40 – Vista Playground



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 41 – Fachada Bloco Administrativa



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 41 – Vista Aerea Complexo Cultural



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

CONCLUSÃO

Diante a argumentação exposta pode-se concluir que todo o embasamento teórico e estudo de caso supracitado, serviram como embasamento para uma análise coerente acerca da possível inserção de um equipamento urbano de cunho social, educacional, e que fomente a vertente cultural, área de conhecimento atualmente defasada no município em questão. Tendo em mente ainda, que tal edificação voltada ao conhecimento e lazer, ainda auxiliará como agente propulsor da economia local, aumentando consequentemente o giro monetário da *urbe*.

Para que o estudo fosse coerente à realidade urbanística de Rolim de Moura, e de suas condições naturais, uma base teórica servindo como parâmetros às diretrizes projetuais, fora coletada, sendo composta esta por Índices Urbanísticos e Legais, além da coleta de informações para composição de estudo de sítio (dados do terreno, coletadas *in loco*).

Por fim, todo aparato metodológico (sob dados fundamentados, e informações elaboradas pela autora), teve como produto a elaboração de um prévio estudo projetual, apresentando uma proposta de programa de necessidades, com os prováveis ambientes e medidas aproximadas; estudo de arranjo, volumetria e setorização; e principalmente possível escolha de conceito e partido arquitetônico (e diretrizes projetuais) a ser adotado, finalizando com a parte projetual arquitetônica conclusa.

REFERÊNCIAS

ABRAVIDRO. **Laminados: união faz a força**. 2012. Disponível em: http://www.andiv.com.br/downloads/rep-esp/ovidroplano_429_set08-vidroslaminados.pdf. Acesso em 31 Maio 2019.

ANAVIDRO. Laminação com PVB. 2013. Disponível em: <https://www.anavidro.com.br/saiba-mais-sobre-a-laminacao-com-pvb/>. Acesso em 31 Maio 2019.

BISELLI, Mario. **Teoria e prática do partido arquitetônico**. Arquitectos, São Paulo, 12.134, Vitruvius, jul 2011 . Disponível em: http://www.ufjf.br/projeto3/files/2011/03/www.vitruvius.com_.br-arquitectos-134-00-teoria-e-pr-tica-do-partido-arquitetonico.pdf. Acesso em 28 Maio 2019.

CABESTRÉ, Sonia A.; GRAZIADE, Tânia M.; POLESEL FILHO, P. **Comunicação Estratégica, Sustentabilidade e Responsabilidade socioambiental – um estudo destacando os aspectos teórico-conceituais e práticos**. In: Anais XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom: Natal/RN, 2008.

CASA FARIA. 2019. Torneira Sensorial. Disponível em: http://www.casafaria.com/loja/produto-103782-1877-torneira_para_lavatorio_de_mesa_zenit_docoltronic_chrome. Acesso em 26 Maio 2019.

DATTOLI. Quatro Substâncias Químicas da Felicidade. 2018. Disponível em: <https://obemviver.blog.br/2018/06/22/tabela-mostra-a-acao-dos-principais-neurotransmissores-hormonios-do-bem-estar-confira/>. Acesso em 26 Maio 2019.

DECA. **Torneira com Sensor de Presença — Entenda Porque é uma Solução Economicamente Sustentável**. 2017. Disponível em: <https://www.deca.com.br/blog/torneira-com-sensor-de-presenca-e-uma-solucao-economicamente-sustentavel/>. Acesso em 31 Maio 2019.

DEPOSITPHOTOS. 2013. Disponível em: <https://br.depositphotos.com/177340578/stock-illustration-polygonal-mosaic-abstract-geometry-background.html>. Acesso em 26 Maio 2019.

DIOGO, Francisco José d’Almeida. **Arquitetura**. Instituto Militar de Engenharia – IME. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://ead.ime.eb.br/mod/resource/view.php?id=11468>. Acesso em 28 Maio 2019.

FURRER, Maria Alice. **MUNDO INCLUSÃO: Acessibilidade em elevadores**. 2013. Diversidade na Rua. Disponível em: <https://diversidadenarua.cc/mundo-inclusao/acessibilidade-em-elevadores/>. Acesso em 31 Maio 2019.

KOBRA. Street Art (Etnias). 2016. Disponível em: <http://www.eduardokobra.com/etnias/>. Acesso em 24 Mai. 2019.

LEUPEN, Bernard, et al. **Proyecto y análisis: evolucion de los principios em arquitectura**. Barcelona: Editora Gustavo Gilli, 2004.

MALHEIROS, F. V. A. **Desempenho térmico de pavilhões industriais: estudo de caso em Panambi/RS**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2005.

OLIVERA, Kelly Cristina da Cunha; CARVALHO, Matheus Costa. **Reutilização de resíduos liberados nas construções civil**. 2014. Disponível em: <https://www.aedb.br/wp-content/uploads/2015/05/2271.pdf>. Acesso em 31 Maio 2019.

PEREIRA, Matheus. **"Sistemas para incorporar a iluminação zenital em seus projetos"**. 2018. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/895833/5-sistemas-para-incorporar-a-iluminacao-zenital-em-seus-projetos> . Acesso 31 Mai 2019.

PNGTREE. 2018. Disponível em: https://pt.pngtree.com/freepng/abstract-geometric-line-patterns_2401829.html . Acesso em 26 Maio 2019.

PORTAC. Elevador Acessível. 2015. Disponível em: <https://www.portac.com.br/projetos-especiais-de-elevadores.html>. Acesso em 31 Maio 2019.

PORTAL 44 ARQUITETURA. **Rampa de acessibilidade – aprenda a projetar corretamente**. 2016. Disponível em: <http://44arquitetura.com.br/2016/06/rampa-de-acessibilidade-aprenda-projetar/>. Acesso em 31 Maio 2019.

PORTAL VITRUVIUS. Concurso Estudantil Latino-Americano de Arquitetura Bioclimática da Bienal José Miguel Aroztegui. Projetos, São Paulo, ano 06, n. 061.01, Vitruvius, jan. 2006. Disponível em: <http://www.wnvw.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/06.061/2584>. Acesso em 26 Maio 2019.

POSSEBOM, Alessandro; PINHEIRO, Anderson Duarte; MULLER, Gean; PRAI, Janaína Sabadin Dai; CONTERARO, Luan Carlos. **VENTILAÇÃO CRUZADA**. 5º SICS – Seminário Internacional de Construções Sustentáveis, 2º Fórum Desempenho das Edificações. 2016. Disponível em: https://www.imed.edu.br/Uploads/5_SICS_paper_2_version_1.pdf. Acesso em 26 Maio 2019.

RABELLO, R. **O que é arquitetura**. 2007. São Paulo. Disponível em: <http://ricardo.arquiteto.vilabol.uol.com.br/Arquitetura.htm>.

RODRIGUES, J. C. M. R. **Sistemas de Aproveitamento de Águas Pluviais: Dimensionamento e Aspectos Construtivos**. 2010. 94p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade do Porto. Porto - Portugal, 2010.

ROLIM DE MOURA. **Lei Complementar nº121**, de 2012. ANEXO III, Quadro de Parâmetros Urbanísticos. **Lex**: coletânea de legislação: edição municipal, Poder Executivo, Rondônia, 2012. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/366266064/63-Zoneamento-Uso-e-Ocupacao-Do-Solo-Urbano-Com-ALTERACOES>. Acesso em 18 mar. 2019.

_____. **Lei Complementar nº63**, de 2009. Dispõe sobre o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano do Município de Rolim de Moura e dá outras providências. **Lex**: coletânea de legislação: edição municipal, Poder Executivo, Rondônia, 2009. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/366266064/63-Zoneamento-Uso-e-Ocupacao-Do-Solo-Urbano-Com-ALTERACOES>. Acesso em 18 mar. 2019.

SETOGUCHI, Erick; BENATTO, Giuliana. **VIDRO LAMINADO**. 2013. Disponível em: http://www.cau.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2013/11/1.10.-ErickSetoguchi_GiulianaBenatto_VidroLaminado.pdf. Acesso em 31 Maio 2019.

SILVA, E. **Uma introdução ao projeto arquitetônico**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade UFRGS; Brasília, MEC/SESu/PROED, 1983. 122p.

SOUZA, Lucas Oliveira de; ARAUJO, Thayse Olivia Dill. **ESTUDO DE APROVEITAMENTO DE ÁGUA DE CHUVA PARA USOS NÃO POTÁVEIS NA INSTITUIÇÃO LAR INFANTIL SOL AMIGO**. 2016. 87 p. Trabalho De Conclusão De Curso, Departamento Acadêmico De Construção Civil Curso De Engenharia Civil - Universidade Tecnológica Federal Do Paraná. Curitiba, 2016. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/9139/1/CT_COECI_2016_2_19.pdf. Acesso em 24 Maio 2019.

TEODOLINO, J.C.P. **Utilização da NBR 9050 e do questionário bipolar na avaliação da acessibilidade de clínicas de fisioterapia 2006** – disponível em: Revista Brasileira de Ciências da Saúde, ano III.

VASCONCELOS, Hortência Lira de; BARROS, Bruno Xavier da Silva. **ACESSIBILIDADE EM BANHEIROS: UM ESTUDO TEÓRICO SOBRE AS NECESSIDADES DE INDIVÍDUOS ACONDRÓPLÁSICOS**. VI Encontro Nacional de Ergonomia do Ambiente Construído & VII Seminário Brasileiro de Acessibilidade Integral, 2016, vol. 2, num. 7 . Blucher Design Proceedings. Disponível em: <http://pdf.blucher.com.br.s3-sa-east-1.amazonaws.com/designproceedings/eneac2016/ACE07-5.pdf>. Acesso em 31 Maio 2019.

VGRESIDUOS. Coleta e Reaproveitamento. 2017. Disponível em: <https://www.vgresiduos.com.br/blog/lei-no-7142017-reaproveitamento-de-residuos-na-construcao-civil/>. Acesso em 31 Maio 2019.

VIVADECOR. Rampa Acessível. 2019. Disponível em: <https://www.vivadecora.com.br/pro/arquitetura/calculo-de-rampa/>. Acesso em 31 Maio 2019

ZOOM NA ARQUITETURA. Dimensionamento PNE. 2019. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/ByHEAesINwA/?igshid=k1yg3v66ppzq>. Acesso em 31 Maio 2019.